



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

ROBERTH CAVALCANTE ARAGÃO

COMO O/A ARQUITETO/A SE FORMA EM CENÁRIO ATÍPICO?
Tomadas de decisões institucionais e transformações no curso de
Arquitetura e Urbanismo da UFAM durante a pandemia

MANAUS

2023

ROBERTH CAVALCANTE ARAGÃO

**COMO O/A ARQUITETO/A SE FORMA EM CENÁRIO ATÍPICO?
Tomadas de decisões institucionais e transformações no curso de
Arquitetura e Urbanismo da UFAM durante a pandemia**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito e exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Camila Ferreira da Silva

Linha de pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

MANAUS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aragão, Roberth Cavalcante
A659c Como o/a arquiteto/a se forma em cenário atípico? : Tomadas de decisões institucionais e transformações no curso de arquitetura e urbanismo da UFAM durante a pandemia / Roberth Cavalcante Aragão . 2023
238 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Camila Ferreira da Silva
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Arquitetura. 2. Formação. 3. Ensino. 4. Pandemia. 5. Superior.
I. Silva, Camila Ferreira da. II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título

ROBERTH CAVALCANTE ARAGÃO

COMO O/A ARQUITETO/A SE FORMA EM CENÁRIO ATÍPICO? Tomadas de decisões institucionais e transformações no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAM durante a pandemia

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito e exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dra. Camila Ferreira da Silva.

Aprovada: 30 de junho de 2023.

Banca Examinadora

Prof. (a) Dra. Camila Ferreira da Silva
(Orientadora - Presidente, PPGE/ UFAM, Brasil)

Prof. Dr. Frederico Braida Rodrigues de Paula
(Membro externo titular, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Prof. (a) Dra. Fabiane Maia Garcia,
(Membro interno titular, PPGE/UFAM, Brasil)

Prof. (a) Dra. Rita Esther Ferreira de Luna
(Membro interno titular, PPGE/UFAM, Brasil)

Manaus, Amazonas-Brasil, 30 de junho de 2023.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente à graça de Deus, que me possibilitou chegar com vigor até aqui. Dedico também a minha família que é e sempre será minha base de sustentação e ancoramento, em especial a minha mãe Vanuzia, por ser mais que minha genitora, ser o motivo pelo qual meus sonhos se concretizam, e ao meu esposo, Diego, por ser meu apoio e maior incentivador nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Quando tomei a decisão de iniciar essa nova empreitada que é o mestrado, as duas maiores e mais importantes pessoas da minha vida, que são meu esposo (Diego Pereira Tavares) e minha amada mãe (M^a Vanuzia Vieira Cavalcante), foram as primeiras a manifestar apoio e incentivo incondicional a mim. Isso me tomou por uma sensação tão satisfatória e engrandecedora, a qual me acompanhou durante todo esse percurso. A eles eu sou grato! Grato porque antes de eu mesmo acreditar em mim, eles já acreditavam. Essa sensação de gratidão me fortaleceu sempre, até mesmo quando em dias que estava cansado, exaurido e incrédulo, a lembrança da crença dessas duas pessoas, me possibilitaram persistir.

Agradeço também a minha orientadora (Profa. Dra. Camila Ferreira da Silva), por me escolher e aceitar me orientar, direcionar no processo dessa escrita e por me incentivar apoiando quando as circunstâncias abalavam o emocional. As horas de orientação e as dúvidas explanadas engrandeceram os pensamentos e meu conhecimento. Sou grato também pela profa. Camila, por acreditar no objeto e desejo de pesquisa, e junto a mim embarcar em um mundo pouco conhecido por ela, que é a Arquitetura e Urbanismo no Amazonas e eu o da Sociologia da Educação. Esse momento foi uma descoberta, tanto para mim, quanto para ela, pois éramos duas pessoas com conhecimentos diferentes, juntos em um mesmo propósito, onde as áreas correlatas eram novidades para os dois, e assim fluíram as ideias e o processo até este produto final. Assim como também, as documentações essenciais para a pesquisa, e que somente foram possíveis obtê-las através de sua generosa orientação e grande direcionamento de como e onde usá-las. A ti sou muito grato!

Não poderia deixar de agradecer também ao GRUPESPE (Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação), o qual por iniciativa da Profa. Dra. Camila Ferreira da Silva, fundou esse grupo de pesquisa, com o objetivo de criar ações de pesquisa na Amazônia, discutindo as políticas intrínsecas à educação, atreladas ao processo de disseminação do conhecimento em uma Universidade Pública Federal incrustada no meio da Floresta Amazônica, onde as ações educacionais foram desvalorizadas por parte do antigo governo, deixaram à mercê o direito básico de acesso e permanência de estudantes no ambiente educacional.

Quero agradecer também ao grupo de amigos que se formou e se fortaleceu ao longo desse processo de escrita. Grupo amigos que, por muitas vezes, serviu de apoio e incentivo uns aos outros, injetando ânimo e pensamentos positivos frente aos momentos de desespero. A vocês sou grato, pela contribuição emocional e humana, que cada um, com seu jeito de ser, me doou. Muitas vezes sem saber, vocês em nossas inúmeras conversas me transmitiram a motivação, o divertimento e a descontração que na ocasião me faltava. A todos vocês meu muito obrigado (Ariane Santos, Dalvina Rolim, Vinicius Melo e Thales Pessoa).

Agradeço também ao Prof. Dr. Antônio Carlos Rodrigues Silva, por sua atenção e generosa bondade, em compartilhar informações importantíssimas a respeito do surgimento da arte da Arquitetura e Urbanismo na cidade de Manaus. Seus relatos de vivência contribuíram fortemente para a confecção de parte fundamental do *corpus* desta dissertação.

Aproveito ainda para agradecer à Coordenação do Curso de Arquitetura, pois, através de uma conversa informal com a Profa. Dra. Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker (Coordenadora do curso), pude obter informações das experimentações no curso, vivenciadas durante o período pandêmico e que nesta conversa informal, permearam uma criação clara do cenário exploratório a qual desejávamos compreender para a incorporação e delineamento da estrutura desta dissertação.

Agradeço ainda, ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas (CAU/AM), pela contribuição com disponibilidade de dados referente aos registros profissionais durante dos profissionais da área entre 2020, 2021 e 2022 no estado do Amazonas.

Agradeço aos professores da banca de qualificação, que possibilitaram com seus direcionamentos o melhor caminho a trilhar e assim confeccionar a pesquisa e a dissertação que é fruto de um processo formativo de dois intensos anos no Mestrado. E por penúltimo e não menos importante, agradeço à instituição Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que me acolheu e possibilitou essa concretização de pesquisa em uma documentação dissertativa, principalmente em momento atípico que foi a pandemia. E por último agradeço a mim mesmo, por ouvir aos pensamentos de audácia para encarar em primeira vez o processo de mestrado, e assim com toda vontade, desejo e ousadia, me permitir a adentrar esse universo que eu almejava por um bom tempo.

Aproveito ainda para agradecer as instituições que possibilitam a permanência dos estudantes de pós-graduação nesse processo do mestrado e do doutorado, assim como suas pesquisas científicas de grande significância para a Amazônia e para o Brasil e o mundo. A Capes e a Fapeam que permeiam a produção científica de todos os estudantes dentro das instituições federais de ensino. Em especial a esta última que principalmente no estado do Amazonas fomenta inúmeras pesquisas que norteiam não somente o conhecimento dos povos da Amazônia, mas a estimulação da preservação deste bem para futuras pesquisas.

RESUMO

Em meio a um dos epicentros da pandemia de Covid-19 no Brasil, esta pesquisa científica tomou à análise o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas (FT/UFAM) e a formação do/a Arquiteto/a e Urbanista em cenário pandêmico. A investigação que conferiu corpo a esta dissertação se ocupou da (s) influência (s) das tomadas de decisões políticas em níveis federal, estadual, municipal e institucional na formação do/a arquiteto/a e urbanista da UFAM durante a pandemia e a relação entre formar um/a arquiteto/a em um período atípico. A luz disso, a problemática desta pesquisa baseia-se em tentar entender como e quais foram as medidas políticas tomadas pela direção da Faculdade de Tecnologia (FT) e da Coordenação do curso de arquitetura e urbanismo para com o curso no cenário pandêmico? Desta forma, as questões que norteiam a pesquisa são: Como foi o processo de formação do/a arquiteto/a e urbanista na UFAM durante a pandemia de Covid-19? Quais as tomadas de decisões realizadas, no âmbito da formação, pela universidade e o colegiado do curso de arquitetura e urbanismo durante a pandemia? Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo geral compreender como se deu a formação do/a arquiteto/a e urbanista no interior da UFAM, entre 2020 e 2022, em cenário atípico. Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) caracterizar as medidas político-institucionais tomadas pela UFAM durante a pandemia; b) analisar as tomadas de decisão do colegiado do curso de arquitetura e urbanismo frente ao período pandêmico; e c) compreender o ressurgimento das discussões relacionadas ao ensino de arquitetura e urbanismo em modalidade de ensino *EAD* e a medida emergencial do ensino remoto, com base nos posicionamentos das entidades de classe e ensino. Com base no atual cenário, a pesquisa busca apresentar dados bibliográficos e documentais analisados, através de um Inventário Documental e Revisão de Literatura Integrativa (RLI) como o design metodológico, permeando ações estruturadas e reflexivas que nortearão as prováveis discussões para caminhos ou descaminhos em torno da formação do arquiteto e urbanista pós pandemia.

Palavras-chaves: Arquitetura; Formação; Ensino; Pandemia; Ensino Superior.

ABSTRACT

Amid one of the epicenters of the Covid-19 pandemic in Brazil, this scientific research analyzed the Architecture and Urbanism Course at the Faculty of Technology in the Federal University of Amazonas (FT/UFAM) and the formation of Architect and Urbanist in a pandemic scenario. The investigation that gave body to this dissertation dealt with the influence(s) of political decision-making at the federal, state, municipal and institutional levels in the formation of the architect and urbanist of UFAM during the pandemic and the relationship between training an architect in an atypical period. Considering this, the problem of this research is based on trying to understand how and what were the political measures taken by the direction of the Faculty of Technology (FT) and the Coordination of the architecture and urbanism course towards the course in the pandemic scenario? Therefore, the questions that guide the research are: How was the training process of the architect and urbanist at UFAM during the Covid-19 pandemic? What decisions were made, in terms of training, by the university and the collegiate of the architecture and urbanism course during the pandemic? In view of the above, the general objective of the research is to understand how the formation of the architect and urban planner took place within UFAM, between 2020 and 2022, in an atypical scenario. The specific objectives of this research are: a) to characterize the political-institutional measures taken by UFAM during the pandemic; b) analyze the decision-making of the collegiate of architecture and urbanism course in the face of the pandemic period; and c) understand the resurgence of discussions related to the teaching of architecture and urbanism in the distance learning modality and the emergency measure of remote teaching, based on the positions of class and teaching entities. Based on the current scenario, the research seeks to present analyzed bibliographic and documental data, through a Documental Inventory and Integrative Literature Review (RLI) as the methodological design, permeating structured and reflective actions that will guide the probable discussions for paths or deviations around of post-pandemic architect and urban planner training.

Keywords: Architecture; Training; Teaching; Pandemic; Higher Education;

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1 – MERCADO DE ARQUITETURA E URBANISMO DURANTE A PANDEMIA (2020).....	26
FIGURA 2 - RESIDÊNCIA RIO BRANCO PARANHOS – 1943/SP.....	60
FIGURA 3 - FOTOGRAFIA DA PRIMEIRA TURMA DE ARQUITETOS URBANISTAS FORMADOS NO AMAZONAS (1996).....	75
FIGURA 4 - CONTÊINER FRIGORÍFICO PARA ARMAZENAMENTO DE COPOS PELA COVID-19 NO HPS DELPHINA RINALDI ABDEL AZIZ.....	88
FIGURA 5 - ESTRUTURA CÁPSULA VANESSA.....	91
FIGURA 6 - TRINCHEIRAS PARA SEPULTAMENTO DE MORTOS DURANTE A PRIMEIRA ONDA DE COVID-19 EM MANAUS.....	93
FIGURA 7 - O MAIOR CEMITÉRIO DE MANAUS TEVE QUE EXPANDIR SEU ESPAÇO PARA CABER TANTOS SEPULTAMENTOS.....	94
FIGURA 8 - THE GUARDIAN.....	102
FIGURA 9 - BBC.....	102
FIGURA 10 - CLARÍN.....	103
FIGURA 11 - LA REPPUBLICA.....	103
FIGURA 12 - CHEGADA DAS PRIMEIRAS DOSES DO IMUNIZANTE CORONAVAC NO AMAZONAS.....	105
FIGURA 13 - QUADRO CRONOLÓGICO DE AÇÕES POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DURANTE A 1ª ONDA DA COVID-19.....	107
FIGURA 14 - ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	110
FIGURA 15 - 10 ANOS DE REDUÇÃO DE VERBAS PARA UNIVERSIDADES....	111
FIGURA 16 - QUADRO CRONOLÓGICO DE AÇÕES POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INSTITUCIONAIS DURANTE A 1ª ONDA DA COVID-19.....	126
FIGURA 17 - EVOLUÇÃO DE VAGAS AUTORIZADAS PELO MEC PARA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO.....	171
FIGURA 18 - PROPAGANDA DE CURSOS EAD EM ARQUITETURA E URBANISMO E MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA DO CAU/RS, EM CONCORDÂNCIA COM CAU/BR.....	172

FIGURA 19 - QUADRO CRONOLÓGICO DE AÇÕES POLÍTICAS EDUCACIONAIS
TOMADAS PELO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO-UFAM
DURANTE A 1ª, 2ª E 3ª ONDA DA COVID-19..... 188

LISTA DE QUADROS OU TABELAS

QUADRO 1 - CRONOLOGIA DOS MOVIMENTOS E ESCOLA DE ARQUITETURA	54
QUADRO 2 - QUANTITATIVO DE SEPULTAMENTOS E CREMAÇÕES NOS CEMITÉRIOS DE MANAUS NO INÍCIO DA PANDEMIA DE 2020.	95
QUADRO 3 - MANIFESTAÇÃO DOCENTE QUANTO A ADESÃO AO ERE E DISCIPLINAS A SER MINISTRADA:	140
QUADRO 4 - RESPOSTA APRESENTADA PELO CAU/AM EM 25 DE ABRIL DE 2023:.....	183
QUADRO 5 - INVENTÁRIO DOCUMENTAL.....	197

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABEA	Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
ABEN	Associação Brasileira de Enfermagem
ABL	Academia Brasileira de Letras
AEE	Atividades Extracurriculares Especiais
ALEAM	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASBEA	Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BASA	Banco da Amazônia
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPRA-UFAM	Comissão de Assessoramento para Planejamento do Retorno às Atividades Acadêmicas da UFAM
CAU/AM	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas
CAU/BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/MS	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul
CAU/RJ	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro
CAU/RS	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul
CBIO-UFAM	Comissão de Biossegurança da UFAM
CCAURB-UFAM	Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAM
CEF-CAU/BR	Comissão de Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CEULM	Centro Universitário Luterano de Manaus
CGU	Controladoria-Geral da União
CMO	Comissão Mista do Orçamento
CNE	Conselho Nacional de Educação

CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDEP/FT	Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia
CONEA	Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Arquitetura e Urbanismo
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
COREN/RS	Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul
COSAMA	Companhia de Saneamento do Amazonas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREMERS	Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul
CRF/RS	Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul
CRPRS	Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DAU/FT-UFAM	Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia da UFAM
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEC/FT-UFAM	Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia da UFAM
DNPVN	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
DPO	Deliberação Plenária Ordinária
EAD	Ensino a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FAARTES-UFAM	Faculdade Artes da UFAM
FAB	Força Aérea Brasileira
FACED-UFAM	Faculdade de Educação da UFAM
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FENEA	Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
FT	Faculdade de Tecnologia
FUNATI	Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade
FVS-AM	Fundação de Vigilância Sanitária do Amazonas
GTPE	Grupo de Trabalho de Política Educacional
HCMGN	Hospital de Campanha Municipal Gilberto Novaes
HNL	Hospital Nilton Lins
HPS	Hospital e Pronto Socorro
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
ICAM	Instituto da Criança do Amazonas
ICET-UFAM	Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da UFAM
ICSEZ-UFAM	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da UFAM
IEAA-UFAM	Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente da UFAM
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IMPLURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
INC-UFAM	Instituto de Natureza e Cultura da UFAM
ISB-UFAM	Instituto de Saúde e Biotecnologia da UFAM
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
NDE-UFAM	Núcleo Docente Estruturante da UFAM
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PIM	Industrial de Manaus
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGE-UFAM	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM

PROADM-UFAM	Pró-Reitoria de Administração e Finanças da UFAM
PROEG-UFAM	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFAM
PROEXT-UFAM	Pró-Reitoria de Extensão da UFAM
PROGESP-UFAM	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFAM
PROPESP-UFAM	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAM
PROPLAN-UFAM	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da UFAM
PROTEC-UFAM	Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica da UFAM
PSL	Partido Social Liberal
RIT	Relatório Individual de Trabalho
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEDUC-AM	Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SES-AM	Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
SICCAU	Sistema de Informação e Comunicação do CAU
SIMEAM	Sindicato dos Médicos do Amazonas
SPA	Serviço de Pronto Atendimento
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAM	Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TELEMAZON	Companhia Telefônica de Manaus
TFG	Trabalho Final de Graduação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNA-SUS	Universidade Aberta do Sus

UNE	União Nacional dos Estudantes
UNINILTONLINS	Universidade Nilton Lins
UNINORTE	Universidade do Norte
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
<i>USAID</i>	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

Sumário

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I	35
1. SURGIMENTO DA ARQUITETURA NO BRASIL	36
1.1. Educação superior, universidades e o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo brasileiro entre os séculos XIX e XX	36
1.2. Primeira Universidade do Brasil – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).....	38
1.3. Estruturação do espaço destinado ao ensino superior: Cidade Universitária x Campus Universitário.....	42
1.4. Decreto Nº 19.851, de 11 de Abril De 1931 (Estatuto das Universidades Brasileiras)	46
1.5. Educação superior no Brasil do século XX ao XXI (Consolidação das Universidades)	48
1.6. Modernização das universidades brasileiras e a Reforma Universitária de 1968	50
1.7. Movimento modernista na arquitetura	53
1.8. Incorporando a arquitetura nos pilares de uma nação em progresso: Escola Carioca X Escola Paulista Brutalista.....	55
1.9. Do plano piloto de Brasília ao interior da região amazônica: surgimento da arquitetura no Amazonas	62
CAPÍTULO II	76
2. PANDEMIA: DO LIVRE CAMINHAR AO RESTRITO COMPULSÓRIO	77
2.1. Cenário pandêmico no Brasil e no Amazonas.....	77
2.2. UFAM na pandemia	109
2.3. Curso de Arquitetura na pandemia/UFAM.....	128
CAPÍTULO III	147
3. FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS EM CENÁRIO ATÍPICO	148
3.1. Formação em cenário atípico na UFAM;	148
3.2. Posicionamentos das entidades de classe;	168

3.3. Caminhos e descaminhos/ tensões/lutas em torno da formação do arquiteto no fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (Pandemia de COVID-19).....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS	205
APÊNDICES	227
APÊNDICE I – INVENTÁRIO DOCUMENTAL.....	228
ANEXOS.....	237

INTRODUÇÃO

Antes de prosseguir à continuidade desta dissertação, atemos que não é só colocar na tela do computador, letras, palavras e frases que tenham concordância com a língua portuguesa. Seria muito simples, seco e técnico. Contudo, em cada letra, cada frase, apresento ao leitor um pouco da minha essência como ser social e do Roberth Aragão, jovem de trinta anos de idade, sonhador, criativo, audacioso, persistente e principalmente crente. Crente em um futuro melhor para si, para sua família e para a sociedade, onde tenhamos mais afeto pelo bom senso e boas ações, ao invés de likes e curtidas, (algo cada vez mais típico e naturalizado nos tempos atuais). Além de elencar o ofício da arte de estudar arquitetura e de inserir essa profissão como objeto de estudo, pensando na formação dos indivíduos aliado ao período pandêmico que vitimou o mundo todo do fim de 2019 até os dias atuais (2023).

Se perguntado o porquê de escolher estudar arquitetura? Respondo que se dá por escolha própria. Uma vez que é a profissão que escolhi para seguir no mercado de trabalho e a qual me enche os olhos, principalmente quando se olha a vertente da arquitetura social, urbanística, paisagística, educacional e amazônica. Aproveito para afirmar que pensar a arquitetura no Brasil não é fácil, mas pensar a arquitetura na Amazônia é muito mais difícil. Há inúmeros eventos a serem pontuados e considerados. E de todos pontuo os principais que são sustentabilidade, conforto térmico, acessibilidade, urbanização e mobilidade urbana. A arte de ter um ambiente ou edificação projetada, pensada e organizada arquitetonicamente é direito de todos e é dever do Estado¹, possibilitar o acesso das pessoas aos profissionais aptos a desenvolverem a arquitetura de forma coesa e coerente.

Discorrer sobre a educação superior em um momento extremamente difícil nos aspectos sanitário, econômico e principalmente social não foi fácil. Durante os últimos três anos a vivência em Manaus não foi agradável, uma vez que além de presenciar as dores, perdas e sofrimentos de amigos, familiares e conhecidos durante a pandemia, tivemos que nos distanciar obrigatoriamente por questões de saúde, porém, isso se fez em ocasião em que o acalento, o abraço e o aconchego nunca

¹ Conforme o Art. 23. Da Constituição Federal de 1988 *“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”*
IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. BRASIL. [Constituição (1988)]

foram tão necessários, afinal, nesse momento todos nós vivíamos o mesmo tempo, porém, com diferentes formas de experienciar a pandemia e suas consequências. A investigação de mestrado aqui retratada foi se construindo com fragmentos de aprendizados, dores, inseguranças, lágrimas, mas principalmente sentimentos de esperança de dias melhores para todos e todas. O dia a dia do/a brasileiro/a já não era o mesmo há um bom tempo, mais especificamente em meados 2018 já vivíamos um período turbulento, com crescimento econômico lento de apenas 1,1%² se comparado ao ano anterior, no qual a economia já se mostrava instável e já havia uma prospecção de que teríamos dias difíceis por um longo período.

No início de 2019, o/a brasileiro/a tinha suas convicções econômicas em perspectivas de leve crescimento, porém, ainda vivenciando os traços da inflação que havia se instalado no ano anterior no país e as dores de dois anos consecutivos de recessão econômica (2016 e 2017), aliada ao golpe político (2016) que foi maquiado por um *impeachment* não somente à então ex-presidente Dilma Rousseff, mas à classe trabalhadora do país³, além de marcas históricas de 14 anos de governo petista com avanços econômicos em várias áreas, porém, com inúmeros escândalos políticos no período que incluíam o Mensalão, o Petrolão e demais situações constrangedoras entre políticos de vários partidos e empresários do país⁴.

A caracterização de golpe é discutida entre vários estudiosos do campo político, econômico e jurídico brasileiro. A própria Revista Galileu, em sua edição de 01 de novembro de 2016, com título bastante chamativo intitulado: “O *impeachment da presidente Dilma Rousseff foi golpe ou crime?*”, traz a discussão do assunto sob o olhar de dois especialistas com visões diferentes sobre o mesmo assunto. Se por um lado o Prof. Dr. em Ciências Sociais Luis Felipe Miguel, defende que sim o impeachment da presidente Dilma Rousseff foi um golpe de estado,

² “A economia brasileira cresceu 1,1% em 2018 em relação ao ano anterior”. Notícia na íntegra em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/pib-repete-desempenho-de-2017-e-cresce-11-em-2018.shtml>.

³ Está afirmação de golpe é relatada na página da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com base na declaração sustentada pelo ministro Luís Roberto Barroso no artigo para a edição de estreia da revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/depois-de-seis-anos-ministro-do-stf-admite-dilma-foi-vitima-de-um-golpe-de-estad-116e>. Acesso em 09 fev. 2023.

⁴ Disponível em: BARROSO, Luís Roberto *et al.* A Democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. As Relações Internacionais e O Brasil no Mundo: debate e reconstrução. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro/Rj, v. 1, p. 1-208, 2022. Trimestral. ISSN 2764-7897. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/edicao/1/jan-mar-2022>. Acesso em: 07 set. 2022.

[...] Em suma: houve condenação sem crime. Todo o ritual do processo de impedimento foi seguido, mas isso é só a aparência. Não havia fundamento na lei para a destituição da presidente. O nome disso é golpe. [...] (MIGUEL, 2016, para. 04).

Leon Victor de Queiroz Barbosa, doutor em Ciência Política pela UFPE, é professor na Universidade Federal de Campina Grande e advogado, sustenta a tese que não foi golpe, mas que a legislação e a opinião privativa de cada júri, levou à interpretação falha sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), contudo, segundo ele, não podendo ser caracterizado como “golpe”, ao menos do ponto de vista institucional. Leon ainda afirma que a legislação deve sofrer alteração urgente para que não dê margens futuras a novas vulnerabilidades e interpretações errôneas da lei:

[...] Apesar de traumático, seguiram-se as regras materiais e procedimentais vigentes, o que afasta o argumento do golpe, ao menos do ponto de vista institucional. Mas o episódio acende o debate sobre a mudança na legislação no sentido de cessar essa vulnerabilidade. [...] (BARBOSA, 2016, para. 11).

Com as perspectivas dúbias para o novo ano e na esperança de incertas melhorias na economia, aliadas ao cenário econômico em lento crescimento, o brasileiro já vivenciava um período de inúmeros desafios diários. Desafios estes que exibiam a renda familiar cada dia menor como é apresentado na matéria do caderno de economia do Portal G1:

[...] “Em 2019, o desempenho da economia começou de forma lenta, e os analistas já reduziram a projeção de crescimento de 3% para 2%. Na última sexta-feira (22), o ministério da Economia também reduziu sua previsão de alta do PIB para este ano, de 2,5% para 2,2%.[...]” (PORTAL G1, 2019, para 7).

No entanto, paralelo a todas as incertezas vividas no período, iniciava-se o novo momento presidencial do Brasil, com a posse do presidente Sr. Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL). O qual foi eleito utilizando de um discurso de conservadorismo social popular em prol da família tradicional brasileira e cristã, mostrando assim a clara inserção da política em meio à religião (BARROSO, 2022):

“Bolsonaro se elegeu seguindo a cartilha populista tradicional: o povo simples, puro e conservador contra as elites sofisticadas, corrompidas e “esquerdistas”. (BARROSO, 2022, p. 6).

O novo governante eleito, ainda no início de seu mandato, já se inseriu em conflito político-social, em que apresentou as marcas entre populismo e democracia de modo abrupto e explícito. Afinal, não haveria como cumprir as promessas eleitoreiras sem confrontar-se com as instituições supostamente ocupadas pelos representantes de elites “esquerdistas”. Deste conflito surgiram atos antidemocráticos e anticientíficos movimentados por apoiadores “conservadores” do então presidente, e com a sua participação direta em várias manifestações públicas enaltecidas com falas estimulantes da violência e ações promotoras do desrespeito.

Na ocasião, os brasileiros vivenciavam uma economia fragilizada com crescente e diária oscilação no valor monetário devido às atitudes públicas do governante e suas ações antidemocráticas. Estas ações desestabilizadoras da moral social, política, econômica e institucional afetaram diretamente as instituições públicas do país e seus servidores. De maneira ordenada, articulada e orquestrada, essas ações partiram de sites, blogs e diversos canais de extrema direita, propagando e disseminando falas em prol da invasão e fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, com retirada à força de seus membros, caracterizando assim um explícito ato inconstitucional contra a nação, sempre baseado nas *fake news*. Esses ataques agressivos, mentirosos e violentos⁵ contra a nação, caracterizado por apoiadores do governo, segundo investigação, eram financiados com apoio direto de verbas públicas. Notoriamente, essas atividades ameaçavam diretamente a democracia do país e exibiam nitidamente a capacidade de organização articulada daqueles que desejavam se manter no poder a qualquer custo, mesmo que de forma escusa. Claramente, para articular tais atos, quem estaria por trás desses movimentos uma hora deixaria rupturas fraudulentas passíveis de investigação, evidenciando assim os escândalos com possível participação do governo:

[...] Revelou-se a existência de esquemas profissionais de desestabilização democrática, com suspeita de financiamento público em alguns casos, potencializados pelo uso massivo das redes sociais, alimentadas por

⁵ Disponível em: BARROSO, Luís Roberto *et al.* A Democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. As Relações Internacionais e O Brasil no Mundo: debate e reconstrução. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro/Rj, v. 1, p. 1-208, 2022. Trimestral. ISSN 2764-7897. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/edicao/1/jan-mar-2022>. Acesso em: 07 set. 2022.

fanáticos, mercenários (que monetizam o ódio e a mentira), por *trolls*⁶ (BARROSO, 2022, p. 07) e seguidores acrílicos [...] (BARROSO, 2022, p. 07).

Esses eventos, aliados à incredulidade do país no mercado externo, motivaram a perspectiva interna de crescimento econômico lento a longo prazo devido ao grande retrocesso político instalado no país. Apesar de todos os entraves que norteavam uma possível melhora para a qualidade de vida dos indivíduos, a economia brasileira apresentava algumas previsões para ligeiras melhoras. No entanto, nos supermercados, os carrinhos já não tinham o mesmo volume de alimentos, o mercado de trabalho dava indícios de leve e lento crescimento por longo período:

[...] Para os brasileiros que ainda têm vivos na memória os anos de alta desenfreada dos preços, 2019 foi um alento. A inflação não deu sustos em ninguém ao longo do ano – exceto pela alta nos preços das carnes a partir de novembro, resultado de um pico de exportações do produto para a China. [...] (G1, 2019, p. 06)

Nesse contexto inicia o ano 2020 que, apesar de todos os desafios internos do país, ainda acreditava em melhoras econômicas. Entretanto, de repente tudo parou devido à ascensão de uma nova problemática surgida na parte oriental do globo terrestre. Tudo mudou drasticamente. A esperança de crescimento antes vista como ponto de melhora, agora em 2020 já não era tão presente, o que se devia, no caso brasileiro, à junção catastrófica entre o governo Bolsonaro e a pandemia que se desenhava no horizonte:

O ano de 2020 será lembrado como o ano da Covid-19 e suas crises, sanitária e econômica. Além das mais de 186 mil mortes pelo novo coronavírus no Brasil até o dia 20 de dezembro, o ano também foi de considerável perda na economia do país. O desemprego, que já estava elevado, disparou, acentuando o problema estrutural da desigualdade social (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020, p. 01).⁷

Aos meses finais do ano de 2019 e início do novo ano, surge um inimigo tão pequeno e impossível de se enxergar pelo olhar humano. Um microrganismo pequeno no tamanho, mas de imensurável periculosidade na saúde de muitos pelo mundo. Sua

⁶ Troll, na linguagem da internet, identifica o usuário que veicula mensagens inflamatórias, agressivas e frequentemente falsas para produzir engajamento pela raiva, indignação, ódio e radicalismo (BARROSO, 2022, p. 07).

⁷ Matéria completa em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/12/como-economia-andou-e-desandou-em-2020.html>

primeira aparição aconteceu no continente asiático e pouco tempo depois o mundo todo já conhecia esse novo ser. A partir deste momento o mundo contemporâneo não era mais o mesmo, diversas atividades tiveram que literalmente parar. O cotidiano agitado da humanidade de uma hora para outra desacelerou:

A economia mundial está em uma desaceleração sincronizada e estamos, mais uma vez, rebaixando a previsão de crescimento em 2019, para 3%, o ritmo mais lento desde a crise financeira mundial. O crescimento continua a ser enfraquecido pelo aumento das barreiras comerciais e das tensões geopolíticas (WASHINGTON, 2023, p. 01).⁸

Profissões antes consideradas desvalorizadas, passaram a ter honraria mundial, e aqueles que desempenhavam essas atividades passaram a ser tidos como “heróis”, título mais do que merecido, afinal, eles sempre foram e continuarão a ser os nossos heróis desta guerra que ainda não acabou, apesar de aos 05 dias de maio de 2023 a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado fim da *Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)*⁹. Fazem parte desse cenário os profissionais da saúde, educação, entregadores de alimentos, motoristas de aplicativo, motoristas de ônibus, caminhoneiros e todos os demais que tornaram o ato diário de viver em uma cidade e em seus ambientes, um resultado de vários fatores vitais.

Neste mundo de pandemia¹⁰, inúmeras profissões ganharam muito mais importância para a sociedade. Aconteceu com o/a professor/a, médico/a, enfermeiro/a, entregador/a e arquiteto/a¹¹, assim com outras. Afinal, o confinamento nos mostrou que todos os papéis, funções e profissões valem muito e são de suma

⁸ Matéria completa em: <https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2019/10/14/blog-weo-the-world-economy-synchronized-slowdown-precarious-outlook#:~:text=A%20economia%20mundial%20est%C3%A1%20em,comerciais%20e%20das%20tens%C3%B5es%20geopol%C3%ADticas>.

⁹ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente#:~:text=%C3%A0%20COVID%2D19-,OMS%20declara%20fim%20da%20Emerg%C3%AAncia%20de%20Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica,Internacional%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19&text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19..> Acesso em: 08 maio 2023.

¹⁰ Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2020), o termo “pandemia” se refere à proliferação de uma doença em nível geográfico e não à sua intensidade de gravidade, significando que atingiu patamares muito mais abrangentes em número de infetados e não podendo mais definir a quantidade e velocidade de propagação deste agente patogênico.

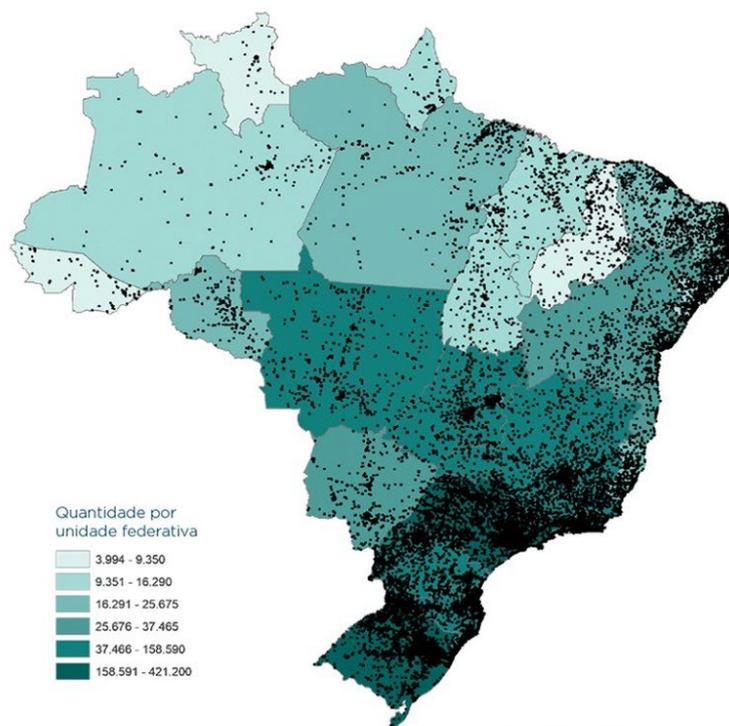
¹¹ Segundo dados do Sistema de Inteligência Geográfica do CAU (IGEO-CAU/BR), houve um crescimento de 12% de demanda de serviço no último semestre de 2020, mostrando assim que a profissão teve procura e demanda, ArchDaily, (2021, para 02).

importância para todos e, partindo deste contexto, esta pesquisa busca abordar uma dessas profissões por sua importância e principalmente pelas políticas educacionais por trás da formação profissional nesse cenário atípico acarretado pela pandemia.

Segundo dados do Sistema de Inteligência Geográfica do CAU (IGEO-CAU/BR) apresentados na matéria do ArchDailly, (2021, para 02), mostram que ao final de 2020, houve um crescimento de 12% na procura de serviços do profissional de Arquitetura e Urbanismo.

Figura 1 – Mercado de Arquitetura e Urbanismo durante a Pandemia (2020)

MERCADO DE ARQUITETURA E URBANISMO



Fonte: IGEO-CAU/BR.

Imagem: Fonte IGEO-CAU/BR

Esse movimento de crescimento da procura pelo profissional de arquitetura e urbanismo continuou no ano seguinte e com procura para diversos tipos de projetos ligados ao espaço de moradia, como mudança de layout e melhora de espaço de convivência, confirmando assim a alta procura pelo profissional de Arquitetura e Urbanismo durante a pandemia com vemos na matéria da Casa Vogue (2022, para 02-06),

Segundo estudo desenvolvido pela Archademy, startup voltada para arquitetos e designers, 80% dos profissionais entrevistados tiveram aumento no número de projetos desenvolvidos no período.

“Hoje, pode-se dizer que há uma busca muito maior pela profissionalização das criações e adaptações dos projetos de interiores. Muitas pessoas migraram da *‘autorreforma’* para as reformas profissionalizadas, onde há a contratação do arquiteto para fazer o dinheiro e o tempo do cliente renderem mais”, opina Anna Rafaela Torino, CCO e cofundadora da Archademy.

Segundo os 900 participantes da pesquisa, 95,5% receberam propostas para a readequação de espaços residenciais. Dentre essas mudanças, chama a atenção a porcentagem de pedidos para criação de ambientes para home office: 65,8%. Quando a mesma pesquisa foi realizada no ano anterior, 2020, o índice de demandas de reformas do mesmo tipo era de 50,5%. Casa Vogue (2022, para 02-06).

Notoriamente aprendemos que durante este período em que se desenvolveu e se estendeu a pandemia, atingindo inúmeras áreas da vida individual, social e coletiva do ser humano, ficou a cargo das universidades federais a difícil tarefa de enfrentar a pandemia dando continuidade a ministração da educação superior, mesmo que sem preparo para o momento pandêmico, uma vez que é de notório saber que a educação superior federal brasileira já se apresentava nos últimos anos (2017, 2018, 2019 e 2020) com poucos investimentos, além de terem diminuição significativa destes pelo governo Bolsonaro. Dessa forma, percebemos que além de enfrentar sozinha uma nova rotina de ensino, as universidades federais tiveram que se desdobrar de forma despreparada e sem apoio para tal ação, por obrigatoriedade da Portaria Nº 343, aprovada no dia 17 de março de 2020 pelo Ministério da Educação (MEC).

Tal documento autorizou a substituição das aulas dos cursos presenciais do Ensino Superior por meios remotos de ensino durante a pandemia de COVID-19. A Portaria delega às instituições a disponibilização de plataformas digitais para acompanhamento das disciplinas pelos alunos, bem como autoriza a suspensão de aulas com posterior substituição, caso as Universidades façam essa opção (BRASIL, 2020). Nesse primeiro momento, fica claro que as Universidades Federais deveriam, sozinhas, com estruturas que já sofrem

com baixos investimentos há anos, enfrentar a educação em tempos de COVID-19 (CERQUEIRA, 2020, p. 2).

Desta forma a presente dissertação estabelece um estudo a respeito da(s) influência(s) das tomadas de decisões políticas na formação do/a arquiteto/a e urbanista da UFAM durante a pandemia e a relação entre formar um arquiteto em um período atípico – norteando ainda as significativas influências ocorridas neste período, pelas efêmeras mudanças no conhecimento e as intensas transformações no mundo contemporâneo.

Explorando o cenário pandêmico da cidade de Manaus, fez-se necessário analisar as relações das carências educacionais evidenciadas durante aquele período perante os desafios na formação do/a arquiteto/a e urbanista em meio a uma pandemia, em que milhares de pessoas tiveram a rotina de suas vidas alteradas e suas necessidades modificadas.

Na busca de continuar o processo formativo, os jovens estudantes foram obrigados a vivenciar uma rotina diferente de estudo dentro das instituições de ensino, posto que, parte das disciplinas passaram a ser ministradas e acompanhadas por meio de aulas remotas com pouca interação efetiva entre estudantes-professores/as.

A problemática baseou-se no exercício intelectual de entender como e quais foram as medidas políticas tomadas pela direção da Faculdade de Tecnologia (FT) e da Coordenação do curso de arquitetura e urbanismo para com o curso no cenário pandêmico? São evidências dessas mudanças ocorridas, a necessidade de reinvenção da rotina de estudo para o *home office*, aulas online por meio do ensino remoto, a displicência no processo de aprendizagem, a dedicação maior de tempo para o aprendizado individualizado e a falta de interação presencial entre os corpos discente e docente, evidenciando ainda mais as mazelas no âmbito da aprendizagem e da formação profissional nesse período.

Paralelo ao cenário e às mudanças acarretadas pela pandemia, foi inevitável supor os prováveis desafios que estes futuros profissionais poderão vivenciar no decorrer da formação profissional. Uma vez que as demandas da profissão estão, por sua vez, firmadas nas necessidades da sociedade e não somente nos ensinamentos obtidos no ambiente acadêmico, apesar de estes serem a estrutura das fundamentações estruturantes providas nas ações estruturadas ao longo da história social e política de uma sociedade. Neste cenário, estas deficiências de ensino ficam

mais evidenciadas com a presente situação vivenciada durante a pandemia, em que, além das atuais necessidades de ensino, a ausência do ambiente físico de aprendizagem poderá comprometer a realidade a ser enfrentada futuramente no mercado de trabalho, necessitando de complementação básica de formação profissional e aprimoramentos das habilidades e qualificações, como forma de atender às reais necessidades da população.

Partindo dessa premissa, foi fundamental a coleta de dados como parte do embasamento para a fundamentação teórica da pesquisa realizada. Dessa forma, a pesquisa tomou como pressuposto epistemológico o pensamento de Pierre Bourdieu sobre os campos político e acadêmico, bem como sua Sociologia Reflexiva como método de análise, pelos quais foram transcritos os fatos e as ações atuais dando materialidade às atividades desenvolvidas no referido período, com aporte nos diálogos de autores vitais das ciências humanas para propagação dos pensamentos teóricos clássicos e embasados nas ações do cenário pandêmico, correlacionando seu simbolismo impregnado por ações do capital material e imaterial, bem como a dominação simbólica presente no meio social. Trata-se de uma investigação bibliográfica e documental, a qual incide sobre a materialidade técnica a respeito das ações tomadas por meio direcionado de decretos governamentais e documentos institucionais da UFAM, do curso de arquitetura e de entidades de classe e ensino ligadas diretamente à área aqui analisada. E como aporte inicial da pesquisa, desenvolveu-se uma Revisão de Literatura Integrativa (RLI) que deu aporte para a sistematização de revisão ancorada nos termos pesquisados preliminarmente: Ensino Superior; Formação em Arquitetura e Urbanismo; Pandemia; e Ensino Remoto em Arquitetura e Urbanismo. Esta etapa inicial, provocou o aparecimento e a consideração de termos emergentes, os quais tomaram importante implementação junto aos demais termos da pesquisa por conta de suas aparições recorrentes ao longo do processo de RLI. Esses termos emergentes foram: Formação e Política da Educação do Ensino Superior. Na etapa de análise documental seccionamos a mesma em inventário documental¹² com as seguintes categorias de análise: 1 – Ações políticas (governamentais e institucionais); 2 – Formação; e 3 – Ensino.

¹² Para melhor compreensão do processo de pesquisa documental, verificar o inventário em anexo.

A pesquisa ainda tomou notas de dados adquiridos ao longo do processo de escrita, por meio das ações de coleta exploratória concatenadas ao envolvimento da pesquisa. Permeando assim um estudo alicerçado e ancorado em pilares fundamentais para uma documentação científica, que tomou como pressuposto a importância da historicidade da arquitetura brasileira e em específico a amazônica. Dessa forma, o desenvolvimento desta escrita baseia-se em uma história dialogada, pelo que tento transcrever os fatos históricos por meio de um diálogo franco com o leitor.

Ainda se faz necessário relatar a coleta de dados referente às tomadas de decisão por meio das ações políticas de formação profissional da UFAM, além da participação das instituições de classe (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA); Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA); Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas (CAU/AM); Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR); Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e ensino, para melhor compreensão do objetivo do estudo. Abordando ainda o objeto da pesquisa no campo das políticas públicas dentro do ambiente da arquitetura com olhar analítico a luz das ações institucionais tomadas pela coordenação e o colegiado do curso de arquitetura e urbanismo da UFAM.

O ensino de arquitetura no Brasil possui normas estabelecidas da formação profissional pensando na qualidade, aproveitamento e aprendizado do/a acadêmico/a e futuro/a profissional no que diz respeito à profissão do/a arquiteto/a e urbanista. Calculado nesses critérios algumas instituições manifestaram seu posicionamento ainda em 2019, a respeito da Portaria nº 343 do Ministério da Educação, que autorizou as instituições de ensino a migrarem temporariamente suas atividades acadêmicas presenciais regulares para a modalidade remota, em razão da pandemia do novo coronavírus.

Seguindo critérios pedagógicos pertinentes à qualidade de ensino, diversas instituições públicas não compactuaram com a migração do ensino de arquitetura do modo presencial para o ambiente remoto, apesar de diversas universidades privadas optarem por seguir sem demora as medidas autorizadas pelo Ministério da Educação. Suas decisões baseiam-se em possíveis consequências negativas que podem ocorrer na qualidade da formação do/a profissional em arquitetura, uma vez que tal atitude

abre graves precedentes inimagináveis à formação deste profissional em específico. Esses fatos são evidenciados na matéria on-line do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/BR apud CAU/MS), publicada em 30/03/2020, em sua página oficial citando o posicionamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) perante o aumento de carga horária de disciplinas on-line de modo a favorecerem a ideia de ensino a distância na formação do arquiteto:

[...] O CAU/RS defende o EaD como uma ferramenta, e não como uma modalidade. Sendo assim, a adaptação dos currículos escolares para medida à distância devido ao coronavírus resulta na superficialidade do ensino [...] (CAU/BR apud CAU/MS, 2020, para 4).

A formação do arquiteto e urbanista consiste em uma conjunção pedagógica de aprendizagem, com técnicas teórico-práticas ligadas diretamente à arquitetura. Logo, o ambiente físico é essencial para o desenvolvimento das técnicas do aprendizado, uma vez que a falta deste compromete a interação de aluno/a e professor/a, podendo trazer sérios riscos à formação do/a futuro/a profissional. Pois, a relação de acadêmico e mestre fomenta não somente uma troca de conhecimentos mas também uma correlação de ensinamentos e experiências primordiais para a segurança, saúde, educação, patrimônio cultural, meio ambiente o bem-estar da sociedade.

Nesse contexto está inserido o lócus desta pesquisa, tido como cenário e plano de fundo das ações e reações necessárias para a continuidade do ensino e formação universitária do/a arquiteto/a e urbanista durante um dos maiores cenários de crise sanitária da história da humanidade, que afetou direta e indiretamente a vida do ser humano de diversas formas.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) possui um dos maiores exemplos atemporal, funcional e de grande significância para a arquitetura da região amazônica, principalmente quando se fala em espaço educativo. O *campus* da universidade é uma memória viva da importância da arquitetura bioclimática defendida e projetada pelo arquiteto carioca Severiano Mário Porto¹³. Este que é considerado o

¹³ O arquiteto Severiano contribui grandiosamente para a construção da arquitetura no Estado do Amazonas como arte de ofício, e mesmo quando ocupou por um curto período de tempo o cargo de professor em curso de engenharia na Faculdade de Tecnologia (FT/UFAM), o mesmo não lecionou

“Arquiteto da Amazônia”, obteve este título que lhe foi atribuído não ao acaso, mas devido a sua enorme contribuição para a região, sempre levando em consideração critérios essenciais, como: arquitetura vernacular, estudos bioclimáticos, desempenho das construções, sustentabilidade, conforto térmico e acústico, além funcionalidade efetiva da construção de modo a tornar, a arquitetura realmente de forma pensada e projetada para a região amazônica e seus habitantes.

As considerações e significância de Severiano denotam a importância de se estudar o berço do ensino da arquitetura na região em um período pandêmico, não somente como *campus* universitário, mas sim como lugar onde se tem edificações projetadas pelo então arquiteto, que também foi professor emérito do magistério superior na Faculdade de Tecnologia (FT) da UFAM, além de responsável pelo desenvolvimento do projeto arquitetônico do Campus Senador Arthur Virgílio Filho, onde hoje funciona a sede da Universidade Federal e da Faculdade de Tecnologia¹⁴.

Destarte, é notória a relevância de se pontuar o cenário da arquitetura amazônica em âmbito educacional, como primeira e única universidade pública federal do estado do Amazonas, projetada pelo arquiteto da Amazônia.

Pesquisar o curso de arquitetura do UFAM possibilitou, portanto, uma homenagem ao arquiteto Severiano, que também foi vítima deste cenário inóspito da saúde pública nacional. O arquiteto faleceu em dezembro de 2020, vítima de Covid-19, e deixou um legado de ensinamento, aprendizado e conhecimentos de uma arquitetura pensada do homem para o homem sem destoar do seu entorno¹⁵.

Por meio deste diálogo, o estudo proporcionou uma compreensão dos desafios vivenciados pelos/as acadêmicos/as de arquitetura, no que concerne à profissão dentro do ambiente de formação e seus respectivos entraves durante a pandemia de Covid-19 na cidade de Manaus, assim como uma análise com base nas tomadas de decisões político-pedagógicas para a continuidade do ensino-formação dentro da

para o curso de arquitetura e tão pouco ministrando arquitetura e sim apenas uma disciplina de Desenho de Arquitetura. Desta forma salientamos o papel de Severiano como arquiteto de ofício, e não como arquiteto educador/formador, motivo pelo qual ele tem breve aparição nesta introdução e primeiro capítulo como forma de contextualização história da arquitetura na região Amazônica.

¹⁴ Mais informações sobre as obras de Severiano disponível na página: <https://ft.ufam.edu.br/ultimas-noticias/232-acervo-pessoal-do-arquiteto-severiano-porto-e-doador-para-nucleo-de-pesquisa-da-faculdade-de-tecnologia-da-ufam.html>.

¹⁵ Confira a matéria na íntegra a respeito da morte do Arquiteto Severiano Mário Porto em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/12/10/arquiteto-severiano-mario-porto-morre-vitima-de-covid-19.ghtml>.

universidade. Evidenciando assim, a longo prazo, possíveis prejuízos que o/a futuro/a arquiteto/a absorveu, devido à deficiência já existente, e que no referido período em que o ensino remoto pendurou durante a pandemia, tornou-se mais nítido.

Nesse contexto, as questões que norteiam a pesquisa são: Como foi o processo de formação do/a arquiteto/a e urbanista na UFAM durante a pandemia de Covid-19? Quais as tomadas de decisões realizadas, no âmbito da formação, pela universidade e o colegiado do curso de arquitetura e urbanismo durante a pandemia?

Dessa forma, diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo geral compreender como se deu a formação do/a arquiteto/a e urbanista no interior da UFAM, entre 2020 e 2022, em cenário atípico. Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) caracterizar as medidas político-institucionais tomadas pela UFAM durante a pandemia; b) analisar as tomadas de decisão do colegiado do curso de arquitetura e urbanismo frente ao período pandêmico; e c) compreender o ressurgimento das discussões relacionadas ao ensino de arquitetura e urbanismo em modalidade de ensino *EAD* e a medida emergencial do ensino remoto, com base nos posicionamentos das entidades de classe e ensino.

Esta dissertação comporta 3 eixos principais, os quais nomeio como: **capítulo 1**, a qual traz o “*estilóbato*”¹⁶ Albernaz e Lima, (2003, p. 242), de direcionamento historiólogo da pesquisa realizada em torno da formação do profissional de arquitetura e urbanismo até a sua chegada nas entranhas do Estado do Amazonas. Em seguida apresento o **capítulo 2** que aborda o cenário da pandemia que enclausurou a todos como forma de contenção da contaminação pelo vírus mundo à fora. Neste mesmo capítulo ainda é feito o ancoramento mais implícito do objeto principal da pesquisa, que é o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Ufam, assim como a própria instituição frente a esse momento atípico. No **terceiro e último capítulo** é feito o aparato das ações e reações intrínsecas a formação do profissional de arquitetura diante do cenário pandêmico, meios experimentais de continuidade do ensino em formato híbrido e remoto, além do ressurgimento das discursões correlatas a formação deste profissional em modalidade EaD. Através ainda nesse último momento, as observações e considerações confeccionadas com base nos dados e direcionamentos obtidos através do processo e produto final de pesquisa realizada.

¹⁶ Na arquitetura clássica, Estilóbato corresponde a parte de base ou cornija que sustenta as colunas e paredes de uma edificação, Albernaz e Lima, (2003, p. 242).

CAPÍTULO I

1. SURGIMENTO DA ARQUITETURA NO BRASIL

1.1. Educação superior, universidades e o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo brasileiro entre os séculos XIX e XX

O ensino da arquitetura pendura paralelamente à conjunção do ofício da profissão e a história da criação das primeiras universidades no Brasil. Foi a partir da assinatura do decreto de criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, por D. João VI, em 12 de agosto de 1876¹⁷, Cau/RJ (2016. para 01), que o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil tornou-se notoriamente de suma importância para a construção da nova nação em processo de desenvolvimento. O primeiro curso de arquitetura do Brasil foi fundado durante a missão artística francesa ao país, então sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A arquitetura e urbanismo ainda no período colonial teve papel fundamental quanto ao desenvolvimento e organização do espaço das cidades recém-criadas. Uma vez que nesse processo começou a estabelecer meios de arruamento, organização espacial de marcos legais da cidade, como as igrejas e conventos, assim como construção de colégios, praças e fortificações pensadas para atender às necessidades da nova elite que estaria a viver nas terras da nova colônia.

O processo de urbanização estabeleceu fixação de melhorias culturais individuais, separações sociais e principalmente de atributos simbólicos de *status* para os indivíduos que buscavam ter e apresentar maior prestígio no período colonial. Aportando neste estigma, constitui-se por pequenos fragmentos o conceito de urbanização, que já era objeto estabelecido pelo sociólogo Max Weber em seus estudos sobre a cidade e o urbanismo. Tempos mais tarde o mesmo conceito foi objeto de aporte pelo arquiteto e sociólogo brasileiro Nestor Goulart Reis Filho em sua importante obra *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*. Segundo Nestor Reis Filho, o processo de urbanização ocorre

[...] quando em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender, para a sua

¹⁷ Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes/>.

subsistência, dos produtos do trabalho de outra parcela, aos quais tem acesso por meio de troca ou por apropriação direta. A urbanização se dá com o aparecimento de uma “economia urbana” como define Weber; portanto, com o estabelecimento do mercado urbano (REIS FILHO, 1968, p. 20).

Visando atender às necessidades da elite portuguesa e da construção da colônia, o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil tornou-se fundamental. Em 1549 chegou em terras brasileiras o governador-geral Tomé de Souza e o mestre arquiteto Luís Dias, em 1577, seu irmão jesuíta e também arquiteto, Francisco Dias (ANDRADE, 1997). Contudo, esta forma de ensinar não se configurava como um ensino de docência de nível superior, haja visto que estes eram ligados à prática de ofícios, e para tal poderiam ter dois aprendizes no máximo (não sendo negros e escravos), esta prática tinha periodicidade de quatro anos no mínimo e seis anos no período máximo (MARAGNO et Al., 2010).

A colônia brasileira, objeto de cobiça e de valor de Portugal, começou a despertar a necessidade de ter uma estrutura física que atendesse às necessidades da realeza que em terras brasileiras estava se instalando. Dessa forma, a formação dos aprendizes de medidores e arquitetos começou a ganhar materialidade a partir de meados de 1808, como relatam Jordão e Claro (2015).

O novo posicionamento de preocupação e dedicação à formação de aprendizes de medidores e arquitetos se dá proveniente de que até aquele presente momento a elite portuguesa seguia o modelo de ensino superior leigo no Brasil, que ora havia sido criado pelo Príncipe Regente D. João, o qual não era organizado em forma de universidade, mas sim, como escolas isoladas.

Segundo Pinto e Buffa (2009, p. 10), a construção de um centro universitário é anterior a criação do espaço de ensino denominado Universidade. Esta por sua vez apresenta seu papel primordial o qual era de ser uma instituição focada na modernização do ensino, mesmo que em um país atrasado. Esta instituição que apesar de ter surgido tardiamente, focava em ser um espaço de significativa importância para a disseminação do conhecimento que permearia atender uma sociedade com grandes necessidades nos campos social, cultural e de desenvolvimento e urbanização da cidade. Contudo os autores ainda pontuam que ocorre uma incoerência por ser pensar primeiro o centro universitário ao invés da própria universidade em si, haja visto que esta é a provedora da educação superior.

As primeiras universidades realmente só passam a existir como tal no Brasil a partir do fim do século XIX e início do século XX, este fato se dá devido à justaposição das faculdades já existentes. Em meados do século XX, criam-se as primeiras universidades brasileiras com peculiaridades e seguindo o modelo de justaposição de faculdades isoladas. Em 1960, criam-se outras universidades, estas, por sua vez, pensadas e organizadas com forma estrutural e espacial funcional, seguindo um novo modelo para a educação superior. Este novo modelo de projeto espacial passou a ser tratado como modernização da universidade brasileira, com traços oriundos da cultura americana, e que em terras brasileiras teve que se adequar às características culturais e climáticas de cada localidade (PINTO; BUFFA, 2009).

Iniciando a ressignificação das universidades, são construídas universidades em pontos estratégicos de acordo com as necessidades locais, das quais destaco a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1920; a Universidade de São Paulo (USP), 1934; e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1934. Estas universidades, criadas no período inicial do século XX, seguiram modelo “clássico”, segundo o qual a função mais importante era a formação de profissionais para atender o Estado de lideranças político-culturais e de profissionais liberais. Estes cursos superiores clássicos eram assim chamados por estarem em alto patamar de *status* simbólicos perante a sociedade elitista da época, a saber: Medicina, Direito e Engenharia. Pinto e Buffa (2009) afirmam que, em termos arquitetônico-urbanísticos, essas universidades foram instaladas em prédios imponentes, às vezes majestosos ou, ao menos, de significado histórico, e sempre implantados na malha urbana.

1.2. Primeira Universidade do Brasil – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) surgiu em meados do ano de 1920, *a priori* como Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada por meio de decreto presidencial. Sua existência se deve à junção de três instituições escolares que estavam isoladas e que eram locadas em exuberantes edifícios na cidade do Rio de Janeiro, são estas: Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e a Faculdade de Direito. Esta instituição criada no Brasil pelo governo federal passa a ser a primeira instituição universitária do país. Em 1937, esta mesma instituição passa a receber a

nomenclatura de Universidade do Brasil, seu objetivo principal era de tornar-se um modelo padrão para o segmento de universidades a serem criadas no país. Em meados de 1965, a Universidade do Brasil passa a se chamar de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituída pelo governo de Getúlio Vargas pela lei legislativa nº 452 em 5 de julho de 1937 e com projeto do Ministro da Educação e Saúde, “Gustavo Capanema”¹⁸ (FONSECA, [s.d.]), a Universidade do Brasil era apontada com definição concisa como “[...] uma comunidade de professores e alunos consagrados ao estudo” (SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 207 *apud* PINTO; BUFFA, 2009).

Ainda segundo Schwartzman et al. (1984) *apud* (PINTO; BUFFA, 2009), a Universidade do Brasil deveria ter um padrão de ensino superior a ser implementado em todo o país, paralelamente a este o processo de recrutamento deveria ter critérios rígidos para seleção de candidatos. Sendo notório que a Universidade do Brasil deveria ser uma instituição com objetivos explícitos de formar a elite do Brasil, independente se sua base de formação educacional. Essa ideia é defendida por Capanema, apresentada por Schwartzman e é reiterada por Pinto e Buffa (2009, p. 50) na obra de sua autoria¹⁹ de forma clara e objetiva, na qual, segundo os autores, seria uma maneira de formar a sociedade da época nos moldes da grandiosa cultura brasileira culta e elitista.

Nesta nuance do processo da pesquisa, nota-se que a educação superior e em específico a Universidade Superior no Brasil, desde seus traços de fundação inicial, focou-se em formar e destinar o direito ao conhecimento, somente e diretamente a uma classe social, a elite nacional, para quem o acesso ao ensino superior era direcionado. Percebe-se também, que a educação em sua base inicial tem conotação

¹⁸ Gustavo Capanema (1900-1985) nasceu no município mineiro de Pitangui, onde teve início a sua vida pública, com a vereança. Em 1924 forma-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, regressando à sua cidade natal onde exerce a advocacia e o magistério na Escola Normal, como professor de Psicologia Infantil e Ciências Naturais, período em que também é eleito vereador. Com o retorno para a capital mineira, em 1930, ocupa cargos no governo de Minas de Gerais. Criado em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública, foi ocupado inicialmente por Francisco Campos, que dá lugar, em julho de 1934, a Capanema, que permanecerá no cargo até 1945, apadrinhado por Alceu Amoroso Lima, liderança intelectual representativa do pensamento católico. Já no Ministério irá se cercar de modernistas e intelectuais como Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Mário de Andrade (autor do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Rodrigo Melo Franco de Andrade (responsável pela implantação do SPHAN e seu diretor por trinta anos), (FONSECA, [s.d.]).

¹⁹ Citada na página 50 da obra: DE ALMEIDA PINTO, Gelson; BUFFA, Ester. Arquitetura e educação: câmpus universitários brasileiros. EdUFSCar, 2009.

discriminatória e exclusiva para classes minoritárias, as quais não tinham (têm) quase ou nenhuma noção de direitos sociais no país. Para a época isso possivelmente se fazia explicitamente nítido, uma vez que aqueles que tinham suas bases iniciais de ensino obtidas no exterior e achavam-se no anseio de pleno direito de ocupar o cargo da educação superior no Brasil como sendo-lhes de digno “direito”:

[...] centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação [...]
[...] ela (a universidade) se destina a ser um instituto de elite. Por isso deve ficar no centro, onde a população é mais densa e mais culta [...] (ALBERTO, 2003, p. 46-47).

Esta forma de utilizar-se da educação em favor de indivíduos para conotação de *status* e elitização social perante os demais é retratada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu na obra “*Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais*”, de Michael Grenfell, como um tipo de Capital Simbólico obtido e correlacionado ao Capital Cultural e Capital Científico. Grenfell (2018) relata que isso é uma forma de mascaramento da realidade e, principalmente, uma forma de segregação social e estigma de diferenciação entre os indivíduos da sociedade, o que distancia as pessoas umas das outras e as coloca em espaços diferentes na mesma sociedade, materializando uma “violência simbólica” sobre os próprios indivíduos.

[...] Os campos simbólicos, com base em seus princípios específicos, estabelecem hierarquias de discriminação (algumas coisas são melhores ou mais dignas do que outras). Esse processo de desconhecimento é um tipo de “violência simbólica” [...]
Cada campo de capital simbólico reproduz o sistema de relações desiguais no campo econômico (relações de classe e poder) e, ao fazê-lo, reproduz a estrutura fundamental da desigualdade social [...] (GRENFELL, 2018, p.140).

Dessa forma, percebe-se que educação superior no Brasil, entre os anos de 1980 e 2002, tem sua estruturação pensada e destinada para a elite, caracterizando assim um sistema elitizado e que transcorre no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e posteriormente com Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), como demonstra Gomes e Moraes (2012):

[...] A partir de 1995, início do Governo FHC, a ES passa a apresentar taxas crescentes de expansão, tendo continuidade no Governo Lula. Gostaríamos de chamar a atenção para o ciclo ascendente de expansão da ES que

caracteriza o período que compreende os dois governos, sob políticas públicas que expressam evidentes continuidades e importantes diferenças [...] (GOMES; MORAES. 2012, p. 179).

[...] Considerando-se a relação entre população de 18 a 24 anos e MB, o sistema de ES pode ser caracterizado como “sistema de elite” até por volta de 2002, porque, durante o período compreendido entre 1980 e 2002, a população matriculada passou de 8,6% para pouco mais de 15%. É somente em 2003 que o volume de matrículas atinge a casa dos 16%. [...] (GOMES, MORAES. 2012, p. 180).

Capanema, segundo Pinto e Bufa (2009), denomina a configuração espacial, estrutural e administrativa da UFRJ como uma “Cidade Universitária”, seguindo como exemplo os grandes *campi* universitários internacionais, onde centralizavam-se os edifícios acadêmicos aos de infraestrutura, administração, laboratório em uma mesma área de terra e assim tendo uma comunicação mais direta, objetiva, econômica e funcional.

Apesar de o ensino da arquitetura no país ser recente, e ter sua fundação de base pensada para atender às necessidades do Reino Unido do Brasil instaladas pela corte portuguesa em 1808, sua função como ofício foi fundamental para a educação dos filhos da classe alta por meio da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, sendo o único curso da área no Brasil por mais de cinquenta anos, estabelecido por meio da instituição pública. O ensino do curso oficial de artes e ofícios industriais iniciou-se em 1816, possibilitando o acompanhamento das mudanças sociais ocorridas ao longo do período no mundo como um todo. Modificando a estrutura física espacial de onde essa sociedade estava instalada, além possibilitar a ascensão da simbologia de status das classes sociais,

[...] A história da profissão no Brasil está relacionada tanto com a evolução do pensamento arquitetônico e à mudança da visão filosófica do mundo, como com o crescimento das populações urbanas, o surgimento de novas classes sociais e a progressiva globalização da economia. [...] (SALVATORI, 2008, p.02)

Conforme a explicação do autor acima podemos perceber que o processo de ascensão da profissão está diretamente atrelado ao processo de desenvolvimento cultural e urbano desta sociedade europeia que assentada em terras brasileiras não possuía meios sofisticados para atender suas “necessidades” advindas de um costume europeu. Esse processo também permeou a urbanização das cidades em prol de uma coletividade, entretanto, os maiores beneficiados foram os senhores/as

que possuíam capital financeiro a investir nesta terra recém conquistada, e para isso queriam meios de garantir maiores ganhos e opulência de seu status social.

A ambição da nova universidade não foi apenas desenvolver competência profissional e conhecimento aplicado para fazer crescer a economia, o que de fato ocorreu, mas também trazer civilização ao Brasil por meio da “ciência pura” e do “pensamento puro” (SCHWARTZMAN 2006. p.165).

Através da criação e operacionalidade das universidades, o território brasileiro passou a obter uma certa “civilização” nas palavras de Schwartzman (2006. p. 165), onde segundo ele, o Brasil passou a ter o senso de fazer ciência, (algo que já acontecia na Europa), formando assim um tipo de diferenciação social por meio do conhecimento científico e intelectual o qual segundo Alves e Oliveira (2018. p.136) é caracterizado como campo científico. Esse campo assim como todos os campos possuem regras claras que regem as ações internas aos próprios campos, de forma que internamente haja lutas e disputas constantes.

Este campo denominado “campo científico”, possui uma estrutura a qual o coloca em um espaço de digladição de forças entre os diferentes agentes e /ou instituições, afins de objetivar usufruir do capital gerado por esta. Os autores ainda afirmam que este cenário somente é compreendido por quem está dentro deste meio a qual eles denominam de “jogo”, sendo assim um espaço de ganhos e percas, onde esses indivíduos disputam a mesma posição e o mesmo poder com o propósito de usufruir deste em benefício próprio que promoverá uma diferenciação social em hierarquias de classes, onde umas detém maior conhecimento científico que outras.

1.3. Estruturação do espaço destinado ao ensino superior: Cidade Universitária x Campus Universitário

Atcon²⁰ discorre sobre a cidade universitária ou “universidade tradicional²¹” como faculdade autônomas, para os quais são instalados grandes e imponentes edifícios isolados, dispostos em uma extensa área, podendo ser urbana ou não e que

²⁰ Grego naturalizado norte-americano, formado em engenharia civil e que trabalhou para a CAPES e USAID, prestando serviços para melhoria do ensino superior e da estrutura física das universidades. (DE SOUZA, 2015. p. 34)

²¹ Termo utilizado pelos autores para referenciar a cidade universitária, e que também é utilizado por Rudolf Atcon.

integram um conjunto onde há a administração e os demais serviços que compõem o complexo. Na visão de Atcon, as primeiras universidades não passavam de um espaço destinado a privilegiar o ensino e a pesquisa, porém, longe dos centros urbanos e seus vícios cotidianos, mas com todas regalias de estar próximo da zona urbana, uma vez que, segundo Atcon, a região seria composta por uma área sem um planejamento funcional, com presença de edifícios emblemáticos, monumentais e muitas vezes inúteis e sem funcionalidade, além de estarem alocados em lotes de terra maiores que as necessidades reais da universidade e sua população acadêmica, e uma administração ineficaz e deficitária no seu papel de atuação (PINTO; BUFFA, 2009).

O campus universitário, por sua vez, segundo o Manual de Atcon, caracteriza-se como uma área delimitada e homogênea, administração e controle de acesso rígido e estrutura didática diferente das faculdades isoladas. A estrutura física do campus possuía infraestrutura funcional e racional de baixo custo na construção das edificações, administração e controle. Segundo Atcon, o campus deveria ser composto de planejamento detalhado, racional e funcional – onde se faria necessário ter bastante atenção ao processo de aquisição do terreno, urbanização, definição de gabaritos e tipologia espacial e estrutural dos edifícios, além do zoneamento e disposição de implantação dos blocos dentro do campus.

Na forma de estruturação do campus universitário defendido por Atcon, está a básica e clara pretensão de especulação imobiliária, segundo o próprio, construir empreendimentos distantes dos núcleos urbanos já existentes possibilitaria ocupação de áreas desocupadas e assim ofereceria visibilidade para que outros empreendimentos pudessem surgir nos arredores deste campus e assim os órgãos públicos se veriam obrigados a estender a infraestrutura do núcleo urbano próximo para esta área e assim a região e conseqüentemente os imóveis desta área seriam valorizados (PINTO; BUFFA, 2009).

Ainda sobre a estruturação do campus, Atcon define a importância de se ter uma escolha de lote de terra extensa e circundada de um corredor de vegetação densa de modo ao conforto térmico e principalmente para níveis de privacidade do espaço acadêmico do resto da cidade. Ele define ainda que o campus deveria ter um urbanista dedicado a seguir rigorosamente os projetos criados para o campus e assim

promover adequações necessárias e respeitosas ao espaço (ATCON, 1970, p. 28-29).

Em meados de julho de 1936, chega ao Brasil o arquiteto franco-suíço Le Corbusier²² a bordo de um dirigível. Sua vinda ao país *a priori* havia sido com o propósito de oferecer um ciclo de palestras sobre o modernismo, no entanto, já havia rumores de conversas a respeito de uma possível contratação para elaborar o projeto da Universidade do Brasil.

A vinda do arquiteto franco-suíço aconteceu por meio do convite de Lúcio Costa, que era membro da comissão técnica para colaborar nos projetos da Cidade Universitária. Como apreciador dos trabalhos de Le Corbusier, Costa sugere ao ministro Capanema a contratação do arquiteto como consultor. Convencido por Costa, Capanema acaba por aceitar e assim inicia as tratativas de contrato com Le Corbusier para assim começar os projetos modernos e com técnicas construtivas de plástica inovadoras.

Em 1936, Corbusier apresenta sua ideia para a proposta de projeto da cidade universitária, composta de inúmeras novidades e desprendido de limitações de valores. Entretanto, sua ideia por ser muito inovadora e de valores altos, fez com que o ministro abandonasse sua ideia e assim descartasse o projeto do arquiteto franco-suíço. Tempos mais tarde o ministro seleciona novos arquitetos projetistas para a incumbida missão de apresentar novos projetos, sendo essa equipe responsável pelo projeto, dirigida pelo arquiteto Jorge Moreira Machado. Moreira Machado e sua equipe basearam seu projeto nos moldes da tradicional arquitetura modernista do arquiteto franco-suíço, e então têm seus projetos aprovados e assim inicia-se a construção do campus.

Apesar da escolha da equipe de Moreira para elaboração do projeto, a construção do campus não seguiu na íntegra o projeto original do arquiteto, uma vez que Moreira teve de se afastar do escritório por motivos de saúde e isso, por sua vez, comprometeu o andamento do projeto que seria uma das mais sagradas efetividade da usabilidade dos ensinamentos le corbusianos sem a presença direta de Le Corbusier:

²² Originalmente como pseudônimo de Charles-Edouard Jeanneret (1887-1965), alterado oficialmente em 1920 para Le Corbusier. Disponível em: HARRIS, Elizabeth Davis. **Le Corbusier: riscos brasileiros**. Estúdio Nobel, 1987.

[...] O projeto original de Moreira não foi implantado em sua íntegra, e o seu afastamento da direção do escritório técnico, por problemas de saúde, não assegurou a continuidade plena do que seria a mais fiel aplicação da doutrina urbanística corbusiana, sem a mão direta do mestre franco-suíço [...] (SEGAWA, 2008, p. 41).

De maneira explícita entende-se que a estruturação física da cidade por meio de intervenções foi um produto proveniente de ações impositivas estatais elaboradas e aplicadas através do estado:

[...] O urbanismo, como instrumento de intervenção, foi um recurso empregado pelo Estado, única entidade com poderes para alterar, de forma radical, as estruturas físicas das cidades

[...] A motivação básica das intervenções sobre as áreas centrais foi a criação de novos espaços e de condições para o crescimento daquelas áreas, confinadas em suas estruturas coloniais. Essas intervenções tiveram como moldura intenções estéticas que procuravam formalizar uma nova modernidade visual e simbólica, negando a cultura colonial que, até o final do século passado, presidiu a formação das estruturas urbanas [...] (JORGE, 2000, p. 114, 116).

Essas ações de “cunho social” norteiam as rédeas e diretrizes da espacialidade urbana com a definição dos segmentos comportamentais dos indivíduos que compõem a sociedade, denominado assim por Pierre Bourdieu como dominação simbólica. Essa ação é resultado de atitudes de indivíduos socialmente inseridos em um contexto, apresentando seu saber de poder simbólico em virtude de outros indivíduos de modo que estes impositivamente reajam em cadeia por meio de lutas entre os próprios grupos, tornando assim resultante de uma coletividade dominada em função das diferentes posições sociais e do poder desigualmente distribuído em função de tais posições:

[...] Em suma, a ideia de uma luta entre grupos sociais, as relações de dominação que são da ordem do sentido, a ligação entre categorias mentais e sociais o conduzem à construção de uma sociologia reflexiva. Esquemmatizando ao extremo suas concepções intelectuais, é importante salientar sua negação às oposições tradicionais em sociologia (subjetivismo/objetivismo, teórico/empírico, holismo/individualismo, etc.). Esse pensamento das relações, na abordagem das realidades sociais, inscreve-se dentro da chamada sociologia construtivista [...] (SILVA, 2010, p. 116).

Em forma clara, os indivíduos estão em constante e continua luta de fatores que correlacionam as suas próprias ações e objetivos sejam eles explícitos ou implícitos, de modo que essas ações sejam a todo momento colocadas em discursão de prova reflexiva, onde desta forma o próprio agente provedor de uma ação estruturada em prol de uma determinada atividade, questiona a própria ação que o levou a tomar tal atividade, além de se perguntar se esta atividade é realmente necessária e qual o objetivo que pretende com ela, assim como o que o levou a tomá-la.

1.4. Decreto Nº 19.851, de 11 de Abril De 1931 (Estatuto das Universidades Brasileiras)

Falar de universidades, ou da educação superior no Brasil, é falar do período da década de 1930, momento conturbado perante as grandes lutas políticas dentro e fora dos espaços educacionais, uma vez que decorre o período político do governo Vargas, no qual a revolução constitucionalista decorrente deste é instalada, e paralelamente ocorre a elitização da educação superior e as lutas organizadas daqueles que almejam uma educação de direito coletivo e não somente de uma classe social.

Regulamentado o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, promulgado na gestão do ministro da Educação e da Saúde Pública Francisco Campos, agregam-se a este marco outros dois documentos importantes, que são decretos-lei: o da criação do Conselho Nacional de Educação e o da Organização da Universidade do Rio de Janeiro.

O objetivo do decreto e dos demais documentos promulgados paralelamente a este, consistia em definir um modelo padrão de universidade e de educação superior a ser propagado em todo o país, independente das peculiaridades e particularidades de cada região.

Paim (1982 apud ROTHEN, 2008) relata que a educação superior brasileira do século XX, se deu através de um avivamento da Reforma Pombalina, segundo a qual pregava-se uma ciência aplicada, implantação de escolas técnicas e profissionais, porém, a metodologia de escolas de ensino era através do isolamento destas instituições e a ciência não era universal.

Na composição dos documentos objeto do embasamento do estatuto foram apresentados motivos sobre a Reforma do Ensino Superior, Campos apresentou duas premissas básicas para a elaboração do Estatuto das universidades brasileiras, a saber: a) manter “um estado de equilíbrio entre tendências opostas”, b) “não determinar uma brusca ruptura com o presente”. Essas premissas estavam presentes nos atos legislativos, marcando-os com a adoção de múltiplos significados. Entre os documentos estava um que buscava “evitar a brusca ruptura”, harmonizando com o modelo em vigor nas instituições, agregadas na URJ²³, pelo decreto-lei n. 19.852/1931.

A Constituição de uma universidade brasileira deveria atender às seguintes exigências de forma a poder ser efetivada:

- I congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e letras;
- II dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente;
- III dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária;
- IV submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto.

Não podemos esquecer que a educação superior é fatidicamente elencada ao espaço físico a qual faz acontecer sua existência, e com a arquitetura e urbanismo não é diferente. A arquitetura promove a educação superior não somente como instrumento de ensino, mas como materialidade do urbanismo o qual está inserida. Entendendo que o urbanismo tem sua composição por inúmeros itens e edificações, sendo a escola e universidade, os espaços fundamentais para a disseminação do conhecimento e materialidade física dos espaços destinados a atender as necessidades humanas assim como seus aspectos simbólicos de capital social.

Com base nesses preceitos instala-se uma edificação arquitetônica que carregaria o dever e a responsabilidade de receber e desenvolver em seus domínios o ensino superior de diversos cursos e inclusive o próprio ofício da

²³ A Universidade do Rio de Janeiro foi criada no ano de 1920 com a “agregação de algumas escolas profissionais” (MENDONÇA, 2000, p. 135).

arquitetura, enriquecidos nos conhecimentos do ministro da educação Gustavo Capanema, este, por sua vez, trazia consigo a ideia de nacionalismo, agarrado ao patriotismo. Segundo Schwartzman (2000), Bomeny (2000) e Costa (2000), a universidade deveria ser um local muito mais amplo em termos pedagógicos, e para isso firmou a ideia em três aspectos principais:

Primeiro deveria que dar um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos. [...] O segundo aspecto era, precisamente, a padronização. A existência de uma “universidade padrão”, de escolas modelo secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos [...]. O terceiro aspecto, finalmente, era o da erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que se haviam construído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformaria em questão de segurança nacional (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, pp. 155-156).²⁴

A luz do contexto apresentado, percebemos o quão retrógrado era o pensamento no passado atribuído a universidade brasileira. Hoje vemos que esses três aspectos são totalmente incoerentes com a realidade atual. Soares (2003, p. 8) afirma que a principal função da universidade é claramente objetiva na disseminação dos conhecimentos primordiais para o desenvolvimento de novos profissionais. Elencando ainda a esta o dever de ser aquela que facilitará a confecção de novos conhecimentos interpretativos de fatos e informações, concatenando o seu entorno como base de seu contexto de fundamentação.

1.5. Educação superior no Brasil do século XX ao XXI (Consolidação das Universidades)

A partir da segunda década do século XX, o ensino superior no Brasil passou a ser consolidado como um movimento modernista, focado basicamente no desenvolvimento de novas universidades e de pesquisa “desinteressada”. Este movimento tem surgimento a partir da classe organizada de cientistas e educadores integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e Academia Brasileira de Letras (ABL), que estavam inconformados com o modelo anterior falho e obsoleto de ensino do Estado, que por sua vez, preocupava-se em formar profissionais liberais (médicos,

²⁴ Schwartzman, S., op. cit., pp 141-42.

advogados, agrônomos e engenheiros) e profissionais para atender as necessidades políticas do Estado, de forma que suas pesquisas eram voltadas para benefício do país e dependiam deste, principalmente de institutos nacionais como Instituto Agrônomo de Campinas e Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, Durham, (1998. p. 98).²⁵

De acordo com Fialho (2012), a política de expansão universitária no Brasil tornou-se mais forte após a Revolução de 1930, período em que foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) no então governo de Getúlio Vargas, e assim elabora-se e implementa-se novas ideias de reformulação dos ensinos secundário e superior. Contudo, isso só foi possível a partir da reforma estabelecida por Francisco Campos, então ministro do MESP, corporificada aos 11 dias de abril de 1931, por meio do Decreto de nº 19.850. Através deste decreto cria-se o Conselho Nacional de Educação, o qual posteriormente promulgaria o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras²⁶.

Nas décadas seguintes o estilo modernista de ensino superior foi estruturado e fortalecido, desta forma criaram-se as novas universidades organizadas, estrutural e espacialmente conforme este novo modelo. O período de modernização do ensino superior potencializa a expansão do ensino e acompanha concomitantemente as mudanças sociais, políticas e econômicas que o país vivenciava na época. Parte da mudança acontece em 1968, momento em que um grande movimento universitário, apesar de derrotado pelo Governo Militar, conseguiu ampla visibilidade para conquistar a Reforma Universitária instalada no mesmo ano (DURHAM, 1998, p. 01).

Devido a reforma universitária de 1968, são criados dois grandes e importantes institutos federais de apoio à pesquisa e pós-graduação brasileira, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graças a esse avanço, são estabelecidas a nova organização departamental das universidades e a institucionalização da pós-graduação, agora com incentivo da CAPES e apoio financeiro do CNPq no país, concretizando assim melhores condições ao

²⁵ Disponível em DURHAM, Eunice R. As universidades públicas e a pesquisa no Brasil. **São Paulo, NUPES, Documento de trabalho**, v. 9, p. 98, 1998.

²⁶ Reforma promovida mediante três Decretos datados de 1931, referentes à: promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31), adotando o regime universitário ao invés das escolas superiores isoladas; Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852/31) e criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.852/31) (FÁVERO, 2007).

desenvolvimento de pesquisas científicas dentro das universidades (DURHAM, 1998, p. 01).

A reforma estabelecida por Francisco Campos²⁷, conforme esclarece Fialho (2012), definiu a universidade como modelo para o desenvolvimento do ensino superior, estruturando nestas as ações de organização e composição por meio do funcionamento da administração universitária. Estas ações difundiam o comprometimento com a formação da coletividade, o aperfeiçoamento de metodologias defasadas e a estruturação de novas e funcionais universidades, além do desenvolvimento econômico do país, apesar de no mesmo período ser instaurado o Estado Novo (1937-1945), (FERREIRA, 2008), que preconizava uma educação fragmentada e um ensino superior improdutivo, subsidiado por um regime ditatorial de um governo militar autoritário. Este regime, por meio de uma nova política de educação superior, propagava o distanciamento social coletivo por meio de um simbolismo elitista, em que o acesso e direito à educação se mantinha para uma parcela privilegiada da população brasileira, acirrando mais ainda as desigualdades sociais entre a população do país, e apresentava a atividade universitária como forma de símbolo de status de poder social.

1.6. Modernização das universidades brasileiras e a Reforma Universitária de 1968

Implantada pelo governo militar em 1968, a Reforma Universitária preconizava uma reformulação do ensino superior, paralelamente com a idealização de movimento que pregava uma nação na luta de combate contra o socialismo e comunismo. A reforma, apesar de ter uma natureza autoritária, antidemocrática e centralização de poder, implementou inovações importantes e de grande melhoria para a educação superior. Por meio dela, a cátedra deixa de existir, e assim surge uma carreira universitária aberta, baseada no mérito acadêmico, além da instalação do departamento universitário, responsável pelo ensino e pesquisa e a criação dos colegiados de curso (MACEDO et al., 2005). Entretanto, é de significância relatar que a mesma reforma instalou ações e atitudes contra o movimento da ciência, pesquisa

²⁷ Francisco Campos (1891-1968) foi advogado e jurista e atuou dentro do aparato parlamentar e burocrático do Estado, na reforma de códigos jurídicos, da Escola e da Constituição (BAHIA, 2011).

e educação de forma bruta, restritiva e desrespeitosa. Conforme Maria de Lourdes Fávero,

[...] Não podemos esquecer que a Reforma de 68, como passou a ser conhecida, foi aprovada no regime militar e implantada sob a égide do Ato Institucional nº.5 (AI-5) e do Decreto-lei, nº. 477, de 26.02.1969, que define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados e as medidas punitivas a serem adotadas nos diversos casos, [...] (FÁVERO, 2000, p. 12).

Após o golpe militar de 1964 e depois com a reforma universitária de 1968, a universidade passou a ter um modelo de construção espacial projetado e pensado para a modernização do ensino superior, além de consagrar princípios de organização existentes. Essa nova universidade passou a ser mais preocupada com a produção de conhecimentos necessários para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do país, e assim a pesquisa ganha campo de destaque nas funções primordiais da universidade (PINTO; BUFFA, 2009, p. 120).

No período de 1950 a 1960 o Brasil vivia uma clima nacional-desenvolvimentista, em que as políticas governamentais estavam focadas na geração de tecnologia e industrialização. Concomitante a este período, as lutas político-ideológicas são intensas e grandiosas, muitas vezes motivadas por estudantes insatisfeitos com a forma de educação da época, que iam às ruas em passeatas grande e volumosas, pedindo uma reforma universitária urgente (mais verba e mais vagas para solucionar o problema dos excedentes) (PINTO; BUFFA, 2009, p. 107).

A partir da reforma de 1968, as instituições de ensino superior passaram a tornar-se instituições que seguiam um modelo único e privilegiado, pensando a pesquisa a figurar como ferramenta essencial do cotidiano acadêmico, e a extensão como atividade restrita à finalidade de promover resultados necessários para a sociedade, gerando melhoria de vida dos indivíduos de comunidades inseridas no entorno das universidades²⁸ (MACEDO et al., 2005).

²⁸ Lei nº 5.540, art. 20, "As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes"; art. 40. Inciso a: "As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).

Cunha (1998) afirma que em 1965 foi organizado e firmado o primeiro acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC)²⁹ e a United States Agency for International Development (USAID)³⁰, e assim, é criada a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, que, por meio da Diretoria do Ensino Superior, contrata Rudolph P. Atcon³¹, com o objetivo de propor melhorias estruturais para as universidades brasileiras. Por meio do seu conhecimento obtido ao estudar e analisar as universidades Norte Americanas, Sul Americanas e da América Central, Rudolph torna-se o consultor ideal para apresentar ao governo brasileiro medidas inovadoras a serem implementadas por meio de um relatório elaborado para a nova organização dessas instituições e que posteriormente se chamaria de modernização da universidade brasileira.

O relatório elaborado por Rudolph torna-se a principal ferramenta base para propagação da ideia e instalação da Reforma Universitária de 1968, esta que foi fortemente combatida pelo Ato Institucional de Nº 5 do 2º Artigo do Decreto Nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, no qual o governo estabelecia um regime de imposições restritivas à educação e severas penalidades aos envolvidos em manifestações contra o governo militar e a favor de uma igualdade de ensino superior para todos.

Por meio do trabalho desenvolvido por Rudolf, foi criado o Manual para o planejamento integral do campus universitário como ferramenta auxiliadora para orientação de implementação da reforma universitária recém-criada e o planejamento e execução de projeto de reforma para o *campus* existente ou de construção de novos. O documento foi aprovado pelo CRUB³² e publicado em 1970 (ATCON, 1970, p. 8):

Trata-se de um manual sobre o planejamento sistemático de um câmpus universitário, isto é, de um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra de maneira mais econômica e funcional num serviço acadêmico-científico, coordenado e da maior envergadura possível, respeitando as limitações de seus recursos humanos, técnicos e financeiros (ATCON, 1970, p. 8).

²⁹ Ministério da Educação e Cultura.

³⁰ United States Agency for International Development.

³¹ Grego naturalizado norte-americano, formado em engenharia civil e que trabalhou para a CAPES e USAID, prestando serviços para melhoria do ensino superior e da estrutura física das universidades. (DE SOUZA, 2015. p. 34)

³² Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Com esse discurso a respeito de reestruturação e ordenamento do espaço destinado ao ensino universitário, Rudolph apresenta e defende em seu Manual a ideia de entendimento sobre câmpus universitário e cidade universitária, que são totalmente diferentes entre si.

Neste aporte histórico e significativo da arquitetura, compreende-se a real materialidade do ofício da formação para a estruturação das doutrinas de ensinamento do curso, e o espaço físico onde este deveria se desenvolver. Relacionando a sociedade às cidades, ao desenvolvimento econômico do país e ao crescimento das massas elitistas eruditas como uma das fundamentais dessa caminhada do Brasil no seu primado de base estruturalizado:

[...] A história da profissão no Brasil está relacionada tanto com a evolução do pensamento arquitetônico e à mudança da visão filosófica do mundo, como com o crescimento das populações urbanas, o surgimento de novas classes sociais e a progressiva globalização da economia [...] (SALVATORI, 2008, p.53).

A formação do profissional em arquitetura e urbanismo, desde sua primazia de fundação no Brasil, estabeleceu um doutrinamento objetivo e claro com as demandas estabelecidas pelos indivíduos donos do capital, seja ele material ou imaterial, onde por sua vez promoveu uma conveniência necessária com a estruturação urbana e cultural das cidades, onde estes indivíduos estavam estabelecidos. Desta forma com a estruturação das cidades recém-criadas, os senhores possuidores do capital, poderia disseminar seu papel elitizado na sociedade, promovendo o esplendor de seu poderio capitalista, assim como escoar melhor seus domínios de posse e aumentar suas riquezas.

1.7. Movimento modernista na arquitetura

O que se entende por movimento moderno ou modernismo não é propriamente algo que pode ser definido como um “*estilo único e estético*”, criado em determinado período da história. Seria um apedutismo tomar por assumir esse ideal sem compreender as variáveis existentes no período em que o mundo vivenciava mudanças significativas no campo político e econômico da sociedade como forma de

afirmar uma nova ideologia de vivência humana perante a ordem social dos indivíduos naquele momento.

O modernismo surge como deslocamento da cultura tradicional, constituído por diversos movimentos e escolas arquitetônicas que formaram e consolidaram em base o que hoje conhecemos como Arquitetura Moderna. Coexistindo no mesmo período, esses movimentos, segundo Arquetônicos (2022, p. 01), são alicerce para uma nova arquitetura que passa a surgir, pensada e projetada com a utilização de novas e inovadoras técnicas tecnológicas de construção, onde incorporou-se essas novas ideias ao uso de diversos materiais como concreto armado, aço, vidro e ferro fundido. Objetivando assim, conceber durante o século vinte, uma arquitetura funcionalista (forma segue a função) com tendência minimalista na construção e na decoração, rejeitando assim a ornamentação, (ARQUITETÔNICOS, 2022, p.02):

Quadro 1 - Cronologia dos movimentos e Escola de Arquitetura

Nº	Movimento	Período	Nº	Movimento	Período
1	Arts and Crafts	1880 - 1890	20	Stalinismo	1930 – 1950
2	Art Nouveau	1890 – 1910	21	Mid-century modern	1933 - 1969
3	Escola de Chicago	1880 - 1890	22	Googie	1940 – 1960
4	Modernismo Catalão	1888 – 1911	23	Brutalismo	1940 - 1970
5	Escola Prairie	1890 – 1920	24	Estruturalismo	1959 -
6	Expressionismo	1910 -	25	Pós-moderna	1960 - 2010
7	Art Deco	1910 - 1939	26	Bioarquitetura	1960 -
8	De Stijl	1917 - 1931	27	High-tech	1970 -
9	Escola Bauhaus	1919 - 1933	28	Regionalismo Crítico	1980 -
10	Construtivismo	1920 - 1932	29	Desconstrutivismo	1980 -
11	Nova Objetividade	1922 - 1933	30	Neomodernismo	1990 -
12	Streamline Moderno	1925 - 1950	31	Nova arquitetura clássica	1990 -
13	Racionalismo Italiano	1920 – 1930s	32	Arquitetura Contemporânea	2000 -
14	International Style	1920 -	33	Neofuturismo	2000 -
15	Funcionalismo	1920 - 1970			
16	Futurismo	1920 -			
17	Organicismo	1920 -			
18	Pós-Construtivismo	1930			
19	PWA Moderne	1933 – 1944			

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados coletados no (ARQUITETÔNICOS, 2022, p.02).

O quadro acima, exibe de forma aproximada, uma cronologia dos Movimentos e Escolas de Arquitetura que serviram de base e consolidação da arquitetura moderna, de forma a melhor compreender os movimentos que atrelados aos períodos da arquitetura moderna moldaram o que temos atualmente. Lembrando também que esses movimentos apresentam características de correlação com outros em alguns períodos, uma vez que muitos destes aconteceram ao mesmo tempo em diferentes regiões do globo terrestre.

1.8. Incorporando a arquitetura nos pilares de uma nação em progresso: Escola Carioca X Escola Paulista Brutalista

Ao longo dessa exegese procuramos apresentar uma percepção científica e histórica. além de elencar o pensamento de grandes outros estudiosos da arquitetura brasileira. Tomando assim por trazer nesta documentação a trajetória histórica da arquitetura nacional que por muito tempo importou as técnicas, materiais e mão de obra internacional e que em terras brasileiras foram se desenvolvendo, ganhando uma nova identidade e reformulação de conceito construtivo, principalmente considerando fatores locais indispensáveis. No entanto, estudar, documentar e falar com propriedade sobre a arquitetura nacional não é uma tarefa fácil, uma vez que os períodos temporais dos movimentos de estilos de arquitetura brasileira são concomitantemente correlacionais e entrelaçados com particularidades próprias de cada um em um mesmo momento político e social da história nacional:

A arquitetura brasileira moderna é um mito; a arquitetura brasileira contemporânea é ainda um mistério. O que aconteceu depois de Brasília? - é a pergunta latente quando se fala ou escreve sobre a arquitetura brasileira (ZEIN, 2000. p. 09).

Arquitetura Estrutural (2019), relata que decorrente das influências e acontecimentos externos, no Brasil começa-se uma busca por uma nova identidade arquitetônica nacional. Entretanto, até aquele presente momento (segunda década do século XX), o estilo de arquitetura valorizado no território brasileiro era a Neoclássico, que tentava reviver o classicismo grego e seus ornamentos endeusados. Em contexto nacional havia estudiosos que defendiam que naquele período a arquitetura neoclássica não seria o estilo a ser aplicado e defendido no Brasil, mas sim que devia

ter uma arquitetura brasileira. Um dos defensores dessa nova arquitetura ainda em ensaio de desenvolvimento foi o arquiteto Lúcio Costa³³, que, por conhecer os movimentos que se desenvolviam na Europa, dizia que a arquitetura brasileira deveria retratar as particularidades e regionalidades do Brasil, Arquitetura Estrutural (2019).

Em 1929, chega em terras brasileiras o arquiteto Ucraniano Gregori Liych Warchavchik³⁴. Em solo brasileiro, Gregori foi audacioso ao projetar e construir 3 casas modernas³⁵, e por esse motivo, chegou a ser muito criticado por trazer uma “arquitetura futurista”, segundo a mídia da época. Esse fato foi um choque para a elite brasileira³⁶, que ainda trazia costumes de superioridade, advindos de anos de escravidão (tempo pouco longínquo), onde a imponência e o exagero na arquitetura e na decoração, demonstravam a nível de status, o capital simbólico impregnado ao capital monetário de um indivíduo dentro de uma sociedade capitalista, Arquitetura Estrutural (2019).

Ainda no mesmo período, conforme Arquitetura Estrutural (2019), Lúcio Costa, encontra-se desempregado consumindo seu tempo “chômage” (em francês, **desemprego**), como ele mesmo assim definia. Neste momento chômage, ele passa quase cinco anos de sua vida estudando e pesquisando sobre essa nova arquitetura simplista, cubista sem ornamentos e que se valoriza o espaço, o entorno e por si só a própria arquitetura funcional. Neste momento, bate à sua porta um arquiteto recém-formado chamado Oscar Niemeyer, pedindo uma oportunidade, e assim Lúcio Costa o aceita como assistente.

³³ Nascido em Toulon, o arquiteto, urbanista e professor Lúcio Costa (1902–1998) era filho do almirante e engenheiro naval Joaquim Ribeiro da Costa, o que o fez morar em diversos países. Estudou em Newcastle (Inglaterra), e em Montreux (Suíça). Depois, voltou ao Brasil em 1917 e entrou na Escola Nacional de Belas Artes, concluindo o curso de Arquitetura e Pintura em 1924. Disponível em: https://blog.archtrends.com/lucio-costa/?gclid=Cj0KCQiAx6ugBhCcARIsAGNmMbiwMqXaJiWfd-OOE9w3NOIt16BOUdLHgu74jvyzYqpiAxbEB1IDr_MaAvvSEALw_wcB

³⁴ Foi um dos principais nomes da primeira geração de arquitetos modernistas no Brasil. Introdutor da arquitetura moderna no Brasil, por meio de suas obras e textos divulgados na imprensa, é figura de destaque na história da arquitetura brasileira. Disponível em:

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa226676/gregori-warchavchik>

³⁵ 1- Casa Modernista da Rua Bahia/SP; 2- Casa Modernista da Rua Itápolis/SP; 3- Casa Modernista da Rua Santa Cruz/SP;

³⁶ A mesma classe social que por um lado o criticava, mas também o acolhia e deu suporte para ascensão na arquitetura brasileira, Arquitetura Estrutural (2019).

Vivenciando o mesmo momento, tanto Niemeyer quanto Lúcio Costa, passam a conhecer a fama do arquiteto franco-suíço Le Corbusier³⁷ na Europa. Lúcio e Niemeyer, sabendo da vontade desejosa do arquiteto franco-suíço de estudar o mercado da arquitetura na América do Sul, decidem encontrar e conversar com Le Corbusier na Conferência que aconteceu em dezembro de 1929 na cidade do Rio de Janeiro.

Então, no Rio de Janeiro, cidade que parece desafiar riosamente toda colaboração humana com a sua beleza universalmente proclamada, somos possuídos por um desejo violento, louco talvez, de tentar, aqui também, uma aventura humana – o desejo de jogar uma partida a dois, uma partida ‘afirmação-homem’ contra ou com ‘presença-natureza’, (CORBUSIER, 1929, p. 89).³⁸

Como seguidores do arquiteto franco-suíço, os arquitetos cariocas começam a olhar melhor para a arquitetura nacional, e assim emerge a “Escola Carioca” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2019. para 1)³⁹, desenvolvendo o movimento de arquitetura modernista nacional conhecido como *brazilian style* (que se espalhou pelo país entre 1940 e 1950), contraposto ao *international style*, que também teve como um dos pais fundadores Le Corbusier e que perdurou até os anos trinta⁴⁰.

Reemergindo a significância da escola carioca em período oportuno, começa-se a postular o ressurgimento também da “Escola Paulistana Brutalista” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2023. para 1)⁴¹. Zain (2020, p. 11) destaca que a escola paulistana brutalista começa e se desenvolver em meados dos anos

³⁷ Entre os arquitetos mais famosos e reconhecidos no mundo, o suíço Charles Edouard-Jeanneret-Gris destaca-se como pioneiro do movimento modernista e um dos principais influenciadores teóricos da arquitetura de todos os tempos. Disponível em: <https://blog.archtrends.com/quem-foi-le-corbusier/>

³⁸ Trecho de conferência proferida por Le Corbusier no Rio de Janeiro em dezembro de 1929.

³⁹ Escola Carioca é o nome pelo qual parte produção moderna da arquitetura brasileira é comumente identificada pela historiografia. Trata-se originalmente da obra produzida por um grupo radicado no Rio de Janeiro, que, com a liderança intelectual de Lucio Costa (1902-1998) e formal de Oscar Niemeyer (1907-2012), cria um estilo nacional de arquitetura moderna: uma espécie de *brazilian style*, que se dissemina pelo país entre os anos 1940 e 1950, contrapondo ao *international style*, hegemônico até os anos 1930 (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2023. para 1).

⁴⁰ “Niemeyer (1907-2012), cria um estilo nacional de arquitetura moderna: uma espécie de *brazilian style*, que se dissemina pelo país entre os anos 1940 e 1950, contrapondo ao *international style*, hegemônico até os anos 1930” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2023. para 1).

⁴¹ Escola Paulista é o termo pelo qual uma parcela importante da produção moderna da arquitetura brasileira é comumente reconhecida pela historiografia, mas não identifica toda a produção arquitetônica do estado de São Paulo. Trata-se originalmente da arquitetura produzida por um grupo radicado em São Paulo, que, com a liderança de Vilanova Artigas (1915-1985), realiza uma arquitetura marcada pela ênfase na técnica construtiva, pela adoção do concreto armado aparente e valorização da estrutura (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2023. para 1).

cinquenta ainda de maneira recatada, sendo até mesmo nesse início não reconhecida por seus pares. Nos anos sessenta, a escola começa a se consolidar, tornando-se uma escola de vanguarda. Porém, foi somente nos anos setenta que a escola ganhou notoriedade, e assim seus preceitos e doutrinação formal, começam a se expandir a nível nacional, tomando como seus seguidores grande personalidades da arquitetura nacional como “João Batista Vilanova Artigas”⁴², Paulo Mendes da Rocha, Ruy Ohtake e até de maneira mais retraída Lina Bo Bardi.

São Paulo e Rio de Janeiro, duas cidades cosmopolitas e de grande importância no contexto cultural, político e econômico do país, nortearam a partir de meados do século vinte um grande referencial na arquitetura nacional. Segundo Zain (2020, p. 11), a partir dos anos vinte a cidade do Rio de Janeiro encaminhou-se para se tornar um destaque do cenário das artes dentro e fora do Brasil, uma vez que a cidade era considerada a capital federal do país. Prestígio esse que foi maior com o festivo da Exposição Internacional do Centenário (Rio de Janeiro 2003). Nesse mesmo momento a capital do país dava os primeiros passos em direção à modernidade, com o desmonte do Morro do Castelo para construção do aterro do Flamengo⁴³. A partir dos anos cinquenta, São Paulo entra em cena se mostrando uma capital em ascensão cultural, econômica e política, parte disso proveniente do investimento de suas riquezas naturais e industrial.

Para Zain (2000. p, 09), a partir dos anos cinquenta e sessenta, o mundo começou a mudar a forma de se pensar a arquitetura como forma de construção e como meio de inserção político-social. Este período transcorre paralelamente ao período pós segunda guerra na Europa. No entanto, no cenário brasileiro essas particularidades da arquitetura moderna brasileira foram aliadas a outras características próprias do Brasil, possibilitando assim um revivalismo do modernismo clássico, e um repensar do construtivismo estruturado nos anos seguintes. Esse

⁴² João Batista Vilanova Artigas (Curitiba, Paraná, 1915 – São Paulo, São Paulo, 1985). Arquiteto, engenheiro, urbanista e professor. A frase “Arquitetura é construção e arte”¹, de Vilanova Artigas, resume bem a atuação desse importante arquiteto brasileiro. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa13159/vilanova-artigas>.

⁴³ “Nessa época, a cidade ensaiava os primeiros passos em direção à modernidade. O Morro do Castelo estava sendo derrubado, dezenas de ruas recebiam calçamento, obras grandiosas despertavam acirradas polêmicas”.

Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101397/estudos5.pdf>.

manifesto pendurou entre as décadas de setenta e oitenta, motivando uma ascensão de uma nova identidade moderna.

De modo geral a Escola carioca fundada sobre preceitos corbusianos defendia um movimento arquitetônico norteado nos cinco pontos da arquitetura corbusiana⁴⁴:

1. *brise soleil* [quebrassol];
2. *pan de verre* [pano de vidro ou *courtain wall*];
3. teto-jardim;
4. térreo com pilotis;
5. planta livre.

Já a Escola Paulista Brutalista, que também foi desenvolvida no berço da elite paulistana e dos radicados nesta capital, pensava essa arquitetura não como um movimento estilizado, criado para explanar uma nova tendência nacional que poderia competir com o estilo internacional. O objetivo desse novo movimento de arquitetura defendido por Vilanova Artigas era uma arquitetura inovadora, pensando no método construtivo, na incorporação do concreto armado e aparente na valorização da imponência estrutural, e da robustez da edificação. Como entendedor da arte da arquitetura e da engenharia, Artigas pregava que o método de construção deveria ser valorizado e o canteiro de obras mecanizado para assim ter uma arquitetura moderna, funcional e bruta, de modo que à incorporasse com mais facilidade ao seu entorno, como afirma Santos e Pamponet (2013):

Com esse amadurecimento, Artigas, veio a seguir o brutalismo e vieram concretizar as suas grandes obras da arquitetura moderna, relacionando a estética e a engenharia, pois ousava de seu entendimento estrutural na plasticidade de suas obras (SANTOS; PAMPONET 2013, p. 07).

Segundo os estudiosos Nedelykov e Moreira (2001), Weber (2005), Bruand (2005), Vilanova Artigas tem sua arquitetura com traços fortes da influência do arquiteto modernista norte-americano Frank Lloyd Wright⁴⁵ (1867-1959), onde

⁴⁴ A equipe, formada por Carlos Leão (1906-1983), Affonso Eduardo reidy (1909-1964), Jorge Moreira (1904-1992), Ernani Vasconcelos (1912-1989) e Niemeyer, realiza o primeiro edifício que incorpora em grande escala os cinco pontos da arquitetura corbusiana - *brise soleil* [quebrassol], *pan de verre* [pano de vidro ou *courtain wall*], teto-jardim, térreo com pilotis e planta livre. Dados coletados do site: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo8816/escola-carioca>.

⁴⁵ Frank Lloyd Wright (1867-1959) foi um arquiteto norte-americano, autor de famosos projetos, entre eles o "Museu Guggenheim" de Nova Iorque e a "Casa da Cascata", na Pensilvânia.

podemos notar desenho de uma arquitetura com organicidade e funcionalidade, telhados com continuidade interior/exterior, implantando assim um grande beiral, que sombreia as paredes externas, além do uso de tijolos aparentes. Exemplo de arte deste arquiteto é a residência *Rio Branco Paranhos* (1943)⁴⁶, em que Artigas construiu lajes de tijolo armado com grandes balanços.

Figura 2 - Residência Rio Branco Paranhos – 1943/SP



Imagem: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-residencia-rio-branco-paranhos/#!/map=38329&loc=-23.543149999999997,-46.66646699999999,17>

Segundo Enciclopédia Itaú Cultural (2019), os preceitos de arquitetura defendidos na escola paulistana consistem em voltar-se para dentro, ou seja, para as raízes e características próprias da regionalidade arquitetônica brasileira, porém,

Frank Lloyd Wright nasceu em Richland Center, Wisconsin, nos Estados Unidos, no dia 8 de junho de 1867. Descendente de uma família de pastores de origem britânica passou sua infância e sua adolescência em um sítio em Wisconsin, onde viveu em contato com a natureza. Disponível em: https://www.ebiografia.com/frank_lloyd_wright/

⁴⁶ A Residência Rio Branco Paranhos, em São Paulo-SP, de João Batista Vilanova Artigas, foi feita para o advogado Rio Branco Paranhos, de 1943. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-residencia-rio-branco-paranhos/#!/map=38329&loc=-23.543149999999997,-46.66646699999999,17>

pensando no prosseguimento espacial do espaço construído, emprego de grandes vãos livres de modo a possibilitar a transição do ar por dentro da construção, promovendo conforto térmico, aproveitamento da iluminação natural por meio de aberturas de iluminação zenital, incorporação de acessos verticais por meio de rampas, gerando acessibilidade, além de incorporação de concreto aparente denotando a robustez do material e rusticidade, assim como implementação do uso de técnicas construtivas elaboradas agregando conhecimentos estruturais avançados de engenharia e organicidade ousada das técnicas arquitetônicas.

O formalismo da Escola Carioca, aliado aos doutrinamentos da Escola Paulista Brutalista, a partir da década de sessenta, passam a ter uma importante e significativa contribuição na construção da nova arquitetura brasileira. Essa nova identidade de arquitetura nacional torna-se tão grandiosa, que começa a despertar interesse internacional. As bases de ensinamentos dessas escolas também nortearam as diretrizes de todos os cursos de arquitetura a serem desenvolvidos no Brasil a partir deste momento.

Segundo Segawa (2002, p.146), a partir do ano 1948⁴⁷ até 1960, o curso de arquitetura da FAU/USP possuía um currículo estruturado em preceitos baseados nos movimentos desenvolvidos na Europa que já não condiziam com o momento da arquitetura nacional. Motivo pelo qual era objeto de discussão em diversos fóruns e eventos nacionais da área até os anos 1960, período que começam a debater sobre a reformulação de um novo currículo mínimo de diretrizes para os cursos de arquitetura no país. A partir do ano 1962, ainda segundo Segawa, é implantado o novo currículo estruturado segundo as diretrizes de Artigas na FAU/USP e posteriormente é replicado a outras escolas de todo o país. Esse novo currículo se fundamenta nas diretrizes de que o curso de arquitetura deveria contemplar disciplinas fundamentais e indispensáveis para a formação do indivíduo de modo que fosse moldado a criar projetos em diversas escalas. Esse novo currículo também deveria priorizar o ensino em estúdio ou ateliê de projeto como principal espaço para ministração de aulas e discussões. O curso passa a ser estruturado em três segmentos indispensáveis ao aprendizado, a saber:

1. História;

⁴⁷ Ano de criação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAU/USP.

2. Projetos;
3. Técnicas.

Desta forma, amplia-se o conhecimento do novo profissional, de modo a habilitá-lo a atender as diversas necessidades da sociedade, além de formar um “profissional completo” com conhecimentos específicos para ajudar na construção de uma nação moderna.

1.9. Do plano piloto de Brasília ao interior da região amazônica: surgimento da arquitetura no Amazonas

Zein (2006) afirma que alguns autores definem a arquitetura brasileira datada entre 1920 e 1970 em três momentos principais, que segundo esses autores, são pontos importantíssimos para o desenvolvimento da história do país, principalmente após inauguração de Brasília:

1. O movimento modernista (Escola Carioca e Escola Paulistana Brutalista);
2. Arquitetura de Brasília;
3. Pós Brasília (com ênfase nas várias novas tendências a partir do ano 1980).

O período da arquitetura moderna passou por inúmeras modificações desde seu surgimento ainda no campo internacional, e não foi diferente em território nacional, uma vez que precisou ter a incorporação de diversos fatores, como: a regionalidade, mão de obra local, técnicas e materiais disponíveis além das diversas tipologias arquitetônicas no país.

Após a inauguração de Brasília, a nação se apresentava em momento de próspero crescimento e desenvolvimento econômico, além de grande prestígio internacional, o campo da construção civil se destacava principalmente na arquitetura e engenharia com a adesão às novas técnicas e tecnologias construtivas (NEVES, 2005, p. 02). O destaque da arquitetura moderna brasileira no campo internacional se deu principalmente por grandes obras projetadas por importantes arquitetos, como Oscar Niemeyer, Irmãos Roberto, Affonso Eduardo Reidy, Gregori Warchavchik, Lúcio Costa, Vilanova Artigas, entre outros.

Segundo Neves (2005, p. 02), entre as décadas dos anos de 40 e 50, a profissão do arquiteto se mostrou em grande ascensão, levando assim ao surgimento de grandes e renomadas escolas até os dias de hoje, essas escolas foram importantes

meios de disseminação do conhecimento e propagação de discursos e novas ideias para a arquitetura brasileira. Assim o ensino de arquitetura se propagou por todo o país, formando grandes nomes da arquitetura nacional como Jorge Moreira, Luís Nunes, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Ernani Vasconcellos, Leão Moreira e Severiano Mário Porto.

Até meados de 1931, a Escola de Belas Artes na cidade do Rio de Janeiro apresentava um currículo no curso de arquitetura cheio de historicidade, ecletismo cultural e tradicionalismo arquitetônico. Neste período a arquitetura já se mostrava tendenciosa a novas mudanças na elite carioca, que logo se fizeram acontecer.

Sob direção do arquiteto Lúcio Costa, em 1931 a Escola de Belas Artes começa a passar por uma reforma institucional com direcionamento ao modernismo. Esse movimento desagradou grande parte dos docentes conservadores da instituição, levando à destituição do diretor da escola. Neste mesmo período, criou-se a cadeira de urbanismo, efeito da reforma estruturada por Costa, que até o presente momento não existia (UFRJ et al., 2018).

Em 1945, devido às grandes mudanças decorrentes da implantação de ideias inovadoras de Lúcio Costa, há a ruptura definitiva do curso de Arquitetura com a Escola de Belas Artes, passando este a ser implantado na recém-criada Faculdade Nacional de Arquitetura do Brasil pelo Decreto N. 7918, de 31 de agosto do mesmo ano (UFRJ et al., 2018).

Nos anos 40 e 50 a nação brasileira estava em plena ebulição de prosperidade econômica (principalmente a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país), refletindo diretamente na política e na construção urbanística das cidades. E é nesse momento próspero que Severiano Mário Porto, mineiro de Uberlândia-MG, adquire sua formação junto a Faculdade Nacional de Arquitetura do Brasil, Neves (2005, p. 02).

Em entrevista o arquiteto aborda esse momento através de suas próprias palavras, deixando claro esse período vivido: *“Na época viviam-se coisas muito criativas na arquitetura, até sem perceber ou sentir claramente, era uma fase de importantes exemplos de nossa arquitetura, embora esparsos e fruto de um país jovem e sem muitos compromissos”* (PORTO, 1986. p. 46).

Com a inauguração e nomeação de Brasília como a capital do país em meados de 1960, há um verdadeiro coroamento da arquitetura moderna brasileira,

favorecendo assim a inúmeras melhorias em diversas cidades em desenvolvimento e promoção de criação de cidades polo de tecnologia e industrialização: “[...] a afirmação do movimento moderno é Brasília, que concretiza no edifício e no urbanismo as teorias assimiladas e desenvolvidas. Então, não existia proposta urbanística mais avançada” (ACAYABA; FICHER, 1979, p. 23).

Neves (2005, p. 03) relata que a afirmação de Brasília como capital do país fez parte significativa do governo de Juscelino Kubitschek, sendo este ato influenciado diretamente pela Carta de Atenas e assim consolidando a arquitetura moderna brasileiro.

Apesar da avidez de um momento próspero, abundante e progressista no campo econômico, em 1964 o país entra em um período de decadência arquitetônica, social, cultural e principalmente de direitos humanos, além de violência intensa na democracia, provocada pela tomada do governo por militares em um golpe político. Esse momento foi um balde de água fria no sucesso esplendoroso da nova capital do país recém-inaugurada. Esses anos terríveis foram marcantes para a arquitetura brasileira, segundo Burmeister (1982. para. 02):

A mudança de rumos no desenvolvimento político, econômico e social do país imposta pelo golpe militar de 1964 comprometeu, também, o desenvolvimento da arquitetura como parte integrante de um projeto cultural brasileiro que se afirmava progressivamente (ZEIN, 1982a, pp. 52-60).⁴⁸

Os eventos no campo político, social e econômico afetaram diretamente a cultura do país e arquitetura, nesse último o problema gerou estagnação de incentivos de capital que antes do período do golpe não aconteciam, pelo contrário, o governo incentivava a construção civil, promovendo financiamento de novas construções públicas, tornando a arquitetura uma atividade em grande ascensão:

[...] houve uma culminância de expectativas econômicas, políticas, culturais e sociais simbolizadas na construção de Brasília que se frustraram ou tiveram um desenvolvimento muito diferente do esperado, trazendo determinadas consequências para a arquitetura contemporânea brasileira (BASTOS, 2003, p.126).

⁴⁸ Depoimento dado por Fernando Lopes Burmeister à Zein (1982a).

Esses acontecimentos foram combustível para o movimento de “migração de arquitetos” por todo o território brasileiro. Movimento que teve seu início em meados de 1950 e que foi um marco para a disseminação do conhecimento técnico, e criação de diversas escolas em todas as regiões do país. Segawa (2002, p.131) denomina esse evento como: "Arquitetos Peregrinos Nômades e Migrantes". E, além do momento vivenciado, esses profissionais foram incentivados pelo governo militar, através dos planos de integração nacional, que objetivava a exploração de áreas com pouca ou quase nada de ocupação territorial no país: “A política de ocupação do território nacional ocorreu no período pós-1964 definindo como um plano estratégico de ocupação e desenvolvimento de regiões isoladas além de integrá-las com o resto do Brasil, como o Centro-Oeste e a Amazônia” (SEGAWA, 2002, p. 193).

Essas excursões por diversas localidades possibilitavam novas oportunidades de sustentação pessoal e crescimento profissional, disseminação de ideias e conhecimento técnico, além de dispersão do conhecimento de uma arquitetura moderna por todo país. Contudo, ao desbravar novas regiões, o profissional de arquitetura se deparou com particularidades regionais que impuseram uma reformulação dos conceitos tradicionais da arquitetura moderna vivenciada nos eixos São Paulo – Rio de Janeiro – Brasília. Essa resignificação da era moderna na construção civil gerou uma troca de conhecimento técnico com a cultura local de cada região, inserindo um novo contexto de sustentabilidade à tradicionalíssima metodologia moderna, que até o presente momento não se fazia presente.

A troca de conhecimento técnico de regiões mais abastadas do país com regiões menos desenvolvidas transformou os profissionais recém-formados em profissionais moldados em uma nova vertente da arquitetura moderna, a qual logo seria denominada como “Neovernacular” ou “Regionalismo Crítico” (SEGAWA, 2002, p. 193). Passa-se a incorporar o conhecimento técnico tradicional às particularidades regionais, valorizando materiais locais, de baixo custo e fácil acesso e mão de obra local. Neste contexto, começa a valorização de materiais como o tijolo e madeira local, além do tradicional concreto armado aparente. Essa movimentação transcorre paralelamente às necessidades constatadas de cada localidade, principalmente naquelas interioranas.

Todo aquele arrojo da arquitetura racionalista [...] no interior não encontrava uma receptividade muito grande. Então, o que se podia fazer não era a arquitetura desejada, mas a arquitetura possível. [...] A experiência mostrou-me então a necessidade de enfrentar um trabalho executado através de materiais convencionais como, por exemplo, o tijolo e a telha de barro, mais coerentes como elementos disponíveis para a construção na maior parte do Brasil, contando com mão-de-obra a eles habituada, dispensando do processo pormenores construtivos mais elaborados, seja pela dificuldade de interpretação dos desenhos, seja pela inexistência de mão-de-obra mais especializada (Lima apud NEVES, 2005. p. 05).

Kenneth Frampton (2006. p. 506) caracteriza o regionalismo crítico como o meio pelo qual sustenta uma dialética confrontadora com o modernismo universal e não somente local, através do emprego nítido e claro de imagens, costumes e valores localmente cultivados. Sem destoar dos elementos autóctones confeccionados. Ainda segundo Kenneth, o regionalismo crítico adota a metodologia do poder simbólico primitivo singular e insólito da humanidade moderna, e que o desmerecer deste, acarretará conforme suas palavras em uma *“inevitavelmente iconografia consumista disfarçada de cultura”*, (FRAMPTON, 2006. p. 506).

Nesbitt (2006. p. 59) aponta o regionalismo crítico defendido por Frampton como aquele que permeia parcialmente caminhos da fenomenologia, preocupado com a forma de habitar em uma arquitetura mais significativa:

[...] Compartilha do reconhecimento da construção regional, vernacular, e sua peculiar sensibilidade à luz, ao vento e às condições térmicas, que dita uma resposta arquitetônica adaptada ao lugar específico. O regionalismo crítico propõe a noção de que projetos climaticamente definidos obterão bons resultados estéticos e ecológicos e serão capazes de resistir às pressões homogeneizadoras do capitalismo moderno. [...] (NESBITT, 2006. p. 59).

Nesbitt (2006, p. 475) ainda afirma que Frampton classifica em quatro condições contemporâneas aquelas que situam o ofício da formação do arquiteto. Essas podem diminuir a significância do ato de fazer arquitetura para o habitar. Sendo a quarta e talvez a mais importante na visão de Frampton, aquela que diz respeito ao meio natural em que o ser humano está inserido: Desconsiderar, desvalorizar e desrespeitar a natureza e seus limites, implica explicitamente na contínua e irreversível destruição dos recursos naturais pela usurpação humana através de uso indiscriminado da tecnologia, reduzindo assim o desenvolvimento de uma vida satisfatória e respeitosa com os povos, costumes regionais e natureza local da região a qual está inserida a arquitetura.

Dessa forma, o fato enfático do contato com a natureza se faz de suma importância para o ato de cuidar, preservar e proteger. Mais do que condições humanas e sociais, são condições éticas que culminam com o ofício do ser arquiteto:

[..] O ponto principal da proposta de Frampton é o atributo espacial de "contenção" [*con- tainment*] pelo qual a arquitetura demarca um *lugar*. Na concepção de Heidegger e Aristóteles, o lugar tem, além de seu atributo de ser um espaço fechado ou finito, o importante papel simbólico e político de representar a estrutura das relações sociais, ou a *res pública*. Em seguida, Frampton clama por "uma dialética ambiental da produção", uma espécie de análise de custo e benefício que leve em conta aspectos qualitativos e quantitativos. (Essa defesa de novos critérios de avaliação não monetários teve grande repercussão no campo da ética ambiental) [...] Entre os assuntos que continuam a ter importância em seus estudos estão a necessidade de contrabalançar o uso de produtos industrializados com uma sensibilidade para o artesanal, a resistência à "otimização", à "tirania da técnica" e ao *kitsch*, e também a pesquisa do significado e dos vínculos culturais com o lugar.[...] (NESBITT, 2006. p. 475)

A arquitetura amazônica, criada pelos arquitetos ditos regionalistas críticos, surge como uma manifestação pós-moderna, que não segue o movimento internacional, e sim a contravenção ao moderno nacional como meio de voltar-se às valorizações internas originais, permitindo criticar a arquitetura moderna e seus preceitos.

Em 1980, o país começa a colher frutos do plano de interiorização da economia arquitetônica nacional. Isso só foi possível devido aos diversos cursos de arquitetura que se estabeleceram nas duas décadas anteriores por todo o país. Os profissionais formados durante essas décadas, nomeados como nômades peregrinos, que saíram dos grandes centros urbanos em direção às regiões pouco desenvolvidas, começam a aplicar seus conhecimentos técnicos em grandes obras, que os estabeleceram com grande renome nessas regiões recém desbravadas. Essa dialética, conforme Segawa (2002, p. 193), se estabeleceu devido ao "milagre econômico", que mudou o olhar da arquitetura nacional, fora do eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Brasília.

O processo de disseminação de conhecimento técnico pelo interior do país, aliado ao momento próspero da economia nacional, oportunizou com que grandes obras fossem criadas e nomes da arquitetura se embelessem.

Severiano Mário Porto foi um desses nomes, que em 1960 foi convidado para desenvolver projetos e fiscalizar obras na capital do estado do Amazonas, e desta forma parte da cidade do Rio de Janeiro em direção a região mais distante do país e

inóspita com o objetivo de levar uma arquitetura de vanguarda paulistana. Zein (1986 apud SEGAWA, 2002, p.134) relata que ainda na segunda metade de 1960 Porto se muda definitivamente para Manaus e torna-se um dos primeiros arquitetos da região amazônica. Fato que o consolidou como um dos grandes nomes dessa geração de arquitetos do final do século 20.

[...] Destacamos a relevância da presença de Severiano Porto na região amazônica pela autoria do edifício-sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A SUFRAMA, criada em 1957 como porto livre será, dez anos depois, reformulada pelo Decreto-Lei nº. 288/1967, que passará a ser o órgão gestor do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, por meio do Decreto-Lei nº. 356/1968. [...] (ROCHA, 2019, p. 81).

Porto em terras manauaras realiza diversas obras, como a reforma do Palácio do Governo e o projeto da Assembleia Legislativa do Estado, 1965 – obras que não foram concretizadas, Baratto (2016, p. 01). No Rio de Janeiro seu escritório permanece ativo sob coordenação de Mário Emílio Ribeiro (sócio e ex-colega de turma da Faculdade de Arquitetura do Brasil). A parceria com Ribeiro, possibilita que ele seja co-autor de grandes projetos como o Estádio Vivaldo Lima (1965) e o Campus da Universidade do Amazonas (1970 - 1980), ambos construídos no Amazonas. (BARATTO, 2016, p. 01).

A arquitetura de Severiano por muito tempo foi vista como uma arquitetura pejorativa e pobre, por utilizar da madeira regional como meio de difusão da cultura e principalmente de uma nova ideia de sustentabilidade. A resistência que antes era vista somente no concreto armado agora ganhará destaque como material de nobreza. Essa desvalorização com a arquitetura de Severiano é evidenciada por parte do júri na premiação que recebeu na Bienal de Arquitetura de Buenos Aires, em 1985:

[...] Entretanto, se uma parte do júri, formado por arquitetos de todo o mundo, compreendeu a qualidade de seu esforço em trabalhar características regionais através da apropriação e reelaboração de técnicas e materiais tradicionais, consta que alguns outros a princípio rejeitaram sua obra, como sendo algo folclórico – no sentido pejorativo que se possa dar a essa palavra. É interessante notar como o exótico pode ser invocado a favor, ou contra. [...] (ZEIN, 2006, p. 05).

Segundo Baratto (2016, p. 01), apesar da desvalorização por parte de arquitetos conservadores internacionais e nacionais, Severiano ainda foi premiado em

1986 junto de Mário Ribeiro, como personalidade do ano pelo IAB carioca e em 1987 pela revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui*.

Entre as obras de Severiano na Amazônia destaco: Estádio Vivaldo Lima (1963); obra está que segundo Abraham (2014, p. 24) foi o motivo de Severiano fincar os pés em Manaus:

O Estádio Vivaldo Lima foi a maneira que o destino encontrou para trazer Severiano Mário Porto para Manaus. Vencendo o concurso público para a escolha do projeto, Severiano teve que montar um pequeno escritório em Manaus para, não só desenvolver o projeto, mas, sobretudo, acompanhar e fiscalizar a execução da obra, parte das obrigações do vencedor do concurso (ABRAHIM, 2014, p. 24).

Além do Estádio Vivaldo Lima, a obra de Abraham (2014, p. 23-111), também apresenta outros projetos desenvolvidos por Severiano: Casa do Cafundó “Residência do arquiteto” (1967); Capela da colônia de Rio Preto da Eva; Restaurante Chapéu de Palha (1967); Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (1971); Campus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1973); Sede do Banco da Amazônia – BASA (1973); Fórum Henocho Reis (1970); Centro de Proteção Ambiental de Balbina (1983-1988); Pousada dos Guanavenas (1967); Casa Robert Schuster (1978), Casa João Luiz Ozório; Casa Porto – “Residência do arquiteto” (1971); Casa Alexandre Ale dos Santos; Secretaria Estadual de Produção Rural (1967); Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN (1969); Caixa d’água da Empresa de Saneamento de Manaus – COSAMA (1972); Companhia Telefônica de Manaus – TELEMASON (1979).

Permito-me adicionar um adendo a respeito da grandeza pessoal de conhecimento adquirido, por meio dos ensinamentos de Severiano, disseminados pelo meu antigo professor Roger Abraham, o qual tenho satisfação de citar em inúmeras passagens nesta obra. Nas aulas de conforto ambiental, ateliê de projeto de hotelaria de selva e planejamento urbano, passei a conhecer e compreender as feitorias de Porto na cidade de Manaus, utilizando-se mais do que somente materiais regionais. Me encanta pensar que Severiano ainda naquela época pouco longínqua, e pouco desenvolvida, captou a sensibilidade dos efeitos mágicos da região amazônica, de modo que essa magia envolveu seu espírito e sua arte como forma de

permear através de suas mãos o poder primitivo de criar o “ousado” o “novo moderno” com simples materiais, porém de valor grandioso.

Ressalto ainda que Severiano foi destemido, por ter ousado ainda naquela época, projetar e construir grandes obras com madeira regional. Este fato ousado foi uma atitude afrontosa aos arquitetos elitistas do Sul e Sudeste do país que tinham como religiosidade a defesa do concreto armado aparente como sendo a arquitetura moderna brasileira da época, sem considerar outros fatos como clima, região, cultura e entorno.

[...] Toda a região amazônica, embora de fraca densidade populacional, é ocupada pelo caboclo, o homem brasileiro. “Foi observando o pessoal nativo – os seringueiros, para mim gigantes, que cruzam a floresta amazônica a pé, passam meses embrenhados na mata, levando uma bagagem mínima, enfrentando toda sorte de problemas e até grandes onças, que a gente pode encontrar mesmo perto de Manaus – que aprendi sobre o fazer regional” [...] O homem da região está muito bem adaptado ao seu meio, sabe viver e dali extrair sua condição de alimento e moradia. “Quando vem trabalhar na cidade, isso tudo se perde, mas no interior conseguem proezas, trabalhando com ferramentas toscas que eles mesmos criam, criando detalhes e aproveitando os materiais de maneira muito sábia. Foi assim, observando, vivenciando, que comecei a adaptar o que eu queria fazer com o que eles conheciam.” [...] O que surpreende a Severiano Porto não foi como ele chegou nessa arquitetura, mas a surpresa que ela tem causado por aí. “O pessoal fala como se eu tivesse descoberto a pólvora, mas foi um processo tão natural que me espantei quando isso começou a despertar tanto interesse, e algumas vezes até admiração. E, na verdade, é apenas o resultado de um comportamento profissional coerente.” [...] (PENTEADO et al., 2006, p. 11).⁴⁹

Como notoriedade da grandeza da formação de Porto e de seus projetos na região amazônica, em 1976 foi eleito Presidente-fundador do IAB no Estado do Amazonas, também foi um dos fundadores da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), em 1972, Severiano foi convidado à fazer parte do grupo de arquitetos professores da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas (FT/UFAM), onde exerceu a função de professor de arquitetura e urbanismo no curso de Engenharia Civil até 1998. Em 2003, recebeu também o título de professor honoris causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro – URFJ, Penteadó (2006, p. 11).

Apesar da significância da arquitetura de Severiano por meio das obras no Estado do Amazonas, o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAM só foi fundado

⁴⁹ Entrevista exclusiva cedida por Severiano Porto à Penteadó et al (2006, p. 11).

no ano de 2010, depois de um longo período de requerimento. Processo esse que emerge lá na década do ano de 1980 sob advento desejoso de Severiano para a criação de um curso de arquitetura nesta instituição educacional pública, na ocasião sob as dependências da Faculdade de Tecnologia (FT). Seu desejo para a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo provém das preocupações do espaço urbano, cultural e arquitetônico nesta localidade que à época estava ladeada pelo maior polo de eletroeletrônico do norte do país. Além da projeção, e confecção do desenvolvimento do espaço construído no contexto amazônico pelo ser humano (BONETTI et al., 2010, p. 06).

Apesar de apresentar logo nas primeiras páginas desta dissertação a figura de Severino Mário Porto, como uma icônica figura de real importância para o desenvolvimento regional e urbano da cidade Manaus nas décadas de 60, 70 e 80, retifico aqui que a significância de Porto se faz merecida no campo da arte de projetar edificações com critérios estruturais e arquitetônicos, que primam pela funcionalidade e sustentabilidade local. Entretanto, ressalto que o papel de Severiano foi totalmente oposto e quase que invisível no campo acadêmico como docente dentro das salas de aula da FT. Uma vez que o arquiteto ministrou aula para os acadêmicos de engenharia civil, tão logo não chegando a formar os traços protagonistas do legado da arquitetura regional acadêmica, que brevemente seria estabelecido nesse território por uma outra instituição.

O protagonismo de incorporação e instalação da arquitetura acadêmica em terras manauara ficou a cargo do Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA, ligada à Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, que fundou o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas no ano de 1992, Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo (2016, p. 25), e que em meados de março do mesmo ano, já iniciou sua primeira turma, oferecendo um total de 100 vagas no turno noturno. Esta primeira turma foi graduada em 14 de fevereiro de 1998, ofertando à sociedade manauara os primeiros Arquitetos e Urbanistas formados no Estado do Amazonas⁵⁰.

Conforme seu Projeto Pedagógico de Curso, a história dos mais antigos escritórios de arquitetura e urbanismo da cidade de Manaus está diretamente ligada

⁵⁰ Informação contida no Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da CEULM/ULBRA (2016 – 2017) presente em anexo desta pesquisa.

à história do curso de arquitetura e urbanismo fundado pela Ulbra, uma vez que esses escritórios conveniados permeiam uma continuidade do ensino ministrado em sala de aula, gerando assim uma educação continuada, presente nos estágios supervisionados, realizados dentro das dependências desses escritórios, que foram criados pelos primeiros egressos do curso na cidade, e que hoje são consolidados como grandes empresas do ramo da construção civil (COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2016, p. 25-27).

Com base nos diálogos informais obtidos por meio do processo de pesquisa exploratória⁵¹, atribuo a esta escrita as informações adquiridas, com o primeiro arquiteto urbanista professor e coordenador do primeiro curso de arquitetura e urbanismo do Estado do Amazonas. Segundo ele, na época (ano de 1990) não se tinha escola de arquitetura em Manaus. Ressalto ainda que se tomou essa decisão por pesquisa exploratória em pontos fundamentais da pesquisa, por acreditar que certas informações são fundamentais para melhor compreensão do processo de escrita, e que mesmo sendo impossibilitado pela falta de tempo hábil para produção de questionários, entrevistas e submissão ao conselho de ética da instituição, a pesquisa careceria de sustentação e que somente seria possível por esse mecanismo encontrado. Esse processo além de fomentar a incorporação de vivacidade humana e realista de ações vivenciadas, permeia a compreensão dos caminhos e descaminhos vividos para idealizar e confeccionar a pesquisa aqui descrita. E para isso tomo como parte de embasamento da etapa de finalização deste capítulo, o direcionamento deste, como papel de “contextualização protagonista,” função esta que permeia o delineamento do processo de continuação da pesquisa e escrita desta dissertação, a qual está diretamente elencada neste primeiro momento ao contexto histórico.

Reitero ainda que os percalços vividos durante a busca por informações necessárias para o *corpus* desta escrita, passou por desafios de persistência, das quais destaco a demora na contato e obtenção de dados com a coordenação de curso,

⁵¹ Optou-se por tomar a incorporação das informações fundamentais para a pesquisa por meio de diálogos informais em pesquisa exploratória, por motivos que impossibilitaram o procedimento tradicional de entrevista semiestruturada aprovada pelo comitê de ética. Esses motivos se deram na impossibilidade e não aprovação de liberação para fazer pesquisa de campo, considerando o momento insalubre da pandemia de Covid-19, além da demora de retorno das informações solicitadas aos órgãos, entidades e departamentos relacionados à pesquisa, assim como a inacessibilidade física de acesso ao professor objeto da conversa informal, pois ele reside em outro estado.

uma vez que o retorno de contato só ocorreu até pouco tempo antes do período de conclusão da pesquisa, por motivos internos à coordenação, e devido ao período pandêmico vivenciado, que incorporou a delimitação de acessos em várias instituições, e não somente a coordenação de arquitetura. Outro ponto que devo destacar foi o contato com o primeiro coordenador do primeiro curso de arquitetura e urbanismo do Amazonas que na ocasião teve que ocorrer de forma remota, haja visto que ele reside fora do Amazonas.

Esta primeira cena tem a objetivação de provocar a compreensão do traçado da arquitetura global até adentrar as entranhas da selva amazônica, onde se instala e promove suas pilíferas, nutrindo-se de aspectos regionais, territoriais e principalmente culturais para assim propor uma arquitetura artesanal na própria função do arquiteto, não podendo deixar de lado o ofício do arquiteto educador que também é tão importante quanto o arquiteto projetista.

Os arquitetos que aqui chegaram vieram com o objetivo de oferecer sua mão de obra e assim contribuir para o desenvolvimento da cidade. E nesse cenário era difícil encontrar arquitetos que tivessem interesse em ministrar aula em disciplinas específicas que somente poderiam ser ministradas por um profissional da área. Segundo o coordenador, nesse primeiro ano (1992) de inauguração do curso, os profissionais que ele encontrava e que não haviam ainda tido experiência em sala de aula, ficavam sob sua orientação em sala de aula, como professor assistente. Dessa forma, esses profissionais passaram a vivenciar a experiência de sala de aula até que se sentissem confiantes para assumir o cargo de professor da disciplina no curso de arquitetura e urbanismo. E assim, foi construído o curso de arquitetura e urbanismo da Ulbra e com o tempo se solidificando como curso de referência na cidade. Paralelo a sua atividade como coordenador de curso, ele também desenvolveu atividade como profissional contratado junto a prefeitura de Manaus, onde passou 9 anos vinculado, e assim vivenciou toda a expansão demográfica de desenvolvimento da cidade de Manaus.

Por meio do diálogo de pesquisa exploratória, as informações recém moldadas, tornam-se mais orgânicas e fluidas, permeando assim o novo redesenho da construção da academia de arquitetura na cidade de Manaus. Nesse contexto, cito aqui, as informações valiosas e relevantes a pesquisas, cedidas por esse profissional

de suma significância, de modo a melhor compreender o que se tem hoje em ensino de arquitetura no Amazonas.

Como característica desse surgimento da arquitetura no Amazonas, o coordenador ainda afirma que a população manauara desconhecia a nomenclatura do profissional formado em arquitetura e urbanismo e suas atribuições profissionais, *“as pessoas por desconhecimento, chegavam com a gente perguntando: Tu és arquiteto? Tu desenhas planta? E com a inserção do Ulbra, em seguida a Ufam, Universidade do Norte (UniNorte) e Universidade Nilton Lins (UniNiltonLins), esse cenário foi mudando, a cidade ganhou em melhorias estéticas! As pessoas já nos procuravam perguntando: Tu és arquiteto, eu quero te contratar para um serviço! Tu podes me fazer uma proposta? E a palavra “urbanismo”, começou a ser empregada na cidade”* (**Trecho de conversa informal da pesquisa exploratória**).

“A primeira turma do curso de arquitetura apresentava muitos engenheiros formados e profissionais formados em desenho industrial, que, por desconhecimento de como se desenvolvia a profissão do arquiteto, acabavam por se matricular e depois com o tempo se depararam com um confronto de conhecimento. Alguns desistiram e outros continuaram, aceitaram que o novo conhecimento provido pelo curso, era válido e assim mudaram seu pensamento e chegaram a ser graduados” (**Trecho de conversa informal da pesquisa exploratória**).

O professor coordenador ainda relatou que contribuiu na concepção e planos de curso de outras instituições, das quais estão a UniNorte, UniNilton Lins e Ufam. Quando na ocasião houve a inauguração do curso de arquitetura e urbanismo na Ufam em 2010, e este por sua vez foi o primeiro coordenador de curso e criador da primeira grade curricular do curso juntamente com o Prof. Me. José Carlos Bonetti.

Com base nas informações coletadas na exploração, começo a compreender diretamente a significância de melhorias que o primeiro curso de arquitetura trouxe para Manaus. Não somente na criação de uma nova profissão para o mercado de trabalho, mas também como propagação do desenvolvimento arquitetônico e urbanístico da cidade. Traços desses momentos provocam também a instalação de papelarias com material específico para os cursos de arquitetura e design na cidade. Dessa forma, pensar o ensino de arquitetura como ponto focal nesta dissertação é ressignificar a formação do profissional neste campo e apresentar a grandiosidade da arquitetura como academia na cidade de Manaus. Segundo o professor, o primeiro

arquiteto formado na cidade de Manaus pelo curso de arquitetura da Ulbra foi o arquiteto Claudemir Andrade, atual Vice-Presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) e Conselheiro Federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

Figura 3 - Fotografia da primeira turma de arquitetos urbanistas formados no Amazonas (1996)



Imagem: Fotografia cedida pelo primeiro coordenador do curso de arquitetura e urbanismo da cidade de Manaus (Ulbra).

CAPÍTULO II

2. PANDEMIA: DO LIVRE CAMINHAR AO RESTRITO COMPULSÓRIO

2.1. Cenário pandêmico no Brasil e no Amazonas

O contexto da contemporaneidade se estrutura em conexões, transformações e vivências diferentes com pessoas diferentes vivendo momentos diferentes. Neste contexto me tomo como personagem desta afirmação, uma vez que estou vivendo o momento dos “30”. Este período marcado pelo meu trigésimo aniversário, me faz enveredar aos questionamentos de pensamentos: Quem é o Roberth Aragão dos 30 anos? O que o trouxe até aqui? Porque o Roberth Aragão pesquisa esse tema? O que a pesquisa do Arquiteto Roberth Aragão trará de novo ao final dessa pesquisa?

Setton (2002, p.68), destaca a contemporaneidade, como sendo a era caracterizada por grande produção de referências culturais, circundada massivamente por informação em todas as direções, permeando o ponto focal para a formação de identidade ética e cognitiva do ser humano. Setton ainda relata que a socialização está elencada a construção do *habitus*:

[...] portanto, o processo de socialização e, como decorrência, o processo de construção dos *habitus* do indivíduo na modernidade, construído segundo uma configuração particular. [...]

[...] Ou seja, considero as instâncias tradicionais da educação, – a família e a escola – e a mídia – esta última agente específico da socialização no mundo contemporâneo –, instâncias socializadoras que coexistem numa relação tensa de interdependência. [...] (SETTON, 2002, p.68)

Conforme as palavras do autor, refletir sobre o tempo, é permear valiosos questionamentos, que norteiam um autoconhecimento próprio como ser social, profissional e como pesquisador-educador. Isso nos torna a fazer requerimentos próprios da idade, uma vez que as cobranças intituladas pela sociedade para com os jovens dos trinta anos, seguem uma diretriz de que o jovem dos “30”, devem mostrar socialmente grandes feitorias e conquistas:

Os primeiros passos na vida adulta e na carreira são fundamentais para a definição dos contornos dos anos vindouros. Por isso, para muita gente, a fase dos 20 e poucos anos tem sido sinônimo de pressão e ansiedade. (E. CARREIRA, 2014, p.01)

E considerando o momento atual a pesquisa em questão, tomou esse processo a seu tempo é a seu modo de demonstrar o processo de desenvolvimento das conquistas pessoais do pesquisador, uma vez que isso não é somente relacionado à capitais adquiridos, mas, também a valores de significância obtidos.

E nesse mundo de diversidade e transformações da contemporaneidade é que se insere o período atípico e de grande impacto na vida de todos, independentemente de quaisquer condições física, psicológica, hierárquica, financeira e patrimonial. Esse momento atípico denomina-se “Pandemia⁵²”.

A partir desse momento tomamos como parte fundamental, ressaltar que este capítulo e próximo, contam com um momento de discussão exploratória, onde intitulou-se à denominar-se de “momento reflexivo”, talvez, sua concepção seja advinda da linha teórica do sociólogo francês Pierre Bourdieu, a qual destinou-se parte desta pesquisa e análise metodológica, ou também as interferências diretas e indiretas do campo social a qual as ações e reações contida e discutidas ao longo da pesquisa, foram motivadas a momentos de discursão. Apropriamos das ações intrinsecamente subjetivas que atrelam o delinear sutil, porém, escondido pelas mais evidentes visualizações diretamente perceptíveis no processo de descoberta dos fatos e transcrições aqui documentadas.

O contexto da pandemia inicia nos últimos dias de 2019, quando na ocasião a Organização Mundial da Saúde (OMS), passou a receber vários alertas de pessoas adoecendo devido uma nova doença que provocava um tipo de pneumonia com um certo grau de agressividade. Esses alertas surgiram na cidade de Wuhan, uma pequena província de Hubei, na então República Popular da China. Logo foi descoberto pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que essa doença era provocada por uma nova cepa (tipo) de Coronavírus que ainda não havia sido identificada antes em seres humanos e tão pouco catalogada, ou seja, estudada pela ciência.

⁵² Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020), o termo “pandemia” se refere à proliferação de uma doença em nível geográfico e não à sua intensidade de gravidade, significando que atingiu patamares muito mais abrangentes em número de infetados e não podendo mais definir a quantidade e velocidade de propagação deste agente patogênico. (SILVA et al., 2023, p. 127).

Em meados de fevereiro de 2020, foi sancionada a Lei nº 13.979⁵³, que determinava pelo governo brasileiro as normas de quarentena no país, além de estabelecer as medidas de combate ao coronavírus. Ainda na mesma semana essa proposta foi enviada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso, estabelecendo as regras emergenciais para repatriar brasileiros natos viventes na região onde estava disseminando o vírus (cidade de Wuhan), assim como os chineses parentes de brasileiros (ACCIOLY; BAPTISTA, 2020). Já o primeiro caso de Covid-19⁵⁴ no Brasil, foi registrado e anunciado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020. Tratava-se de um homem com idade de 60 anos, que havia chegado de viagem ao exterior (região Italiana da Lombardia), e que havia dado entrada no Hospital Israelita Albert Einstein – SP no dia anterior. (UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS [UNA-SUS], 2020).

No início de março de 2020, vigoraram as primeiras medidas políticas referente ao cenário sanitário que havia chegado em solo brasileiro. Incluíam nesse primeiro momento, o fechamento das fronteiras terrestres com países vizinhos, visando a restrição de circulação de pessoas externas em território brasileiro, como controle sanitário, a fim de tomar como precaução a entrada da doença no país. Ainda nesse momento a entrada de brasileiros permanecia livre, essa medida duraria 30 dias, podendo ser prorrogada conforme necessidade (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Alguns dos marcos desse momento, foram as tomadas primárias, imediatistas realizadas por diversos países e não somente o Brasil, para com o momento sanitário. Esse momento de incertezas impossibilitou que tanto a população, quanto os governantes e políticos tomassem medidas realmente eficazes já neste primeiro momento, visando resultados mais eficazes a médio e longo prazo.

Em 26 de março de 2020, por meio da portaria de n. 47, determinou a restrição da entrada de estrangeiros vindos do continente asiático e europeu, advindos por meio do transporte aéreo. Esta portaria valeria por 30 dias prorrogáveis, não impossibilitando a entrada de brasileiros natos, ou naturalizados e imigrantes com autorização de residência no país. Nesse mesmo período, proveniente do

⁵³Esta lei compõe parte fundamental desta pesquisa e encontra-se em inventário e análise documental em anexo.

⁵⁴ Doença causada pelo novo tipo de coronavírus SARS-CoV-2 Em meados de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. (SILVA et al., 2023, p. 127)

alastramento dos casos da doença pelo mundo, o presidente do Brasil, vem à público em um pronunciamento à nação, nos meios de comunicação de rádio e televisão, em um chamamento à população, para que “voltassem à normalidade”, pois tudo não se tratava de uma simples “gripezinha”:

[...] conclamando o país a “voltar à normalidade”, além de pedir que estabelecimentos comerciais não fechassem as suas portas e que a população saísse do confinamento em suas casas, afinal, segundo ele, a Covid-19 não passaria de uma “gripezinha” e a mídia, em sua perspectiva, causava “histeria” coletiva. [...] (SILVA et al., 2023, p. 130)

Apesar do posicionamento presidencial minimalista e displicente frente a grave situação sanitária que estava se desenvolvendo pelo mundo afora, dois dias depois do pronunciamento presidencial, 25 dos 27 governadores do país, manifestaram por meios oficiais, seus posicionamentos contrários ao ato oficial presidencial, e ainda enfatizaram o respeito rígido as normas sanitárias de quarentena e isolamento social. Desta forma, cidades inteiras passaram a apresentar decretos que obrigavam o fechamento temporários comércios, continuidade de serviços essenciais, distanciamento social, toque de recolher e outras medidas que se fizessem necessárias em todo o território brasileiro. (LEITE, 2021).

Ainda em meados de março, começaram as primeiras manifestações por parte dos governantes, para com a suspensão das aulas presenciais na rede pública de ensino, condicionando a instalação de medidas de distanciamento social. O governador de Brasília Ibaneis Rocha, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tomou a frente desse movimento dos governantes, estabelecendo regras para suspensão de aulas presenciais por cinco dias, além de normas para o funcionamento de atividades com atendimento ao público em comércios. Entre os estabelecimentos que deveriam seguir essas regras estavam os bares, restaurantes, lojas, salão de beleza, além de outros tipos de estabelecimentos. Essa ação do governo de Brasília, desencadearia um modelo de combate à pandemia no país. Essa movimentação entre governo federal e os governos estaduais, teve grande instabilidade no gerenciamento de ações políticas para o cenário pandêmico, no âmbito dos governantes, estes se viram obrigados a confeccionar ações, sem apoio inicial da União, para instalações de medidas de combate e enfrentamento ao vírus em seus

estados, considerando ainda, a realidade própria do cenário local que se desenhava com o avanço da contaminação (FILGUEIRA, 2020).

Aos 11 dias da primeira morte identificada e registrada por Covid-19 no país, o número de mortes neste momento já chegava a ser superior a 100. Essas informações só foram possíveis de se ter, devido ao firmamento de parceria dos governos locais juntamente com os veículos de comunicação, para garantir lisura e transparência no registro, e divulgação dos dados sobre a pandemia no país. Essa postura foi tomada, uma vez, por causa dos impasses e disputas que ocorreram entre governo federal e estaduais, gerando uma tensão de conflito em meio à tensão sanitária mundialmente vivenciada. (CAMPOS, 2020).

Se alastrando de maneira cada vez mais rápida por todo o mundo, a pandemia começava também a se expandir de forma cada vez mais rápida. Ao início do mês de maio, apenas um único estado brasileiro tomava uma medida audaciosa significativamente eficaz, frente a falta de atitude de outros estados, este ato denotava-se sendo “severo”. Através do decreto estadual de n. 35.784 de 03 de maio de 2020, a cidade de São Luís, ativou os protocolos de lockdown⁵⁵, passando a restringir totalmente a circulação de pessoas, e funcionamento das atividades não essenciais com atendimento público (BBC NEWS, 2020). Esse fato provocou nos dias anteriores a efetividade do decreto, grande correria nas ruas, feiras, mercados e supermercados, assim como transporte público. O motivo se dava pela insegurança e medo da população de passar fome e definhamento caso adoecessem e não tivessem como poder remediar. Este medo maior, vinha proveniente da perspectiva da falta de alimento em casa, por desabastecimento nos centros comerciais da cidade.

O estado do Amazonas não foi poupado pela Covid-19. Aos 13 dias de março de 2020, foi identificado e confirmado o primeiro caso da doença em solo manauara. Na ocasião, esse caso provia dia uma paciente do sexo feminino com faixa etária de

⁵⁵ Haider et al. (2020) definiram o lockdown como aquele mecanismo advindo do conjunto de medidas obrigatórias tomadas pelo poder político, destinadas a redução a transmissão da Covid-19, injetado indiscriminadamente a uma população em geral por ações políticas como forma de restringir a permanência e circulação dentro da cidade, promovendo uma forçada permanência em casa, desempenhando trabalho remoto sempre que possível, e saídas somente para necessidades básicas essenciais. Neste ato, desconsidera condições humanas nos campos sociais, econômico e político da sociedade. Desconsidera também, o direito e a posse de moradia, condições de alimentação individual e familiar, assim como fonte de renda.

39 anos e que em outrora havia recém-chegado de Londres (Inglaterra). A confirmação aconteceu em declaração pública pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM) e a Fundação de Vigilância Sanitária do Amazonas (FVS-AM), as duas instituições desde o início da pandemia, firmaram parceria para divulgação desses dados. Na mesma ocasião, sob afirmação do governo do estado, foi garantido que as unidades de assistência à saúde estavam preparadas para receber e atender pacientes com Covid-19, independente do quadro clínico (básico, médio e alto grau de complexidade). Contudo, mesmo com toda anúncio do primeiro caso da doença e dos novos protocolos adotados, ainda não se falava em suspensão das aulas presenciais (rede pública e particular), isolamento social coletivo, quarentena ou lockdown. (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS [SES-AM], 2020, p. 4).

[...] Diante do primeiro caso confirmado em Manaus, estamos reforçando as medidas de segurança. Nós estamos em uma fase nova do nosso Plano de Contingência, como, por exemplo, recomendando que se evite eventos com muitas pessoas, reuniões de mais de 100 pessoas. Ainda não há necessidade de suspender aula, mas há necessidade de mantermos a vigilância. É apenas o primeiro caso e não há transmissão interna, trata-se de uma pessoa que veio de fora, mas há necessidade de medidas de segurança, afirmou Marcelo Magaldi [...] (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS [SES-AM], 2020, p. 4).

Em 16 de março de 2020, o governador do estado do Amazonas, estabeleceu através do Decreto n. 42.061/2020 (AMAZONAS, 2020a), emergência na saúde pública em todo o Estado do Amazonas, em decorrência da disseminação do novo coronavírus, e ainda instalou o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate à Covid-19 em modo institucionalizado. Este decreto oficial, firmou-se como a primeira ação política oficial, apazada no Diário Oficial do Estado, direcionada ao enfrentamento da pandemia no Amazonas. O estópim ponto de partida desse decreto foi a confirmação do primeiro caso da doença na cidade de Manaus no dia 13 de março do mesmo ano. O decreto ainda estabelece que as primeiras tomadas de decisão sobre suspensão de atividades ficam determinadas por um prazo de 15 dias prorrogáveis conforme necessidade:

Art. 2.º Para o enfrentamento inicial da emergência de saúde, decorrente do Coronavírus, ficam suspensos; I – pelo prazo de 15 (quinze) dias: As aulas, no âmbito da rede pública de ensino na capital do Estado, Integrada pela Secretaria de Estado de Educação

e Desporto, bem como do Centro de Educação Tecnológico do Amazonas, da Universidade Aberta da Terceira Idade – FUNATI; Art. 3º Fica recomendado às instituições da rede privada de ensino que suspendam suas atividades, pelo prazo estipulado no inciso I do artigo anterior (AMAZONAS, 2020a, art. 2º e 3º).

O mesmo decreto passou por uma retificação um dia após sua publicação. Essa retificação possibilitou mais abrangência em relação às medidas de enfrentamento e combate à Covid-19, esse novo documento passou a vigorar com o Decreto n. 42.063, de 17 de março de 2020 (AMAZONAS, 2020b, art. 2º):

Art. 2.º A suspensão das aulas, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no âmbito da rede estadual pública de ensino, prevista no artigo 2.º, inciso I, alínea “b”, do Decreto n.º 42.061, de 16 de março de 2020, estende-se para os municípios de Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Manacapuru, Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri, que integram a Região Metropolitana de Manaus, bem como para os Municípios de Parintins e Tabatinga.

Ainda em março de 2020, por meio do Decreto n.º 42.145 (AMAZONAS, 2020a), o Governo do Estado do Amazonas, prorrogou as primárias e temporárias sanções estabelecidas para enfrentamento e combate à Covid-19, dentro do espaço escolar. Essa nova versão do documento prorrogou por mais 30 dias as suspensões das aulas em todo o território do estado do Amazonas. Incluídas nesse contexto estavam a rede pública estadual de ensino integrada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM), bem como o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Fundação Aberta da Terceira Idade (FUnATI). Essa prorrogação foi necessária, uma vez que as necessidades sanitárias nas instâncias do estado do Amazonas foram acelerando e se agravando.

Em 23 de março de 2020, o Governador do Estado, através do Decreto nº 42.100, estabelece Estado de Calamidade Pública, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19 (novo coronavírus), e suas repercussões nas finanças públicas do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Por meio deste novo documento fica decretado que a liberação de aumento de gastos públicos para estabelecimento de medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da pandemia,

além de considerar reprogramação de finanças do estado, visando a manutenção de serviços públicos essenciais.

Aos 25 dias do mês de março de 2020, por meio do Decreto nº 42.117, fica definido a atuação da Fundação de Vigilância Sanitária (FVS), no controle dos passageiros que desembarcarem no Aeroporto Internacional de Manaus Eduardo Gomes, a fim de identificar possíveis pessoas sintomáticas de COVID-19, orientando os passageiros quanto à necessidade de cumprir quarentena, e adotar as medidas cabíveis.

Aos 31 dias de março de 2020, o governo do estado tomar a decisão de prorrogar a suspensão de atividades específicas, no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências:

Art. 2º. Fica prorrogada, até 30 de abril de 2020, a suspensão das aulas, em todo território do Estado do Amazonas, no âmbito da rede pública estadual de ensino, integrada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, bem como pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, pela Universidade do Estado do Amazonas e pela Fundação Aberta da Terceira Idade.

Art. 3º. Fica recomendado às instituições da rede privada de ensino que prorroguem a suspensão de suas atividades, pelo prazo estabelecido no artigo anterior. (AMAZONAS, 2020c, art. 2º e 3º)

Neste momento de florescência da pandemia e travamento de impasses entre as esferas governamentais, os impactos sociais foram massivamente explícitos e direcionais ao público em vulnerabilidade social e econômica, além evidenciar mais ainda as desigualdades já existentes, e que no presente governo brasileiro tornaram-se um verdadeiro divisor de classes sociais, onde os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres:

Diferentes relatórios de organizações internacionais indicam que os milionários ficaram ainda mais ricos durante a pandemia de coronavírus. Os ligados ao setor digital e de novas tecnologias foram os mais beneficiados no período. Ao mesmo tempo, o surto de covid-19 acentua as desigualdades sociais e aumenta a pobreza no mundo, seja nos países desenvolvidos ou nos emergentes. (ECONOMIA, 2020, p. 01)

Esse momento de tomada emergencial de fechamento de tudo, lockdown, ensino e trabalho remoto, foi de fácil adesão e adaptação pelos ricos e políticos de direita e da esquerda, uma vez que estes possuem suas luxuosas mansões, locadas em condomínios imperiais, ladeado por muralhas que isolam sua acrópole em uma esfera abastada do resto da sociedade proletarizada. Suas suntuosas edificações que

recebem a singela nomenclatura de “casa”, possuem uma arquitetura e decoração imponente, assinada por “arquitetos boutique”⁵⁶ que se digladiam em busca de RT⁵⁷, esses mesmos cidadãos não se preocupam com a falta de alimentos, uma vez que têm suas dispensas abastecidas do essencial e de muito mais. Esses ainda têm seus cartões de crédito e suas contas bancárias com altos valores, que possibilitam suprir suas “necessidades básicas de sobrevivência”. Mas, afinal, o que resta para o restante da classe dos trabalhadores que não tem outra forma de sobreviver, se não, o resto que sobra (e quando sobra) do seu salário mínimo após todas as deduções de taxas e impostos trabalhistas? Trabalhadores que enfrentam todos os dias 2, 3 e até 4 ônibus lotados na cidade de Manaus para chegar aos seus empregos e poder assim ter uma sobrevivência digna e honesta com seus familiares. Pessoas simples, que não têm plano de saúde ou condições de recorrer ao atendimento particular em clínicas e hospitais, caso fiquem enfermos e necessitem de atendimento médico. Pessoas que já convivem todos os dias com a dor e a angústia de não poder ter uma moradia digna ou até mesmo uma moradia para acolher e proteger a si e seus filhos(as), irmão(as), netos(as). São essas pessoas que se não fosse o SUS⁵⁸, não poderiam ter outra oportunidade de sobreviver quando viessem a adoecer pela nova doença. Este mesmo SUS que foi objeto de disputa de poder pelo então governo conservador através do Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020⁵⁹ que à época foi duramente criticado pela oposição por segundo eles querer “privatizar o SUS”.

⁵⁶ profissionais que preconizam uma arquitetura igualitária perante a sociedade e ao meio ambiente em seus discursos de juramento, quando chegam ao estado de receber o título de bacharel, se permutam ao mercado elitizado, onde à busca por uma “RT” (Reserva Técnica) vale mais do que a arte do ofício de projetar do homem para o próprio homem. Formam um clã, onde mantêm uma luta constante de egos internos no próprio círculo de sua classe. E consideram os recém-formados e os que estão fora, como menos capazes.

⁵⁷ [...] prática muito recorrente refere-se ao pagamento de uma comissão a profissionais do ramo por empresas e fornecedores do mercado da construção civil como forma pagamento por sua indicação a clientes, ou uso em projetos. [...] (ARCH DAILY, 2019. p.01)

[...] Essa perspectiva legal, reitera a visão da reserva técnica de fato como uma espécie de propina, o que aponta para diversos problemas que vão além do evidente desvio ético conjugado a tal prática. Receber dinheiro para indicar algum fornecedor ou produto também prejudica a imagem e credibilidade profissional dos arquitetos enquanto classe, já que o que mobiliza as escolhas do projeto são interesses pessoais financeiros - em geral de forma velada em relação ao cliente - ao invés de parâmetros qualitativos ou de coerência de emprego em cada caso específico de obra. [...] (ARCH DAILY, 2019. p.01)

⁵⁸ Sistema Único de Saúde.

⁵⁹ Decreto de política de fomento ao setor de atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS) no programa de concessões e privatizações do governo, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O decreto foi duramente criticado pela oposição, que acusou o governo de tentar privatizar o SUS.

O momento pandêmico vivenciado no mundo, escancarou as mazelas sociais existentes de maneira intrinsecamente explícita. Esse momento também transcorreu paralelo ao momento de extremismo no mundo. Esse movimento antigoverno e anti autoridade, que marca a vontade daqueles que se consideram de direita e defendem ideais que em sua visão são os certos e doutrinados, onde qualquer um com visão contra seus ideais, é tido como terrorista e até mesmo como inimigo. No Brasil esse movimento tinha ainda durante o período de 2020 a 2022 apoio explícito do governo em exercício, onde os eventos criados pelos extremistas eram minimizados quando descoberto é inflado quando objetivava algum tipo de beneficiamento:

"Os Estados Unidos se tornaram um exportador de extremismo antigoverno e antiautoridade, inspirando e motivando simpatizantes em muitos países ao redor do mundo", disse o Soufan Center, centro de pesquisas que monitora ameaças extremistas, em um documento publicado na semana passada para marcar o segundo aniversário do ataque ao Capitólio.

"Da América Latina à Europa, (esses simpatizantes) têm buscado uma causa comum com os extremistas baseados nos Estados Unidos, apegando-se a uma ladainha de queixas de extrema-direita em um esforço para promover posições antigoverno em seus países de origem."

Clarke diz que é possível ver a inspiração do movimento extremista americano em ações recentes em diferentes países, desde o Canadá, onde caminhoneiros bloquearam estradas em protestos que duraram semanas, até a Alemanha, onde mais de 20 pessoas foram presas em dezembro por suspeita de planejar invadir o prédio do Parlamento e derrubar o governo. E, agora, também o Brasil. (BBC NEWS BRASIL, 2023, p. 01)

No Amazonas o primeiro ano de pandemia (2020) foi marcado por inúmeros desafios diários e momentos desesperadores. Concatenado a todos os impasses e debates políticos vivenciados nesse momento, o estado ainda foi cenário de um dos maiores colapsos da saúde pública brasileira.

Desde o primeiro caso da doença identificado no estado, os índices de transmissão e pessoas adoentadas, aumentou gradativamente dia pós dia, e em algumas vezes de forma tão acelerada, ultrapassando mais de 100 casos em único dia.

Em 24 de março de 2020, a Susam confirmou a primeira morte provocada pelo novo coronavírus no Estado do Amazonas. Na circunstância, tratava-se de um paciente do sexo masculino com idade de 49 anos, e que possuía histórico de saúde com hipertensão arterial sistêmica. Este paciente era natural no município de Parintins, e estava internado desde o último dia 21 em Manaus na unidade de referência para a doença, hospital e pronto socorro (HPS) Delphina Aziz. No dia 22 do mesmo mês, o paciente apresentou uma parada cardiorrespiratória, sendo imediatamente socorrido e estabilizado. No mesmo dia o paciente passou a receber maiores cuidados clínicos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Já na terça-feira (24/03), o quadro clínico do paciente voltou a se agravar e, no início da noite, ele veio a óbito, Amazonas (2020. p.01)

Aos 04 dias de abril de 2020, o Estado do Amazonas possuía 50 leitos de UTI dos quais até a presente data 45 já estavam ocupados. O colapso era iminente no sistema de saúde do estado, o governo estadual por sua vez temia o pior, que logo se instalaria e que já era sabido.

Prova nítida da afirmação de agravamento da saúde pelo Governo do Estado do Amazonas, se deu ainda na noite anterior (03) quando a Secretaria de Estado de Saúde (Susam) por meio do próprio governo estadual, instalou nas dependências do estacionamento do Hospital Delphina Aziz, um container frigorífico para acomodação e manuseio dos corpos com contaminação suspeita é confirmada pelo novo coronavírus. Na ocasião, o hospital já se tornará unidade médica de referência em todo o território do Amazonas para recepção, acolhimento e tratamento de enfermos pela doença. Em nota técnica a Susam afirmará qual o motivo para adesão dessas instalações temporárias, assim como quais amparos técnicos e de segurança a serem seguidos com base nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Portal G1 Amazonas (2020).

A Secretaria de Estado de Saúde (Susam) informa que segue todos os padrões de segurança já definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para manuseio de corpos de pessoas que faleceram por Covid-19.

Os corpos devem ser acondicionados em compartimento refrigerado, mas por segurança biológica e limitação de espaço, ficou definido que não ficarão no necrotério comum. Por isso, desde o início desta semana a secretaria providenciou junto com o Hospital Delphina Aziz a instalação de containers frigoríficos naquela unidade.

Um deles adquirido pelo hospital foi instalado no meio da semana e um segundo container doado por um empresário local será também disponibilizado no hospital. (CARVALHO, 2020)

Figura 4 - Contêiner Frigorífico para armazenamento de copos pela Covid-19 no HPS Delphina Rinaldi Abdel Aziz



Imagem: Contêiner frigorífico no Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz — Foto: Michel Castro/Rede Amazônica. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/04/hospital-no-am-instala-container-frigorifico-para-necroterio-provisorio-apos-obitos-da-covid-19.ghtml>

Na época, segundo nota do governo estadual, já eram confirmadas 12 mortes por covid-19, e mais de 300 pessoas haviam sido diagnosticadas com a nova doença, e recebiam tratamento no hospital Delphina, Coronavírus:.. (2020). Além do avanço desenfreado de casos da doença, o sistema de saúde do estado enfrentava a escassez de materiais, profissionais desvalorizados com salários atrasados e falta de equipamentos especializados como respiradores mecânicos essenciais para casos de alta complexidade. Esses fatos ficam claro quando nos voltamos ao início do ano de 2019:

Um grupo de funcionários terceirizados da Saúde promoveu manifestação na manhã desta terça-feira, 22, em Manaus, para cobrar salários, férias, insalubridade, piso salarial e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) que estão atrasados há quatro meses. Os manifestantes também protestaram contra o assédio moral nos postos de trabalho. O protesto ocorreu em frente à sede do MPT (Ministério Público do Trabalho), na Avenida Djalma Batista, zona centro-sul de Manaus.

O grupo, que se auto intitulou 'Movimento Enfermagem Unida do Amazonas', é formado por técnicos de enfermagem, maqueiros, enfermeiros e serviços gerais do Hospital Fundação Adriano Jorge, ICAM (Instituto da Criança do Amazonas), Instituto da Mulher, Hospital Platão Araújo, e das empresas Segeam e Amazon Clinical, (AMAZONAS ATUAL, 2019. p.01).

Esses problemas gerados por má gestão, já aconteciam muito antes da pandemia e pelo mesmo governo:

Médicos, enfermeiros e demais profissionais da saúde no Amazonas foram à rua em protesto, na noite deste domingo (3), para cobrar pagamentos atrasados a empresas de Especialidades Médicas prestadoras de serviços à Secretaria de Estado de Saúde (Susam). A categoria se reuniu em frente ao Hospital e Pronto-Socorro 28 de Agosto, na Avenida Recife, na Zona Centro-Sul de Manaus.

“Faltam insumos, medicamentos, fio cirúrgico, anestésicos, leitos. Há superlotação nas maternidades. As unidades neo-natal não têm vaga para bebês prematuros. Além do atraso no pagamento do salário. Todas as categorias terceirizadas da saúde estão com o salário atrasado, de todas as unidades SPAs, hospitais e Pronto-Socorros”, articulou o presidente do Sindicato dos Médicos do Amazonas (Simeam), Mário Viana. (PORTAL G1 AMAZONAS, 2019. p.01)

Preocupados com alta demanda da população e a escassez de respiradores nas unidades de saúde, várias instituições públicas e privadas do estado do Amazonas, manifestaram no início de abril de 2020, iniciativa para produção local de equipamentos de proteção individual (EPIs), protótipos de respiradores e outras ideias inovadoras desenvolvidas ou em desenvolvimento para o enfrentamento da Covid-19 em todo o estado. Entre essas instituições estavam a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), apresentando soluções a serem produzidas junto ao Polo Industrial de Manaus (PIM) em tempo recorde para suprir a necessidade do sistema de saúde local. Portal G1 amazonas, (2020. p.01)

O Instituto Transire foi uma das instituições que doou equipamentos para o sistema público de saúde do Estado do Amazonas. Segundo o diretor Carlos Henrique Fonseca, o instituto atendeu ao pedido do ex-governador da cidade Manaus David Almeida (Avante). Na ocasião foram doadas mais de 1 mil unidades de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para o uso de profissionais da saúde do Amazonas, bombeiros civis e coveiros dos cemitérios públicos de Manaus. Essas doações atendem a preocupação com as necessidades dos profissionais que trabalhavam na linha de frente ao combate com Covid-19. Entre os EPIs doados estavam materiais

como luvas, máscaras, viseiras e macacões, fundamentais para os profissionais em defasagem por irresponsabilidade política por parte do governo do estado e da prefeitura de Manaus. Esses equipamentos foram destinados principalmente à Associação Brasileira de Enfermagem (Aben), aos profissionais lotados no Hospital e Pronto Socorro João Lúcio, ao Sindicato dos Bombeiros Profissionais Civis e Profissionais de Prevenção e Combate a Incêndios e Pânico de Manaus, além de outras unidades hospitalares da capital. O Instituto Transire ainda segundo Fonseca, estava voltado a confecção de equipamentos fundamentais ao desenvolvimento do trabalho de profissionais atuantes no hospital de campanha, Bnc Amazonas (2020. p.01):

“... o instituto trabalha na produção de equipamentos de suporte ao hospital de campanha da Prefeitura de Manaus, que atende pacientes infectados pela Covid-19. Mas também, está com uma linha de produção de 2 mil unidades da Cápsula Vanessa, que serão doadas a outras unidades de saúde municipal e estadual”.

“Nós recebemos o convite da Samel⁶⁰ para participar do desenvolvimento do protótipo da Cápsula Vanessa⁶¹, um produto que foi originalmente idealizado pelo hospital. Nós ajudamos a melhorar, inserindo tecnologia como o sistema de exaustão e hoje nós estamos fazendo aqui uma linha piloto, com 2 mil unidades, a título de doação para as unidades de saúde pública, para que elas possam experimentar e depois trazer o seu feedback, como parte de aprimoramento do processo e do produto”, contou. (BNC AMAZONAS, 2020. p.01)

A Cápsula Vanessa, foi um marco para o tratamento eficaz não invasivo contra a covid-19. Desenvolvida em parceria com o Instituto Transire e Samel, a cápsula tornou-se um ponto de luz em meio ao momento obscuro da pandemia em Manaus. Com fabricação de baixo custo, custando apenas R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), produção fácil e grande eficácia, esse mecanismo possibilitou a recuperação de inúmeros afligidos pela doença. A cápsula ainda pode ser reproduzida em outras localidades por outras diversas empresas, uma vez que a patente tinha

⁶⁰ Samel é um grupo amazonense que contribui para o desenvolvimento da região por meio de projetos que beneficiam a sociedade amazonense, inclusive a saúde. Com equipe multiprofissional altamente especializada que oferece assistência médica 24 horas aos seus mais de 90 mil clientes. Disponível em: <https://oxigenioseguros.com.br/samel-assistencia-medica-manauis/index.php>. Acessado em: 23 abr. 2023.

⁶¹ Cápsula feita com materiais de baixo custo onde possibilita a oxigenação do paciente de forma não invasiva e mais confortável, sendo reconhecida por sua eficácia à necessidade do momento, inclusive pela OMS como método eficaz no tratamento da Covid-19.

direitos abertos a todos, tendo em vista a grande necessidade do momento, Samel (2020. p.01).

Figura 5 - Estrutura Cápsula Vanessa

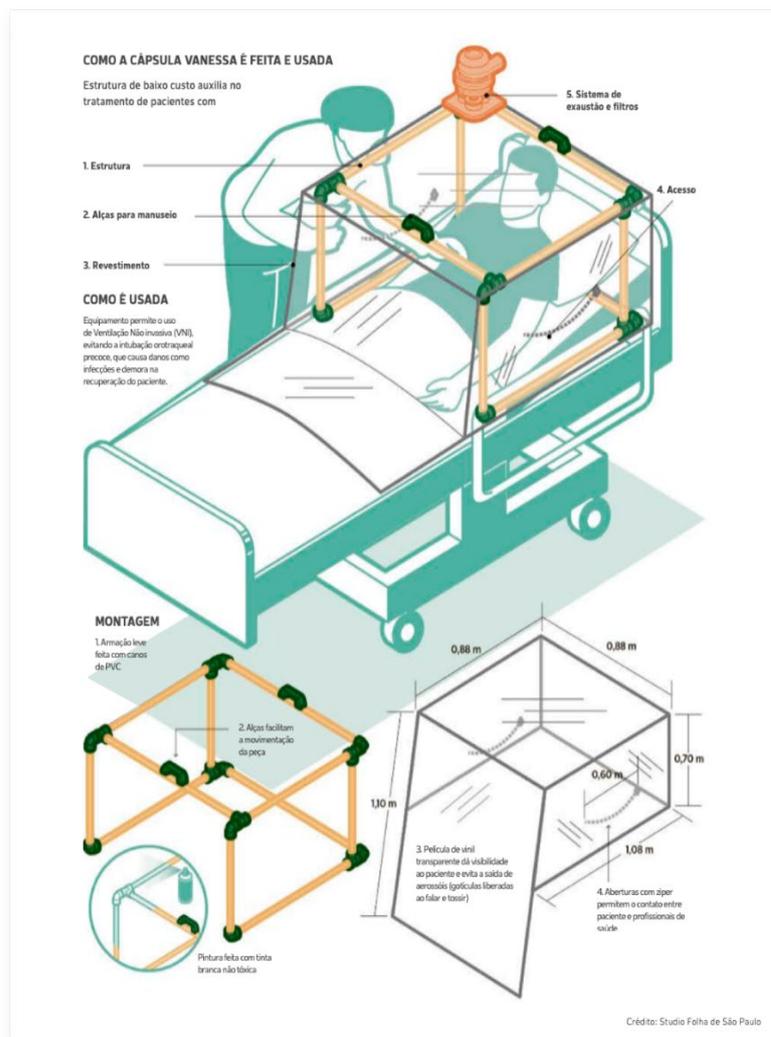


Imagem: Samel. Disponível em: <https://capsulavanessa.samel.com.br/>

Nesse primeiro momento da pandemia de 2020 no Amazonas, o avanço da doença era crescente. O colapso da saúde no estado ficou mais evidente quando aos 26 dias do mês de abril de 2020, a Prefeitura de Manaus informou que foram feitos somente na capital 140 sepultamentos em 24 horas. A partir desse momento era evidente também o colapso iminente no sistema funerário da cidade de Manaus.

O estado passou a vivenciar cenas desesperadoras dia após dia, passando pelo estágio de aumento desenfreado de diagnósticos confirmados, falta de equipamentos, números alarmantes de óbitos por dia, e talvez o mais desumano e revoltante para a sociedade manauara e para aqueles que assistiam o caos em

Manaus pelo Brasil e o mundo à fora. No dia 27 de abril do mesmo ano, a prefeitura informou que a partir daquele momento os enterros seriam realizados em camada tripla em valas comuns, ou seja empilhados sem direito à cerimônia de velório para se evitar a propagação da doença. Esse momento fica confirmado a tensão do caos instaurado na cidade incrustada no meio da floresta amazônica, perante a necessidade do momento e por falta de política social e humanitária, começa a imperializar a desumanidade, onde busca-se atender a ocasião de enterrar um corpo, porém sem dar o direito da família de ter a dignidade preservada, o último adeus de seu ente querido mantido, o afeto de quem ficou para com quem partiu, Portal G1 Amazonas (2020. p.01).

Como forma de atender a alta demanda da população, a prefeitura de Manaus na ocasião, ampliou o horário de funcionamento do maior cemitério de Manaus (Cemitério Nossa Senhora de Aparecida) localizado no bairro do Tarumã, passando a funcionar também em horário noturno. Entretanto o fato de os enterros acontecerem em valas comuns chamadas de “trincheiras”, e sem direito a cerimônia religiosa, como é de costume das diversas famílias manauaras, gerou revolta alheira, o que fez com que a prefeitura de Manaus voltasse atrás a respeito dos sepultamentos coletivos⁶², Portal G1 Amazonas (2020. p.01):

.... “Leonardo Garcia, que aguardava no cemitério desde a manhã desta segunda para enterrar o pai, que morreu por causas naturais, se diz revoltado.

“Querem enterrar vários corpos. Um em cima do outro. Não há respeito algum. Disseram que não tem espaço e a única saída é enterrar os corpos empilhados. Me sinto humilhado”, lamentou. Renata Santos também estava no cemitério à noite. Ela precisou enterrar a mãe em uma das valas comuns, junto com outros caixões desconhecidos.

“Estamos cansados, sofrendo... Passamos por situações muito difíceis”, comentou” ... (PORTAL G1 AMAZONAS, 2020. p.01)

⁶² Diante da repercussão negativa sobre o empilhamento dos caixões de pessoas mortas em Manaus, a prefeitura voltou atrás e informou que não serão mais realizados sepultamento em "sistema de camadas" no cemitério público Nossa Senhora Aparecida, Portal G1 Amazonas (2020. p.01). Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/28/apos-revolta-de-familias-prefeitura-de-manauas-volta-atras-e-cancela-enterros-com-caixoes-empilhados.ghtml>

Figura 6 - Trincheiras para sepultamento de mortos durante a primeira onda de Covid-19 em Manaus



Imagem: Corpos de vítimas de Covid-19 são enterrados em valas comuns, em Manaus. — Foto: Chico Batata/Divulgação

A imagem de expansão de áreas no maior cemitério de Manaus, junto as grandes valas abertas, é apenas uma forma de tentar retratar ao leitor, todo o drama e caos do terrível momento que a cidade vivenciou no início da pandemia, e que se antes houvesse trabalho político com medidas realmente preventivas, talvez a cidade pudesse ter passado por esse momento de forma menos traumática e difícil.

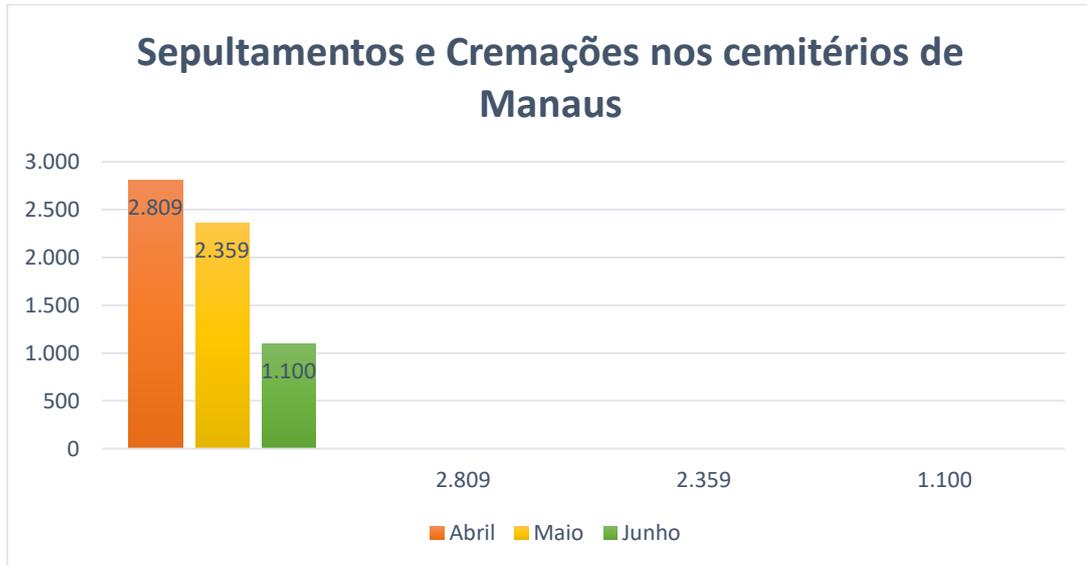
Figura 7 - O maior cemitério de Manaus teve que expandir seu espaço para caber tantos sepultamentos



Imagem: Vista aérea do cemitério Parque Tarumã, em Manaus, durante a pandemia do novo coronavírus. — Foto: Bruno Kelly/Reuters. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/07/01/numero-de-mortes-em-manau-segue-em-queda-e-apresenta-reducao-de-3915percent-em-tres-meses.ghtml>

Segundo Portal G1 Amazonas (2020. p.01) com base em dados da Prefeitura de Manaus, os meses de abril, maio e junho foram os três piores momentos da pandemia no estado no ano de 2020. Os cemitérios públicos e privados de Manaus contabilizaram 6.268 sepultamentos e cremações. Se considerado somente o sistema funerário público, foram cerca de 5.246 enterros, o equivalente a 83,6% do total.

Quadro 2 - Quantitativo de sepultamentos e cremações nos cemitérios de Manaus no início da pandemia de 2020.



Fonte: Quantidade de sepultamentos e cremações entre abril e maio de 2020 em Manaus. — Quadro/Gráfico elaborado pelo autor com base em dados da Prefeitura de Manaus 2020.

Concomitantemente à pandemia, o mundo também vivenciava outro terror. Em 24 de fevereiro de 2020, as forças militares da Rússia sob o comando do presidente russo, Vladimir Putin, invadem a região de Donbass, no extremo leste da Ucrânia. Segundo Putin, se tratava de uma "operação militar especial" na região de Donbass, na Ucrânia, Bbc News Brasil (2020. p.01). Os efeitos da guerra logo foram sentidos em diversos lugares do mundo. Diversos países pelo mundo começaram uma ação coletiva de retirar seus cidadãos do meio da zona de conflito, paralelamente começa um movimento em massa de refugiados ucranianos em direção a países vizinhos e a outros continentes. Intrinsecamente com esses acontecimentos, ocorre a crise econômica e geopolítica mundial sob efeitos diretos da guerra entre os dois países. Esses efeitos afetam diretamente a importação e exportação de alimentos, componentes tecnológicos e químicos, este último, inclui derivados de petróleo, fertilizantes e até componentes para fabricação de álcool e gel (fundamental para prevenção ao novo coronavírus):

“O fim da guerra entre Rússia e Ucrânia é imprevisível, mas os efeitos comerciais já são factíveis pelos recentes desequilíbrios observados no fornecimento de petróleo e derivados, produtos agrícolas, como trigo, milho e óleo de girassol, e fertilizantes. Instabilidades que acometem a segurança energética e alimentar refletem na alta dos

preços das commodities, que já vinham em uma tendência de alta em consequência da pandemia. A magnitude dos efeitos do conflito geopolítico ainda é difícil de mensurar, mas é certo que esses efeitos serão maiores quanto mais intensas forem as sanções adotadas de parte a parte, envolvendo um grande número de países. O objetivo desta nota é discutir alguns desdobramentos iniciais sobre potenciais implicações da guerra sobre o comércio internacional, com ênfase no Brasil". (BRASIL, 2022. p.01)

No Amazonas, os reflexos da crise econômica mundial, aliado aos anúncios por parte do governo de que o estado chegaria no pico da pandemia, fomentou uma procura desenfreada por parte da população. Prateleiras inteiras de mercados e farmácias ficaram vazias na procura de álcool em gel, luvas de proteção, máscaras cirúrgicas e respiradores KN95 com filtro:

Em meio à disseminação do novo coronavírus, a procura por produtos hospitalares e de higiene disparou, em especial pelo álcool gel. Com a expectativa de que o vírus alcance o pico de casos no país até o fim deste mês de março, a tendência é que os preços do álcool gel sigam aumentando, além da possibilidade de desabastecimento. (BLOG MINHA SAÚDE, 2020. p. 01)

Aos 13 dias de abril de 2020, foi inaugurado o Hospital de Campanha Municipal Gilberto Novaes – HCMGN⁶³, em parceria entre Prefeitura de Manaus e o grupo Samel, ofertando 150 leitos no total, dos quais tiveram 2 UTI com 19 leitos cada, Portal G1 Amazonas (2020. p.01), Manaus (2020. p.01). Em 18 de abril do mesmo ano, o Governo do Estado por meio do Termo de Contrato de Locação de Imóvel de Nº 029/2020⁶⁴, aluga as através da Fundação Nilton Lins, às instalações físicas, equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios do Hospital Nilton Lins (HNL) para servir de unidade hospitalar de retaguarda junto ao sistema de saúde do estado.

Em junho do mesmo ano, enquanto o Amazonas vivia o pico da Covid-19, era evidenciado a nível nacional o esquema de superfaturamento na compra de respiradores por quase R\$ 3 milhões. Através da Polícia Federal com apoio do Ministério Público Federal (MPF), foi iniciada a operação "Sangria". A operação investigava a compra de 28 respiradores sem licitação pelo governo do estado em uma importadora de vinhos. Segundo Portal G1 Amazonas (2020. p.01), tudo acontecia em formato de manobra conhecida como "triangulação", onde os

⁶³ O leitor poderá ter acesso na íntegra ao relatório técnico simplificado nos anexos desta dissertação.

⁶⁴ O leitor poderá ter acesso na íntegra ao contrato de locação do hospital de retaguarda nos anexos desta dissertação.

equipamentos de saúde de uma empresa que já tinha contratos firmados com o governo, foram vendidos à adega por R\$ 2,480 milhões. No mesmo dia, esta adega que também é importadora, revendeu os respiradores para o estado por R\$ 2,976 milhões. Segundo a investigação, há indícios concretos da ligação de servidores públicos e empresários envolvidos em fraude. O MPF e a Controladoria-Geral da União (CGU), também apuram desvios de recursos que deveriam ser destinados ao enfrentamento da Covid-19. Ainda segundo Portal G1 Amazonas, entre os indivíduos presos e que tiveram mandado de busca de apreensão estavam o Governador do Estado (Wilson Lima), a Secretária de Saúde da época (Simone Papaiz), Vice-governador (Carlos Almeida) e mais 11 pessoas envolvidas:

Na terceira fase, deflagrada no fim de novembro, a Polícia Federal investiga a prática de crimes como organização criminosa, fraude a licitação, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde que também investigou e apontou desvios de dinheiro público da saúde do estado durante a pandemia de Covid-19 e em gestões anteriores.

Após 120 dias de investigações, os trabalhos da CPI da Saúde foram encerrados e as constatações feitas foram colocadas em um relatório da comissão, entregue a autoridades competentes, para que a apuração possa ser usada em investigações futuras. (PORTAL G1 AMAZONAS, 2020. p.06)

Ao final do ano de 2020, a pandemia que havia tido uma redução nos números de infectados, volta a assombrar com aumento de casos. Esse reflexo deve-se a flexibilização que houve por parte do governo de setembro até dezembro do mesmo ano, considerando um estudo científico preliminar divulgado em setembro apontava que 66% da população de Manaus, havia alcançado a imunidade coletiva chamada de “imunidade de rebanho”, Gortázar, (2020. p.01). Neste contexto pareceria ser algo satisfatório, mesmo que para isso desconsiderássemos as várias vidas perdidas no início do ano. Este fato de considerar que a doença já não necessitava da mesma atenção e preocupação como antes, foi o chamariz para que a população fosse negligente e deixasse de ter os cuidados devidos, aumentando assim o grande fluxo em centros comerciais e sem máscaras. Contudo, o efeito adverso veio logo em seguida, com novos e acelerados aumentos de casos, antes mesmo das festas de fim de ano. Apesar da explosão novos casos, especialistas locais descartavam que se tratava de uma nova onda:

“... Especialistas locais descartam que os novos contágios sejam uma segunda onda, mas pedem cautela” ... (GORTÁZAR, 2020. p.04)

Ainda segundo Gortázar, (2020. p.07-08), em meio ao cenário de caos sanitário em Manaus, houve uma disputa interna entre prefeitura e governo do estado, que afetou diretamente a população. Essa disputa de poder se disseminava entre fake news, denúncias de corrupção e condução de informações inverídicas para a sociedade, colocando esta última como alvo nítido e claro no campo da pandemia:

O prefeito, Artur Virgílio Neto (PSDB), acusa o presidente brasileiro de ser irresponsável e proclama em entrevista a este jornal que “a covid não acabou”, após lembrar sua experiência pessoal. Ele foi infectado e a doença o atingiu com tanta força que foi internado em Manaus e posteriormente transferido para São Paulo. Ainda parece frágil. Ressalta que só se orienta pela ciência e questiona os números oficiais divulgados pelas autoridades estaduais do Amazonas. E acusa abertamente o governador Wilson Lima (PSC) de maquiá-los para minimizar o impacto do coronavírus. (GORTÁZAR, 2020. p.07-08)

Chega as festas de fim e com elas a desejosa esperança de mudanças, entre as quais, destaco a mais desejada que era a melhora na saúde e na economia nacional. Entretanto, contradizendo o que muitos estudiosos afirmam, começaram a eclodir novos casos da covid-19, muito provavelmente devido à grande movimentação nos centros comerciais ainda em dezembro de 2020, e as aglomerações em festividades familiares, ‘A... (2021). O efeito dessa falha na flexibilização por parte do Governador do Estado, viria a se tornar um dos maiores problemas já vividos na cidade de Manaus. Se por um lado, a flexibilização das medidas de enfrentamento a pandemia, possibilitou um respiro na economia manauara, por outro, foi o pavio condutor de uma grande explosão que logo viria a acontecer. Alimentado pelo combustível que foi a defasagem de estruturas, equipamentos e materiais especializados para combate à doença no sistema de saúde, em 14 de janeiro de 2021, o Estado do Amazonas vivenciou uma verdadeira tragédia anunciada, de dimensões imensuráveis para aquele momento. Começava a segunda onda da Covid-19! Neste mesmo período, o Ministério da Saúde estava sob gestão e responsabilidade do Ministro Eduardo Pazuello que na ocasião substituiu Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich.

O colapso vivido no que ficou conhecido como “Crise do Oxigênio”, se deu a fatores naturais, técnicos e principalmente políticos, como mostra a matéria online da Folha de São Paulo do dia 19 de janeiro de 2021:

A Força Nacional do SUS, convocada pelo ministro da Saúde para atuar em Manaus, detectou dia após dia a evolução da crise de escassez de oxigênio na cidade e registrou em relatórios oficiais o que constatava nos hospitais. Documentos dos dias 8, 9, 11, 12 e 13 registram com detalhes o tamanho do problema, inclusive com previsão exata de quando ocorreria o colapso. Mesmo assim, o Ministério da Saúde providenciou o transporte a Manaus de quantidades bem inferiores de oxigênio, insuficientes para evitar o caos da rede de atendimento a pacientes com Covid-19 no último dia 14. Pessoas morreram asfixiadas nos hospitais. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021. p.01-02)

Aos 14 dias de janeiro de 2021, instaura-se o pior momento da pandemia em Manaus desde o início da crise sanitária. Devido ao grande e massivo avanço da doença, novos casos graves surgiam a todo momento em todas as unidades de saúde de Manaus, desde as unidades de Serviço de Pronto Atendimento (SPA), até os hospitais de média e alta complexidade. Estava acontecendo o caos já anunciado e que foi tratado com descaso pelo governo do estado e principalmente governo federal.

Os hospitais com suas capacidades extrapoladas, anunciará aos acompanhantes de paciente que devido a falta do insumo essencial para a vida, (Oxigênio), a partir daquele momento estava reduzindo a quantidade de m³ de gás medicinal (O₂) a todos os pacientes independente da gravidade, caso contrário o hospital ficaria sem o material antes mesmo de ser reabastecido, uma vez que a unidade já se encontrava sem estoque do insumo. Esse acontecimento revoltou acompanhantes que impossibilitaram o corpo técnico dos hospitais a fazer essa atitude desumana, e por esse motivo muitos tiveram que se retirar das unidades hospitalares, ‘A... (2021). Começava uma corrida contra o tempo, pois neste momento havia uma corrida em massa por toda cidade em busca de locais vendedores de Balas⁶⁵ de oxigênio para vender. Familiares se deslocavam para todos os lados. Uma vez que a anunciação de tal estabelecimento possuía estoque, motivava familiares para fazer esse deslocamento o mais rápido possível, para assim poder atender as necessidades clínicas de seus entes queridos internados nas unidades

⁶⁵ Nome popular para recipiente cilíndrico que armazena gases medicinais, chamado tecnicamente de cilindros.

desabastecidas, e assim, estes tentarem lutar pela sobrevivência até quando fosse possível. Ainda no dia 14, o Governo do Estado do Amazonas por meio do Decreto de nº 43.282 de janeiro de 2021, determinou toque de recolher entre as 19h e 6h da manhã, como forma de contenção de circulação de pessoas, e medida de enfrentamento emergencial da doença em todo o território. Ficando definido também pelo decreto, que ficaria somente liberado o trânsito de profissionais de saúde e serviços essenciais, a fiscalização e cumprimento do decreto ficaria a cargo dos órgãos competentes, inclusive a Polícia Militar:

Art. 2.º As disposições previstas neste Decreto não dependem de ato normativo complementar para sua aplicação e a sua fiscalização será feita pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar e pela Vigilância Sanitária Estadual, em conjunto com as Guardas Municipais e com as Vigilâncias Sanitárias Municipais, mediante a adoção de ações que garantam o cumprimento da vedação de circulação de pessoas em espaços e vias públicas, e, ainda:

I - Abordagem e controle de circulação de transeuntes e veículos particulares;

II - Controle da entrada e saída de pessoas e veículos no município.
(AMAZONAS, 2020d, art. 2º)

No dia 15 de janeiro de 2021, considerando o agravamento da crise sanitária, falta de leitos e o desabastecimento de oxigênio nas unidades de saúde, o Governo do Estado do Amazonas, sob orientação do Ministro Pazuello, começa a deslocar pacientes por meio de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para outros estados com capacidade de atendimento médico. Felipe Betim (2021. p.04)

Segundo 'A... (2021), a crise do oxigênio foi uma anunciação da nova variante do novo coronavírus, descoberta ainda em novembro de 2020 em um caso de reinfecção na cidade de Manaus, e que foi minimizado pelos governos federal e estadual. De fato, esse caos fez Manaus protagonizar um dos maiores problemas de saúde pública com repercussão internacional.

Se considerarmos o pronunciamento feito pelo Ministro Pazuello, dias antes do colapso de janeiro de 2021, percebermos que o ministro refuta a gravidade da pandemia, além de promover um discurso de remediação do que até o presente momento era irremediável, principalmente, considerando o que segundo o próprio ministro e o presidente Bolsonaro defendiam como “tratamento precoce”. Na época da visita, o ministro estimulou que médicos utilizassem o tal método contraceptivo em casos suspeitos da doença, além de lançar a plataforma Tracov, que indicava a

remediação com medicamentos específicos e sem comprovação científica de sua eficácia no tratamento contra a covid-19:

Quando visitou Manaus poucos dias antes do colapso nos hospitais, Pazuello cobrou que os médicos iniciassem tratamento precoce em pacientes com suspeitas de covid-19. Lançou uma plataforma, chamada TrateCov, que indicava os seguintes medicamentos sem eficácia comprovada contra a doença: Difosfato de Cloroquina, Hidroxicloroquina, Ivermectina, Azitromicina, Doxiciclina e Sulfato de Zinco. Diante da repercussão negativa, a página foi tirada do ar nesta quarta-feira. Felipe Betim (2021. p.04)

Como forma de tentar exemplificar aqui o quão grave se deu o momento do desastre caótico vivido em Manaus, e que foi desumano, revoltante e inegavelmente monstruoso, a matéria do Fantástico exibida em 17 de janeiro de 2021, mostra o relato de uma médica que no dia mais caótico, estava de plantão em uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Segundo ela a peregrinação nas unidades de saúde era constante, principalmente quando na ocasião mais grave, a unidade móvel não tinha sequer 1 m³ de gás medicinal em estoque, submetendo-a junto com seu colega de trabalho a tomar a decisão de fazer manobra de ressuscitação nos pacientes, até encontrar uma unidade de saúde que aceitasse receber este paciente. Nas piores circunstâncias, adotava-se o procedimento de protocolo para condução do óbito por vias “mais confortáveis”, para esse protocolo, segundo ela, aplicava-se analgésico (morfina) em bomba de infusão, juntamente com racionamento de oxigênio, até que o paciente entrasse em “coma induzido⁶⁶”, e posteriormente vir a ter o falecimento por meio de uma parada cardiorrespiratória, ‘A... (2021). A médica relata ainda, que a parte mais difícil de sua profissão durante o colapso da pandemia, foi ter que tomar a decisão de quem transferir, considerando a pouca disponibilidade de vagas de leitos, e quem ela racionaria o oxigênio e adotaria o protocolo de coma induzido.

O colapso no Amazonas proveniente da falta de oxigênio, segundo o Presidente Bolsonaro, dava-se por responsabilidade do governo estadual e municipal, que não incentivaram o protocolo de tratamento precoce na população.

⁶⁶ O coma induzido, como é conhecido popularmente, é denominado pelos médicos de sedação, pois ocorre por meio de administração de fármacos sedativos. Disponível em: <https://anestesiama.com.br/voce-sabe-o-que-significa-estar-em-coma-ou-em-coma-induzido-venha-saber-mais/#:~:text=O%20coma%20induzido%2C%20como%20%C3%A9,o%20tratamento%20do%20paciente%20cr%C3%ADtico.>

A repercussão do colapso em Manaus logo tomou propagação mundial, sendo capa de destaque de vários veículos de comunicação, 'A... (2021).

Figura 8 - The Guardian

Brazil

Covid eruption in Brazil's largest state leaves health workers begging for help

Governor of Amazonas says situation critical as alarming details emerge about breakdown of health system in state capital Manaus

Tom Phillips in Rio de Janeiro
Thu 14 Jan 2021 19.28 GMT

538

▲ A Covid patient is taken to hospital in Manaus. More than 206,000 people have now died across Brazil, the second highest total in the world after the US. Photograph: Bruno Kelly/Reuters

Health workers in Brazil's largest state are begging for help and oxygen supplies after an explosion of Covid deaths and infections that one official compared to a tsunami and said could be linked to a new variant.

Amazonas, and particularly its riverside capital Manaus, were pummeled by the epidemic's first wave last April, when authorities were forced to dig mass

UK records 1,248 deaths - as it happened

Imagem: The Guardian: imprensa internacional repercute caos nos hospitais de Manaus — Foto: Reprodução/theguardian.com

Figura 9 - BBC

BBC Sign in Home News Sport Reel Worklife Travel Future Culture More Search

NEWS

Home Coronavirus Video World US & Canada UK Business Tech Science Stories Entertainment & Arts More

World Africa Asia Australia Europe Latin America Middle East

ADVERTISEMENT

PRESENTED BY **How does innovation improve cosmetics?** WATCH NOW

Covid-19: Brazil hospitals 'run out of oxygen' for virus patients

3 hours ago

Coronavirus pandemic

Top Stories

- Biden unveils \$1.9tn US economic relief package**
The US president-elect says the nationwide vaccine rollout so far has been "a dismal failure".
4 hours ago
- Republicans clash over impeachment as trial looms**
14 hours ago
- Growing concern over Brazil coronavirus variant**
4 hours ago

Imagem: BBC: imprensa internacional repercute caos nos hospitais de Manaus — Foto: Reprodução/bbc.com

Figura 10 - Clarín

☰ Secciones 🔍 Mundo

Nueva variante de coronavirus en Brasil: la situación en Manaus, epicentro del brote, es desesperante

Aviones con botellones de oxígeno llegaron este viernes de urgencia a la capital de Amazonas, donde los médicos deben elegir a qué pacientes respirar.



Imagem: Clarín: imprensa internacional repercute caos nos hospitais de Manaus — Foto: Reprodução/clarin.com

Figura 11 - La Repubblica

☰ MENU 🔍 CERCA **la Repubblica** ABBONATI | QUOTIDIANO **R** | ACCEDI **🔒**

✉️ **f** **t**

Brasile, il dramma di Manaus: finito l'ossigeno, l'appello di medici e infermieri sui social

▲ La disperazione di un'infermiera nell'ospedale Getúlio Vargas di Manaus (reuters)

Confrontato con una nuova variante più contagiosa del virus, lo Stato di Amazonas è alla disperazione. Il personale medico è costretto a praticare la ventilazione manuale per mantenere in vita i pazienti. In tutto il Paese oltre 205 mila decessi

15 GENNAIO 2021 🕒 1 MINUTI DI LETTURA

f "L'ossigeno oggi è finito in tutta l'unità, moltissime persone stanno morendo. Per favore aiutateci. Se qualcuno ha una bombola di ossigeno, la porti in ospedale". In un video che sta facendo il giro dei social, un'operatrice medica di Manaus, la capitale dello Stato di Amazonas lancia il suo appello disperato.

t

in

@

Leggi anche

Coronavirus nel mondo: record di vittime nel Regno Unito: 1.564 in un giorno. Il Portogallo torna in lockdown

Imagem: La Repubblica: imprensa internacional repercute caos nos hospitais de Manaus — Foto: Reprodução/repubblica.it

Em meio ao terrível cenário da pandemia em Manaus, aos 17 dias de janeiro de 2021, iniciou o movimento de vacinação contra covid-19 no país, segundo Dimas Covas (diretor do Instituto Butantan), a vacinação não começou antes, juntamente com o restante do mundo em 8 de dezembro de 2020, por empecilhos políticos e desestimuladores da eficácia da vacina. Grande parte desses empecilhos veio diretamente da presidência da república, quando na ocasião suspendeu contratos de aquisição por defender que as vacinas não seriam eficazes, isso gerou atrasos que resultaram justamente em milhares de mortes por todo o país nos meses subsequentes:

As “idas e vindas” nas negociações com o governo federal e a demora na assinatura do contrato atrasaram o cronograma e a oferta de vacinas. Segundo Covas, o contrato com o Ministério da Saúde avançou e ficou perto de um desfecho positivo em outubro, com a assinatura de um protocolo de intenções no dia 19 para fornecimento de 46 milhões de doses e a sinalização da edição de uma medida provisória para permitir a compra.

No dia seguinte, o então ministro da Saúde Eduardo Pazuello chegou a anunciar a compra dos imunizantes, mas, segundo Covas, o contrato ficou em "suspensão" por quase três meses após declarações de Jair Bolsonaro contra a aquisição dos imunizantes.

— Infelizmente essas conversações não prosseguiram, porque houve, sim, aí, uma manifestação do presidente da República, naquele momento, dizendo que a vacina não seria de fato incorporada, não haveria o progresso desse processo. [...] Houve, no dia 19, um dia antes da reunião com o ministro, um documento do ministério que era um compromisso de incorporação, mas após esse compromisso ficou em suspensão e, de fato, só foi concretizado em 7 de janeiro — relatou. (BRASIL, 2021a. p.02)

O caos vivido em janeiro de 2021 no Amazonas, definitivamente foi um ato anunciado e esperado tanto pelo governo estadual quanto pelo municipal, uma vez que já é sabido que aos 11 dias de janeiro, o governo do estado por meio Edital de Chamamento Público nº 004/2021– CSC e Processo nº 0467/2021-00 – CSC, abriu recebimento de propostas de empresas fornecedoras de instalações temporárias para locação do tipo contêiner frigorífico, para armazenamento de cadáveres, como forma de atender à necessidade do hospital de campanha por 90 dias, no período de enfrentamento emergencial do coronavírus - Covid-19. Para este serviço que seria

desempenhado no período de 30/01/2021 a 29/04/2021, o Estado pagaria o montante de: R\$ 62.100,00⁶⁷.

Em 18 de janeiro chegam as primeiras doses de vacinas contra a Covid-19 chegam ao Amazonas trazendo esperança. Trazidas em um avião da FAB, as 256 mil doses enviadas pelo Ministério da Saúde e 50 mil doses doadas pelo Governo de São Paulo, totalizando 306 mil doses do imunizante Coronavac. Essas primeiras doses foram destinadas a imunizar grupos prioritários seguindo diretrizes do Plano Nacional de Imunização (PNI), preconizado pelo Ministério da Saúde (MS), Amazonas (2020. p.01).

Figura 12 - Chegada das primeiras doses do imunizante Coronavac no Amazonas



Imagem: Carregamento do imunizante Coronavac chegando em Manaus em Avião da FAB. — Foto: Patrick Marques/G1 AM

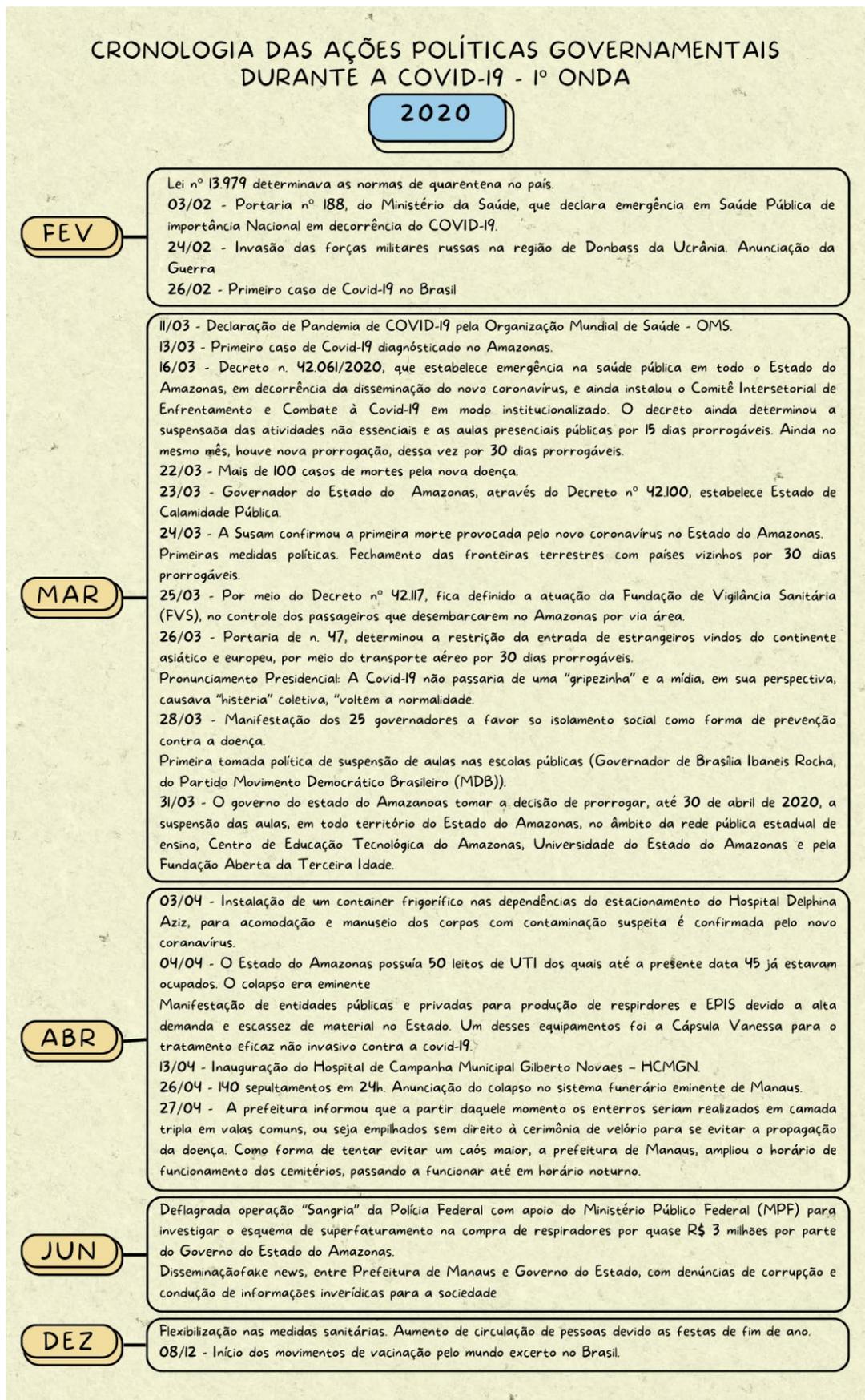
E como fechamento deste tópico, destaco que a pandemia ainda continua a ocorrer, o que houve foi uma melhora nos quadros clínicos de internação de casos graves, devido aos fortes incentivos de diversas instituições, pessoas públicas e principalmente ao SUS que motivaram a compreensão da população quanto ao

⁶⁷ O leitor pode ter acesso na íntegra ao edital de chamamento e ao contrato de locação nos anexos desta dissertação.

respeito com a sua própria saúde, assim como com aqueles a amam. O respeito ao coletivo é fundamental e deve existir. Infelizmente por delineamento da pesquisa, a documentação do traçado da pandemia, foi necessário um cerceamento deste momento, porém compreendo que esse momento ainda transcreve e deve ter sim sua significância relatada e reafirmada em momento oportuno. As lutas em todos os campos são constantes e no campo científico e da saúde não é diferente, compreendo que a democracia existe em palavras escritas no papel, mas na realidade sua presença não é tão real como se espera. Com essas palavras, asseguro o processo de procedência da escrita ao próximo tópico.

Como forma de possibilitar a melhor compreensão do trajeto transcorrido dos acontecimentos durante o período pandêmico por parte dos agentes governamentais, apresentamos a seguir os dados em forma de cronologia de fatos:

Figura 13 - Quadro Cronológico de ações políticas governamentais durante a 1ª onda da Covid-19



CRONOLOGIA DAS AÇÕES POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DURANTE A COVID-19 - 2º ONDA

2021

JAN

11/01 - Evidência concreta do caos que logo se instalaria no Amazonas. O Governo do Estado do Amazonas, por meio Edital de Chamamento Público nº 004/2021- CSC e Processo nº 0467/2021-00 - CSC, abriu recebimento de propostas de empresas fornecedoras de instalações temporárias para locação do tipo contêiner frigorífico, para armazenamento de cadáveres, como forma de atender à necessidade do hospital de campanha por 90 dias, no período de enfrentamento emergencial do coronavírus - Covid-19

14/1 - Crise do Oxigênio no Amazonas. Pelo serviço o Estado pagaria o montante de: R\$ 62.100,00 a empresa vencedora da licitação.

14/01 - Decreto nº 43.282, determinando o toque de recolher entre as 19h e 6h da manhã, como forma de contenção de circulação de pessoas.

15/01 - Deslocamento de pacientes por meio de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para outros estados com capacidade de atendimento médico.

17/01 - Matéria do Fantástico em âmbito internacional a respeito da "Crise do Oxigênio" em Manaus.

17/01 - Início do movimento de vacinação no país.

18/01³ Chegam as primeiras doses de vacinas contra a Covid-19 chegam ao Amazonas.

MAR

13/03 - Primeiro caso de Covid-19 diagnosticado no Amazonas.

16/03 - Decreto n. 42.061/2020, que estabelece emergência na saúde pública em todo o Estado do Amazonas, em decorrência da disseminação do novo coronavírus, e ainda instalou o Comitê Intersetorial de Enfrentam

2.2. UFAM na pandemia

Em meio à crise sanitária que assolava o Amazonas e o mundo, diversas instituições de ensino se viram frente a um desafio jamais vivenciado. Este desafio ainda foi maior para as universidades federais, que desde 2019 vem sofrendo com contingenciamentos e bloqueios de verbas orçamentárias. Ferramentas fundamentais para a recepção, acolhimento e permanência de estudantes, assim como, disseminação de uma política educacional democrática, por meio do desenvolvimento do ensino e pesquisa junto a sociedade.

A deflagração de redução de verbas orçamentárias nas universidades, caracteriza um verdadeiro atentado à saúde, à ciência e à tecnologia. Ou seja, um verdadeiro tiro no pé, pé este, que promove o desenvolvimento do país frente ou de igual para igual com outros países em desenvolvimento. Esse movimento criado pelo governo Bolsonaro, caracteriza-se segundo Universidade Fica Inviável (2021), como um ato de extinção das instituições:

“...O governo optou pelos cortes e não pela preservação dessas instituições...” UNIVERSIDADE FICA INVIÁVEL (2021)

O orçamento das instituições é parte fundamental para fazer acontecer o ato de educar, e assim, cidadãos brasileiros poderem ter ascensão a patamares de educação pós ensino médio, pois é por meio destas instituições, que são formados novos médicos, professores, arquitetos, advogados, cientistas, etc. Desta forma João Carlos Salles, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), no I Congresso Andifes, sob o tema “Realidade e Futuro da Universidade Federal”, frisou que a real significância dos orçamentos para as universidades,

“...o orçamento da universidade pública e o investimento necessário...” (BRASIL, 2019. p.40)

Ainda a respeito da redução e bloqueios de verbas destinadas às universidades pelo governo federal, em 13 de setembro de 2021, a Andifes por meio do ofício nº 167/2021⁶⁸, encaminhou propostas de alterações nos valores previstos no projeto

⁶⁸ O leitor pode ter acesso na íntegra ao ofício nº 167/2021 da Andifes destinado a Sra. Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista do Orçamento – CMO nos anexos desta dissertação.

original da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. Para este, anexou um levantamento de orçamentos destinados às Instituições de Ensino Superior (IES) de 2019 a 2022, no qual é explicitado o percentual de redução de verba de suma importância. A Andifes ainda tomou como pauta, os desafios enfrentados por reitores, professores-pesquisadores e alunos durante esse período de atentado bolsonarista à educação universitária brasileira. Essas evidências ficam explicitadas nos relatórios de gestão dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022⁶⁹.

Figura 14 - Orçamento Discricionário das Universidades Federais

	Valores	Varição em relação 2019
Orçamento 2019	R\$ 6,061 Bilhões	
Orçamento 2020	R\$ 5,537 Bilhões	-8,6%
Orçamento 2021	R\$ 4,512 Bilhões	-25,5%
Orçamento 2022 (PLOA)	R\$ 5,134 Bilhões	-15,3%
Orçamento 2022 Proposto (equivalente ao Orçamento 2019 corrigido)	R\$ 6,922 Bilhões	

Imagem: Andifes 2021.

Os desafios já existentes dentro das IES federais, foram fortalecidos e muito mais evidenciados com a pandemia. Abandono de construção e ampliação de laboratórios, troca de computadores, falta de rede de internet com alta velocidade de tráfego de dados, são alguns dos vários problemas que já existiam muito antes da pandemia surgir, em diversas instituições de ensino Brasil adentro. Esses problemas não somente afetam o funcionamento das universidades, como também a possibilidade de oferecer pesquisa e extensão à sociedade com qualidade, principalmente através das clínicas e hospitais universitários vinculados aos SUS.

As pesquisas científicas também sentem o baque: faltam condições para conduzir estudos de relevância para o país. (PORTAL G1, 2020. p.01)

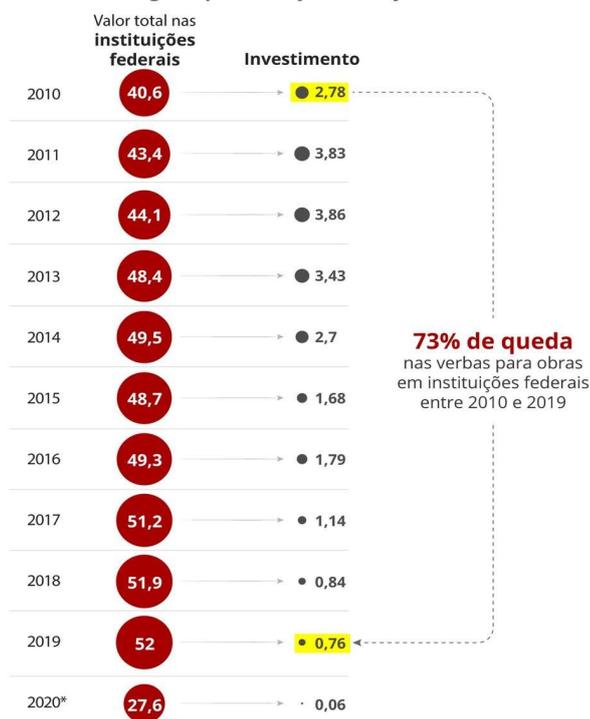
⁶⁹ Relatórios disponíveis em: https://www.andifes.org.br/?page_id=63643. Acesso em: 29 de abr. de 2023.

Figura 15 - 10 anos de redução de verbas para Universidades

Em 10 anos, verba para obras em federais têm queda de 73%

Valores em bilhões de reais

Números corrigidos pela inflação (IPCA, julho de 2020)



73% de queda nas verbas para obras em instituições federais entre 2010 e 2019

*até 12 de agosto, às 12h15

O valor total é o "empenhado liquidado". Não inclui os chamados "restos a pagar".

Fonte: SOF/SIOP Gerencial - Execução Orçamentária. Elaboração: Conof/CD



Infográfico elaborado em: 18/08/2020

Imagem: Gráfico criado pelo G1⁷⁰.

Os desafios já vividos, e reforçados pela falta de responsabilidade com a educação pelo governo Bolsonaro, tornaram-se mais desafiadores ainda, com a instalação da Pandemia. No Amazonas, o protagonismo desses desafios, ficou a cargo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que promoveu uma reinvenção da forma de ministrar o ensino na educação superior.

O período atípico provocado pela pandemia, provocou órgãos e instituições governamentais a criarem legislação e diretrizes emergenciais como forma de preservar a funcionalidade dos espaços educacionais. Essas portarias nortearam informações orientativas para o direcionamento quanto às formas de continuar a ministração de aulas, métodos e normas sanitárias com o espaço físico, incentivos à

⁷⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/23/universidades-federais-perdem-em-10-anos-73percent-da-verba-para-construir-laboratorios-fazer-obras-e-trocar-computadores.ghtml>

qualificação e capacitação do corpo docente para melhor lhe dá com o espaço virtual de ensino, entre outras conduções orientativas para esse momento diferente.

Aos 13 dias de março de 2020, é publicada a Portaria nº 343⁷¹ no Diário Oficial da União, pelo Gabinete do Ministro da educação e Ministério da Educação, dispondo as primeiras tomadas de ações que deveriam ser seguidas no âmbito da educação superior. A partir desta portaria, estaria permitido a substituição das aulas presenciais por aulas ministradas em meios digitais enquanto durasse a situação sanitária da pandemia em decorrência do novo Coronavírus – Covid-19. Essa portaria passou a vigorar em consonância a Lei nº 13.979⁷², de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispunha sobre as medidas formuladas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus responsável pelo surto da doença Covid-19:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o art. 9º, incisos II e VII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.

§ 3º Fica vedada a aplicação da substituição de que trata o caput aos cursos de Medicina bem como às práticas profissionais de estágios e de laboratório dos demais cursos.

⁷¹ Esta lei compõe parte fundamental desta pesquisa e encontra-se no inventário e análise documental em anexo.

⁷² Esta lei compõe parte fundamental desta pesquisa e encontra-se no inventário e análise documental em anexo.

§ 4º As instituições que optarem pela substituição de aulas deverão comunicar ao Ministério da Educação tal providência no período de até quinze dias.

Art. 2º Alternativamente à autorização de que trata o art. 1º, as instituições de educação superior poderão suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo.

§ 1º As atividades acadêmicas suspensas deverão ser integralmente repostas para fins de cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidos na legislação em vigor.

§ 2º As instituições poderão, ainda, alterar o calendário de férias, desde que cumpram os dias letivos e horas-aula estabelecidos na legislação em vigor. (BRASIL, 2020. p. 39)

A mesma portaria foi alterada em 19 de março pela Portaria MEC nº 345, e em seguida pelas portarias MEC nº 395, de 15 de abril e MEC nº 473, de 12 de maio, onde, na ocasião houve prorrogação de mais 30 dias em prol de adoção de medidas excepcionais. Aos 16 dias de junho de 2020, a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, foi revogada junto das portarias MEC nº 395, de 15 de abril e MEC nº 473, de 12 de maio, pela Portaria MEC nº 544, que Dispunha sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, estendendo ainda a autorização até 31 de dezembro de 2020, em razão do cenário pandêmico⁷³.

Seguindo a diretrizes do Ministério da Educação e da Presidência da República a respeito da instalação de medidas de enfrentamento durante a situação sanitária da pandemia de Covid-19, assim como orientações da Andifes⁷⁴, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), fomentou suas próprias ações políticas para a institucionalização de diretrizes de combate ao novo Coronavírus, orientações sanitárias, instalação de comitê de biossegurança, ações de apoio e acolhimento aos estudantes e seus colaboradores, inclusive apoio psicológico, além de outras ações necessárias.

Aos 05 dias de março de 2020, a Universidade Federal do Amazonas torna público uma das primeiras ações públicas para informatização dos dados de Covid-19 junto a instituição. Na ocasião por meio da Portaria nº 453, de 05 de março de

⁷³ As portarias citadas que compõe esse trecho da pesquisa, por se tratar de documento de suma importância, encontram-se no inventário e análise documental em anexo

⁷⁴ Ponto de pauta da Ata da 131ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno da Andifes, convocada em 20 de abril de 2020 e realizada em 28 de abril do mesmo ano, por meio de videoconferência. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=83568>. Acesso em: 02 maio 2023.

2020, que institui o Comitê Interno de Enfrentamento do Surto Epidemiológico de Coronavírus. Entre as atribuições deste comitê, estava a elaboração estratégias internas de enfrentamento do surto de Coronavírus, no âmbito da UFAM, essa ação teria prazo de duração de 90 (noventa) dias para o encerramento a contar da data de início de 04.03.2020.

Através da Portaria nº 626, de 13 de março de 2020, elaborada pelo Gabinete do Reitor, foram tomadas as primeiras orientações referentes à suspensão das atividades administrativas presenciais, ficando assim determinado:

Art. 1º. S U S P E N D E R as atividades presenciais acadêmicas e administrativas pelo prazo de **15 (quinze) dias**, compreendido no período de **16/03/2020 a 30/03/2020**, podendo ser prorrogado de acordo com as necessidades.

Art. 2º. D E T E R M I N A R que a PROEG e a PROPESP apresentem orientações sobre o funcionamento das inadiáveis necessidades acadêmicas, bem como a PROGESP oriente sobre o funcionamento das atividades administrativo funcional dos servidores. (UFAM, 2020a. p.01)

Essas primeiras ações, estavam em consonância com a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara emergência em Saúde Pública de importância Nacional em decorrência do COVID-19, Declaração de Pandemia de COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020, Instrução Normativa nº 19 do Ministério da Economia, de 12 de março de 2020, e suas alterações, e Portaria nº 453, de 05 de março de 2020, que instituiu o Comitê Interno de Enfrentamento do Surto Epidemiológico de Coronavírus.

Em decorrência do avanço de gravidade da situação pandêmica em todo o mundo e em especial ao Estado do Amazonas, aos 17 dias de março de 2020, a Ufam por meio do Comitê Interno de Enfrentamento da Epidemia por Coronavírus da Universidade Federal do Amazonas, lança a Nota Técnica 001/2020, a qual além de já considerar as portarias e leis existentes para o enfrentamento da Covid-19, resolver emitir 15 recomendações perante a situação de gravidade sanitária no âmbito acadêmico. Entre as recomendações estavam:

- Suspensão de todo e qualquer evento no âmbito da Ufam;
- Todos que voltarem de atividades funcionais ou não de regiões com transmissão confirmada de Covid-19, deverão fazer afastamento com

monitoramento domiciliar por 14 dias e em caso de servidores, deverão informar sua chefia;

- Vigiar possíveis casos de síndrome gripal nas dependências da instituição, e se caso confirmado, a pessoa deverá ser afastada por 10 dias com monitoramento de quadro clínico;
- Suspender toda e qualquer viagem internacional de servidores e alunos, de cunho institucional, até ulterior deliberação;
- Recomendar que todas as unidades componentes da universidade, deverão constituir Subcomitês de enfrentamento da Covid-19, composto por no mínimo 3 (três) membros e no máximo 5 (cinco) ocupantes de cargos comissionado, com definição de um coordenador para comunicação direta com o Comitê Central;

Aos 26 dias de março de 2020, O Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Sr. Sylvio Mário Puga Ferreira usando de suas competências estatutárias; Determina ações de suspensão de atividades presenciais e adoção quanto ao trabalho administrativo remoto e atividades acadêmicas por prazo indeterminado no âmbito da UFAM por meio da Decisão Ad Referendum nº 01/2020 - CONSUNI, de 26/03/2020. Este documento na ocasião apresentava concordância com todos os documentos relevantes anteriormente citados, assim como o Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020, que reconhece a ocorrência de calamidade pública no país, para os fins a que se destina; Decreto Municipal nº 4.780, de 16 de março de 2020, que trata do Plano de Contingência Municipal para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, que estabeleceu um plano de resposta, estratégias de acompanhamento e suporte aos casos suspeitos e confirmados do Coronavírus e Decreto Estadual nº 42.061, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre a decretação da situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, em razão da disseminação do novo COVID-19;

Em 31 de março de 2020, Portaria Nº 703, considerando todas as deliberações internas Ufam, até o presente momento lançadas, bem como as legislações e decretos de âmbito Federal, Municipal e Estadual, resolve:

Art. 1º Fica instituída, excepcional e temporariamente, como medida geral de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade do novo

Coronavírus (COVID-19), o trabalho remoto em toda a Universidade Federal do Amazonas, com exceção das atividades essenciais.
Art. 2º Fica delegada à Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, a competência para regulamentar a adoção de regime de jornada em trabalho remoto que abranja a totalidade e ou percentual das atividades desenvolvidas pelos servidores desta Instituição. (UFAM, 2020b. p.01)

Em 13 de abril de 2020 o gabinete do Reitor da universidade no poder de suas atribuições lança a Portaria n. 750, a qual na ocasião considerando as legislações e recomendações já deliberadas por órgãos e entidades nacionais e internacionais, resolve alterar o art. 2º da Portaria GR nº 703, de 31 de março de 2020, e descreve o novo texto a vigorar, dispondo a respeito de orientações a respeito do trabalho remoto a ser seguido por seus colaboradores enquanto pendurar as medidas de combate e enfrentamento a Covid-19:

[...] Art. 2º. DETERMINAR às unidades acadêmicas e administrativas da Universidade que considerem frequência integral dos servidores (Docentes e TAES), para fins de preenchimento dos boletins respectivos, enquanto perdurar as determinações das autoridades sanitárias em razão do SARS-CoV-2 (COVID-19), sem prejuízo do lançamento das ocorrências de afastamentos, licenças e férias.
§ 1º A forma do trabalho remoto, quando cabível, será definida entre servidor e chefia, prevendo a utilização de todos os dispositivos tecnológicos e sistêmicos disponíveis e que tenham relação com as atividades desenvolvidas.
§ 2º Apenas os servidores alcançados pelas situações da Instrução Normativa nº 19, de 12/03/2020 do Ministério da Economia, deverão preencher os pertinentes formulários de autodeclaração no sistema SEI e encaminha-los à Pró - Reitoria de Gestão de Pessoas, para constituição de banco de informações consolidadas:[...] (UFAM, 2020c. p.02)

A adoção de medidas e orientações necessárias ao enfrentamento da crise sanitária instalada, possibilitou a Ufam, criar um Catálogo de Ações de Combate à Covid-19⁷⁵, que dispôs todas as ações entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2021, porém esse catálogo só foi disponibilizado em 2021. Como forma de fomentar melhores orientações e protocolos sanitários e administrativos, considerando o momento atípico vivenciado, a instituição ainda criou aos 27 dias de abril de 2020, a primeira versão do Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19). Esse último estava

⁷⁵ Este documento encontra-se no inventário e análise documental em anexo.

seccionado em 6 objetivos principais referente a atender as necessidades da universidade por meio de:

1. Traçar diretrizes para a comunidade da Universidade Federal do Amazonas, proporcionando um ambiente institucional mais seguro e saudável no contexto da Covid-19;
2. Estabelecer medidas acadêmicas ajustadas aos problemas decorrentes da possível interrupção de atividades;
3. Mobilizar recursos operacionais para fazer frente aos riscos envolvidos;
4. Orientar os procedimentos Institucionais que foram adotados para a manutenção das atividades administrativas essenciais da instituição no período de paralisação das atividades presenciais;
5. Orientar os cuidados e procedimentos básicos a serem adotados pela comunidade para a manutenção das atividades da instituição no período de retorno das atividades presenciais, quando o cenário epidemiológico permitir, para que possamos criar uma cultura da diminuição dos danos neste novo cenário;
6. Compartilhar informações fidedignas a respeito da pandemia e fornecer meios de comunicação confiáveis onde a comunidade acadêmica e público externo possam se informar; (UFAM, 2020d. p.17)

Neste momento a cidade de Manaus vivenciava o caos na saúde pública a qual cito na página de número 70 desta dissertação⁷⁶, sendo fundamental a incorporação de medidas de recomendações para enfrentamento da crise sanitária individual e coletiva da sociedade acadêmica dentro das dependências da universidade, assim como das operações consistentes de preservação do ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão universitária.

Ainda devido ao período de alta disseminação e propagação da doença de Covid-19, em todo o estado, a Universidade Federal do Amazonas, através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, lança a Portaria 36 aos 08 dias de maio de 2020, a qual tinha o objetivo de possibilidade de realização de ATIVIDADES EXTRACURRICULARES ESPECIAIS (AEE), em caráter excepcional, por meio de ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), no âmbito da UFAM, durante a suspensão das atividades administrativas presenciais, bem como das atividades acadêmicas da graduação, presenciais ou não presenciais, enquanto durar o período de combate à pandemia do coronavírus (COVID-19).

⁷⁶ “... O colapso da saúde no estado ficou mais evidente quando, aos 26 dias do mês de abril de 2020, a Prefeitura de Manaus informou que foram feitos somente na capital 140 sepultamentos em 24 horas...”

Considerando ainda a situação do caos pandêmico na cidade e o alastramento da doença pelo estado, a UFAM, lançou a Portaria nº 925, de 25 de maio de 2020⁷⁷, onde o Reitor da Universidade no porte de atribuições estatutárias, prove, invalidar a Portaria nº 907/2020, datada de 22 de maio de 2020, que tratava da instalação da Comissão de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas. Desta forma, através da Portaria 925, estabelece que os servidores comporão como membros efetivos para a Comissão de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas, a qual teria prazo de operacionalidade de 30 dias. Esta Comissão de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas, teria a função de elaborar estratégias internas, por meio de um processo participativo, em tempo hábil, para dotações de medidas voltadas para ações de prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades administrativas e acadêmicas da Instituição no âmbito da UFAM, (UFAM, 2020e. p.01-02).

Em 05 de junho de 2020, através da Portaria n. 981 a Comissão de Biossegurança da Ufam (CBio-UFAM), sanciona a criação do Plano de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19), o qual atenderá os 6 (seis) *Campi* da UFAM no Estado do Amazonas, Hospital Universitário em parceria com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), assim como as 3 (três) unidades acadêmicas da área da saúde, localizadas externas ao *Campus* de Manaus. Além dos 5 (cinco) *campi* localizados fora da sede, os quais são: Instituto de Natureza e Cultura (INC) em Benjamin Constant, Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA) em Humaitá, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) em Parintins, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET) em Itacoatiara e Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) em Coari. O documento foi aprovado nos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Amazonas, estando completamente em consonância com a Portaria no 572 de 1º de julho de 2020 do Ministério da Educação, instituindo o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino. O plano apresenta as orientações e diretrizes com valor normativo institucional, sendo desta forma, aqueles que não o cumprirem estarão sujeitos às penalidades previstas nas legislações vigentes, Ufam (2020. p. 04-06).

⁷⁷ Este documento encontra-se no inventário e análise documental em anexo.

Compreende o Plano de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19) os seguintes objetivos:

1. Estabelecer condições de segurança que atenuem a propagação do Covid-19 e contribuam para a preservação da vida e da saúde de cada membro da comunidade da UFAM.
2. Estabelecer procedimentos e critérios para o retorno de atividades presenciais de ensino, pesquisa, extensão, administração e serviços Visando à prevenção da disseminação do novo Coronavírus.
(UFAM, 2020.p. 03-06)

Desta forma, esse documento será o norteador das principais ações e tomadas políticas frente ao cenário atípico, dentro do território da Universidade Federal do Amazonas, permeando a incorporação da institucionalização de outras medidas que se façam necessárias, baseadas nos boletins internos referente ao desenvolvimento da doença dentro das dependências dos *campis* e *campus*, além de correlacionar a este os boletins elaborados pelas Secretarias Estadual e Municipal de Saúde e da Fundação de Vigilância Sanitária, além do Ministério da Saúde.

Separei esse momento que particularmente chamo de “momento reflexivo”, para apresentar alguns diálogos considerando as tomadas de decisão frente a realidade subjetiva e desconsiderada pela instituição quanto a momento vivenciado por alguns indivíduos. Apesar da instituição apresentar planos e ações políticas institucionalizadas para o enfrentamento da pandemia em sua dominialidade estrutural e técnica administrativa com base em diretrizes superiores da Andifes e do MEC, esse processo fez com que a própria desconsiderasse os efeitos subjetivos do fechamento de suas operações fundamentais para muitos acadêmicos, docentes e pesquisadores, uma vez que devido às circunstâncias e as determinações da Ufam, pesquisas tiveram que ser interrompidas, houve desconsideração sobre os estudantes que não possuíam estrutura física adequada aos estudos online durante a situação de crise sanitária, assim como parte dos discentes não terem acesso à internet, estarem privado de obtenção de renda para manter a si e seus familiares devido à restrição de locomoção proveniente do decreto estadual, além da impossibilidade de acompanhar as aulas remotas por falta de ferramentas que proovessem essa a continuidade do ensino e aprendizagem, ressaltando ainda, os problemas psicológicos advindos do medo e doenças mentais causadas pela nova doença, assim como, os impactos gerados pela luto da perda de amigos, conhecidos e familiares. Frente a isso alguns departamentos, de programas de graduação e pós-graduação de diversas

áreas da própria instituição e com iniciativa própria, criaram com apoio de discentes, alianças socialmente coletivas para tentar ajudar professores e alunos em situação de vulnerabilidade social e financeira:

A solidariedade levou estudantes, professores e técnicos em educação da Faculdade de Educação (Faced) a realizarem uma campanha de arrecadação de materiais e valores que pudessem ajudar os estudantes da unidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante a pandemia de covid-19. As doações já iniciaram e têm ajudado a quem precisa.

Motivados pelo desejo de ajudar os colegas que estivessem enfrentando dificuldades durante o período de isolamento social, a comunidade acadêmica da Faced se organizou para averiguar a situação de seus estudantes e arrecadar doativos para o suprimento de suas necessidades. Desta forma, até o momento mais de 70 estudantes do curso de Pedagogia já foram beneficiados. [...] (AMAZONAS, 2020)

A instituição ainda lançou edital para entrega de Chips⁷⁸ (684 unidades) de celular com pacote de 20 GB para discentes em situação de vulnerabilidade social de diversos cursos de graduação. A ação com parceria com o MEC, faz parte do Projeto Alunos Conectados⁷⁹, a qual a instituição criou, visando ajudar os alunos que necessitassem de mecanismos para acompanhar as aulas diárias em formato remoto. Contudo a própria instituição desconsiderou que 20Gb é um quantitativo de dados insuficiente para quem estuda todos os dias remotamente, sem deixar de relatar a péssima qualidade de internet móvel na capital Manaus e pior ainda se considerarmos os municípios interioranos. Vale ressaltar que tal medida somente foi existente a partir de meados de setembro de 2020, ou seja, mais de 5 meses depois da primeira ação de suspensão das atividades acadêmicas presenciais na ocasião pelo prazo de 15 dias prorrogáveis:

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por meio do Departamento de Assistência Estudantil, divulga o Edital n° 25/2020 – Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP, cujo objeto é a disponibilização de chip para celular com um pacote de dados, inicialmente, de 20 Gb, para acesso à internet. As inscrições no sistema e-campus serão de 14 a 18/09/2020, e a elegibilidade dos/as discentes da graduação presencial consistirá na confirmação de matrícula em disciplinas do Ensino Remoto Emergencial e na autodeclaração (para estudantes não beneficiários/as de Auxílios/PNAES na UFAM) de renda familiar

⁷⁸ Edital n° 25/2020 – Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP

⁷⁹ Esse mesmo projeto também entrou com a mesma ação em 2021 através do edital n° 009/2021/PROEG

per capita, conforme diretrizes do MEC, de até um salário mínimo e meio. Para os/as beneficiários/as dos Auxílios PNAES, a validação da situação de vulnerabilidade socioeconômica será automática, logo após a inscrição. No entanto, serão atendidos prioritariamente os/as estudantes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. [...] (UFAM, 2020f. p. 01-06)

Durante a pandemia, as universidades Brasil afora tomaram a decisão de optar pelo Ensino Remoto Emergencial o (ERE), contudo essa imposição de meio de ensino, desconsiderou outros aspectos tão importantes e significantes. Alunos sem um espaço construído adequado para estudar, foi um dos fatos evidenciados. Ao mesmo tempo, o ensino remoto por meio virtual, onde o aluno precisava muitas vezes ligar a webcam, fez com que os colegas de turma e até professores estrassem na intimidade uns dos outros sem sequer ter uma autorização. Esse meio de aprender e ensinar, permeou a invasão da privacidade um dos outros, podendo ter sido um dos problemas que causou aulas com poucos alunos com câmeras ativas e frequentes nas aulas. Assim as mazelas vividas pelos estudantes, com a pandemia tornaram-se mais expressivas e nítidas. Enquanto as salas de aula tornava os “visivelmente iguais”, por que, vivenciavam o mesmo espaço, mesmo conteúdo e mesmo docente, o meio remoto evidenciava as discrepâncias socioeconômicas dos estudantes, provocando uma verdadeira separação social, pois o aluno que tinham menos condições financeiras e estruturais sentiam-se constrangido ao ver seu colega que possuía um dormitório ou escritório para estudo, com iluminação adequada, privacidade para estudar etc. Desta forma vejo que os impactos da pandemia foram muito além das questões de saúde:

O cenário da educação brasileira na pandemia é de “uma crise dentro da crise”, na avaliação de Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Segundo ela, as desigualdades estruturais “emergiram à superfície nesse momento de pandemia”. “As políticas adotadas para a educação, como a implantação de educação remota mediada por tecnologias, foram pensadas de forma alheia a essa desigualdade, sem trazer caminhos de solução dos problemas estruturais. E elas não deram certo”, avalia. (STEVANIM, 2020. p.14)

E quando se refere ao corpo docente da instituição, as dificuldades enfrentadas por eles, não foi muito diferente da realidade de muitos estudantes. Essas dificuldades que se manifestaram na falta de estrutura física para o trabalho via ERE, assim como

falta de capacitação para trabalho com os meios tecnologias para produção e ministração de aulas remotas. Um dos fatos evidenciados pelos docentes foi o impacto de conciliar os afazeres pessoais com as atividades docentes, uma vez que por preocupação humana e igualitária de direitos, muitos dos docentes tiveram que dispensar serviços de diaristas e empregados domésticos, ficando assim, responsáveis por cuidar e organizar suas próprias casas. Paralelo a isso havia o período de atuação profissional, onde os desafios se aderiram aos demais problemas provenientes da pandemia. E quanto a dizer, qual o limite de horário para a atuação de docente? Seria possível separar a vida pessoal da profissional? Para muitos isso tornou-se quase que impossível pois o trabalho era constante:

“Olá, estão ouvindo?”, “Caiu minha conexão”, “O microfone está desligado”, “Escrevam no chat!”. Frases como essas tornaram-se parte da rotina de professoras e professores e discentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) que aderiram ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), em setembro de 2020. As aulas presenciais estão suspensas desde o início do ano passado devido à pandemia da covid-19. Dificuldades de conexão virtual, falta de ambiente adequado e gastos de recursos próprios para compra de equipamentos são alguns dos problemas enfrentados pelas e pelos docentes, que tiveram suas casas transformadas em local de trabalho.

Estabelecida de maneira improvisada, essa realidade mudou completamente a rotina de professoras e professores da Ufam de Manaus e das unidades fora da sede (Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant, Coari e Humaitá). Esses municípios acumulam uma série de problemas de infraestrutura, fato que prejudica a qualidade do ensino/aprendizagem remoto na pandemia.

Tema recorrente na luta contra a precarização da educação, o ensino remoto é entendido pelo ANDES-SN como excludente, empobrecedor do processo educativo e facilitador de condições de trabalho inadequadas. “Uma modalidade que nos impõe vários processos de exclusão. Vários estudantes que não puderam cursar, que iniciaram e não concluíram, ou que sequer iniciaram. Uma modalidade que trouxe para dentro de nossas casas o nosso espaço de trabalho, que provocou adoecimentos, sobrecarga de trabalho. Não tem mais jornada de trabalho estabelecida porque todas as horas do dia se transformaram em horas de trabalho”, afirmou, em vídeo institucional, a presidente do Sindicato Nacional, Rivânia Moura.

A atual conjuntura pode ser lida como “um arremedo de Educação a Distância (EaD) chamada de Ensino Remoto”, como afirmou o ANDES-SN na cartilha “Projeto do Capital para a Educação: o ensino remoto e o desmonte do trabalho”. No material produzido pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), o Sindicato ressalta que a educação não deve ser reduzida às atividades de ensino e que a EaD precariza a atividade docente, não garante a universalidade de acesso e destitui a educação de seu sentido pleno. É o que se constata ao ouvir os relatos pessoais de docentes. (AMAZONAS, 2021a).

Entre os vários problemas enfrentados pelos docentes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), estão a realidade de obter conexão com internet, principalmente nos municípios distantes da capital e que tem maior dificuldade de acesso a este meio fundamental para disseminação do ensino e da atuação profissional,

[...] Vivendo pela primeira vez a experiência do trabalho remoto, o docente de Física do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (Icet/Ufam) de Itacoatiara (a 270 quilômetros da capital), Sandro Simas de Jesus, confirma que uma das dificuldades que enfrenta é com a internet. “Estamos há três semanas que, nos horários de aula, não conseguimos conexão para iniciar uma aula extra, um atendimento, uma aula síncrona, um bate-papo, e os alunos também”. Segundo o professor, a internet ofertada no município é precária e instável.

A pesquisa “Trabalho Remoto em Tempos de Covid-19: Experiências e Desafios Observados na Ufam”, realizada em 2020, apurou que 54% das servidoras e servidores enfrentam problemas tecnológicos trabalhando em casa, como internet lenta. Das pessoas consultadas, 41% afirmaram que esse problema ocorre “frequentemente” e 13%, “sempre”.

Entre os entrevistados e entrevistadas deste estudo, 41,5% declararam, ainda, ter uma conexão com interrupções recorrentes. De autoria de Maria da Glória Guimarães, Gabriela Auzier dos Santos e Ana Flávia de Moraes, a pesquisa consultou 246 servidores e servidoras da instituição, sendo 60,8% docentes e 39,2% Técnicos(as)-administrativos(as) em Educação (TAEs). [...] (AMAZONAS, 2021b).

Outro ponto anunciado foi a saúde mental de muitos servidores da Ufam, passaram a apresentar problemas como crises de ansiedade, preocupação, sensação de impotência, assim como irritabilidade, falta de paciência entre outros sintomas,

[...] O desgaste de ter que solucionar problemas estruturais para exercer suas atividades virtualmente e lidar com as particularidades pessoais têm adoecido as e os docentes. Assim como o professor Solano Guerreiro relata “sensação de impotência e ansiedade”, outras e outros alegam enfrentar dificuldades similares. No estudo realizado em 2020 com servidoras e servidores da Ufam, foram descritas experiências de ansiedade, irritação, dificuldade para dormir e distrações. Conforme a pesquisa, “no decorrer do trabalho remoto, ansiedade e irritação foram experienciadas por 85% das pessoas respondentes, sendo consideradas as frequências ‘poucas vezes’ (49%) e ‘sempre’ (36%)”. “Eu fico muito estressado, angustiado, porque quero me conectar para dar atividades para os alunos, para conversar e não apenas enviar PDF. Quando não consigo por causa das limitações de serviço de internet, a frustração é grande”, desabafou o professor Sandro. A dificuldade de descansar é outra reclamação. “A rotina foi alterada, às vezes sinto que não tenho horário de descanso, só descanso

quando estou dormindo e isso é bem cansativo”, disse a professora de Artes Visuais da Faculdade Artes (Faartes) da Ufam, Cláudia Carnevskis. [...] (AMAZONAS, 2021c).

A sobrecarga de trabalho e afazeres foi outro dos problemas pontuados, e que traz efeito direto no ser humano e na produtividade das atividades docentes. O acúmulo de trabalho, segundo a OMS, acaba sendo um dos fatores responsáveis por doenças graves como Acidente Vascular Cerebral (AVC)⁸⁰, a qual tem aumento de 35% de risco;

[...] Durante a pandemia, o cansaço associado ao aumento da carga de trabalho faz parte da realidade das e dos docentes como a do professor Solano Guerreiro, que atende as alunas e os alunos via *WhatsApp* em horários que anteriormente destinava para solucionar problemas domésticos. “Passo praticamente o dia todo, todos os dias, tirando dúvidas dos alunos, pois, como não conseguimos utilizar o *Google Classroom* e o *Moodle*, utilizamos o *WhatsApp*, que possibilita contato constante com os professores”, afirma.

Para Nakanome, conciliar trabalho remoto, pesquisa e paternidade é extremamente cansativo, principalmente em meio a uma pandemia, um período, segundo ele, desafiador e que desestrutura o coletivo. “Além da sobrecarga apresentada pela própria universidade, a pandemia nos desafia com outras questões. Na paternidade, por exemplo, é preciso acompanhar o seu filho durante as atividades, houve momentos em que eu tinha que dar atenção na aula remota do meu filho e dar atenção aos meus alunos”.[...] (AMAZONAS, 2021d).

Além dos problemas já retratados, os docentes ainda pontuaram que tiveram que arcar por conta próprias no investimento e aquisição de ferramentas tecnológicas que melhor contribuíssem para o evento de produção e ministração de aulas, assim como a dificuldade de que muitos não possuíam um espaço físico adequado para atuação como área de estudo, ou seja um quarto, sala ou escritório que possibilitasse essa atividade de forma “mais confortável e privativa”:

[...] Não foram poucos os docentes que precisam comprar equipamentos e materiais para conseguir lecionar remotamente. O

⁸⁰ Os dados mostram que jornadas de trabalho iguais ou superiores a 55 horas semanais, quando comparadas a jornadas de 35 a 40 horas semanais, aumentam em 35% o risco de Acidente Vascular Cerebral (AVC), conhecido popularmente como derrame, e em 17% o risco de desenvolvimento de doença isquêmica do coração, doenças que levam à perda da vida e da capacidade no trabalho. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/trabalho-em-excesso-eleva-risco-de-derrame-e-doencas-cardiacas-revela-pesquisa-da-oms/#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%20jornadas,isqu%C3%AAmica%20do%20cora%C3%A7%C3%A3o%2C%20doen%C3%A7as%20que>. Acesso em: 05 maio 2023.

professor Ericky foi um deles. “Essa estrutura teve que sair do meu orçamento, tanto internet, iluminação e tripé quanto a compra de livros digitais para facilitar o uso pelas plataformas, foi uma experiência delicada, humanamente falando, e tecnicamente cara”, disse.

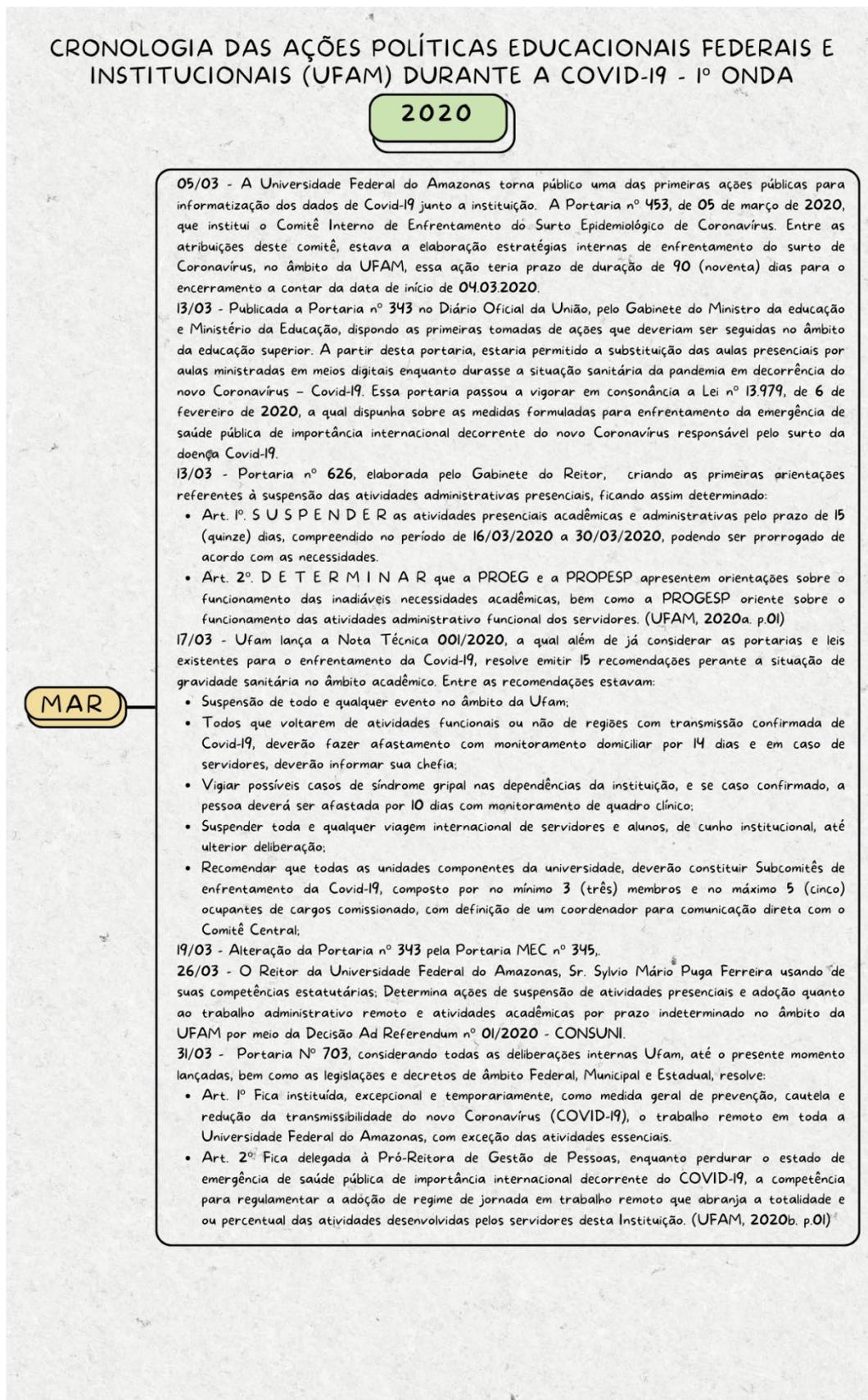
Sandro também precisou gastar o próprio dinheiro para a adaptação ao ERE. Além de usar o computador pessoal, o docente contratou um plano de internet superior e comprou um telefone celular com mais recursos, fone de ouvido, mouse e uma mesa digitalizadora. “Em termos de *hardware*, a gente teve que gastar do próprio bolso para exercer a docência, tendo em vista que, no instituto, os horários de utilização propostos são limitados e não coincidem com os horários das disciplinas”. [...]

[...] A pesquisa “Trabalho Remoto em Tempos de Covid-19: Experiências e Desafios Observados na Ufam” apontou também que, para 64,6% das pessoas entrevistadas, o principal desafio é o espaço físico inadequado. Hellen conta que transformou um quarto de hóspedes em escritório. “O Programa de Pós-Graduação em Educação [PPGE/Ufam] do qual participo, me enviou um *notebook*, comprei fones com recursos do Programa Atividade Curricular de Extensão (Pace), em que fui vice-coordenadora, e comprei com recursos próprios móveis projetados para estante de livros, suporte para celular, tripé com lâmpada, antivírus e plano de internet”.

Outro docente que precisou adaptar a casa para ter um ambiente adequado foi Nakanome. “Tive que organizar um escritório com iluminação adequada e material próximo, tive que mexer na estrutura da casa no sentido de organizar para que a minha atividade de trabalho não afetasse a qualidade de vida da minha família, para que as crianças pudessem brincar e as outras pessoas fizessem suas atividades dentro da casa”, explicou. [...] (AMAZONAS, 2021e).

Para a melhor compreensão do trajeto transcorrido das ações políticas educacionais e institucionais (Ufam) durante o período pandêmico, apresentamos a seguir os dados em forma de cronologia de fatos e ações políticas:

Figura 16 - Quadro Cronológico de ações políticas educacionais e institucionais durante a 1ª onda da Covid-19.



CRONOLOGIA DAS AÇÕES POLÍTICAS EDUCACIONAIS FEDERAIS E INSTITUCIONAIS (UFAM) DURANTE A COVID-19 - 1º ONDA

2020

ABR

13/04 - Portaria n. 750, a qual na ocasião considerando as legislações e recomendações já deliberadas por órgãos e entidades nacionais e internacionais, resolve alterar o art. 2º da Portaria GR nº 703, de 31 de março de 2020, e descreve o novo texto a vigorar, dispondo a respeito de orientações a respeito do trabalho remoto a ser seguido por seus colaboradores enquanto pendurar as medidas de combate e enfrentamento a Covid-19:

- [...] Art. 2º. DETERMINAR às unidades acadêmicas e administrativas da Universidade que considerem frequência integral dos servidores (Docentes e TAES), para fins de preenchimento dos boletins respectivos, enquanto perdurar as determinações das autoridades sanitárias em razão do SARS-CoV-2 (COVID-19), sem prejuízo do lançamento das ocorrências de afastamentos, licenças e férias.
- § 1º A forma do trabalho remoto, quando cabível, será definida entre servidor e chefia, prevendo a utilização de todos os dispositivos tecnológicos e sistêmicos disponíveis e que tenham relação com as atividades desenvolvidas.
- § 2º Apenas os servidores alcançados pelas situações da Instrução Normativa nº 19, de 12/03/2020 do Ministério da Economia, deverão preencher os pertinentes formulários de autodeclaração no sistema SEI e encaminhá-los à Pró - Reitoria de Gestão de Pessoas, para constituição de banco de informações consolidadas: [...]

27/04 - Primeira versão do Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19).

MAI

08/05 - Portaria 36, a qual tinha o objetivo de possibilidade de realização de ATIVIDADES EXTRACURRICULARES ESPECIAIS (AEE), em caráter excepcional, por meio de ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da UFAM, durante a suspensão das atividades administrativas presenciais, bem como das atividades acadêmicas da graduação, presenciais ou não presenciais, enquanto durar o período de combate à pandemia do coronavírus (COVID-19).

JUN

Portaria n. 981 a Comissão de Biossegurança da Ufam (CBio-UFAM), sanciona a criação do Plano de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19), o qual atenderá os 6 (seis) Campi da UFAM no Estado do Amazonas, Hospital Universitário em parceria com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), assim como as 3 (três) unidades acadêmicas da área da saúde, localizadas externas ao Campus de Manaus. Além dos 5 (cinco) campi localizados fora da sede, os quais são: Instituto de Natureza e Cultura (INC) em Benjamin Constant, Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA) em Humaitá, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) em Parintins, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET) em Itacoatiara e Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) em Coari. O documento foi aprovado nos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Amazonas, estando completamente em consonância com a Portaria no 572 de 1º de julho de 2020 do Ministério da Educação, instituindo o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino. O plano apresenta as orientações e diretrizes com valor normativo institucional, sendo desta forma, aqueles que não o cumprirem estarão sujeitos às penalidades previstas nas legislações vigentes.

SET

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por meio do Departamento de Assistência Estudantil, divulga o Edital nº 25/2020 - Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP, cujo objeto é a disponibilização de chip para celular com um pacote de dados, inicialmente, de 20 Gb, para acesso à internet. As inscrições no sistema e-campus serão de 14 a 18/09/2020, e a elegibilidade dos/as discentes da graduação presencial consistirá na confirmação de matrícula em disciplinas do Ensino Remoto Emergencial e na autodeclaração (para estudantes não beneficiários/as de Auxílios/PNAES na UFAM) de renda familiar per capita, conforme diretrizes do MEC, de até um salário mínimo e meio. Para os/as beneficiários/as dos Auxílios PNAES, a validação da situação de vulnerabilidade socioeconômica será automática, logo após a inscrição. No entanto, serão atendidos prioritariamente os/as estudantes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

NOV

Resolução Consepe XX/2020, a qual tinha como objetivo aprovar as diretrizes para a retomada das atividades acadêmicas do ensino de graduação da UFAM e o Calendário Acadêmico para o ano letivo de 2021.

Ofício 21/2020 elaborado pela Comissão de Assessoramento para Planejamento do Retorno às Atividades Acadêmicas da UFAM (CAPRA/UFAM) por meio do Plano de Retorno das Atividades Presenciais da Faculdade de Tecnologia - CAPRA/FT.

2.3. Curso de Arquitetura na pandemia/UFAM

O curso de arquitetura da Ufam, não diferente do resto da universidade, também vivenciou o terrível momento atípico, causado pela pandemia. E assim, como diversos outros cursos pelo Brasil afora e até mesmo na própria instituição, teve que se reinventar e se adaptar de forma abrupta às mudanças provocadas pela crise sanitária, seja no campo administrativo, metodológico, pedagógico e formativo.

Apesar de a IES se estabelecer em condicionantes federais e ser submetida diretamente às legislações federais, a própria, ainda teve que respeitar as legislações deliberadas pelo Governo do Estado do Amazonas e da Prefeitura da cidade de Manaus, local onde está localizada a Universidade. Na instância institucionalizada, essas mudanças aconteceram no curso de arquitetura de forma piramidal, através da representação maior da universidade que é a Reitoria, conselhos superiores (Conselho Universitário – CONSUNI, Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia – CONDEP/FT e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE) em seguida a Direção da Faculdade de Tecnologia (FT), onde o curso está situado, e posteriormente Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/FT) o qual por meio do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, aplica as devidas orientações e diretrizes estipuladas deliberadas pelos conselhos superiores.

Em primeiro momento as ações seguidas pela Coordenação e o Curso de Arquitetura e Urbanismo frente ao período pandêmico no âmbito administrativo, foram deliberadas aos 13 dias de março de 2020 pela Portaria n. 626, a qual o Reitor da Universidade Federal do Amazonas, usando das atribuições estatutárias resolver,

Art. 1º. S U S P E N D E R as atividades presenciais acadêmicas e administrativas pelo prazo de **15 (quinze) dias**, compreendido no período de **16/03/2020 a 30/03/2020**, podendo ser prorrogado de acordo com as necessidades.

Art. 2º. D E T E R M I N A R que a PROEG e a PROPESP apresentem orientações sobre o funcionamento das inadiáveis necessidades acadêmicas, bem como a PROGESP oriente sobre o funcionamento das atividades administrativo funcional dos servidores. (UFAM, 2020g. p.01)

E em seguida através da Decisão ad referendum – CONSUNI 01/2020 da Ufam, decide ainda, suspender por prazo indeterminado o Calendário Acadêmico de 2020/1 e 2020/2, assim como as atividades administrativas presenciais, atividades acadêmicas da graduação, presenciais ou não presenciais a partir de 31 de março de

2020, e designa os órgãos internos a universidade conforme sua competência para deliberação orientativa quanto ao funcionamento das suas atividades, de forma remota, enquanto durar o período de pandêmico de Covid-19:

I – SUSPENDER, por prazo indeterminado, o Calendário Acadêmico de 2020/1 e 2020/2, aprovado por meio da Resolução nº 15/2019/CONSEPE;

II – SUSPENDER, por prazo indeterminado, a contar de 31 de março de 2020, as atividades administrativas presenciais, bem como as atividades acadêmicas da graduação, presenciais ou não presenciais;

III – DETERMINAR à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEG, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP, Pró-Reitoria de Administração e Finanças - PROADM, Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN, e Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica - PROTEC, e os demais Órgão Suplementares que, no âmbito de suas competências, orientem como ocorrerão o funcionamento das suas atividades, de forma remota, enquanto durar o período de combate ao COVID-19.

IV – DETERMINAR que sejam mantidas as atividades consideradas essenciais.

V – DETERMINAR à Reitoria que, tão logo cesse o período de enfrentamento do novo coronavírus, tome providências com o fito de determinar o restabelecimento imediato do funcionamento da UFAM.

VI – SUBMETER a presente decisão ao Conselho Universitário – CONSUNI, para fins de homologação, observado o que dispõe a segunda parte do Inciso XV, do Estatuto da Universidade Federal do Amazonas. (UFAM, 2020h. p.01-03)

Considerando o momento de constante mudança no cenário sanitário nacional, regional e estadual, as deliberações da Ufam se modificaram ao longo de todo período da pandemia, inclusive nos primeiros seis meses de 2020, essas retificações foram constantes como forma de melhor atender as necessidades da instituição, dos discentes, docentes e colaboradores em geral. Desta forma é necessário pautar a notoriedade da apresentação de documentos anexados a esta pesquisa em que na ocasião apresentavam certa orientação e que em circunstância de advento futuro possa ter sofrido retificação de inclusão ou retirada de novas instruções consideradas pela IES como necessárias. Esse processo ocorreu com a Instrução Normativa n. 001/2020 de 31 de março de 2020 e Instrução Normativa n. 002/2020 de 06 de abril de 2020, que na ocasião dispunha sobre a regulamentação do trabalho remoto, excepcional e temporário, em toda a Universidade Federal do Amazonas, com exceção das atividades essenciais, por determinação da Portaria GR nº 703, de 31 de

março de 2020 e que aos 13 dias de abril de 2020 foram retificadas pela Portaria de n. 750, passando a esta o poder de detrimento de instrução.

A IES ainda tomou a decisão através da portaria 750 de 13 de abril de 2020 já citada anteriormente nesta dissertação na página de n. 92, a respeito das orientações a respeito do trabalho remoto a ser seguido por seus colaboradores durante o período pandêmico, inclusive, os critérios para prioridade de deliberação de efetividade do trabalho remoto, a ser definido e, escala pela chefia dos departamentos. De forma literal, a primeira deliberação quanto ao contexto administrativo tomada pelo curso de arquitetura e urbanismo, foi a comunicação dada pela professora Caren Michels (chefe do DAU/FT) às 14h (horário de Manaus), do dia 08 de abril de 2020, durante a Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo em meio virtual, por meio de vídeo conferência. Na reunião entre os pontos de pautas, estavam a aprovação dos Relatórios Individuais de Trabalho (RITs) de cada docente. Ao final dos prontos de pauta a chefe de departamento comunicou os docentes para dedicarem atenção à instrução normativa n° 01, publicada aos 06 dias de abril de 2020 pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP):

[...] A professora Caren Michels comunicou aos professores para ficarem atentos à instrução normativa n° 01, publicada no ano de dois e vinte pela PROGESP, a qual traça diretrizes para a comprovação do trabalho remoto desenvolvido pelos professores em função da pandemia mundial COVID-19. Comunicou que no dia catorze de abril de dois mil e vinte a direção da Faculdade de Tecnologia fará uma reunião para discutir o posicionamento da FT frente à esta instrução normativa. Não houve manifestação adicional por parte dos docentes. Sendo assim, eu, Caren Michels, Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia, lavro a ata que segue por mim assinada. (UFAM, 2020i. p.02)

Em 04 de maio de 2020, a Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na ocasião, representada por Gonzalo Renato Núñez Melgar, se reuniu em ambiente virtual, por meio de vídeo conferência, junto ao corpo docente do curso, para apresentação e discursão, considerando os pontos de pauta: 1 – Informes quanto ao ensino EAD em arquitetura e urbanismo e 2 – Discussão sobre a solicitação do OFÍCIO CIRCULAR N° 014/2020/PROEG⁸¹/UFAM⁸². Com início da reunião o coordenador de curso,

⁸¹ Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG).

⁸² OFÍCIO CIRCULAR N° 014/2020/PROEG/UFAM - Levantamento das dimensões de Infraestrutura, Recursos Humanos e Modelo Pedagógico do Curso relacionadas ao Ensino a Distância (EaD).

apresentou as discursões a respeito do ensino EAD em arquitetura e urbanismo, pontuando os antecedentes desta modalidade de ensino e o posicionamento contrário a mesma por parte de entidades da classe profissional, como, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA). Entretanto o próprio coordenador, reconheceu que são aspectos importantes a serem levados em conta, principalmente se considerarmos o momento atual vivenciado pela pandemia de Covid-19 e as necessidades de olhar com mais carinho para o EAD. Considerou ainda a deficitária situação dos docentes do curso, frente a acessibilidade digital, uma vez que segundo ele, o levantamento feito pela própria coordenação, aponta uma grande disparidade nas condições do acesso as ferramentas digitais.

No segundo ponto da pauta da reunião, o coordenador do curso de Arquitetura iniciou a discussão a respeito do ofício circular n. 014/2020 da Proeg, junto ao corpo docente. O coordenador apontou, que ofício na verdade se trata, de uma solicitação de realização de um diagnóstico, sobre a viabilidade da implantação de sistema de ensino à distância no curso de Arquitetura e Urbanismo, considerando analisar três aspectos fundamentais: 1 – infraestrutura; 2 – capacitação do corpo docente e 3 – projeto pedagógico de curso, e para isso convocou a manifestação dos professores:

[...] O primeiro aspecto discutido foi a questão da capacitação em EaD do corpo docente do curso de arquitetura e urbanismo. Nenhum professor do curso de Arquitetura e Urbanismo possui capacitação em ensino à distância, porém foi unanime o interesse em participar de uma capacitação em EaD. O segundo aspecto considerado foi em relação à infra-estrutura, e ao analisar os espaços disponíveis na Faculdade de Tecnologia e a demanda por novos espaços, como laboratórios de informática, salas de estudo e biblioteca, também foi unanime entre os presentes que NÃO há infra-estrutura física necessária para a implantação de ensino à distância. Quanto ao último aspecto analisado, sobre o PPC do curso e o ensino à distância, o projeto pedagógico atual não contempla o ensino à distância, mas também foi unanime entre os professores presentes que é possível realizar um diagnóstico das disciplinas do curso que poderiam ter sua parcela de ensino à distância e solicitar alteração do PPC junto à pró-reitoria de Ensino de Graduação para futura implementação. Como aspecto conclusivo devemos pontuar a necessidade de alcançar um padrão minimamente satisfatório nos três aspectos de análise (infra-estrutura, capacitação do corpo docente e projeto pedagógico de curso) e garantir institucionalmente que as condições de acessibilidade sejam atendidas nos seus aspectos mínimos necessários para poder alcançar o ensino de modo isonômico e justo para todos os alunos. [...] (UFAM, 2020j. p.01)

Aos 27 dias de maio de 2020 o DAU, se reuniu por meio de ambiente virtual, por meio de vídeo conferência para discursão de pontos de pauta, entre os quais, foi pontuado a aprovação de Rits e relatórios de estágio probatório de alguns docentes. Ainda na ocasião foram apresentados informes quanto ao ano letivo vigente e a forma de colação de grau dos egressos do curso:

[...] A professora Caren Michels (chefe do DAU/FT), informou aos professores que no dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte houve uma reunião com a PROEG para conversar com os coordenadores de curso a respeito da colação de grau referentes ao período letivo de 2019/2, as quais serão todas em ambiente virtual (online) devido às restrições impostas pela situação pandêmica (COVID-19). Conforme orientação da Faculdade de Tecnologia, a formatura deverá ocorrer no dia nove de junho de dois mil e vinte, separadas em duas turmas devido ao limite de cinquenta pessoas por reunião virtual grau às nove horas da manhã e a segunda turma as onze horas da manhã. [...] (UFAM, 2020k. p.01)

Ao 01 dia de julho de 2020, a DAU por meio da Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, convocou o colegiado do curso para reunião ordinária às 14h (horário de Manaus) a qual foi realizada em ambiente virtual por meio de vídeo conferência para apresentação e discussão de dois pontos de pauta. Neste momento é apresentado a discussão a respeito do planejamento do retorno da atividades pós-pandemia, a qual até o presente momento não havia sido considerado. Ressalto ainda que neste período é paralelo ao andamento da pandemia em todo território nacional.

Como ponto de pauta, o colegiado de curso deliberou ainda, discussão a respeito do processo 23105.020637/2020-00 da Comissão de Assessoramento e o Comitê de Reunião de Trabalho, para planejamento do retorno das atividades pós pandemia. Para isso foi apresentado três fatores essenciais: a) A condição de acesso digital dos alunos, retratado na pesquisa feita ao corpo discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo com 219 participantes. b) O aspecto infraestrutura da instituição, tanto nos recursos e insumos físicos, como a capacitação dos recursos humanos: técnico e docente. E c) O aspecto normativo que possibilita a operacionalidade dentro de um marco de legalidade, principalmente definido dentro das especificidades do PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

Após discussão, foi deliberado a votação, a respeito dos meios de planejamento para retorno de atividades acadêmicas pós pandemia. No contexto da reunião estavam presentes 8 docentes segundo documento assinado

eletronicamente. O documento não registra o parecer de posicionamento do coordenador de curso, deixando a margem de votação para os 7 docentes restantes, entre os quais, 6 votaram a favor do retorno das atividades, considerando como meios, o ensino remoto, híbrido ou EAD, entretanto no documento não consta o voto de docente que teria optado pelo não retomada das atividades nesse primeiro momento da pandemia, (“por achar que o ensino perderia qualidade”) relato obtido em pesquisa exploratória em conversa informal:

[...] Após esta introdução abriu-se a discussão, O/A professor(a) **1**⁸³ se mostra favorável à possibilidade de ministrar na modalidade de EAD as disciplinas teóricas, como história da arquitetura, assim como nas disciplinas projetuais, devendo encontrar uma solução prática para que seja viável. O/A professor(a) **2** explana a necessidade de um retorno às atividades acadêmicas dentro de uma nova realidade e para tal precisamos de adaptabilidade, menciona a possibilidade de um modelo de ensino híbrido, onde as atividades podem ser conciliadas entre presenciais e remotas, e recomenda o curso da plataforma Moodle ofertado pela IES. O/A professor(a) **3** se manifesta favorável a um retorno às atividades, desde que elas ofereçam as condições necessárias tanto sanitárias como infraestruturas. O/A professor(a) **4** faz uma observação semântica entre os termos, Ensino a distância e Ensino remoto, manifesta-se favorável ao retorno às atividades e declara a viabilidade do ensino remoto nas disciplinas de projeto tanto como as orientações de TCC. O/A professor(a) **5** se posiciona favorável a uma retomada gradual, padronizando o modelo de entrega nas disciplinas projetuais, sugere a plataforma Google Sala de Aula, para disponibilizar material e fazer avaliações, ademais propõe ampliação e rodízio nos laboratórios de informática para os alunos que não tem condições de acesso à computador para desenho nem internet. O/A professor(a) **6** se manifesta favorável à necessidade de ampliar o debate e encontrar saídas viáveis tanto para professores quanto para os alunos. Na sequência o/a professor(a) **7** apresentou os resultados da pesquisa aplicada aos discentes do curso. Se sugeriu a possibilidade de ampliar a pesquisa para a data atual e reconhecer variações; posteriormente o Coordenador de curso pré-agenda próxima reunião dia 15 de junho tendo como ponto de pauta a apresentação de alternativas pedagógicas para o retorno pós pandemia. Sendo recomendada: a) a presença do representante discente b) a apresentação de sugestões por parte dos professores que na data da próxima reunião se encontrem de férias. [...] (UFAM, 2020l. p.01)

Em 17 de julho de 2020, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo, por meio da Coordenação de Curso, se reuniu as 14h (horário de Manaus) em formato virtual, por meio de vídeo conferência junto do corpo docente e representante discente, para deliberação de ações conforme pontos de pauta. Entre os pontos de pauta discutido,

⁸³ Optou-se por nomear os/as professores com numerais como forma de preservar a identidade dos docentes.

estava os encaminhamentos de andamento do processo de migração de grade curricular de 2012 para 2020, iniciados no início do mês com participação dos discentes representantes de turma, além da elaboração de propostas pedagógicas para o momento do retorno às atividades acadêmicas presenciais, pós-pandemia, obedecendo as condicionantes presentes no Plano de Biossegurança apresentado pelo CONDEPE/FT. Essas medidas foram dispostas em discussão junto ao representante discente, como forma de melhor compreender a situação real dos alunos perante as dificuldades impostas pela pandemia, principalmente no quesito acessibilidade digital:

[...] reuniu-se com a presença dos seguintes docentes: **1**⁸⁴, **2**, **3**, **4** e **5**, o/a representante discente **A**⁸⁵. E com justificativa de ausência os professores(as): **6**, **7** que se encontram em período de férias. O professor Gonzalo Renato Núñez Melgar iniciou a reunião apresentando os pontos de pauta: 1) a) O Prof. Gonzalo Melgar informa a respeito do avanço dos trabalhos de migração de grade, que se deu início no mês de julho e contou com a participação dos representantes de turma. b) O/A professor(a) **5** comunicou os pontos de destaque na reunião de CONDEPE a respeito do plano de biossegurança recentemente publicado. 2) Discussão a respeito da elaboração de propostas pedagógicas para o momento do retorno às atividades acadêmicas presenciais, pós-pandemia. a) O Coordenador do Curso explicou que este ponto de pauta está circunscrito dentro do processo 23105.020637/2020-00 do Comitê de reunião de trabalho com a Comissão de Assessoramento para planejamento do retorno as atividades pós pandemia e que de acordo ao recentemente publicado Plano de Biossegurança UFAM é que devemos orientar nosso planejamento acadêmico. b) O/A representante discente, **A** manifestou a preocupação dos colegas a respeito das condições que determinariam o retorno às aulas, havendo colegas com dificuldades em contar com as condições mínimas necessárias para um ensino remoto, destacando principalmente a situação do terceiro e quinto período, o nono período apresentou pesquisa direcionada especifica onde as condições se apresentam favoráveis; neste ponto o Coordenador do Curso esclarece que não haveria possibilidade de encarar o retorno às aulas pós pandemia de forma fragmentada ou particular. c) O/A professor(a) **3** reforça a necessidade de contar com as condições mínimas para um modelo remoto, onde deve-se verificar a situação de acessibilidade digital dos alunos e da instituição. d) Os professores(as) manifestam sua disposição para viabilizar o retorno as aulas com segurança e em condições que garantam a qualidade do ensino seja ele remoto ou híbrido e) Foi solicitada para próxima reunião a apresentação de alternativas pedagógicas específicas às disciplinas por cada professor, levando em conta o dimensionamento

⁸⁴ Optou-se por nomear os/as professores com numerais como forma de preservar a identidade dos docentes.

⁸⁵ Optou-se por nomear o/a representante discente com letra A como forma de preservar a sua identidade.

especial e condições reguladoras definidas no Plano de Biossegurança UFAM. [...] (UFAM, 2020m. p.01)

Considerando as ações registradas, até o presente momento as ações a respeito da retomada ou da continuidade do ensino em formato remoto, ou EAD ou híbrido, ainda se apresentavam com pouca clareza, o que se deve a incerteza quando ao momento vivenciado, contudo ao decorrer do período pandêmico, surgiram novas normas e diretrizes quanto a preocupação com o ensino superior com atividades presenciais suspensas e que necessitavam de meios para continuidade do ensino e aprendizagem. Nesse delinear, aos 11 dias de agosto de 2020, o DAU, por meio de um convite extraordinário enviado previamente como convocatória, realizou nesta data uma reunião extraordinária em formato virtual, por meio de vídeo conferência, às 14h (horário de Manaus) com a presença de alguns docentes para deliberação de discussão ao Ensino Remoto Emergencial (ERE):

A professora Caren Michels iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e em seguida leu o único ponto de pauta: **1) Aspectos da minuta de resolução que trata do ensino remoto emergencial e o calendário acadêmico especial 2020/1.** A reunião teve seguimento e foi aberta para manifestações dos professores do curso, sendo o assunto amplamente discutido. Os professores do curso de arquitetura concordaram em que o retorno é algo necessário, mas deve ser realizado exclusivamente de forma remota, conforme a resolução que trata do ensino remoto emergencial (ERE) exige. Porém, nem todas as disciplinas ofertadas pelo DAU são passíveis de serem realizadas desta maneira, no formato de EaD, devido às características delas. A reunião teve seguimento com a discussão de quais disciplinas ofertadas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo poderiam ser realizadas no formato de ensino remoto emergencial (ERE), e após ampla discussão, chegou-se a seguinte deliberação: a) **Oferta em ERE das disciplinas de trabalho final de graduação (TCC 1 e TCC2),** na condição de se cadastrar uma turma por professor com número específico de vagas de alunos por turma. Colocado em votação. Decisão do departamento de arquitetura e urbanismo: **APROVADA por UNANIMIDADE;** b) **Oferta em ERE das disciplinas de projeto. Entende-se por disciplinas de projeto todas as disciplinas de projeto arquitetônico, de projeto de planejamento urbano, de projeto de paisagismo e de projeto de arquitetura de interiores.** Colocado em votação. Decisão do departamento de arquitetura e urbanismo: 03 professores favoráveis, 06 professores contra, assim, a oferta das disciplinas de projeto no formato de ERE foi **NEGADA.** c) **Oferta em ERE das demais disciplinas do departamento de Arquitetura e urbanismo.** Caberá a cada professor que ministra estas disciplinas realizar uma análise se é possível ofertá-las de forma remota e se o professor se sente confiante, seguro e capaz de realizá-las de forma remota. O professor deverá sinalizar o interesse conforme diz a resolução que trata do ensino remoto emergencial (via SEI) e seguir todos os trâmites apresentados na resolução. Colocado em votação. 08 votos favoráveis, 01 abstenção, assim, a oferta das demais

disciplinas do departamento de arquitetura e urbanismo no formato ERE foi **APROVADA**. d) **Oferta em ERE das disciplinas obrigatórias de estágio (estágio obrigatório 1 e estágio obrigatório 2)**. Colocado em votação. 08 votos contrário, 01 abstenção, assim a oferta das disciplinas de estágio obrigatório no formato ERE foi **NEGADA**. (UFAM, 2020n. p.01)

Aproveito esse documento de suma significância para externar o meu “momento reflexivo” já neste primeiro momento do tópico trabalhado.

Neste momento notamos que entre o corpo docente é visível as opiniões frente as possibilidades de educar em tempos de pandemia, opiniões que demonstram a posição políticas dos agentes intrinsecamente ligados ao processo formativo do curso de arquitetura e urbanismo na Ufam. Ressaltando que a opinião do corpo docente aqui demonstrado, é apenas uma exibição dos aspectos objetivos e visíveis, porém havemos de atentar as condicionantes subjetivas impregnadas as objetivas e que não são claramente apresentadas ou se quer apresentadas nesse momento. Estre essas objetividades, consideremos a praticidade que possa existir para alguns docentes, pois desta forma, não se necessita deslocar-se até a instituição, poupa-se do estresse do trânsito, não há uma rigidez quanto ao processo de comprovação das ações docente (apesar de haver um monitoramento da própria instituição), assim como para outras a qual se desvinculam do estresse proveniente do ambiente de ensino físico.

E quando se opta por decidir pelas disciplinas a serem ministradas em formato remoto, não são apresentadas as reais considerações implícitas (ao menos nesta ata não ficou clara), e assim percebesse que o ideário docente é diferente do ideário dos discentes, quando se pensado o ensino e sua eficácia durante esse período. Desconsidera-se que muitos estudantes podem ter perdido parentes, amigos vítimas da covid-19, e com isso podem se sentir fragilizados, desmotivados e até traumatizados, passando a sofrer um luto interno contínuo, e muitas vezes não explanado, pois ainda precisam trabalhar para gerar sustentos em casa, ou até mesmo ajudar nos afazeres da casa e nos cuidados com parentes adoentados. Desta forma fica o questionamento, será que as decisões aqui tomadas e documentadas, foram as melhores opções para a realidade dos discentes e para o ensino? Tentaremos descobrir ao fim do processo documental!

Aos 12 dias de agosto de 2020, através da Resolução n. 003⁸⁶, foram definidos a regulamentação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e o Calendário Especial 2020 para o ensino de graduação na Ufam:

ANEXO I – REGULAMENTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE), NO ÂMBITO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UFAM

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este Regulamento institui o Ensino Remoto Emergencial (ERE) no âmbito do ensino de graduação da UFAM, em caráter excepcional, e dispõe sobre seu planejamento e execução.

Parágrafo único. O caráter excepcional refere-se à possibilidade de desenvolvimento de componentes curriculares (disciplinas) obrigatórios ou optativos, mesmo durante a suspensão, por prazo indeterminado, do Calendário Acadêmico de 2020/1 e 2020/2, e das atividades administrativas presenciais, bem como das atividades acadêmicas da graduação, presenciais ou não presenciais.

Art. 2º - Para os fins deste Regulamento entende-se como Ensino Remoto Emergencial (ERE) o ensino emergencial que considera o distanciamento geográfico entre docentes e discentes de forma temporária, por acesso remoto, com mediação pedagógica assentada nas Tecnologias de Informação e Comunicação e mídias digitais, fora dos espaços físicos da UFAM (Campi Manaus, Itacoatiara, Coari, Humaitá, Parintins e Benjamin Constant) para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, diante da impossibilidade de ensino presencial, em decorrência da pandemia da COVID-19, possibilitando a interação discente-docente-conhecimento. (UFAM, 2020o. p.01)

Além dos já citados artigos, o documento ainda aborda diretrizes quanto ao calendário acadêmico especial. Entre os objetivos do Ere, estão os parâmetros de desenvolvimento das atividades academia enquanto pendurar o momento pandêmico, assim como, informático acerca da obrigatoriedade de ofertar de componentes curriculares obrigatórios ou optativos por meio das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TICs) durante o momento pandêmico. O documento ainda caracteriza o ERE de modo a compreender como ele será aplicado nas disciplinas de cursos, e determina ainda através do art. 6 e parágrafo único, as diligências para execução de disciplinas e atividades em formato de ensino remoto, sejam elas práticas ou teóricas, conforme deliberação de aprovação Colegiado de Curso, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Outro ponto a qual o documento faz referência é dos recursos para operacionalização do ERE e da adesão ao ERE, assim como as

⁸⁶ Este documento encontra-se no inventário e análise documental em anexo.

orientações quanto a adesão ao Ensino Remoto Emergencial por parte dos docentes que desejarem optar por esse formato de continuidade do ensino.:

Art. 7º - O ERE será desenvolvido com recursos educacionais mediados por Tecnologias de Informação e Comunicação, podendo ocorrer por meio de atividades síncronas ou assíncronas.

§1º - Atividades síncronas são aquelas que demandam a participação dos discentes e docentes, no mesmo ambiente virtual, conectados simultaneamente por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação, preferencialmente, observados os horários regulares e o tempo de duração das disciplinas.

§2º - As atividades assíncronas são aquelas que dispensam a conexão simultânea entre docentes e discentes, por meio de espaços como fóruns, estudos individualizados, construção de estudos dirigidos, resenhas ou resumos, leituras de textos, artigos, livros, resolução de lista de exercícios ou lista de discussão, vídeo aulas, podcast, entre outras.

Art. 8º - O ERE poderá ser realizado, preferencialmente, na plataforma G-Suite for Education, pelo e-mail institucional da UFAM, por meio do:

I - Google Classroom para composição de salas aulas virtuais;

II - Google Meet para videoconferências, seminários, grupos dirigidos de discussão, debates, dentre outros;

III - Lives das redes sociais para interação em tempo real com os discentes alunos e possibilidade de registro de participações, produção de conteúdo e materiais digitais;

IV - Jamboard para exposição de ideias e participação interativa dos discentes, simulando o quadro branco;

V - Google Drive para utilização dos arquivos na nuvem, com possibilidade de interação com discentes na produção de materiais ou organização de conteúdos e ideias, com registro de participação dos discentes; e

VI - YouTube, para produção de vídeos ou imersão em conteúdos específicos. Parágrafo único - Poderão ser adotados outros recursos tecnológicos e de mídias digitais pelo docente para a oferta do componente curricular (disciplina) por ERE, por meio dos sistemas de uso institucional: Sistema Pergamum, Portal eCampus, SEI, Periódicos Capes e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), além de outras opções de plataformas educacionais digitais: KAHOOT!, CANVA, SLACK, Discord, Telegram, Mentimeter, Zoom, Teams, Moodle, Skype e Whatsapp.

VI - DA ADESÃO AO ERE Art.

9º - A adesão ao ERE, previsto neste Regulamento, é voluntária e facultativa, tanto para o docente, quanto para o discente.

Art. 10 - A adesão do docente deverá ser manifestada por meio do envio, via SEI, de ofício à Coordenação do respectivo Curso, contendo a proposta de oferta do componente curricular (disciplina) obrigatório ou optativo a ser ministrado.

§1º - Somente poderão ser ofertados por meio do ERE os componentes curriculares (disciplinas) obrigatórios ou optativos referentes aos semestres letivos regulares de 2020.

§2º - A proposta de oferta prevista no caput deste artigo deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do componente curricular (disciplina) obrigatório ou optativo, a carga horária em sua integralidade, o número de vagas e o horário da realização.

Art. 11 - A adesão do discente deverá ser manifestada mediante solicitação de matrícula por meio do Portal e-Campus.

Art. 12 - A adesão, do docente e discente, ao ERE, deverá ser realizada no período previsto no Calendário Acadêmico Especial 2020. (UFAM, 2020p. p.01)

Em dia posterior a apresentação das diretrizes atribuídas na Resolução n. 003 que trata do Ensino Remoto Emergencial (ERE), alguns docentes já manifestaram interesse em ministração de disciplinas neste novo formato de ministrar aulas. A manifestação ocorreu por meio de ofício de adesão destinado ao DAU, onde cada docente espontaneamente encaminhou seu desejo de optar pelo novo método além de citar quais disciplinas gostaria de ministrar. Aos 19 dias do mesmo mês e ano, a Coordenação de curso por meio da DAU, realizou a reunião ordinária às 14h (horário de Manaus) para deliberação dos seguintes pontos de pauta e em seguida aprovação ou reprovação dos mesmos, além de tratar de outros temas que se fizerem necessários à reunião. Esta reunião ocorreu sem participação de representante discente, por motivos pessoais, pautados na reunião e aprovados. Na reunião ainda foi pontuado que o questionário enviado previamente aos discentes para coleta de dados quanto ao desejo de aceitarem pela migração de matriz curricular (correspondia a 30% dos formulários preenchidos). Foi anunciado também o Processo Eleitoral para escolha de Coordenador e Vice Coordenador do Curso. A Coordenação apresentou a proposta de calendário eleitoral (o qual foi aprovado por unanimidade sem alterações), com as seguintes datas: 19/08/2020 Aprovação do calendário eleitoral. 24/08/2020 Prazo final para inscrição de candidatos. 31/08/2020 Homologação das candidaturas. 07/09/2020 Eleição remota. 21/09/2020 Posse do Coordenador e Vice Coordenador. A partir desse momento apresentarem aqui dados referente ao ofício de adesão de cada docente em formato de quadro, identificando cada docente por números como forma de preservar sua identidade. Esses documentos contam em anexo e inventario documental desta pesquisa:

Quadro 3 - Manifestação docente quanto a adesão ao ERE e disciplinas a ser ministrada:

Docente	Ofício de adesão (Nº)	Data de Adesão	Disciplina a ser ofertada
1	008/2020	18/08/2020	FTA051 - Trabalho de conclusão de curso I FTA061 - Trabalho de conclusão de curso II
2	010/2020	20/08/2020	FTA011 - Teoria e História da Arquitetura II FTA061 - Trabalho de conclusão de curso II
3	DP-10/2020	20/08/2020	FTA051 - Trabalho de conclusão de curso I FTA061 - Trabalho de conclusão de curso II
4	12/2020	20/08/2020	FTA051 - Trabalho de conclusão de curso I FTA061 - Trabalho de conclusão de curso II
5	S-N/2020	21/08/2020	FTA051 - Trabalho de conclusão de curso I FTA061 - Trabalho de conclusão de curso II
6	10/2020	21/08/2020	FTA051 - Trabalho de conclusão de curso I

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atas do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAM

Ainda conforme reunião foram apresentados os pontos de pauta quanto a aprovação das disciplinas TCC I e TCC II, que na ocasião foram previamente objeto de ofício de adesão a ministração de disciplinas em formato de ERE. A votação foi realizada e aprovada sem alterações. Ainda foi objeto da reunião a oferta das disciplinas de conteúdo Teórico, as quais deverão ter adesão voluntaria por parte dos docentes e discente, também a serem ministradas em ERE. Foi apresentado também em reunião, as particularidades a serem consideradas na organização do da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a qual se considerarem ofertá-las em formato remoto, foi acordado que a Comissão de TCC-UFAM, deliberará e apresentara a proposta de trabalho em próxima reunião, para aprovação e execução.

O coordenador de curso ainda pautou a oferta das disciplinas de projetos arquitetônicos e urbanos, as quais foram colocadas em votação, e decidido que não seriam disponibilizadas na modalidade ERE; A votação contou ainda neste penúltimo ponto de pauta com o registro de dois votos contrários, Ufam (2020q. p.01). A votação ainda apresentou um último ponto de pauta,

[...] a respeito da elaboração de propostas pedagógicas para o momento do retorno às atividades pós-pandemia. Foi acordado que esta discussão será retomada à luz que possa apresentar a experiência ERE ademais das demandas futuras por parte da Instituição. [...] (UFAM, 2020r. p.01)

Aproveitando o ensejo do documento objeto de análise aqui mencionado, para relatar o ponto de vista pessoal quanto a decisão do colegiado de curso frente a oferta de disciplinas cruciais a formação do profissional de arquitetura em formato ERE. Esse momento, assim, como em outras partes da pesquisa, apresento como “Momento Reflexivo”. A primeira das disciplinas mencionadas no documento é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a qual apresento preocupação particular, pois como profissional formado, penso que esse momento da vida acadêmica do estudante de arquitetura e urbanismo, acaba por ser um período de vários acontecimentos, sentimentos e sensações que norteiam diversos fatores na fase final da dessa trajetória formativa. O momento das disciplinas finais do curso, são momentos que incorporam uma das maiores provações, e sensações que podem causar inseguranças, ansiedade e até preocupações. Esse período o qual o discente tem que provar que suas aptidões formativas e os ensinamentos aplicados, foram absorvidos e assim moldados para produção de um objeto construído a qual deve refletir todos os ensinamentos técnicos, sociais, culturais e principalmente estéticos, funcionais e executáveis.

Se considerarmos toda a responsabilidade coma disciplina já percebemos que essa etapa por si só tem um grande peso e significância para a formação do futuro profissional. Aliado a este momento, ainda são aplicadas as provações naturais do ser humano: dúvidas, incerteza, medo, sensações de ora de incapacidade, ora de que não aprendeu tudo, além das noites mal dormidas, ou até mesmo não dormidas, crises de ansiedade, e as doenças oportunistas causadas pelo excesso de estresse que atacar diretamente a imunidade do corpo humano. Como se já não bastasse, ou se fosse o suficiente, apresento ainda as causas momentâneas que todo o mundo passou: Pandemia de Covid-19, restrição compulsória de locomoção, distanciamento social, crise do oxigênio, aumento nos casos de doença grave, amigos, parentes em situação de internação, tratamento médico e na pior das situações, a própria morte. Medo se de adoecer e não conseguir leito caso chegue ao estágio crítico na saúde, medo de ficar sem materiais básicos para proteção individual, medo de não ter o que comer, pois os postos de trabalho foram fechados como forma preventiva de contenção da doença (e no caso dos desempregados esse medo é inevitavelmente bem maior), aliado a tudo isso ainda vem o medo e receio financeiro, pois concluir o curso em arquitetura não é fácil.

Arquitetura e urbanismo o qual se gasta muito para concluir, mesmo se considerado uma IES pública. Mesmo que se considerarmos o momento do ensino em ERE, existem plotagem e impressões para cada correção, criação e design de painéis para apresentação, assim como, terceirizar partes estéticas e técnicas para conclusão do trabalho, como revisão da dissertação, criação de maquete 3D usando softwares específicos e renderização de imagens. Afinal arquitetura e urbanismo é ainda hoje um dos cursos elitizado, fundado nesses primordiais, conforme trato no início desta dissertação na página 21⁸⁷.

Aos 31 dias de agosto de 2020, reuniu-se em reunião ordinária, convocada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo, o Sr. professor Gonzalo Renato Núñez Melgar (coordenador de curso) e demais membros do corpo docente, além do(a) representante discente, para deliberação de ações do departamento frente ao colegiado de curso: com a palavra o coordenador de curso, lembrou os colegas a respeito da importância de respeito ao prazo de submissão dos planos de ensino na modalidade ERE o qual segue o período de 31/08/2020 a 04/09/2020 devendo todos os professores orientadores das disciplinas de TCC I e TCCII por obrigatoriedade entregar seus respectivos planos de ensino até o prazo limite. Ainda na reunião foram homologadas as guias de atividades das disciplinas de TCC para o ERE. Ainda houve discussão para incorporação de um seminário de TCC I, o qual foi votado e teve quatro votos favoráveis para sua permanência e três votos em contra, fica mantido como proposto pela Comissão. Outro ponto da reunião foi o Processo Eleitoral para escolha de Coordenador e Vice Coordenador do Curso, o qual na ocasião a Coordenação não recebeu nenhuma candidatura para o cargo, ficando a cargo da responsabilidade por parte da Diretoria da FT uma tratativa para que o novo coordenador e vice coordenador de curso seja eleito. Ainda na mesma reunião A Coordenação comunicou o pré-agendamento da reunião de Colegiado do Curso, tendo como pauta a aprovação dos planos de ensino em formato ERE, Ufam (2020s. p.01).

Conforme deliberado na reunião do dia 31 de agosto, foi agendado a nova reunião do colegiado, a qual aconteceria no dia 08 de setembro de 2020 às 14h (horário de Manaus). Com a palavra o coordenador de curso o Sr. professor Gonzalo

⁸⁷ "... sua função como ofício foi fundamental para a educação dos filhos da classe de elitista por meio da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, sendo o único curso da área no Brasil por mais de cinquenta anos..." página 21 desta dissertação.

Renato Núñez Melgar, começou a nova reunião com a presença do corpo docente do curso de arquitetura para as deliberações a respeito dos pontos de pauta: a Aprovação dos planos de aula de cada docente para as disciplinas (lista completa em anexo) a serem ministradas em ERE 2020. Disciplinas correspondentes ao ano letivo 2019/2.

Foi colocado em pauta ainda, a falta de manifestação para assumir o cargo de coordenador e vice coordenador de curso por parte dos docentes. Desta forma ficando a cargo do Presidente do Colegiado do Curso solicitar à Chefia do Departamento para informar à Diretoria da Faculdade de Tecnologia, para que esta tome as devidas providencias de nomeação do novo Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Ufam (2020t. p.01).

Aos 21 dias de setembro de 2020 às 14h (horário de Manaus), reuniu-se o corpo docente junto ao DAU em reunião extraordinária para deliberação de ações referente aos pontos de pauta apresentados. Entre os pontos de pauta estavam a apreciação dos RITs de 2020/1 de alguns docentes, na mesma ocasião foi comunicado os docentes que assumiriam a coordenação e vice coordenação de curso de arquitetura e urbanismo, Ufam (2020u. p.01).

Aos 30 dias de novembro de 2020 às 14h30 (horário de Manaus), a coordenação do curso de arquitetura e urbanismo realizou reunião extraordinária com a presença do Coordenador professor Marcos Paulo Cereto, o corpo docente do curso, além da presença do(a) representante do Centro Acadêmico e de 4 representantes discentes. Na ocasião foram apresentados 4 informes principais, entre os quais estava o evento Webinário10+10 ocorrido entre os dias 3 e 13 de novembro em comemoração aos 10 anos de fundação do curso de arquitetura e urbanismo da FT/UFAM. Na ocasião, o coordenador de curso, ressaltou o resultado positivo conforme avaliação dos participantes. O evento contou com 8 palestras de professores do curso e convidados. Outro ponto de pauta foi o resultado obtido com o ENADE 2019, o qual lançou nota 4 (3,85) ao desempenho do curso em classificação nacional, estadual e municipal. Foi pautado ainda a criação de um fórum participativo com os representantes discentes, conforme calendário com reuniões mensais com os alunos de cada ano, considerando a fragilidade da comunicação em tempos de atividade remota. E para tal foi criado um e-mail oficial institucional coordarquiteturافت@ufam.edu.br, o qual será o canal oficial de comunicação do curso de Arquitetura e Urbanismo da FT; em seguida foram pontuadas as ações referentes

ao ano letivo de 2020/1, assim como retomada de atividades possivelmente presenciais:

[...] **PONTO 1:** a) O coordenador do curso Marcos Paulo Cereto fez um relato sobre a Minuta encaminhada pela Reitoria para a comunidade universitária sobre a retomada das atividades acadêmicas na Universidade. A proposta define em 75 dias letivos para cada semestre acadêmico e a possibilidade de realização de 3 períodos em 2021. Informou que todas as Unidades Acadêmicas devem apresentar sugestões e alterações para a Minuta e somente após a aprovação do documento pelo CONSUNI teremos condições de precisar sobre datas e demais informações para retomada do semestre 2020/1. Ressaltou sobre a possibilidade de possíveis ajustes de matrícula, considerando as disciplinas oferecidas no ERE e a solicitação de migração de grade realizada pelos alunos em 30 de outubro. Dessa forma, encaminhou uma solicitação de abertura de novas turmas na retomada das atividades acadêmicas ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Elétrica e Departamento de Ciências Sociais considerando a demanda apresentada pelos representantes discentes. O/A professor(a) **1**⁸⁸ perguntou sobre o posicionamento do curso frente ao ensino presencial, híbrido ou remoto. O/A professor(a) **2** esclareceu que essa decisão caberá a uma decisão do professor e nos casos de decisão por atividades presenciais, será encaminhada para a Comissão de Biossegurança da Faculdade de Tecnologia. O/A professor(a) **3** mostrou a sua preocupação com as atividades remotas nas disciplinas práticas do curso. O/A discente **A** informou que fez um levantamento com os alunos da sua turma sobre a possibilidade de participação de atividades remotas com ampla disponibilidade. O/A professor(a) **4** ponderou sobre a possibilidade de elencarmos necessidades básicas ao atendimento das especificidades da formação em Arquitetura e Urbanismo em ensino remoto na retomada das atividades acadêmicas. O/A professor(a) reforça a necessidade de uma discussão pedagógica sobre a retomada das atividades das disciplinas projetuais. O coordenador do curso Marcos Paulo Cereto informou sobre a possibilidade de realização de um workshop com esta temática ainda neste calendário. O/A professor(a) **2** sugeriu a criação de um grupo para discussão sobre práticas pedagógicas. O/A discente **A**⁸⁹ perguntou sobre os orientadores não atribuírem nota na banca final em TCC2, conforme informado pelo Regulamento do ERE, enquanto o Regulamento do TCC informa que é possível. O coordenador do curso solicitou que os alunos encaminhem essa solicitação para a coordenação do curso para verificação. Sem nada a acrescentar, eu, Marcos Paulo Cereto, Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia, lavro a ata que segue por mim assinada. (UFAM, 2020v. p.01).

⁸⁸ Optou-se por nomear os/as professores com numerais como forma de preservar a identidade dos docentes.

⁸⁹ Optou-se por nomear os/as discentes com letras em caixa alta e negrito como forma de preservar a identidade dos alunos.

Considerado as deliberações realizadas nas reuniões do colegiado e departamento do curso de arquitetura e urbanismo da FT, termino este capítulo apresentando os delineamentos das ações políticas no âmbito acadêmico apresentadas e tomadas junto ao curso objeto de estudo desta dissertação conforme o andamento preliminar do período pandêmico. Tomo como parte de análise, considerar que neste momento, verifico que as ações tomadas foram feitas de modo pouco dialogadas entre o corpo discente, haja visto que este é o cliente e principal personagem das decisões que impactaram na formação profissional. Ressalto as dubiedades evidentes nos documentos analisados que norteiam uma clara e objetiva tomada de ação impulsiva para o momento atípico e que podem ter sido alvo de efeitos indiscriminados na formação dos futuros profissionais. Ressalto que o capítulo trouxe a luz apenas as primeiras ações tomadas junto ao curso em questão, considerando apenas ano de 2020. As ações de 2021 ficaram a cargo de explanação e melhor detalhamento no próximo capítulo, o qual tomara reavivar as informações já apreciadas e continuará esse arrolamento de ações políticas frente ao curso de arquitetura e urbanismo dentro da faculdade de tecnologia na IES UFAM.

Este último capítulo ainda ficará em seu cargo a tarefa de realizar as análises sobre as ações políticas tomadas e do inventário documental confeccionado, promovendo uma discussão clara e objetiva das tomadas políticas vivenciadas no curso por docentes e principalmente discentes em um período atípico e que o ensino foi o principal afetado e colocando a margens de ideários antigos como o ensino a distância (EAD), ensino híbrido e o novo Ensino Emergencial Remoto (ERE).

Como forma de contribuir para esta pesquisa, anexo a esta também o documento intitulado *Experiência com EAD para disciplina prática de Arquitetura*⁹⁰. O qual foi elaborado pelo Coordenador de Curso do ano de 2020, quando a época era somente professor do curso. O relato de experiência, retrata o processo desenvolvido pelo mesmo junto os discentes durante a disciplina de Projeto Arquitetônico VIII. Esse relato de experiência, conforme o professor Cereto, ocorreu em momento único logo no início da suspensão das atividades presenciais (15 dias), considerando a Portaria n. 626 de 13 de março de 2020, emitida pelo Reitor da Universidade. Ainda segundo

⁹⁰ Este documento por se tratar de informações de suma relevância para a pesquisa, encontra-se em anexo e inventário documental.

ele, optou-se por essa experiência, considerando também o calendário das avaliações presente no plano de ensino. Desta forma ficou o professor passou o seguinte informe:

[...] informei aos alunos que não teríamos as aulas nos dias 16 e 19 de março. Ainda assim, diante do prazo previsto sem aulas, solicitei que continuassem as atividades projetuais em casa para que realizássemos um encontro virtual no dia 23 de março - no horário da aula, e testássemos a orientação virtual. (CERETO, 2020. p.01)

No relato, Cereto ainda, que fala que foram utilizadas ferramentas digitais gratuitas que poderiam ser usadas para ministração de aulas digitais e ainda reforçou que o objetivo da experiência não é afirmar uma possibilidade ou a inexistência desta frente a educação a distância em projetos de arquitetura, mas apresentar dados importantes para estudos futuros que norteiam a construção desta modalidade em arquitetura na Ufam. O professor ainda salienta que devemos olhar com outros olhos a questão do EAD em arquitetura, além de evitarmos efetivar um modelo único para todas as escolas do Brasil, principalmente se considerarmos o contexto atual da pandemia. Segundo professor Cereto, devemos considerar mecanismos que possibilitem uma educação em arquitetura e urbanismo de qualidade e não optar por um ensino a distância que diminua a qualidade do ensino, Cereto (2020. p.10-12).

CAPÍTULO III

3. FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS EM CENÁRIO ATÍPICO

3.1. Formação em cenário atípico na UFAM;

Tomando continuidade ao percurso realizado pelas tomadas políticas frente ao curso de arquitetura e urbanismo, que naquele momento ainda acompanhava inevitavelmente o período pandêmico, e que este em suma teoria hoje (2023) não é mais uma “*Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)*”⁹¹, conforme declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), no último dia 05 de maio de 2023. Contudo, ainda conforme notícia, isso não quer dizer que a COVID-19, acabou e tão pouco, que deixou de ser uma pandemia, pois o termo refere-se à propagação a nível internacional, ainda em evidência. A notícia relata que,

“está na hora de os países fazerem a transição do modo de emergência para o de manejo da COVID-19 juntamente com outras doenças infecciosas” (GENEBRA, 2023)

Desta forma, apesar de hoje (2023), a doença da Covid-19 ter diminuído sua intensidade no agravamento de quadros clínicos que podem levar a óbito (o que na ocasião deve-se as políticas de vacinação em massa por todo o mundo), ainda é necessário entender as suas consequências deixadas no anos de 2020 e 2021, principalmente em específico no lócus desta pesquisa, o qual tem como pano de fundo, o curso de arquitetura e urbanismo da Ufam.

Ainda em novembro de 2020, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), aprovou a Resolução Consepe XX/2020, a qual tinha como objetivo aprovar as diretrizes para a retomada das atividades acadêmicas do ensino de graduação da UFAM e o Calendário Acadêmico para o ano letivo de 2021, anexada a está, estava o Ofício 21/2020 elaborado pela Comissão de Assessoramento para Planejamento do Retorno às Atividades Acadêmicas da UFAM (CAPRA/UFAM) por meio do Plano de Retorno das

⁹¹ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente#:~:text=%C3%A0%20COVID%2D19-,OMS%20declara%20fim%20da%20Emerg%C3%Aancia%20de%20Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica,Internacional%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19&text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19..> Acesso em: 08 maio 2023.

Atividades Presenciais da Faculdade de Tecnologia – CAPRA/FT, e que foi enviado aos Diretores, Coordenadores Acadêmicos, Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso e Membros dos colegiados de curso de graduação da UFAM. Considerando o documento, foi solicitado aos interessados que manifestassem críticas, contribuições e sugestões até o dia 23 do mesmo mês. Nesse contexto o Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas (CONDEP/FT), aos 23 dias do mesmo mês e ano, enviou documento com sugestões de adequação a Resolução XX/2020, ponderando a forma de desenvolvimento das atividades acadêmicas em formato híbrido, conforme as necessidades perante a pandemia do SARS-COV-19 (COVID-19)⁹².

Aos 8 dias de fevereiro de 2021 às 13h30 (horário de Manaus), o Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo se reuniu em Reunião Ordinária convocada pela Coordenação do Curso em ambiente virtual, por meio de vídeo conferência, para tratar de pontos de pautas referente ao curso. Entre os pontos de pauta estava a formatura dos discentes, a qual estava prevista a acontecer aos 17 dias de março de 2021 às 9h00 em forma remota. Na ocasião os formandos encolheram homenagear o Prof. Emérito Severiano Mário Porto. Ainda na mesma ocasião, o Prof. Cereto (Coordenador de Curso), apresentou o cronograma realizado nas reuniões feitas com os discentes de todos os semestres do curso no período de outubro de 2020 a fevereiro de 2021 e os desdobramentos junto a PROEG para migração dos alunos da matriz de 2010 para a matriz de 2020, o qual propiciara a confecção do novo Plano Pedagógico de Curso (PPC). Ainda na mesma reunião foi colocado em pauta o calendário das reuniões do colegiado para o ano de 2021, o qual foi aprovado em unanimidade.

Aos 10 dias de fevereiro de 2021 às 13h30 (horário de Manaus) o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Arquitetura e Urbanismo, se reuniu por convocação da Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, junto ao corpo docente, para tratativas frente ao PPC e Ajuste no código da disciplina de Materiais de Construção na Arquitetura. Na ocasião o presidente do NDE, professo Marcos Cereto, informou que a nova composição do NDE já estava regulamentada pela Portaria n.4 de 9 de fevereiro de 2021, e em seguida apresentou um breve relato como

⁹² Os documentos mencionados neste parágrafo, constam em anexo e inventario documental

introdução sobre o processo de elaboração do PPC 2020, realizado pelo NDE entre os anos de 2018 e 2019 e regulamentado pela resolução n.9 de 5 de março de 2020. O Professor ainda, ressaltou o processo de articulação para sensibilização dos discentes, iniciado ainda no ano de 2020, pelo professor e ex-coordenador de curso Gonzalo Melgar, por meio de reuniões setoriais com os alunos e representantes de todas as turmas de todos os semestres do curso. Na ocasião as ações foram mais intensificadas a partir de outubro do mesmo ano, e assim foi reapresentado o PPC 2020 aos discentes e aberto ao diálogo para recebimento de sugestões e dúvidas dos discentes referentes ao processo de migração de grade. O presidente Cereto ainda informou na reunião que considerando o processo de deliberação do PPC junto aos discente, ficou acertado a data de 31 de outubro do mesmo ano, como sendo a data limite para que os alunos solicitassem a migração voluntária da grade curricular por meio de Termo específico assinado e enviado ao e-mail da coordenação de curso⁹³.

[...] Aos 06 de novembro foi aberto o processo 23105.039006/2020-56 com a relação de 142 alunos que solicitaram a mudança. Nessas reuniões foram observados alguns ajustes necessários para a implantação do plano. Cereto informou também sobre o processo 23105.037653/2020-23 solicitado pelo Departamento de Engenharia Civil solicitando a impugnação do PPC 2020 por apresentar irregularidades, uma vez que as mudanças propostas pelo PPC 2020 para as disciplinas do DEC⁹⁴ não foram aprovadas pelo NDE do curso de Engenharia Civil. Informou das tratativas realizadas com o DEC para a solução dessas pendências e que foi acordado que eles encaminharão as mudanças necessárias nas ementas, conteúdo programático e referências das disciplinas de Topografia e Hidráulica para a devida regularização. O presidente encaminhou para a discussão o novo quadro de equivalências e pré-requisitos para a apreciação no NDE. Após a discussão entre os integrantes foi colocado em votação os pontos de pauta **PONTO 1:** Aprovação do ajuste das equivalências do PPC 2020. Aprovado por unanimidade. **PONTO 2:** Aprovação do ajuste dos pré-requisitos do PPC 2020. Aprovado por unanimidade. **PONTO 3:** Ajuste no código da disciplina de Materiais de Construção na Arquitetura. Aprovado por unanimidade. Sem mais a resolver, a reunião foi encerrada às 15h17. (UFAM, 2021a. p.01)

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2021, o Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, reuniu-se com o corpo docente de curso, Representantes dos Departamentos de Elétrica, Engenharia Civil, Expressões Gráficas, Geografia e Física, além do representante discente do curso de arquitetura e urbanismo, para

⁹³ Os documentos mencionados neste parágrafo, constam em anexo e inventario documental

⁹⁴ Departamento de Engenharia Civil.

delineamento das ações referente ao semestre 2020/1. Na ocasião o Coordenador (Marcos Cereto), apresentou as atividades realizadas na Semana Acadêmica no curso (Reunião com apresentação dos planos de ensino da disciplinas práticas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (22.03), Reunião com a Comissão de Estágios (23.03), Reunião com a Comissão de TCC (24.03) e Reunião do NDE (25.03), em seguida colou em pauta o objetivo da reunião, o qual foi colocado em votação e discussão e aprovado em unanimidade:

[...] **PAUTA ÚNICA: Aprovação dos planos de ensino 2020/1.**

Foram apresentados para aprovação os seguintes planos de ensino: FTA033 - Bioarquitetura (**Professor(a) 1⁹⁵**); FTA062 - Conforto Lumínico e Acústico (**Professor(a) 2**); FTA010 - Expressão III - Perspectiva e Sombra (**Professor(a) 3**); FTD078 - Geometria Descritiva (**Professor(a) 4**); FTH015 - Hidráulica (**Professor(a) 5**); FTA049 - História da Arquitetura I (**Professor(a) 6**); FTA013- Informática na Arquitetura (**Professor(a) 7**); FTC001- Materiais de Construção na Arquitetura (**Professor(a) 8**); FTA048 - Morfologia na Arquitetura I (**Professor(a) 9**); FTA019 - Paisagismo II (**Professor(a) 10**); FTA024 - Planejamento Urbano I (**Professor(a) 11**); FTA035 - Planejamento Urbano IV (**Professor(a) 12**); FTA009 - Projeto Arquitetônico II (**Professor(a) 13**); FTA018 - Projeto Arquitetônico IV (**Professor(a) 14**); FTA025 - Projeto Arquitetônico VI (**Professor(a) 15**); FTA042 - Projeto Arquitetônico VIII (**Professor(a) 16**); FTC020 - Sistemas Estruturais I (**Professor(a) 17**); FTC004 - Sistemas Estruturais III (**Professor(a) 18**); FTC003 - Técnicas da Construção Civil (**Professor(a) 19**); FTA028 - Técnicas Retrospectivas (**Professor(a) 20**). [...] (UFAM, 2021b. p.01)

Na ocasião houve manifestação de um dos docentes, a respeito da necessidade das aulas presenciais para as atividades práticas da disciplina FTH040 - Sistemas Prediais de Águas, solicitando a está, aprovação do plano nessa modalidade de ensino. O Professor Cereto salientou a Resolução 001/2021 – CONSEPE, assim como a consulta feita à Direção da Faculdade de Tecnologia, a qual descartou a possibilidade de aprovação de atividades presenciais neste momento, considerando a grande disseminação do SARS-COV-19 (COVID-19).

[...] O professor Cereto informou que os planos de ensino de Estágio Supervisionado I e II e Trabalho de Conclusão de Curso I e II serão analisados e colocados em pauta para análise e aprovação na reunião ordinária do Colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo agendada para 05 de abril de 2021, em razão dos ajustes propostos para os "Guias para atividades remotas" elaborados pela Comissão de Estágios e Comissão de TCC. Informou também aos docentes com disciplinas que ainda não tiveram os planos de ensino aprovados

⁹⁵ Optou-se por nomear os/as discentes com letras em caixa alta e negrito como forma de preservar a identidade dos alunos

que podem enviar os ajustes pelo e-campus para a análise. [...] (UFAM, 2021c. p.01)

Neste momento da pesquisa, notamos o trabalho da coordenação de curso, junto ao DAU, NDE e Direção da FT, para com meios mais adequados a atender as necessidades do ensino e aprendizagem, por meio de aulas híbridas ou remotas, de modo a evitar o máximo ações que possam prejudicar o desenvolvimento do curso frente ao segundo ano de pandemia. Nesse processo, percebemos os últimos detalhes de preparo e implantação dos novos planos de aula, transição de matriz curricular e PCC. Mecanismos esses que começaram a ser articulados ainda no primeiro ano da pandemia.

Em 8 de março de 2021⁹⁶, a Coordenação de Curso, convoca através do Ofício Circular Nº 07/2021/2021/CCAURB/UFAM, o Colegiado do Curso para reunião Ordinária a ser realizada às 13h30 (horário de Manaus) do dia 10 de março de 2021, por meio remoto em vídeo conferência para tratar os seguintes pontos de pauta:

Ponto 1: Aprovação dos ajustes do PPC realizado pelo NDE em 08 de fevereiro de 2021;

Ponto 2: Aprovação dos demais integrantes da Comissão de Estágios.

Desta forma aos 10 dias de março de 2021, o Colegiado curso se reuniu sob presença do corpo docente e do prof. Marcos Cereto (Coordenador), e representante discente. O professor Cereto apresentou os dois pontos de pauta, além dos informes importantes a serem discutidos.

Ponto 1: Aprovação dos ajustes do PPC realizado pelo NDE em 08 de fevereiro de 2021;

Ponto 2: Aprovação dos demais integrantes da Comissão de Estágios;

Na ocasião os ajustes do PPC foram colocados em votação e aprovados com uma abstenção de um dos docentes, pois segundo o mesmo não obteve acesso ao documento com as alterações, sendo assim não se sentindo confortável e votar.

No segundo ponto de pauta, o Professor Cereto salientou a urgência para com a composição da Comissão de Estágios juntamente com os demais membros, uma vez que há necessidade na busca de encontrar soluções para a realização alternativa da disciplina de Estágio Supervisionado II em modalidade remota, sendo assim,

⁹⁶ Os documentos mencionados nesta página, constam em anexo e inventário documental

[...] A/O professor (a) **1** apresentou uma proposta para complementação da composição da comissão com os/as professores (as) **2** e **3**, considerando uma distribuição justa entre os docentes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo em todas as comissões do curso, sem sobrecarregar outros docentes como ocorrera em anos anteriores. A/O professor (a) **3** solicitou que na renovação das portarias das demais comissões do curso, seja possível realizar mudanças, considerando a disponibilidade dos docentes. A/O professor (a) **4**⁹⁷ sugeriu uma consulta aos professores da Engenharia Civil para auxiliar na composição dessa Comissão. O Professor Capelato solicitou que a Presidência da comissão fosse disponibilizada para outro docente, considerando a sua atuação na Comissão de TFG. Foi definida a presidência da Comissão pela/o professor (a) **5**. A/O professor (a) **5** justificou a abstenção por não concordar com os critérios utilizados para a indicação dos nomes dos professores que iriam compor a comissão de estágio, os quais, na sua opinião, foram indicados sem que pudessem escolher participar ou não da comissão em questão. Colocado em votação foi aprovado com uma abstenção (professor (a) **5**). Sem nada a acrescentar, eu, Marcos Paulo Cereto, Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia, lavro a ata que segue por mim assinada. [...] (UFAM, 2021d. p.01)⁹⁸

Considerando o documento em questão, notamos, que além das tomadas de ações referente ao curso de arquitetura e urbanismo para com o novo PPC e a Comissão de Estágios, percebemos os entraves que ocorrente dentro do próprio colegiado, possivelmente por falta de comunicação efetiva entre os membros. Isso fica claro se considerarmos as últimas nove linhas da ata, onde notamos a votação do ponto de pauta mal projetado e discutido entre os membros.

Aos 24 dias de março de 2021, a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, convocou os membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Arquitetura e Urbanismo, através do Ofício Circular Nº 009/2021/2021/CCAURB/UFAM, para reunião a ser realizada aos 25 dias de março de 2021 às 9h00, por meio remoto em vídeo conferência, considerando os seguintes pontos de pauta:

Ponto 1. Avaliação da proposta da Comissão de Estágio para o ensino remoto;

Ponto 2. Avaliação da proposta da Comissão de TCC para o ensino remoto;

Ponto 3. O que houver. (UFAM, 2021e. p.01)⁹⁹

Conforme Ofício Circular Nº 009/2021/2021/CCAURB/UFAM de convocação, às 9h00(horário de Manaus) do dia 25 de março de 2021, realizou-se com os membros

⁹⁷ Optou-se por nomear os/as professores com números em negrito como forma de preservar a identidade dos docentes.

⁹⁸ Os documentos mencionados nesta página, constam em anexo e inventario documental

⁹⁹ Os documentos mencionados nesta página, constam em anexo e inventario documental

que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Reunião Ordinária para tratar os pontos de pauta:

Ponto 1: Avaliação da proposta da Comissão de Estágio para o ensino remoto (Processo 23105.009294/2021-03).

Ponto 2: Avaliação da proposta da Comissão de TCC para o ensino remoto (Processo 23105.009328/2021-51). O qual foi retirado da pauta para a revisão do calendário apresentado e a inclusão do Guia para o Trabalho de Conclusão.

Ainda na mesma reunião, o presidente Marcos Paulo Cereto deu as boas-vindas aos participantes e informou sobre o processo 23105.037653/2020-23, o qual foi solicitado pelo Departamento de Engenharia Civil (DEC), solicitando a impugnação do PPC 2020 por apresentar irregularidades, uma vez que as mudanças propostas pelo PPC 2020 para as disciplinas do DEC não foram aprovadas pelo NDE do curso de Engenharia Civil. Desta forma o DEC não recomenda as disciplinas de Topografia, Hidráulica e Sistemas Prediais de Águas. Desta forma foi encaminhado o processo para análise e parecer aos integrantes do NDE para que esses pudessem regularizar as pendências com urgência, considerando a oferta para 2020/2. O Professor Gonzalo (ex-coordenador) solicitou que não participasse do relato uma vez que ele esteve à frente do processo de aprovação do PPC. O professor Cereto, na mesma ocasião ainda salientou que o processo 23105.039006/2020-56 com a relação de 142 alunos que solicitaram a mudança já se encontrava na fase da Minuta da Resolução que alterava os pré-requisitos e as equivalências das disciplinas aos alunos que solicitaram a migração. Após a discussão entre os integrantes foi colocado em votação os pontos de pauta, sendo aprovados por unanimidade, Ufam, (2021f. p.01).

Considerando as pautas elaboradas e discutidas em Reunião Ordinária realizada aos 26 dias de março de 2021 pelo Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo e o Núcleo Docente Estruturante do Curso, o Professor Marcos Paulo Cereto, enviou aos 31 dias do mês de março de 2021, o Ofício Circular Nº 13/2021/2021/CCAURB/UFAM ao Departamento de Engenharia Civil (DEC), apresentando a Ata da Reunião em questão. Neste documento o professor Cereto apresentar a não aprovação do plano de ensino da disciplina **FTH040 – Sistemas Prediais de Águas**, realizado por um dos docentes do Colegiado de Arquitetura e Urbanismo, ressaltando ainda o plano enviado pelo docente via e-campus apresentava na integridade as atividades da disciplina na modalidade presencial. A

qual não foi aprovada pelo Diretor da Faculdade de Tecnologia (FT/UFAM) Prof. João Caldas Lago Neto, considerando os planos para o período 2020/1 e o quadro pandêmico do momento. Junto ao documento, o professor Cereto, anexou o e-mail recebido pela Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo em 31 de março de 2021, pelo Presidente do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, solicitando a realização da disciplina **FTH040 – Sistemas Prediais de Águas** em formato remoto, em razão dos possíveis risco a saúde dos discentes do curso. O professor Cereto, solicitou apoio do DEC para uma solução imediata perante a circunstância, de modo a possibilitar que as atividades acadêmicas ocorressem de forma segura e tranquila aos docentes e discentes e as aulas da disciplina, permeando que a mesma pudesse ocorrer já na semana seguinte.

Em resposta ao Ofício 013/2021/2021/CCAURB/UFAM, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), já aos 5 dias de abril de 2021, enviou o Ofício S/N /2021/DEC/FT/UFAM, à Chefia do Departamento de Engenharia Civil, explanando as tratativas e delineamentos feitos junto da DEC ainda em 2020, com planejamento para ministração da disciplina **FTH040 – Sistemas Prediais de Águas** no modo presencial, considerando o teor das resoluções CONSEPE e CONSUNI que admitiam tal modalidade para o período letivo 2020-1 (**março à julho de 2021**). Com esse embasamento a coordenação do CCAURB, proveu a criação de uma segunda turma (matutina) da mencionada disciplina, visando a reorganização do total de discentes já matriculados na primeira turma (vespertina), em dois grupos contendo no máximo 15 (quinze) alunos, de modo a viabilizar o uso de ateliê por cada turma, com distanciamento adequado entre os alunos, considerando também as notícias veiculadas quanto ao cumprimento de algumas medidas sanitárias (sinalização e totens de álcool em gel) para estruturação das instalações da FT. E como tratativa relativa ao cumprimento das recomendações e diretrizes elaboradas pela DEC, o DAU tomou as seguintes decisões, Ufam, (2021g. p.1-2):

[...] Por oportuno, informamos ainda que, considerando o teor do ofício No 13/2021- CCAURB (SEI 0497943), de 31.03.2021, o plano de ensino de FTH040-Sistemas prediais de águas (turma 01) foi alterado para a modalidade de ensino remoto e devidamente encaminhado à coordenação do CCAURB, em 04.04.2021, para as providências cabíveis. Nesta oportunidade, solicitamos a extinção da turma 02 (matutina), onde consta apenas uma aluna matriculada, a qual poderá ser inserida na turma 01 (vespertina). [...] (UFAM, 2021g. p.1-2).

Ao 1 dia de abril de 2021, a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, convocou os membros do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, através do Ofício Circular Nº 015/2021/2021/CCAURB/UFAM, para reunião a ser realizada aos 05 dias de abril de 2021 às 13h30 (horário de Manaus), por meio remoto em vídeo conferência, considerando os seguintes pontos de pauta:

Ponto 1: Planos de ensino 2020 - ERE;

Ponto 2: Planos de ensino 2020/1;

Ponto 3: Guia para disciplinas de Estágio Supervisionado 1 e 2 - Modalidade remota - Semestre 2020/1 - Processo 23105.009294/2021-03;

Ponto 4: Guia para disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso 1 e 2 – Modalidade remota - Semestre 2020/1 - Processo 23105.009328/2021-51; Ufam, (2021h. p.1-2).

Atendendo ao Ofício Circular Nº 015/2021/2021/CCAURB/UFAM, O Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo e os Representantes dos Departamentos de Física, Engenharia Civil e o Presidente do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, reuniram-se aos 5 dias do mês abril de 2021, às 13h30 (horário de Manaus) em Reunião Ordinária, por meio remoto em vídeo conferência, considerando os seguintes pontos de pauta destacados no ofício em questão. Neste ensejo foi posto em votação o primeiro ponto de pauta (**Planos de Ensino 2020 – ERE**), o qual foi aprovado com 7 votos e duas abstenções. Foram aprovados os planos das disciplinas: IHG040 Geografia Urbana (**Professor(a) 01**); FTA030 Legislação e Ética (**Professor(a) 02**) – Turma 1; FTA030 Legislação e Ética (**Professor(a) 03**) - Turma 2; FTA011 Teoria, História da Arquitetura II (**Professor(a) 04**); FTA051 TCC1 (**Professor(a) 05**) - Turma 1; FTA051 TCC1 (**Professor(a) 06¹⁰⁰**) - Turma 2; FTA051 TCC1 (**Professor(a) 07**) - Turma 3; FTA051 TCC1 (**Professor(a) 08**) – Turma 4; FTA051 TCC1 (**Professor(a) 09**) - Turma 5; FTA051 TCC1 (**Professor(a) 10**) - Turma 7; FTA061 TCC1 (**Professor(a) 11**) - Turma 1; FTA061 TCC1 (**Professor(a) 12**) - Turma 2; FTA061 TCC1 (**Professor(a) 15**) - Turma 5 e FTA061 TCC1 (**Professor(a) 16**) - Turma 7. Em seguida foi posto o segundo ponto de pauta (**Planos de ensino 2020/1**), sendo este também aprovado por unanimidade. Foram aprovados os planos das disciplinas: FTH037 Ciências do Ambiente (**Professor(a) 01**); FTA050 Estágio

¹⁰⁰ Optou-se por nomear os/as professores com números em negrito como forma de preservar a identidade dos docentes.

Supervisionado I (**Professor(a) 02**) - Turma 3; FTA050 Estágio Supervisionado I (**Professor(a) 03**) - Turma 8; FTA060 Estágio Supervisionado II (**Professor(a) 04**) - Turma 3; FTA060 Estágio Supervisionado II (**Professor(a) 05**) - Turma 7, FTA060 Estágio Supervisionado II (**Professor(a) 06**) - Turma 8; IHI245 Estética e Teoria da Arte (**Professor(a) 07**); IEF005 Física (**Professor(a) 08**); FTH040 Sistemas Prediais de Águas (**Professor(a) 09**); FTA011 Teoria e História da Arquitetura II (**Professor(a) 10**); FTA051 TCC1 (**Professor(a) 11**); FTA051 TCC1 (**Professor(a) 12**) - Turma 7; FTA051 TCC1 (**Professor(a) 13**) - Turma 8; FTA061 TCC1 (**Professor(a) 14**) - Turma 3 e FTA061 TCC1 (**Professor(a) 15**) - Turma 7. E logo em seguida posto o terceiro e ponto de pauta (**Guia para disciplinas de Estágio Supervisionado 1 e 2 - Modalidade remota - Semestre 2020/1 – Processo 23105.009294/2021-03**) o qual também foi aprovado em unanimidade. Além de apresentar o último e quarto ponto de pauta (**Guia para disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso 1 e 2 - Modalidade remota - Semestre 2020/1 - Processo 23105.009328/2021-51**). Sendo também aprovado por unanimidade¹⁰¹. Ufam, (2021i. p. 3)

Aos 28 dias do mês de julho de 2021 às 13h30 (horário de Manaus), reuniu-se o Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia (CONDEP), juntamente com diversos outros conselheiros de outros departamentos ligado a FT, entre os conselheiros, estava presente a profa. Caren Michels (Chefia DAU), para discursão em Reunião Ordinária de pontos de pauta referente a direção da FT e outros departamentos. Na ocasião, a reunião ocorreu por meio remoto em vídeo conferência. Entre os pontos de pauta, foi colocado em votação o **PONTO 02**: Processo SEI nº 23105.029802/2021-61. Apreciação do Plano de retorno de atividades presenciais da FT, do semestre letivo de 2021/1 (ano civil 2022), o qual foi aprovado em unanimidade devendo seguir as diretrizes que devem servir de base para o planejamento das atividades presenciais que venham a se desenvolver no âmbito administrativo e de pesquisa no período acadêmico de 2021/1 (ano civil 2022). Essas diretrizes são apresentadas no Plano de Retorno das Atividades Presenciais da Faculdade de Tecnologia (documento 0665895). Ufam, (2021j. p. 2-3)

Aos 30 dias do mês de julho de 2021, o Comitê Interno de Enfrentamento do Surto Epidemiológico de Coronavírus, lançou a Nota Técnica N°

¹⁰¹ Os documentos mencionados nesta página, constam em anexo e inventario documental

001.2021/2021/COVID19/UFAM, a qual tratava das Orientações ao Planejamento e Execução das Fases de Flexibilização para as Atividades Presenciais. A nota lançada tinha o objetivo orientar quanto ao cumprimento das medidas de intervenção para o planejamento e execução das fases de flexibilização das atividades presenciais acadêmicas e administrativas, conforme os critérios de risco do cenário epidemiológico constante no Plano de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas. Conforme o referido documento, o Comitê de Enfrentamento à COVID-19, apresenta a proposta de orientação da flexibilização das atividades presenciais, de maneira escalonada e híbrida, conforme os critérios de classificação do cenário epidemiológico/sanitário constante no Plano de Biossegurança da UFAM. Neste momento a instituição por meio de ações institucionalizadas, começa a articulação de meios para flexibilização das atividades, porém com certo cuidado, uma vez que o período pandêmico ainda estava em operacionalização. O documento ainda relata que o processo de vacinação individual de cada habitante só teria efetividade de prevenção se considerado ao menos 2 doses do imunizante e em caso social/coletivo, só seria possível se houvesse uma cobertura de ao menos 70% da população com o imunizante. Desta forma o documento salienta que, este cenário ainda demoraria um pouco a se tornar real, sendo assim necessário a continuidade das medidas não farmacológicas como o distanciamento social, uso de máscaras faciais, higienização das mãos e de ambientes para a diminuição de risco de transmissão, Ufam, (2021k. p. 1):

[...] FASES PARA PLANEJAMENTO DAS FASES DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

O planejamento para a flexibilização das atividades presenciais nos campi e unidades da UFAM deve organizar-se em 3 fases (1. Adaptação, 2. Implantação e 3. Avaliação), observando as ações possíveis definidas de acordo com a classificação de risco de disseminação da COVID-19 divulgada periodicamente pelo Grupo de Trabalho Operacional do Plano de Biossegurança da UFAM (GTO). As fases são sequenciais e avançam de acordo com os resultados do monitoramento de casos suspeitos da COVID-19 do local. As alterações i. nas medidas de restrição econômica e social estabelecidas pelo município/estado; ii. na classificação de risco do Plano de Biossegurança; e iii. no rastreamento e detecção de casos na comunidade acadêmica, podem gerar uma interrupção da flexibilização da atividade presencial em qualquer momento, sendo que, neste último caso deve-se reavaliar os procedimentos e medidas sanitárias adotadas nos setores de maior ocorrência de casos suspeitos para evitar a contaminação no ambiente universitário. Enquanto perdurar a situação epidemiológica da pandemia da

COVID-19, os protocolos sanitários deverão ser seguidos rigorosamente. Apesar dos esforços científicos para estabelecer uma projeção de declínio do cenário pandêmico, a maioria das previsões têm sido superadas, alguns estudos relatam que pode haver uma repercussão da pandemia em 1 ano (MALKI et al., 2020; IHME, 2021) ou a mesma pode prolongar-se até 2024 (KISSLER, S. et al., 2020), dependendo das decisões tomadas para condução e/ou atenuação das medidas de controle da propagação do vírus pela sociedade. [...] (UFAM, 2021k. p. 3)¹⁰²

Aos 25 dias do mês de agosto de 2021 às 13h30 (horário de Manaus), reuniu-se o Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia (CONDEP/FT), juntamente com diversos outros conselheiros de outros departamentos ligado a FT, para discursão em Reunião Ordinária de diversos pontos de pauta referente a FT e outros departamentos. Na ocasião, a reunião ocorreu por meio remoto em vídeo conferência. Entre os pontos de pauta, foi colocado em votação o **PONTO 02**: Processo SEI nº 23105.029802/2021-61. Apreciação do Plano de retorno de atividades presenciais da FT, do semestre letivo de 2021/1 (ano civil 2022). Sendo este Aprovado, por unanimidade, as diretrizes que devem servir de base para o planejamento das atividades presenciais que venham a se desenvolver no âmbito administrativo e de pesquisa no período acadêmico de 2021/1 (ano civil 2022).

Em 13 de setembro de 2021, às 13h30 (horário de Manaus), reuniram-se os seguintes membros: Marcos Paulo Cereto (Coordenador de curso) e os Representantes dos Departamentos de Engenharia Civil, e o Representante Discente, além do corpo docente do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. A Reunião Ordinária, ocorreu por meio remoto em vídeo conferência, para apresentação e votação dos 4 pontos de pauta, o quais dois trataremos aqui por se tratar de importância para a pesquisa em questão:

Ponto 1: Aprovação dos planos de Ensino 2020/2;

Ponto 2: Aprovação dos Planos de Ensino remanescentes 2020/1;

[...] **PAUTA 01. Aprovação dos planos de Ensino 2020/2:** Conforto Ambiental III (FTA023) - **Professor(a) 01**, Conforto Térmico (FTA064) - **Professor(a) 02**¹⁰³, Estágio Supervisionado I (FTA050 Turma 1) - **Professor(a) 03**, Estágio Supervisionado I (FTA050 Turma 10) - **Professor(a) 04**, Estágio Supervisionado I (FTA050 Turma 2) - **Professor(a) 05**, Estágio Supervisionado I (FTA050 Turma 3) - **Professor(a) 06**, Estágio Supervisionado I (FTA050 Turma 7) -

¹⁰² O documento mencionado nesta página, consta em anexo e inventario documental

¹⁰³ Optou-se por nomear os/as professores com números em negrito como forma de preservar a identidade dos docentes.

Professor(a) 07, Estágio Supervisionado I (FTA050 Turma 8) - **Professor(a) 08**, Física A (IEF005) - **Professor(a) 09**, Hidráulica (FTH015) - **Professor(a) 10**, História da Arquitetura II (FTA054) - **Professor(a) 11**, História da Arquitetura no Brasil (FTA016) - **Professor(a) 12**, Instalações Elétricas (FTE042) - **Professor(a) 13**, Lab.Prát.Proj.em Arq.1 (FTA063) - **Professor(a) 14**, Morfologia Arquitetônica II (FTA053 Turma 1) - **Professor(a) 15**, Morfologia Arquitetônica II (FTA053 Turma 2) - **Professor(a) 16**, Noções de Resistência dos Materiais (FTC063) - **Professor(a) 17**, Planejamento Urbano III (FTA044) - **Professor(a) 18**, Projeto Arquitetônico I (FTA006) - **Professor(a) 19**, Projeto Arquitetônico III (FTA015) - **Professor(a) 20**, Projeto Arquitetônico V (FTA022) - **Professor(a) 21**, Projeto Arquitetônico VII (FTA032 Turma 1) - **Professor(a) 22**, Projeto Arquitetônico VII (FTA032 Turma 2) - **Professor(a) 23**, Sistemas Estruturais II (FTC002) - **Professor(a) 24**, Sistemas Prediais de Águas (FTH040) - **Professor(a) 25** Sociologia Urbana (IHS371 Turma 1) - **Professor(a) 25**, Sociologia Urbana (IHS371 Turma 2) - **Professor(a) 26**, Topografia (FTT011) - **Professor(a) 27**, TCCII (FTA061 Turma 1) - **Professor(a) 28**, TCCII (FTA061 Turma 2) - **Professor(a) 29**, TCCII (FTA061 Turma 3) - **Professor(a) 30**, TCCII (FTA061 Turma 5) - **Professor(a) 31**, TCCII (FTA061 Turma 7) - **Professor(a) 32**, TCCII (FTA061 Turma 8) - **Professor(a) 33**, Técnicas Retrospectivas (FTA028) - **Professor(a) 33. Aprovado com uma abstenção** (Prof. Augusto Cesar Barreto). **PAUTA 02. Aprovação dos Planos de Ensino remanescentes 2020/1**: Estágio Supervisionado I (FTA050 Turma 2) - **Professor(a) 01**, Estágio Supervisionado II (FTA060 Turma 1) - **Professor(a) 02**, Estágio Supervisionado II (FTA060 Turma 10) - **Professor(a) 03**, Estágio Supervisionado II (FTA060 Turma 2) - **Professor(a) 04**, Estágio Supervisionado II (FTA050 Turma 4) - **Professor(a) 05**, Estágio Supervisionado II (FTA050 Turma 5) Profa. Taís Furtado, TCCI (FTA051 Turma 2) - **Professor(a) 06** TCCI (FTA051 Turma 4) - **Professor(a) 07** TCCI (FTA051 Turma 5) - **Professor(a) 08**, TCCII (FTA061 Turma 1) - **Professor(a) 09**, TCCII (FTA061 Turma 2) - **Professor(a) 10**, TCCII (FTA061 Turma 5) - **Professor(a) 11**, Física A (IEF005) - **Professor(a) 12**, Meio de Expressão Gráfica I (IHI297) - **Professor(a) 13**, Metodologia do Trabalho Científico (FET024) - **Professor(a) 14**, Planejamento Urbano II (FTA034) - **Professor(a) 15**, Projeto Arquitetônico VIII (FTA042) - **Professor(a) 16**, Sistemas Prediais de Águas (FTH040) - **Professor(a) 17**, Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II (FTA011) - **Professor(a) 18** e Tópicos Especiais em Urbanismo (FTA084) - **Professor(a) 19. Aprovado por unanimidade.** (UFAM, 2021l. p. 1-2)

Aos 27 dias de outubro de 2021 às 13h30 (horário de Manaus), realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia (CONDEP/FT) em formato remoto por vídeo conferência, onde entre todos os informes e pontos de pauta, foi avisado a respeito da reunião extraordinária a ser realizada aos 8 dias do mês de novembro do mesmo ano, às 14h00 (horário de Manaus), para tratar das propostas de alteração no Plano de Biossegurança da UFAM e as condicionantes para o retorno presencial das atividades administrativas e acadêmicas na FT. Ufam, (2021m. p. 1-2)

Aos 25 dias de abril de 2022 às 14h00 (horário de Manaus), realizou-se a Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/FT) em formato remoto por vídeo conferência, onde entre todos os informes e pontos de pauta, foi apresentada a **PAUTA 1**: Modalidade de ensino para semestre 2021/02 (ano civil 2022), segundo a Resolução nº 012, de 11 de abril de 2022/UFAM, Ufam, (2022a. p. 1):

[...] Segundo a referida Resolução as atividades do ensino de Graduação da UFAM no período letivo de 2021/2, ano letivo de 2022, ocorrerão de modo Presencial, Híbrido e Remoto. Professores com Autodeclaração poderão continuar ofertando suas disciplinas de maneira remota, os demais professores devem se organizar segundo a resolução. O Professor Marcos Paulo Cereto alertou sobre o problema das aulas remotas assíncronas, principalmente com professores substitutos, citando exemplo de professores de outro departamento, e solicitou que os professores do DAU descrevam detalhadamente o conteúdo das aulas assíncronas no Plano de Ensino das respectivas disciplinas. Como ENCAMINHAMENTO a esta pauta os professores devem informar à Coordenação do curso, até a data da Reunião Ordinária marcada para o dia 28/04/2022, qual a modalidade irá adotar para suas disciplinas. [...] (UFAM, 2022b. p. 1)

Aos 17 dia de maio de 2022, o Gabinete do Reitor, encaminhou o Ofício Circular Nº 013/2022/GR/UFAM, aos Pró-Reitores/Pró-Reitoras; Diretores/Diretoras das Unidades Acadêmicas; Diretores/Diretoras dos Órgãos Suplementares; Assessores/Assessoras, Presidentes e Coordenadores/Coordenadoras das Comissões, Ouvidoria, Auditoria, Secretaria Geral dos Conselhos Superiores, Procuradoria Jurídica, Representação da FUA em Brasília/DF, Cerimonial, Direx e Chefia de Gabinete, referente ao assunto: **Recomendações de flexibilização de atividades presenciais descritas no Plano de Biossegurança da UFAM.**

Por meio deste documento foi apresentado as ações a serem tomadas com base as recomendações do Comitê de Enfrentamento da Covid-19 da UFAM, por meio das regras estabelecidas no Plano de Biossegurança da UFAM, assim como as desenvolvuras do momento epidemiológico atual. Considerando ainda, os meios estratégicos para o retorno presencial das atividades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Amazonas, nos seus 06 *campi*, onde após discussão em reunião foram propostas a adoção das seguintes medidas:

[...] **1** - No tocante ao uso de máscaras faciais:
a) Ambientes abertos → liberação do uso da máscara facial, facultado o seu uso àqueles que, a título de proteção individual e por opção própria, optarem pela continuidade do seu uso;

b) Ambientes fechados → a obrigatoriedade do uso em salas de aulas, de reuniões, auditórios, laboratórios, sala de professores, bibliotecas, museus e similares e outros ambientes administrativos ou acadêmicos, em razão do potencial do microambiente como facilitador da transmissão.

2 - Haja liberação das medidas de distanciamento social contidas no Anexo I do Plano de Biossegurança, condicionando-se a apresentação do comprovante de vacinação aos frequentadores e trabalhadores, contendo o registro de pelo menos duas doses da vacina anti-COVID e as recomendações emanadas no item b, do presente documento;

3 - Seja incentivado em caráter geral, em razão das conhecidas comprovações de eficácia, a vacinação completa contra a COVID-19;

4 - Sejam avaliados os critérios legais e, se assim couber, manter a exigência da vacinação completa contra a COVID-19 para toda a população atuante e visitante da Universidade Federal do Amazonas;

5 - Sejam mantidos todos os ambientes em condições higiênicas e sanitárias, incluindo-se a aeração, conforme preconiza o Plano de Biossegurança;

6 - Seja mantido o monitoramento de casos suspeitos da COVID-19, conforme recomendado no Plano de Biossegurança e na Nota Técnica nº 001/2022, emanada por este Comitê;

7 - Haja a continuidade da publicação do Boletim Periódico de avaliação do risco, sob a responsabilidade dos profissionais integrantes do Grupo Técnico Operacional deste do Plano de Biossegurança, vinculado ao Comitê;

8 - Sejam atendidos os regramento da gestão estadual e municipal, no que tange ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas fora da UFAM, onde exige-se a obrigatoriedade do uso da máscara, para grupos: Idosos com 70 anos ou mais; Pessoas com sintomas gripais e imunossuprimidos; Profissionais da saúde em exercício de suas funções; Usuários do sistema de saúde, público e privado; Usuários e profissionais de transporte coletivo e compartilhado (Decreto n 45.329, de 23 de março de 2022 – Governo do Estado do Amazonas e Decreto n 5.282 de 29.03.2022 – Município de Manaus). [...] (UFAM, 2022c. p. 1-3)

Aos 13 dias de junho de 2022 às 14h00 (horário de Manaus), o Departamento de Arquitetura e Urbanismo realizou a Reunião Ordinária em formato remoto por vídeo conferência, onde entre todos os informes e pontos de pauta, foi destacado a **PAUTA 2: Cadastro vacinal e-campus e medidas protetivas ao COVID-19 no DAU**):

[...] Motivado por demanda da Coordenação do curso (e-mail 06/06/2022), solicitou-se que os professores verifiquem no e-campus nas suas respectivas turmas, os alunos que ainda não atualizaram seus dados vacinais no sistema, para providências. O coordenador, prof. Marcos Cereto, informou que o CTIC está tomando providências quanto aos problemas operacionais no site do e-campus. Encaminhamento: solicitou-se que os professores enviassem por e-mail do DAU a relação de alunos com dados vacinais desatualizados até o dia 15/06, conforme e-mail enviado no dia 09/11/2022. [...] (UFAM, 2022d. p. 1)

Às 14h (horário de Manaus) do dia 27 de junho de 2022, ocorreu a Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo e os representantes dos Departamentos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e o Representante Discente. Além dos integrantes deste colegiado estava presente um/uma discente; Entre os pontos de pauta estava a **PAUTA 1**: a qual tratava da aprovação dos Planos de Ensino 2021/2. Além dos pontos de pauta, o Presidente do Colegiado e Coordenador de Curso Prof. Marcos Cereto, aproveitou o ensejo para apresentar os informes a respeito da necessidade de manter e redobrar os cuidados com a pandemia, principalmente no período dos festejos juninos, e elencou também a confirmação de duas discentes positivas para a Covid-19, e as providências tomadas pela coordenação de curso, com base nas diretrizes do Comitê de Biossegurança da Faculdade de Tecnologia:

[...] o Professor Marcos Cereto destacou sobre a necessidade de redobrar os cuidados diante da pandemia frente aos novos casos no período de festas juninas. Informou sobre **duas discentes positivadas** no curso e que já tomou as providências determinadas pelo Comitê de biossegurança da Faculdade de Tecnologia. Além disso, repassou aos representantes de turmas do curso de arquitetura e urbanismo a possibilidade de testagem na universidade (Centro de Atenção Integral à Saúde - CAIS) aos casos sintomáticos. O Professor **1¹⁰⁴** relatou que apresentou sintomas na semana passada e utilizou o serviço de testagem do CAIS no mini-campus da universidade. [...] (UFAM, 2022e. p. 1-2)

Em 07 de julho de 2022, às 14h00 (horário de Manaus), a Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo na ocasião representada pelo Prof. Marcos Cereto, reuniu-se junto ao Presidente da Comissão de Trabalho Final de Graduação (TFG), Representante Discente, além de dois discentes (representante da turma da disciplina FTA081 Trabalho Final de Graduação II), para discutir a Carta Protesto enviada pelos alunos concluintes do semestre 2021/2. Documento este que foi anexado ao processo SEI/UFAM 23105.027187/2022-30 contestando as informações previamente divulgadas extraoficialmente por alguns orientadores a respeito de elementos de entrega e métodos para implantação imediata nas turmas da disciplina FTA081 Trabalho Final de Graduação II, considerando reunião realizada aos 04 dias de julho de 2022 junto a Comissão do Trabalho Final de Graduação:

¹⁰⁴ Optou-se por nomear o professor com número em negrito como forma de preservar a identidade do docente.

[...] O professor Marcos Cereto esclareceu que o Trabalho Final de Graduação está regulamentado e aprovado pelo colegiado do curso juntamente com o Projeto Pedagógico do Curso - versão 2020. Na sequência, apresentou aos alunos os elementos de entrega da disciplina em questão e os critérios de avaliação descritos no PPC2020. Ressaltou que a Comissão tem um caráter consultivo ao curso, no sentido de propor mudanças ao regulamento que deverão seguir o fluxo institucional antes de serem implementadas (NDE - Colegiado do Curso - CEG/PROEG), e que as demandas levantadas e sugeridas pelos professores são válidas considerando o histórico do curso. Desta forma, as novas solicitações da Comissão que não estiverem previstas no atual PPC2020 devem ser entendidas como sugestões da Comissão aos orientadores. Além disso, relatou que levará as demandas solicitadas pelos alunos para um aprimoramento necessário ao trabalho da comissão de forma a encontrar um ponto comum entre as duas solicitações. [...] (UFAM, 2022f. p. 1)

Ainda na mesma reunião os discentes apresentaram suas recomendações frente as etapas de entrega de atividade da disciplina FTA081, considerando suas insatisfações perante o momento pandêmico, de crise econômica e as dificuldades impostas por estas a todos, principalmente aos mais vulneráveis economicamente. Alguns alunos postularam suas dificuldades em conseguir condições financeiras para pagar impressões, plotagens, produções de revistas e painéis de apresentação, além da confecção de maquete física, como produto final de conclusão de curso. Os alunos ainda apresentaram questionamentos ao coordenador e presidente da comissão da disciplina, de o porquê não mesclar a entrega final com elementos físicos (quando realmente necessários) e elementos produzidos e entregues em formato digital, para assim contribuir com os quadros econômicos de cada estudante, além de considerar o momento pandêmico? Em relação a demanda dos alunos,

[...] O professor Capelato ressaltou o trabalho da Comissão e a reunião realizada na segunda-feira com a participação de parte dos orientadores. Na ocasião, informou que foram analisados e discutidos 7 (sete) pontos referentes ao TFG sendo, Assessoria Complementar; Inscrições das bancas finais; Portaria das bancas finais; entrega final do TFGII; Apresentações; Arquivamento e Lançamento de notas. Apresentou a proposta da assessoria complementar, e ressaltou também sobre a decisão da comissão por sugerir a permanência do acervo físico e do encaminhamento para a impressão do trabalho, além dos arquivos digitais para serem depositados no Repositório Institucional. Destacou sobre uma apresentação híbrida com data-show, painéis e maquete com a necessidade de mais pranchas (5 a 8 pranchas) do que as previstas no regulamento (uma) para a correta avaliação dos trabalhos, considerando o nível de abordagem determinada como anteprojetos. [...] (UFAM, 2022g. p. 1)

Ainda na mesma ocasião o representante discente apresentou um documento da turma (1071197) pautado pelos discentes para com a Coordenação de Curso,

solicitando uma avaliação sobre a retomada das atividades remotas na instituição, considerando a alta de casos da covid-19 na cidade de Manaus e nas dependências da Faculdade de Tecnologia. O aluno ainda ressaltou problemas elétricos no bloco da Administração e de Ateliês do curso, a qual impossibilitam orientações com a utilização dos computadores. Com base no posicionamento do discente, o professor Cereto informou que solicitou a todos os representantes de turma do curso, uma posição decisória referente a retomada das atividades remotas até o dia 15/07/2022, e informou também que fez solicitação aos Departamentos que oferecem disciplinas ao curso, para uma reunião de colegiado do curso já na semana seguinte com objetivo de definição a respeito da retomada de atividade remotas, Ufam, (2022h. p. 1).

Em 13 de julho de 2022, o Coordenador o Curso de Arquitetura e Urbanismo (Prof. Marcos Cereto), se reuniu junto aos colegas do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia da UFAM, e o Representante do Departamento de Expressão Gráfica, além do presidente do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo e os representantes discentes de turma para discussão de **pauta única**:

[...] Suspensão das atividades presenciais em todas as disciplinas no curso de 18 a 28 de julho de 2022.

Frente a esta pauta o Professor Cereto saudou a todos e apresentou as dificuldades do curso frente ao aumento dos casos entre discentes e docentes infectados com o vírus covid-19. Afirmou o agravamento do quadro, a partir da semana passada com aumento no número de casos relatados reportados à coordenação. Diante deste quadro, consultou a comunidade acadêmica com um e-mail aos Chefes dos Departamentos (1077044) que oferecem disciplinas ao curso de Arquitetura e Urbanismo e aos representantes de turma dos discentes. O Departamento de Engenharia Civil e o Departamento de Expressão Gráfica manifestaram apoio a decisão a ser tomada pelo colegiado do curso. O Departamento de Ciências Sociais sugeriu sobre a possibilidade do retorno temporário às atividades remotas - 10 dias, conforme estabelece a decisão do CONSEPE para o semestre 2021/2. Em relação aos representantes de turma, o Professor Cereto informou uma determinada resistência dos discentes do início do curso ao ensino remoto e uma aceitação maior aos que se aproximam do final da matriz curricular. Além disso, relatou as limitações para a testagem para toda comunidade acadêmica no CAIS - Centro de Atenção Integrada à Saúde no minicampus da Universidade. Solicitou dados do curso ao CTIC - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação responsável pelo controle do programa "Monitora UFAM" instalado no e-campus, mas até o momento da reunião não havia recebido uma resposta. Observou a frequência na utilização de máscaras durante as aulas no curso, mas muitas vezes com equipamentos de proteção inadequados. Outra questão reportada é sobre a não utilização da máscara pelos discentes nas salas e ateliês durante outras atividades

o que compromete o controle nos espaços na Universidade. O coordenador do curso abriu o espaço de fala aos conselheiros e o Professor Gonzalo (ex-coordenador de curso) solicitou aos representantes discentes ampliassem a informação a respeito da pesquisa elaborada, sobre o retorno à modalidade remota. O presidente do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo confirmou as informações passadas pelo coordenador do curso sobre a consulta aos discentes e os resultados obtidos em cada uma das turmas realizado por cada representante de turma. A professora 1 falou sobre a necessidade de reforçar a informação que a proposta sugere apenas 10 dias em ensino remoto. A professora 2 acrescentou a necessidade de uma decisão diante da alta de casos e dos sintomas gripais de alunos e professores. Reforçou a necessidade do uso correto da máscara por todos e sobre os problemas de infraestrutura que enfrentamos no retorno às atividades presenciais. Afirmou que fez uma consulta aos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, mas ainda não havia recebido a resposta de todos. A professora 3 relatou as dificuldades encontradas nas atividades laborais com os problemas no fornecimento de energia nos blocos dos Ateliês e da Direção, considerando a característica das aulas para um curso de Arquitetura e Urbanismo. O Professor Cereto falou sobre a previsão de um novo quadro a partir dos 10 dias das atividades remotas com a possibilidade de uma nova decisão do colegiado do curso ou do CONSUNI, diante do aumento de casos diante da pandemia, e também um horizonte para uma solução da PCU - Prefeitura do Campus Universitário aos problemas elétricos nos blocos da FT. A representante discente de turma manifestou os problemas de aprendizagem enfrentados pelos alunos durante o ensino remoto e sobre eventuais cobranças que podem ser realizadas nas avaliações presenciais, no caso delas acontecerem a partir desta decisão do colegiado. O professor Cereto reforçou sobre adoção do ensino remoto na Universidade em 2020 como uma medida sanitária e reforçou como primordial a necessidade de proteção a comunidade acadêmica. O professor 4 informou sobre as outras atividades na Universidade e na limitação do controle do acesso de pessoas externas. Ademais, reiterou que não há como controlar as atividades externas como as festas juninas. O professor Gonzalo solicitou novamente os números para avaliação. O professor Cereto reportou que foram informados na última semana à coordenação de curso cerca de 10 casos entre discentes e docentes, mas não teve acesso aos dados do "Monitora UFAM" do e-campus. O professor 4 relatou a sua consulta e realização do teste para a covid-19 no CAIS na semana passada com e registrou 08 casos positivados na fila de espera em que estava. Foi colocada em votação a proposta para suspensão das atividades presenciais em todas as disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo entre os dias 18 e 28 de julho e foi aprovada por unanimidade. O professor Cereto informou sobre a próxima reunião ordinária do colegiado em 25.07 com um dos pontos de pauta a discussão pela continuidade das atividades remotas com novos dados e informações. (UFAM, 2022h. p. 1)

Considerando o aumento de casos de Covid-19, aos 13 dias de julho de 2022, o Gabinete do Reitor, através do Ofício Circular Nº 18/2022/GR/UFAM, lançar as Orientações gerais em razão do aumento de casos de COVID-19. O documento foi destinado aos/as Pró-Reitores/Pró-Reitoras, Diretores/Diretoras das Unidades

Acadêmicas, Diretores/Diretoras dos Órgãos Suplementares, Assessores/Assessoras, Presidentes e Coordenadores/Coordenadoras das Comissões, Ouvidoria, Auditoria, Secretaria Geral dos Conselhos Superiores, Procuradoria Jurídica, Representação da FUA em Brasília/DF, Cerimonial, Chefia de Gabinete e Diretoria Executiva. Compondo parte do documento, as orientações definidas eram:

Reforço a necessidade de afastamento das atividades, bem como do isolamento social de indivíduos com sintomatologia ou teste positivo para a COVID-19. Nesse sentido, orientamos aos servidores que apresentarem sintomas que procurem o CAIS-UFAM ou outra unidade de saúde para realizarem o teste e demais procedimentos de praxe. Com relação às testagens realizadas pelo CAIS, solicitamos que sejam observados os horários de funcionamento e de agendamento. Para as atividades acadêmicas, informamos que as diretrizes estão previstas na Resolução nº 12/2022 - do Conselho de Ensino e Pesquisa - CONSEPE, que se constituem em normas a serem observadas no âmbito desta Universidade para os períodos letivos 2021/2 a 2022/2 (art. 1º, da Resolução nº 012/2022 – CONSEPE). Os casos omissos deverão ser encaminhados à Câmara de Ensino de Graduação, para apreciação e deliberação, conforme o disposto no art. 22 da citada resolução. Esclarecemos que a deliberação sobre a suspensão temporária, parcial ou total do funcionamento da Universidade compete Conselho Universitário - CONSUNI, em observância ao artigo 12, IX, do Estatuto da Universidade Federal do Amazonas. Reiteramos pôr fim a imperiosa necessidade da manutenção do uso de máscaras de proteção e da eficiente higienização das mãos para a prevenção e a propagação da doença. (UFAM, 2022i. p. 1-2)

Considerando o advento furtivo da crise sanitária proveniente da Pandemia de SARS-COV-19 (COVID-19), podemos perceber que a IES UFAM, a Direção da FT, o DAU, e a Coordenação de Curso, tomaram ações estruturadas como forma de melhor direcionar as pausas e retomadas das atividades presenciais do Curso de Arquitetura e Urbanismo, bem como medidas políticas que possibilitassem ações efetivadas para a continuidade do ensino e aprendizado, que objetivaram a produção de novo PCC, nova matriz curricular, assim meios direcionais para prosseguimento dessas ações à longo prazo, concomitante as incertezas de termino da crise sanitária de saúde pública. Consideramos ainda ressaltar que, essas ações por terem sido tomadas abruptamente sem um devido estudo previamente planejado, apresentaram eficácia no momento necessário, podendo ainda ter percalços de a serem lapidados de forma a composição de uma política mais eficiente e funcional para eventualidades futuras que possam surgir e necessitem de experiencias já observadas.

Destacamos todo o processo de planejamento, e operacionalidade das ações desenvolvidas e aplicada pela universidade para com o momento de pandemia, entendendo a situação real presente na IES ainda que sob efeito dos bloqueios e retiradas de investimentos provenientes de ações providas pelo Governo Federal no período Bolsonarista a várias IES públicas pelo Brasil todo, o que caracteriza como uma verdadeira hipocrisia a uma das palavras presente na bandeira nacional “PROGRESSO”, pois como pode-se pensar em progresso, quando se restringe, bloqueia e cerceia o direito básico de um cidadão brasileiro à educação? Há está altura da pesquisa, não poderíamos, enquanto pesquisadores e cidadãos brasileiros, encobrir e se acovardar perante os fatos claros e translúcidos de um governo elitista de direita que é sim o protagonista do descaso, da corrupção, do senso de desumanidade e da criminalidade com direito básico que é a VIDA! O Governo Bolsonaro, utilizou-se de um dos meios mais frágeis do cidadão brasileiro, quando já sem meios concretos, parte para este como forma de um possível “MILAGRE”. A “CRENÇA” de um povo ao se deparar com falta de leitos de hospitais, medo da morte e pânico, fez com que milhares recorressem aos fármacos ditos e reafirmados pelo governo como “PREVENTIVOS CONTRA COVID-19”, o então chamado “KIT COVID”, e assim a população fez para tentar se proteger em casa da terrível crise que assolava o seu entorno. Frente a este momento de crença da população, o governo bolsonarista na sua mais pura desumanidade, perversidade e maquiavélica oportunidade, induz a população a crer e usar medicamentos ineficazes ao tratamento da doença da COVID-19 e tão pouco a prevenção¹⁰⁵.

3.2. Posicionamentos das entidades de classe;

Tendo em vista os acontecimentos e as ações tomadas, advindas desse processo de crise de COVID-19, frente a formação do arquiteto e urbanista no interior da Universidade Federal do Amazonas, precisamos considerar as discursões a respeito da modalidade de ensino a distância (*EaD*) e para isso precisamos retroagir

¹⁰⁵ Segundo diversos estudos rigorosos realizados ao redor do mundo, medicamentos que integram esse "kit covid" ofertado nas fases iniciais da doença no Brasil já se mostraram inclusive ineficazes ou até mais prejudiciais do que benéficos quando administrados nos quadros leves, moderados e graves de covid-19, (BBC NEWS BRASIL, 2021, para. 04).

um pouco para fala sobre discursão e também a diferenciação entre Ensino a Distância (*EaD*), Ensino Remoto e Ensino Híbrido que já existiam bem antes da pandemia e que ao longo desta também começaram a ter seus conceitos revisitados:

Segundo o artigo público na página do CAU/RJ, o Ensino À Distância (*EaD*) no Brasil despontou realmente crescimento a partir do aprofundamento da crise econômica de 2014. A crise de 2014 gerou estagnação econômica, perda de arrecadação pública, aumento dos índices de desemprego, além de fazer com que os estudantes perdessem a capacidade de endividamento com financiamento educacional. A crise foi tão grande, que afetou diretamente a aquisição de novos contratos do FIES, fazendo o governo perder uma média de 200 mil novos contratos por ano.

Como forma de tentar contornar a situação das perdas de mensalidades pagas pelo governo através do FIES e a redução no quantitativo de ingressantes em cursos presenciais, as IES desenvolveram uma nova estratégia para manter a lucratividade, podendo ser um substituto ao FIES em crise. Nesse contexto cria-se a aceleração e expansão do EaD. Modalidade essa que possibilita a redução de gastos com infraestrutura física (muita das vezes até em tamanho menor), demissão de docentes, produção de material didático digital, permeando um ensino massivamente pré-fabricado e mais econômico, além de permitir um valor de mensalidades mais barata, sendo esse o maior atrativo para a sociedade. Aliado a todos esses mecanismos, as IES ainda ofertam um ensino onde o aluno, pode escolher quando e onde estudar, isso caracteriza claramente o Mercado da Educação, Cau/Rj (2020).

Ainda segundo o artigo, o EaD ganha forte crescimento a partir de 2015, quando as IES ofertam cursos 100% nessa modalidade de ensino, mostrando um claro crescimento de 40%, e que brevemente já em 2018 chegaria a quase 1 milhão de alunos matriculados. Para deixar um pouco mais claro o comparativo entre Ensino Presencial e EaD, apresento os dados do Instituto Semesp vinculado à Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp):

Em 2019, o Brasil registrou 2,04 milhões de ingressantes nos cursos presenciais de ensino superior, queda de 1,5% em relação ao período anterior. A rede privada teve decréscimo de 2,6% de ingressantes na modalidade, enquanto a rede pública observou um leve aumento de 1,6%.

No EAD, o crescimento de ingressantes foi de 15,9%, com inversão entre redes privada e pública, a primeira registrou salto de 19,0% das matrículas enquanto a segunda teve uma queda brusca de 48,2%. (INSTITUTO SEMESP, 2023)

O artigo ainda relata que essa modalidade de ensino EaD chegou também aos cursos de arquitetura e urbanismo, mostrando assim uma grande mudança:

A primeira graduação integralmente em EaD em AU é criada em dezembro de 2015 e atualmente são 88 mil vagas de graduação para ingresso anual nessa modalidade, com 40 cursos autorizados, 3 já extintos e 23 iniciados (Relatório de Consulta ao Sistema e-MEC em 10 de julho de 2020). CAU-RJ (2020).

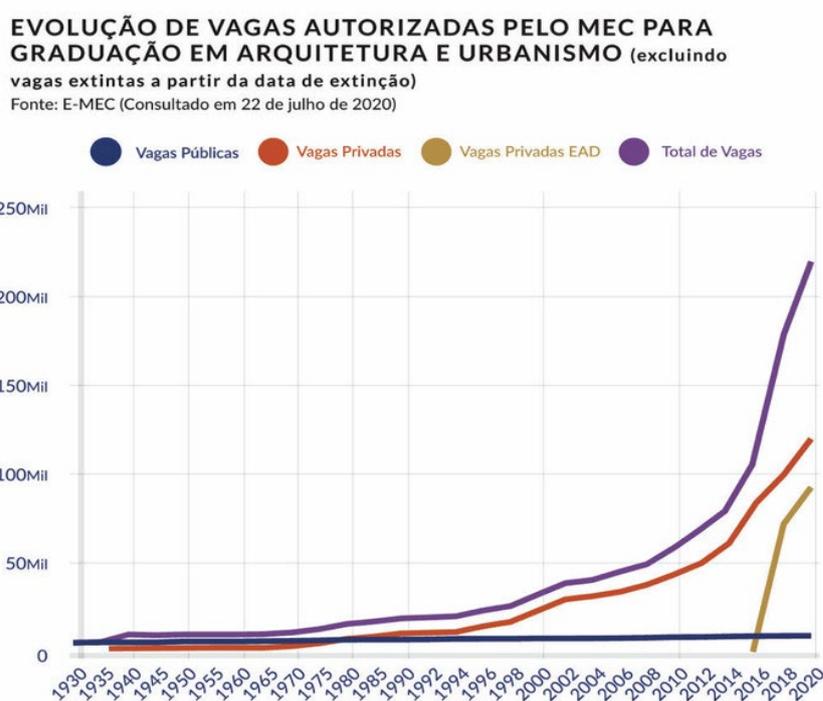
Em fevereiro de 2017, iniciaram os 4 primeiros cursos nessa modalidade de ensino. O CAU/BR vendo essa mudança, decide manifestar seu posicionamento enquanto entidade de classe, por meio de nota informando que os cursos EaD não atendiam às diretrizes curriculares nacionais para a formação profissional. Como base de seu argumento o conselho, justifica que essa modalidade de ensino não contempla a relação professor/aluno, a qual é parte fundamental dos ateliês de projeto e outras disciplinas, assim como as experimentações em laboratórios e a vivência para a construção coletiva do conhecimento.

[...] Apesar do crescimento do número de cursos públicos entre 2000 e 2020 (passando de 34 para 65), as vagas públicas expandiram pouco e somam apenas 4 mil ingressantes novos por ano; ou 3,2% do total de vagas presenciais e 2% do total geral de vagas. Isso porque as turmas de ingressantes são menores do que nas privadas. A turma de ingresso média num curso de AU público é de 62 estudantes; enquanto no privado presencial é de 152 e nas turmas de EAD, de explosivos 2,3 mil estudantes por turma. [...] CAU-RJ (2020).

Devido essa situação o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) fez um acordo com Ministério da Educação (MEC), no qual o Cau manifestava-se contra os processos de autorização de abertura de cursos, no entanto mesmo assim, continuaram a ocorrer essas liberações de autorização de operacionalidade. O posicionamento CAU/BR nunca foi contra o uso da educação online por meio da tecnologia, por entender que sim que estas podem ser complementares à formação presencial, mas não substitutas, permeando uma formação em arquitetura e urbanismo 100% online. Considerando a era do mercado da educação online, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) lançou um debate público sobre os alcances e limites do EaD em áreas

profissionais que exigem uma formação teórico-prática e que podem gerar risco à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente. Esses apelos ao MEC foram reforçados em abril de 2018 com a carta do CAU/BR aberta, prezando pela qualidade do Ensino de Arquitetura e Urbanismo, destacando os números alarmantes da profissão: “Hoje existem 155 mil arquitetos e urbanistas registrados, número que cresce a um ritmo de 15 mil profissionais ao ano. Enquanto isso, estão autorizadas 180 mil vagas anuais para Arquitetura e Urbanismo, sendo que quase 70 mil delas na modalidade à distância [88 mil em 2020]”.

Figura 17 - Evolução de Vagas Autorizadas pelo MEC para Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Fonte: Cau/RJ a partir de E-MEC, consultado em 22 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/arquiteturas-da-distancia-o-que-a-pandemia-pode-revelar-sobre-o-ensino-de-arquitetura-e-urbanismo/>

Figura 18 - Propaganda de cursos EaD em Arquitetura e Urbanismo e manifestação contrária do CAU/RS, em concordância com CAU/BR



Fonte: Cau/RJ a partir de publicação do Cau/RS. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/arquiteturas-da-distancia-o-que-a-pandemia-pode-revelar-sobre-o-ensino-de-arquitetura-e-urbanismo/>

A manifestação do CAU/BR foi reforçada com o posicionamento da FeNEA, IAB e FNA. Apesar de todos os protestos e manifestações de todas as entidades de representação da classe profissional e acadêmica, o acordo entre o MEC e o mercado de educação não diminuiu sua intensidade, ao contrário, continuou em forte aceleração. Com uma última tentativa, em março de 2019, depois de manifestação nacional e suas regionais de cada estado, o CAU/BR decidiu não conceder o registro profissional de formados em cursos de Arquitetura e Urbanismo EaD. A decisão criou alarme entre os cursos em funcionamento nessa modalidade, freando assim o mercado educacional do EaD em arquitetura e urbanismo, bem como o ritmo de abertura de novos cursos:

[...] Entre os autorizados, 20 decidiram não iniciar turmas e 3 já foram extintos. Mas o setor privado encontrou outra linha para seguir ampliando os negócios online: conseguiu duplicar a carga horária de EAD nos cursos presenciais de 20% para 40% (com exceção da Medicina), sem ampla discussão pública, em Portaria do MEC de

dezembro de 2019. Em fevereiro deste ano, reagindo a isso, o CAU/BR divulgou a decisão de impetrar uma ação judicial com objetivo de barrar mais uma vez o avanço do EAD nos cursos de AU. [...] CAU-RJ (2020).

Com base no contexto descrito anteriormente, apresentamos os posicionamentos das entidades de classe ligadas diretamente a formação do arquiteto e urbanista no Brasil:

Em 26 de janeiro de 2017, Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), divulgou carta aberta sobre o Ensino a Distância de Arquitetura e Urbanismo, a qual tinha como título “Aprender Arquitetura e Urbanismo à distância não funciona”, através da qual manifestou “Aprender Arquitetura e Urbanismo à distância não funciona” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2017). Para a ABEA “o convívio presencial é fundamental para a vivência e o questionamento do próprio espaço” O Ateliê de Arquitetura e Urbanismo é o espaço facilitador da construção coletiva do conhecimento, é o espaço que permite a integração professor/aluno e aluno/aluno” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2017). A ABEA ainda salienta que,

Arquitetura e Urbanismo é um ofício que, da mesma forma que a Medicina e o Direito entre outras importantes profissões, tem seu exercício regulamentado por relacionar-se com a preservação da vida e bem-estar das pessoas, da segurança e integridade do seu patrimônio, e da preservação do meio ambiente. Por isso mesmo exige, em sua formação, acompanhamento não somente presencial, mas de forma muito próxima em atelieres, laboratórios, canteiros experimentais e outros espaços vivenciais, em uma relação professor-aluno bastante reduzida, o que definitivamente não pode ser alcançado em cursos oferecidos totalmente a distância (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2017).

Considerando esse mesmo cenário de posicionamento e manifestações, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), ainda aos 30 dias de janeiro de 2017, criticou liberação de autorização de cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo a distância. Na ocasião, o instituto enviou carta à época ao ministro da Educação da, Mendonça Filho, onde além de criticar, solicitava também, “revisão da decisão, em prol da cultura brasileira e na defesa da sociedade” (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2017). Para o IAB, o EaD no curso de Arquitetura e Urbanismo é incompatível com a formação profissional do arquiteto. Ainda segundo i

IAB, essa atividade, coloca em perigo a vida dos usuários e funcionários de obras que tiverem seus projetos confeccionados por esses profissionais, que não obtiveram atividades práticas fundamentais para o preparo formativo do arquiteto. “Tal decisão implica risco a sociedade, demonstrando o necessário rigor ao tratamento do assunto”, CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2017).

No documento, o Instituto “caracteriza a educação a distância como importante instrumento de difusão de conhecimento, mas afirma também que o modelo não reúne todos os atributos indispensáveis à formação profissional do arquiteto e urbanista”. “Tal formação tem o Projeto como estrutura pedagógica, uma vez que o Projeto é a atividade matriz dos conteúdos indispensáveis à profissão. E o Projeto, como reconhecido internacionalmente, é simultaneamente pesquisa e proposição, fruto de uma elaboração complexa, autoral, assequencial, fundada na reflexão e na interpretação de informações múltiplas e diversificadas”, CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2017).

Em 21 de fevereiro de 2017 a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) também apresentou seu posicionamento a respeito do EAD em AU. Na ocasião a Federação divulgou por meio de Carta seu apoio à ABEA. Com título “Distâncias em Arquitetura e Urbanismo”, a federação pauta que “há uma grande distância entre o ensino de Arquitetura e Urbanismo que queremos e o que temos atualmente” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 2017). De acordo a carta, a Federação Nacional de Arquitetura e Urbanismo, afirma que:

[...] a expansão do ensino de AU, acompanhando o crescimento do acesso ao ensino superior em todo País, trouxe à tona fragilidades como **escolas-empresas** (que reduzem custos sem primar pela qualidade da formação), **a má (ou ausente) formação pedagógica d professores e o distanciamento existente entre a arquitetura ensinada em grande parte das escolas e a realidade social que enfrentamos**. Deficiências que, infelizmente, **NÃO SÃO EXCLUSIVIDADE DOS CURSOS DE AU. Essas distâncias são pauta de reflexões de nossas entidades em busca de soluções e aproximações.** [...] (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 2017).

A carta ainda destaca que o objetivo dos Planos Pedagógicos dos Cursos de AU, não é somente o cumprimento das atribuições legais e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), mas sim preparar futuros profissionais a exercer a profissão com aptidões necessárias para confeccionar espaços e ambientes que visem atender as

necessidades da sociedade, prezando pela ética profissional “contribuindo no desenvolvimento de uma sociedade mais justa” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 2017). E isso toma como ponto de partida a discussão “a oferta de **Curso de Arquitetura e Urbanismo quase que 100% à distância**”, (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 2017).

[...] Quem entende o mínimo de ensino ou de AU imagina o quão inviável é a formação que ignora trabalhos de campo, projetos em equipe, laboratórios (acústica, maquete, materiais), canteiro experimental e a própria interação-vivência-troca estabelecida no contato com professores, técnicos e comunidade acadêmica. Essas aproximações trazem a possibilidade de uma formação ampla imprescindível para a formação generalista, tão desejada ao arquiteto(a) e urbanista.

É fato que o ensino deve se apropriar de novas ferramentas que diminuam as distâncias entre o aluno e o conteúdo. Por isso não devemos nos furtar de – juntos – estabelecer diálogos que encontrem caminhos para a apropriação de metodologias e tecnologias no ensino de AU. **Porém, esses caminhos devem estabelecer limites** garantindo o ensino de conteúdos que exigem prática e/ou interação em tempo hábil para o aprendizado. Aqui não há uma tentativa de categorizar disciplinas em prática e teórica, pois as disciplinas teóricas também necessitam de interações inerentes à criação de senso crítico e interdisciplinar. [...] (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 2017).

Em 12 de março de 2017, a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), lança carta a respeito dos cursos de Arquitetura e Urbanismo em modalidade EaD. Na carta apresenta durante o I Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Arquitetura e Urbanismo (CoNEA) de Juiz de Fora, gestão de 2017, a federação manifestou criticamente à ampliação do Ensino à Distância (EAD) e suas propagações, salientando na ocasião que o MEC havia aprovado 6 cursos com 80% de seu currículo à distância, além de apresentar possibilidade de avanço no crescimento da propagação do EaD em AU. No documento, a federação apresenta 3 (três) acontecimentos que hoje (2023), são concretização das falas aferidas ainda em 2017. **(1)** Reforma do ensino médio; **(2)** Congelamento de gastos com universidades públicas; **(3)** Terceirização da educação (Mercado educacional):

Atrelada à um cenário de precarização do ensino, a modalidade a distância faz parte de uma estratégia ampla, política e economicamente encaminhada. Entre outras ameaças, temos a reforma do ensino médio, o congelamento de gastos com universidades públicas, o avanço visível do setor privado dentro da educação, somado às atuais possibilidades vislumbradas pela terceirização (propostas em âmbito nacional), claramente não há coincidências no encaminhamento desses processos. Diante a essa

conjuntura, tal modalidade em questão mascara a ausência de políticas efetivas por parte do Estado, visando em seu discurso, de maneira equivocada, “solucionar” e suprir em quantidade satisfatória a falta de vagas presenciais em instituições públicas no país, nos mais variados cursos.

Com a ampliação dos cursos dentro dessa perspectiva, passamos a ter os processos de formação imersos em lógicas mercadológicas nas quais rapidez, baixo custo e otimização desqualificada são pilares que constroem políticas educacionais cada vez mais descontextualizadas e frágeis, à medida que tais interesses tem uma preocupação quantitativa e não qualitativa sobre ensino aprendizagem e conteúdo crítico, sobretudo, quanto a capacidade de alcançar reflexão crítica entre os sujeitos que compõem a estrutura educacional. Contudo, ainda que façam parte nesse contexto como elementos fundamentais da realização do ensino, ficam aos professores e estudantes a parte submetida à quantificação desse projeto de universidade. Enquanto os primeiros se fragilizam e se adaptam a precarização de seus trabalhos, os estudantes que possuem vínculo direto a essas condições, se submetem a práticas competitivas e individualistas. (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2017)

Aos 27 dias de abril de 2018, o CAU/BR e suas regionais, enviou o Ofício nº 106/2018-CAU/BR ao Ministro da Educação (Rossieli Soares da Silva), intitulado “Carta pela Qualidade do Ensino de Arquitetura e Urbanismo”, (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2018. p.01-02). No documento, o CAU-BR e CAU-UFs reiteram a manifestação feita no ano de 2017 a respeito do Ead em AU, e solicitam interlocução junto ao MEC afins de provir a construção conjunta de proposta que “não comprometa a qualidade do ensino de Arquitetura e Urbanismo”, (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2018. p.01).

O conselho ainda salienta e reitera sua preocupação e discordância com a oferta de cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo a modalidade de EaD:

[...] O estudante de Arquitetura e Urbanismo deve desenvolver múltiplas capacidades instrumentais e comunicacionais até que esteja minimamente preparado para articular teoria e prática na qualificação do espaço construído, para estar apto ao exercício profissional. As ferramentas de educação a distância, conforme previsto em normativos como o Decreto nº 5.662, de 19 de dezembro de 2005, e as Portarias Normativas MEC nº 2, de 10 de janeiro de 2007 e nº 1134, de 10 de outubro de 2016, devem ser considerados sempre como complementares à formação presencial e nunca substitutas desta. [...] (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2018. p.02).

Em 22 de março de 2019, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, através da Deliberação Plenária Ordinária DPO/RS Nº 1033/2019, decidiu em votação com 14 votos a favor e 04 ausências por não aceitar o Registro

Profissional de egressos de cursos de arquitetura e urbanismo ministrados em modalidade EaD – Ensino à Distância. No documento o conselho aponta que:

[...] Considerando o recebimento de denúncia – cadastrada no SICCAU com número 789621/2018, de aluno do curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo ofertado na modalidade EAD- Educação a Distância pela Universidade Pitágoras (UNOPAR) de Uruguaiana, informando ter recebido “excelente” para a parte prática de uma disciplina, sendo que não teriam havido aulas práticas que subsidiassem tal avaliação;

Considerando o recebimento de denúncia – cadastrada no SICCAU com número 825111, de aluno do curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo ofertado na modalidade EAD- Educação a Distância pela Universidade Anhanguera (UNIDERP) de Porto Alegre – Alegando que as práticas presenciais que constam na programação não são efetivamente realizadas;

Considerando o recebimento de denúncia – cadastrada no SICCAU com número 803268/2019, de outro aluno da mesma instituição de ensino Anhanguera, de Porto Alegre, afirmando que as aulas presenciais até o momento da denúncia não haviam sido ministradas e que mesmo sem aulas os alunos receberam nota máxima na disciplina; [...] (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019. p.1-4).

Em 29 de março de 2019 o CAU/BR durante a 88ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em Brasília, decidiu por recusar os pedidos de registro profissional de bacharéis em Arquitetura e Urbanismo formados em cursos na modalidade Ensino a Distância (EaD), desta forma os 27 CAU/UFs, deverão rejeitar o registro desses egressos, impedindo-os de atuar como profissionais. (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2019. p.1-3).

Aos 23 dias de maio de 2019, a FeNEA, divulgou a Carta intitulada “Sobre o Ensino a Distância”, (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2019. p. 01). Na carta a federação apresenta seu posicionamento com considerações e observações considerando o modelo de ensino atual a distância. Considerando o posicionamento do CAUBR na 88ª Reunião Plenária, a FeNEA, manifesta apoio com o compromisso do conselho frente a defender “o bem-estar da sociedade diante das práticas do exercício profissional, aplicando medidas que se acredita fazer necessário com premissas prevencionistas”, (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2019. p. 01). No mesmo documento, a FeNEA ainda ressalta que fez um levantamento com estudantes das diversas regiões do país, afins de coletar dados referente a perspectiva e abordagens de cada estudante perante a pauta:

[...] Por meio de discussões, deliberações e debates relativos ao EAD e à atual conjuntura da educação brasileira, realizados entre estudantes das diferentes regiões da Federação, levantamos diferentes perspectivas e abordagens concernentes à pauta, com o objetivo de compreender a modalidade à distância e a sua aplicação no curso de Arquitetura e Urbanismo, de modo a apurar sua efetividade e mesmo eficiência, bem como analisar a realidade do ensino na área considerando os diferentes recortes regionais e institucionais, seja em esfera pública ou privada. Paralelamente, participamos de espaços promovidos pelas entidades representativas profissionais que se propuseram a discutir o assunto, de maneira a realizar um estudo responsável e levantar questões e conclusões pertinentes e alinhadas ao que melhor se encaixa às necessidades de nosso ensino, pesquisa e extensão. [...] (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2019. p. 01).

A Federação ainda, reitera os prelúdios do ofício da arte do arquiteto, quanto a sua função social perante a sociedade, meio ambiente, educação e coletividade perante o Ead:

[...] Defendemos a necessidade de a formação do estudante contemplar múltiplos conhecimentos que perpassam a área de tecnologias, elementos construtivos, concepção de espaço e tempo, forma e de expressão artística. Aplicado multidisciplinarmente tais conhecimentos em ateliê nas disciplinas de projeto, produz uma troca entre alunos e professores que desenvolvem a prática de projetar e constituir espaços sobre a troca direta de saberes. Incluso nesse processo de formação a vivência e a práxis que vão além das disciplinas de projeto, dão espaço à pesquisa e extensão, um modelo de atuação relevante para a formação do profissional, devido sua potencialidade de ampliar uma visão de mundo e de como aproximar de forma concreta da profissão. O arquiteto e urbanista é um profissional atuante no ambiente antrópico, e sua vivência resulta diretamente na sua atuação. A pesquisa e extensão é um marco no amadurecimento do estudante, pelo seu caráter de vivência, leitura e práxis, com uma troca dentro e fora dos campi universitários, junto com a sociedade. A prática tem resultado positivamente na análise dos problemas e como intervir na micro e macro parcela. Estas características então, se perdem ao não serem constatadas efetivamente quando a modalidade de ensino se oferece de forma não presencial. A educação híbrida e oferecida de forma majoritária à distância, está dentro de um planejamento de algumas instituições ensino superior privadas, que contemplam grandes grupos empresariais. Nós enquanto federação, entendemos que tal modelo precariza o ensino plural e de debate livre, enfraquece a figura do professor no processo de formação, e não dá espaço para experiências dentro e fora do campus, como nos exemplos supracitados, afastando elementos subjetivos importantes para atuação do arquiteto e urbanista, exemplo a troca entre docente e discente e elementos concretos como a práxis. [...] (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2019. p. 1-2).

Aos 27 dias de março de 2020, a FeNEA, lançou Carta aberta intitulada “Sobre o Ensino Durante a Pandemia”, (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2020. p. 01). A Carta pautava o “Posicionamento acerca da situação do ensino perante a pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19)”, (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2020. p. 01). A federação reiterou seu posicionamento frente ao Ensino a Distância (EaD), já objeto de discussão desde 2019 pelo CAU/BR e CAU/UFs, e salientou preocupação com as tomadas de ações das IES públicas e privadas perante a situação de pandemia de Covid-19. Recomendando ainda que as IES fizessem um estudo qualitativo do curso e dos discentes frente a todos os percalços atrelados e advindos por conta da situação sanitária, além de recomendar as IES privadas que revisitassem as suas grades fechadas, como forma e melhor atender as necessidades dos discentes em situação econômica prejudicada pelo momento atípico, sem comprometer o ensino e aprendizado além da continuidade do ensino. A federação ainda solicita das IES privadas que revejam com cautela a situação dos discentes que tiveram que fazer lockdown e quarentena forçada proveniente da situação adversa e que na ocasião, por causa desta, tiveram cerceamento de provir meio econômico se sustenta suas condições humanas e educacionais, vindo a atrasar mensalidades, ou até mesmo a não conseguir arcar com elas. Desta forma a FeNEA solicita das IES que dialoguem com os discentes, afins de propor meios de acolher estes, na condição de instituição provedora do ensino e do saber de modo a fazer com que eles possam permanecer seus estudos e assim tornar-se a ser um profissional como tão ansioso desejo familiar,

[...] Com isso, propomos que as instituições com regime de grade fechada as flexibilizem, para que os acadêmicos possam escolher as disciplinas que caberão em sua realidade financeira, e a possibilidade concreta de realizá-las. Isso visa evitar o trancamento do semestre ou reprovações, oriundas da dificuldade de realizar disciplinas ofertadas obrigatoriamente pelo curso. Para as instituições que adotaram o método de substituição das aulas presenciais pelos meios virtuais, a revisão do calendário acadêmico e reformulação do plano de ensino se fazem necessárias para que as disciplinas, discentes e docentes se adequem à modalidade. Da mesma forma, conforme preconizado pelo **“Plano Emergencial para Escolas, Instituições de Ensino e de Pesquisas durante o período de suspensão das aulas por conta do COVID-19”**, elaborado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), no que condiz à Permanência Estudantil,

considerando a redução dos custos das instituições na transferência das aulas para o método à distância, recomendamos a reavaliação e redução das mensalidades, a possibilidade de renegociação ou parcelamento para os estudantes que tiverem redução de salário, e anistia das mensalidades para estudantes que são trabalhadores autônomos e que durante o período de quarentena não poderão exercer suas profissões. [...] (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2020. p. 01-02)

Aos 14 dias de abril de 2020, a FeNEA por meio da carta aberta intitulada “Campanha Urbanismo Contra o Corona”, (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2020. p. 01). Essa carta foi uma ação de adesão à campanha nacional de entidades em prol de ações de combate ao novo coronavírus. Na carta a federação, aponto as ações tomadas para o enfrentamento do momento atípico que compromete a sociabilidade, e o desenvolvimento de atividades presenciais, além de pautar também a notoriedade de conhecimento por desta, referente as ações tomadas por diversas IES para com a continuidade do ensino já precarizado.

[...] Já temos nos mobilizado quanto a questão da qualidade do ensino neste período de distância mento social, em que cursos de Arquitetura e Urbanismo em todo o país adotaram a modalidade online do dia para a noite, sem preparo dos docentes e muito menos apoio aos discentes. Agora entramos na luta junto à entidades e movimentos sociais de todo país em prol de melhores condições de vida para as populações das periferias, aos trabalhadores do campo da saúde e demais classes e populações atingi das de forma agressiva quanto à realidade atual de pandemia global entendendo o descaso do governo com estas pessoas.

Neste momento, a Federação se encontra em processo de convocação nacional de estudantes para assim direcioná-los aos núcleos locais da campanha, focando assim na ação territorializada de articulação entre os Centros Acadêmicos, Escritórios Modelos (EMAU) e estudantes em geral. (FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2020. p. 01)

Em 10 e 11 de setembro de 2020, a Comissão de Ensino e Formação (CEF) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) se reuniu ordinariamente por meio de videoconferência e lançou a DELIBERAÇÃO Nº 045/2020 – CEF-CAU/BR, no uso das competências que lhe conferem o art. 99 do Regimento Interno do CAU/BR, referente ao cumprimento da decisão judicial provisória, deferida pela 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal no processo nº 1014370-20.2019.4.01.3400, ajuizada pela ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES DE EDUCACAO A DISTANCIA (ABED) ainda em 2019. Esse documento foi objeto de notícia apresentada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas

(CAU/AM) em 7 de janeiro de 2021 em sua página oficial, onde publicou a respeito do posicionamento do CAU/BR referente ao registro de egresso de cursos de AU em EaD. “Não existem óbices a que egressos de cursos EaD obtenham registro profissional junto aos CAU/UF”, (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS, 2021). No entanto “o CAU/BR, entretanto, tem adotado todos os meios, admitidos em Direito, para reverter a decisão judicial”, (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS, 2021).

Esses posicionamentos permaneceram e permanecem em discussão, uma vez que o processo ainda caminha em âmbito cível junto aos órgãos competentes, contudo essa pesquisa pauta também o delineamento desta discussão após 2019, para ser mais exato a partir do fim do ano de 2019, quando tem a ascensão da crise global de saúde pública proveniente da pandemia de SARS-COV-19 (COVID-19), e por causa desta, volta-se a discussão do ensino a distância (EaD), agora com base de atuação fortalecida pelo momento atípico.

Em 03 de março de 2022, através do Ofício PRES-CAU/RS Nº 018/2022, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), juntamente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul (COREN/RS), Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul (CRF/RS), Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS) e Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), encaminharam documento firmado entre os conselhos profissionais para o Ministério Público do Rio Grande do Sul, manifestando argumentos a respeito do Ensino a Distância (EaD), em suas respectivas áreas de formação profissional, possibilitando a entrada de profissionais com insuficiências formativa ao mercado de trabalho. Fato esse que segundo eles, é considerado temeroso em razão das atividades práticas objetivas inexistentes nas disciplinas, permeando assim uma realidade perigosa, com riscos inimagináveis para a sociedade, integridade física e psicológica de ordem social. Nesse sentido os diversos conselhos profissionais, concordam plenamente que o Ensino a Distância deva ser um meio de incrementação e qualificação dos processos formativos e educacionais de ensino na modalidade presencial, desta forma os conselhos salientam que o EaD seria uma suplementação da modalidade já existente (presencial), não cabendo ser transformada em modalidade formativa com cargas horárias acrescidas de modo a ter um ensino 100% online. Cau-RS, (2022. p.01-02).

Em 12 de maio de 2020, a ABEA, manifestou sua preocupação com os acontecimentos precipitados pela crise sanitária da pandemia de Covid-19. A carta faz alusão aos recentes acontecimentos permeados pela crise pandêmica, entre as quais destaca a ação provida pela Portaria nº 343 do Ministério da Educação, “Apoiadas pela Portaria 343 do Ministério da Educação, diversas instituições particulares migraram suas atividades acadêmicas presenciais regulares para a modalidade a distância, enquanto muitas instituições públicas se posicionaram contrariamente a tal migração”, (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2020). A ABEA ainda ressalta a preocupação com as ações tomadas para continuidade do ensino e EaD, ações essas que provem meios que discorrem risco a forma pedagógica dos curso pelos Brasil todo, assim como a preocupação com os discentes e docentes, além das IES privadas que se viram frente um momento atípico sem preparo para tomadas de ações políticas e o cerceamento de redução e bloqueios de verbas pelo Governo Federal,

[...] A ABEA analisa a situação a partir de perspectiva similar. Situações excepcionais exigem soluções igualmente atípicas. Entretanto, do mesmo modo que o isolamento social traz graves prejuízos para nossa vida cotidiana, as práticas pedagógicas a distância, per se, e, ademais, instituídas do modo intempestivo como estão sendo, não podem ser consideradas uma alternativa que dispense futuras compensações no primeiro momento possível. Educação não tem atalhos: a qualidade do processo tem consequência direta no resultado da formação. Por enquanto, grande carga de trabalho tem recaído sobre os docentes que, incansavelmente, têm-se esforçado para se familiarizarem com diferentes plataformas com uma capacitação intensiva, estressante e, mesmo assim, insuficiente, que, além de tudo, excede, muito, a carga horária semanal contratada pela instituição empregadora. Por outro lado, as IES vêm tomando decisões orientadas por sua intenção de manter o período letivo e os serviços já contratados pelos estudantes. No entanto, o caráter emergencial das medidas tem justificado um indevido desrespeito aos trâmites estatutários e regimentais das próprias instituições como a consulta aos órgãos colegiados e conselhos superiores com representação docente e discente. Os estudantes, por sua vez, assistem, perplexos, à suspensão das atividades práticas e laboratoriais dos cursos em nome de uma continuidade acadêmica parcialmente eficaz e, por vezes, alegórica. Parte considerável do corpo discente não conta com recursos indispensáveis à modalidade da EaD, em particular aqueles com algum grau de deficiência. Pesquisa recente da FeNEA revela que 65% dos alunos declaram não ter espaço adequado para o estudo domiciliar. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2020)

Em 01 de abril de 2023, foi solicitado por meio Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do Portal da Transparência, informações referentes aos seguintes tópicos:

- Quantitativo de solicitação de registro profissional entre 2020 e 2022;
- Quantitativo de solicitações de Interrupção, Suspensão e Cancelamento de registro profissional entre 2020 e 2022;
- Medidas políticas do CAU/AM desenvolvidas e aplicadas para orientação às IES na ministração de aulas remotas ou híbridas durante o período pandêmico;
- Posicionamento do CAU/AM perante as discussões nacionais para o Ensino Remoto em Arquitetura e Urbanismo durante a pandemia em Manaus;
- Posicionamento do CAU/AM perante o ressurgimento das discussões nacionais do Ensino à Distância em Arquitetura e Urbanismo durante a pandemia;

Quadro 4 - Resposta apresentada pelo CAU/AM em 25 de abril de 2023:

Quantidade de solicitações de registro:		
2020	2021	2022
197	210	177
Quantidade de solicitações de interrupção de registro no CAU/AM:		
2020	2021	2022
51	52	86
Quantidade de solicitações de suspensão de registros no CAU/AM:		
2020	2021	2022
A suspensão do registro é uma sanção ética e não acontece por solicitação, desta maneira informo que o número é nulo		
Quantidade de solicitações de cancelamento de registro no CAU/AM:		
2020	2021	2022
Nulo		

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CAU/AM disponibilizado em 25/04/2023 por meio do Portal da Transparência junto ao e-SIC. Documento em anexo.

Além dos dados já apresentados, foi solicitado também o posicionamento da entidade frente aos questionamentos apresentados:¹⁰⁶:

Medidas políticas do CAU/AM desenvolvidas e aplicadas para orientação às IES na ministração de aulas remotas ou híbridas durante o período pandêmico;

O CAU/AM seguiu as orientações da DPOBR 0103-06/2020 como forma de orientação às IES durante a pandemia¹⁰⁷.

<https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpobr-0103-06/>

Posicionamento do CAU/AM perante as discussões nacionais para o Ensino Remoto em Arquitetura e Urbanismo durante a pandemia em Manaus;

O CAU/AM se manteve em favor da DPOBR 0103-06/2020 durante a pandemia. <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpobr-0103-06/>

Posicionamento do CAU/AM perante o ressurgimento das discussões nacionais do Ensino à Distância em Arquitetura e Urbanismo durante a pandemia;

O CAU/AM é contra a oferta de ensino EAD para os cursos de arquitetura e urbanismo, e recomenda o manifesto que faz parte da DPOBR 0063-09/17 encaminhado ao MEC e a DPOBR 088-01/19 na qual recusa o registro profissional de cursos EAD, porém a DPOBR 088-01/19 encontra-se suspensa atualmente, devendo assim ser seguido as orientações da CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007. <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0063-09/>¹⁰⁸

Mas, com base em todo o ensejo contextual aqui já apresentado, quero apresentar o que é o Ensino Remoto, o EaD e o Híbrido? E por que o ressurgimento dessa discursão durante a pandemia?

A Educação a Distância também chamada de Ensino a Distância (EAD), conforme Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017 do Diário Oficial da União:

Considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação por estudantes e profissionais da

¹⁰⁶ OS dados obtidos foram disponibilizados em 25/04/2023 por meio do Portal da Transparência junto ao e-SIC. Documento em anexo.

¹⁰⁷ Todas as respostas constam no Protocolo nº 01/2023 respondido por meio do e-SIC, Portal da Transparência. Ele também consta em anexo e inventário documental desta pesquisa.

¹⁰⁸ Os documentos citados, constam em anexo e inventário documental desta pesquisa.

educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017. p.03).

O Ensino Remoto, conforme as portarias nº 343, de 17 de março de 2020 e a mais recente nº 544, de 16 de junho de 2020 do Diário Oficial da União:

É uma medida que pendura durante determinado período emergencial;

Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação. O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis (BRASIL, 2020. p.39).

Segundo o Trecho do Projeto de Resolução presente no texto que trata das Diretrizes Gerais Nacionais para a Aprendizagem Híbrida. Capítulo I Disposições Gerais,

Art. 1º Esta Resolução indica Diretrizes Gerais sobre a Aprendizagem Híbrida, entendida como metodologia flexível de ensino, mediada por tecnologias de informação e comunicação, tanto para a Educação Superior quanto para a Educação Básica, incluindo a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e demais modalidades de educação e ensino.

Art. 2º A aprendizagem híbrida caracteriza-se como metodologia pedagógica flexível, ativa e inovadora que orienta a atividade docente, estimula a autonomia, o protagonismo, a interação entre estudantes e entre estes e docentes, integrando atividades presenciais e não presenciais, com alternância em diferentes tempos e espaços, que podem ser parcialmente controlados pelos estudantes.

§ 1º As atividades educacionais híbridas podem contemplar a interação de atividades presenciais e não presenciais entre estudantes e docentes na própria instituição, bem como práticas remotas e diversificadas atividades de aprendizado vinculadas às respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º A aprendizagem híbrida não se confunde com a estrutura de cursos ofertados na modalidade Educação a Distância (EaD), podendo ser adotada tanto por essa modalidade, quanto pela oferta de cursos presenciais.

Art. 3º No ordenamento dos projetos curriculares e das pedagogias decorrentes do aprendizado híbrido, em particular no âmbito da Educação Superior, não se devem considerar aspectos regulatórios ou avaliativos referentes especificamente à oferta de EaD, pelos órgãos reguladores do Ministério da Educação (MEC) e dos sistemas de ensino. (BRASIL, [2021]. p.14)

Com base nos aportes apresentados anteriormente, destacamos o posicionamento referente ao ensino de Arquitetura e Urbanismo, na preocupação como pesquisadores e estudiosos, não com a finalidade de criticar, desmerecer as vantagens e desvantagens frente ao ensino EaD em Arquitetura e Urbanismo. Nosso

posicionamento fez ao encontro de pautar que haja discursões mais aprofundadas a esta modalidade e a outras, que primam pela qualidade do ensino e da formação, compreendendo que é notório que haja melhorias a serem feitas nesta modalidade, assim como no modo já consolidado e tradicional de ensino presencial. Reiteramos que o ensino presencial também apresenta suas lacunas de melhorias sejam elas na metodologia para o curso em questão, seja para as estruturas físicas das IES formadoras. Não nos atemos a desmerecer a proativa eficiência da modalidade para com o momento vivenciado que foi a pandemia. Este acontecimento de massiva gravidade, foi palco mais do que importante para nos atentarmos a significância desta forma de ensinar e aprender, não somente em arquitetura e urbanismo, mas em todas as áreas de ensino que se beneficiaram por essa modalidade de ensino assim como o remoto durante a pandemia.

No anseio de um diálogo mais proveitosa ao beneficiamento para a melhoria da formação do/a arquiteto/a, pautamos que o ensino EaD seja encarado como concretização dos avanços tecnológicos que nos rodeiam, sem desmerecer os seus benefícios e desafios. Para isso, tomamos como ponto forte a unificação de discursão entre CAU/BR, MEC, FeNEA, ABEA, FNA ABED e demais órgãos e entidades sociais e civil, objetivando assim uma padronização da modalidade de ensino, e reconhecimento desta como forma de disseminação de ensino, aprendizagem e formação em cursos de Arquitetura e Urbanismo por todo país, respeitando ainda a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2021, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo proferidas pelo Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação, onde no Art.6º destaca:

§ 4º O núcleo de conteúdos profissionais deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da qualificação profissional do formando.

§ 5º Os núcleos de conteúdos poderão ser dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

I - Aulas teóricas, complementadas por conferências e palestras previamente programadas como parte do trabalho didático regular;

II - Produção em ateliê, experimentação em laboratórios, elaboração de modelos, utilização de computadores, consulta a bibliotecas e a bancos de dados;

III - Viagens de estudos para o conhecimento de obras arquitetônicas, de conjuntos históricos, de cidades e regiões que ofereçam soluções de interesse e de unidades de conservação do patrimônio natural;

IV - Visitas a canteiros de obras, levantamento de campo em edificações e bairros, consultas a arquivos e a instituições, contatos com autoridades de gestão urbana;

V - Pesquisas temáticas, bibliográficas e iconográficas, documentação de arquitetura, urbanismo e paisagismo e produção de inventários e bancos de dados; projetos de pesquisa e extensão; emprego de fotografia e vídeo; escritórios-modelo de arquitetura e urbanismo; núcleos de serviços à comunidade;

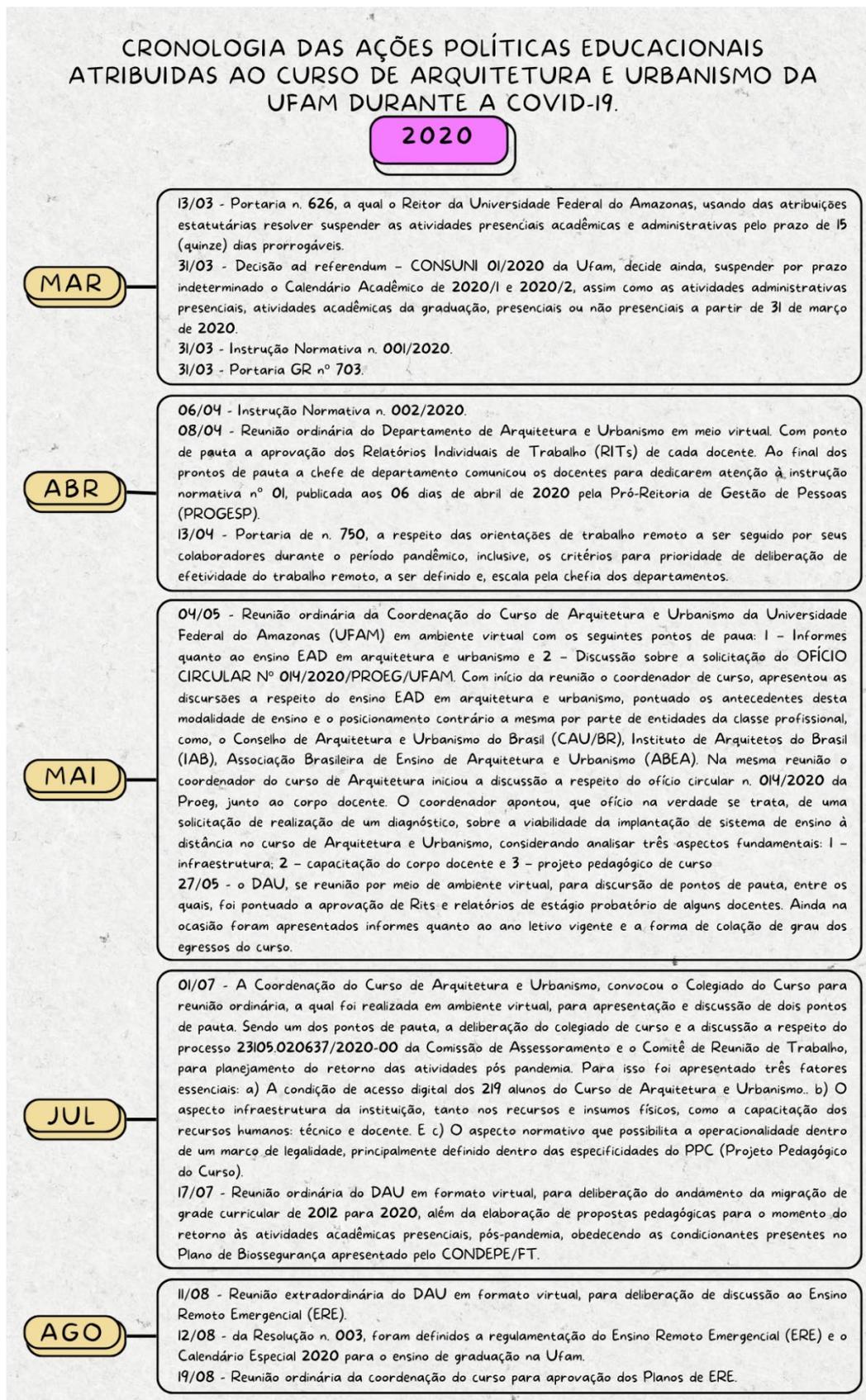
VI - Participação em atividades extracurriculares, como encontros, exposições, concursos, premiações, seminários internos ou externos à instituição, bem como sua organização. (BRASIL, 2021b. p. 02)

Precisamos olhar com bons olhos os benefícios que o ensino remoto nos trouxe, perante as circunstâncias vividas, assim como precisamos reconhecer que o ensino à distância já tem uma longa trajetória de funcionalidade, desde os tempos em que as pessoas nas mais remotas localidades, tinham conhecimento e formação por meio de cartas e telegramas, assim como as aulas transmitidas via rádio.

E se os mais tradicionalistas preconizam que está modalidade de ensino propiciará a “defasagem”, “precariedade” e “sucateamento” da formação profissional obtida por meio do ensino à distância, tenho que lhes chamar a atenção também para a preocupação com o presencial, o qual já possui há muito tempo as mesmas circunstâncias pautada por estes tradicionalistas, porém sem tamanha alusão. Precisamos ser realistas e entender que também há IES que se quer tem o espaço de aula projetado, luminotécnica, térmico-acústica e arquitetonicamente para a ministração do ensino. Desta forma preconizamos que é válido sim o ensino EAD em Arquitetura e Urbanismo, com os mesmos anseios e cuidados que o presencial, reconhecendo as significativas mudanças e melhorias que a tecnologia que nos rodeia na atualidade pode nos possibilita frente a formação deste profissional, assim como de outras áreas, principalmente na questão de acessibilidade as pessoas nas mais remotas localidades, onde o ensino online chega mais rápido do que a presença de um professor presencialmente, afinal o ensino e a formação deve ser direito de todos e para todos.

Utilizando de processo infográfico cronológico, apresentamos as ações políticas deliberadas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Colegiado do curso e Coordenação pedagógica, durante o período pandêmico, em formato que possibilite uma melhor compreensão dos dados em forma de cronologia de fatos e ações políticas:

Figura 19 - Quadro Cronológico de ações políticas educacionais tomadas pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo-UFAM durante a 1ª, 2ª e 3ª onda da Covid-19.



CRONOLOGIA DAS AÇÕES POLÍTICAS EDUCACIONAIS ATRIBUIDAS AO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFAM DURANTE A COVID-19.

2020

SET

21/09 - Reunião ordinária com o DAU, para deliberação de ações do departamento frente ao colegiado de curso. Ainda foi discutido os pontos de pauta: evento Webinário 10+10 ocorrido entre os dias 3 e 13 de novembro em comemoração aos 10 anos de fundação do curso de arquitetura e urbanismo da FT/UFAM. Outro ponto de pauta foi o resultado obtido com o ENADE 2019, o qual lançou nota 4 (3,85) ao desempenho do curso em classificação nacional, estadual e municipal. Além das pontuar as ações referentes ao ano letivo de 2020/I, assim como retomada de atividades possivelmente presenciais

2021

FEV

10/02 - Reunião ordinária com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Arquitetura e Urbanismo, sob convocação da Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, tratativas frente ao PPC e Ajuste no código da disciplina de Materiais de Construção na Arquitetura.

26/02 - Reunião ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura junto com os representantes dos Departamentais da Faculdade de Tecnologia para tratativa das ações referente ao semestre 2020/I.

MAR

10/03 - Reunião ordinária com o Colegiado do Curso de Arquitetura para tratativa de Aprovação dos ajustes do PPC realizado pelo NDE em 08 de fevereiro de 2021 e Aprovação dos demais integrantes da Comissão de Estágios;

25/03 - o Reunião Ordinária com Núcleo Docente Estruturante (NDE), para tratar os pontos de pauta:

Ponto 1: Avaliação da proposta da Comissão de Estágio para o ensino remoto (Processo 23105.009294/2021-03).

Ponto 2: Avaliação da proposta da Comissão de TCC para o ensino remoto (Processo 23105.009328/2021-51). O qual foi retirado da pauta para a revisão do calendário apresentado e a inclusão do Guia para o Trabalho de Conclusão.

ABR

05/04 - Reunião ordinária do colegiado do curso para tratativa dos pontos de pauta:

Ponto 1: Planos de ensino 2020 - ERE;

Ponto 2: Planos de ensino 2020/I;

Ponto 3: Guia para disciplinas de Estágio Supervisionado I e 2 - Modalidade remota - Semestre 2020/I - Processo 23105.009294/2021-03;

Ponto 4: Guia para disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e 2 - Modalidade remota - Semestre 2020/I - Processo 23105.009328/2021-51;

28/04 - Reunião ordinária com o Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia (CONDEP), juntamente com diversos outros conselheiros de outros departamentos ligado a FT, para tratativa: Apreciação do Plano de retorno de atividades presenciais da FT, do semestre letivo de 2021/I (ano civil 2022);

30/04 - Reunião do Comitê Interno de Enfrentamento do Surto Epidemiológico de Coronavírus, lançou a Nota Técnica Nº 001.2021/2021/COVID19/UFAM, a qual tratava das Orientações ao Planejamento e Execução das Fases de Flexibilização para as Atividades Presenciais.

AGO

25/08 - Reunião ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia (CONDEP/FT), juntamente com diversos outros conselheiros de outros departamentos ligado a FT, para discussão da Apreciação do Plano de retorno de atividades presenciais da FT, do semestre letivo de 2021/I (ano civil 2022).

SET

13/09 - Reunião ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia (CONDEP/FT), juntamente com diversos outros conselheiros de outros departamentos ligado a FT, para discussão da Apreciação da Aprovação dos planos de Ensino 2020/2 e Aprovação dos Planos de Ensino remanescentes 2020/I;

OUT

27/10 - Reunião ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia (CONDEP/FT), juntamente com diversos outros conselheiros de outros departamentos ligado a FT, para para tratar das propostas de alteração no Plano de Biossegurança da UFAM e as condicionantes para o retorno presencial das atividades administrativas e acadêmicas na FT.

CRONOLOGIA DAS AÇÕES POLÍTICAS EDUCACIONAIS ATRIBUIDAS AO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFAM DURANTE A COVID-19.

2022

ABR

25/04 - Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/FT) para tratativa da Modalidade de ensino para semestre 2021/02 (ano civil 2022), segundo a Resolução nº 012, de 11 de abril de 2022/UFAM

MAI

17/05 - O Gabinete do Reitor, encaminhou o Ofício Circular Nº 013/2022/GR/UFAM a respeito das Recomendações de flexibilização de atividades presenciais descritas no Plano de Biossegurança da UFAM para o retorno presencial das atividades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Amazonas, nos seus 06 campi.

JUN

13/06 - Reunião Ordinária do DAU para tratativa das medidas sanitárias, incluindo o Cadastro vacinal e-campus e medidas protetivas ao COVID-19 no DAU.
14/06 - Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo e os representantes dos Departamentos da FT para tratativa de aprovação dos Planos de Ensino 2021/2

JUL

07/07 - Reunião ordinária com a Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo e dois representantes discentes para discutir a Carta Protesto enviada pelos alunos concluintes do semestre 2021/2. Documento este que foi anexado ao processo SEI/UFAM 23105.027187/2022-30.
13/07 - Reunião ordinária com a Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo e dois representantes discentes e o Representante do Departamento de Expressão Gráfica, para Suspensão das atividades presenciais em todas as disciplinas no curso de 18 a 28 de julho de 2022 considerando o aumento nos casos de Covid-19.

3.3. Caminhos e descaminhos/ tensões/lutas em torno da formação do arquiteto no fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (Pandemia de COVID-19)

Se colocarmos em um processo de nuvens de palavras, todas as situações, ações, momentos, sentimentos e ideias, vivenciadas durante a pandemia, sem dúvidas teremos um número grande de palavras, e entre estas, talvez uma das mais fortes e significativas acredito ser o “DISTANCIMENTO”. Essa palavra que carrega um poder impregnado, visível, explícito e direto a respeito de uma possível ideia de “segurança”, também transporta o peso implícito da “segregação”, pois o distanciamento não foi o mesmo para todo! Teve quem pode fazê-lo como era pregado e houve aqueles que o fizeram impositivamente, pois as condições e os direitos em terras brasileiras são “as mesmas para todos”, isso em tese, mas na realidade os “Direitos Iguais para todos” é um direito estruturado para todos os iguais de uma mesma classe social estruturada. E com base nessa informação, podemos fazer uma analogia clara a respeito desse momento surpresa da pandemia e seus efeitos na sociedade. Foi assim durante todo o período pandêmico. Faça quarentena quem pode fazer, e quem não pode, lute como se pudesse!

Se há uma verdade sobre a experiência vivida com a pandemia, é a não documentada, mas sim vivida. É muito simplório destacar em palavras os acontecimentos, as ações políticas, os medos e incertezas vividos na pandemia. Entretanto, só quem viveu sabe o que realmente aconteceu e como aconteceu, pois, por mais que qualquer obra literária, documental tente transmitir, ainda será muito pouco frente a vivencialidade dos fatos reais.

Ao escrever essa dissertação, revisitamos as lembranças como uma seção de *Déjà vu*¹⁰⁹, onde foi impossível não relembrar as lembranças do início da pandemia junto de suas sensações e emoções. E por meio desta vivência, as informações presentes neste documento dissertativo, corroboram para uma pesquisa exploratória, documental e bibliográfica mais fidedigna e expositiva aos fatos apresentados.

¹⁰⁹ "O *déjà-vu* é a sensação de já ter visto ou vivido uma situação que está acontecendo no presente. A expressão francesa significa “já visto” (SOUZA, [2023])

Com o processo delineado por meio da pesquisa aquisitiva de dados exploratórios, documentais e bibliográficos, considerando o momento atípico da pandemia de SARS-COV-19 (COVID-19), assim como as explícitas deficiências já existentes antecessoras a situação de crise sanitária em ambos cenários apresentados nesta dissertação (Educação Superior Federal no Amazonas; Formação do Arquiteto e Urbanista; Saúde Pública no Amazonas), percebemos que as ações políticas, públicas e privadas, correlacionam um momento de descaso generalizado, proporcionado por um governo que pregava uma política nacionalista discriminatória, elitizada, antidemocrática e anticientífica, permeando a exibição clara de divisões sociais da sociedade brasileira, assim como as desigualdades.

“Esse governo foi eleito para atender aos interesses do grande capital nacional e internacional. Absolutamente tudo o que fizeram desde o primeiro dia de mandato foi exatamente atender a esses interesses da burguesia rural, das poucas famílias que controlam o sistema financeiro, e das petroleiras norte-americanas”, criticou o jurista e doutor pela Universidade de Harvard Adilson José Moreira, que também participou da discussão. (BRASIL DE FATO 20 ANOS, 2021)

Esta incorporação de uma “igualdade social”, que deveria ser coletiva e constante entre os indivíduos de uma mesma sociedade, nada mais é do que uma preconização de um mundo utópico onde estas palavras não são ações efetivas e concretas, mas sim, apenas palavras soltas como poeira jogada ao vento. Uma vez que estas são apenas implantadas aos indivíduos de uma mesma classe social em de um determinado campo social com propósito de servir apenas aos interesses destes membros, tornando assim um individualismo de classes e preconizando uma “falsa coletividade”, sendo está muitas vezes contraditória a realidade de outros indivíduos desta mesma sociedade.

Os campos sociais se estruturam como um lote de terra fértil para cultivo das relações concretas entre os diferentes agentes sociais e suas posições sociais, onde as os pilares de sustentação dos diferentes tipos de capital configuram as ações e relações de dominação/subjugação social. Estes denominados “campos sociais”, tornam-se cenário das relações de poder e suas hierarquias, que definem os valores e os interesses sociais, que legitimaram as desigualdades sociais de classe, além de construir as ações individuais e coletivas produzidas dentro das classes/habitus, interligado com as próprias estruturas estruturadas e estruturantes nos vários campos sociais existentes nas sociedades contemporâneas (Crossley, 1999, p. 647-670).

Os atos da sociedade e de seus indivíduos são retratos de incorporações desta mesma sociedade sobre estes mesmos indivíduos por meio do arbitrário cultural e que são legitimados e reproduzidos dentro do ambiente escolar. Considerado como arbitrário cultural, o conhecimento escolar adquirido dentro do ambiente de ensino, nos transmite as evidências empíricas que norteiam a escola como ferramenta de reprodução de desigualdades sociais, segundo Bourdieu (1992, 2003).

Nesse processo concomitante aos interesses desta dissertação, percebemos que a formação universitária na IES UFAM, foi um dos vários alvos do ataque anticientífico do então governo Bolsonaro. Este que por sua vez, desde que se consolidou como governante do país após as eleições de 2018, já preconizava o desinteresse de investimento e valorização do ensino e da pesquisa científica. Este ato evidencia e clarifica bem os estudos de Bourdieu, quanto as desigualdades sociais e a inferência do estado e de seu poder sob os subordinados que o elegeram. Reiteramos que no período pandêmico, onde mais necessitou-se de proatividade e valorização do ensino superior e da pesquisa científica por parte do governo, foi o momento que menos se teve aplicabilidade de verba pública para tal, ao contrário, o que se viu foi bloqueio e retirada de verbas já disponibilizadas, provocando assim manifestações gerais de todas as universidades e centros de ensino federais, conforme já retratado anteriormente nesta dissertação.

Considerando os momentos já documentados até aqui nesta dissertação, percebemos o entrelace da formação do arquiteto/a em Manaus. Ao olharmos para em arquitetura e urbanismo na IES UFAM, percebemos que esta formação consiste em um processo ainda engessado e tradicionalista, primando pela essência da arquitetura tradicional elencado ao urbanismo regional amazônico, apesar de ter criado um novo plano pedagógico de curso com uma nova matriz curricular. Chegamos em um ponto que precisamos repensar os cursos de arquitetura primando por técnicas tradicionais como o resfriamento e ventilação natural, os quais são tão ou até mais importantes do que a confecção de estruturas em laje de concreto pré-moldadas como relata Matoso (2022):

[...] Por exemplo, o quase apagamento do ensino de técnicas de resfriamento e ventilação naturais em detrimento da construção de lajes e torres de arrefecimento para ar-condicionados, acompanhando uma indústria extremamente nociva para o planeta.
[...]

[...] A grande maioria das escolas do mundo divide sua matriz curricular nos seguintes eixos: Paisagismo; Interiores; Urbanismo; Projeto; História e Teoria

Contudo nos últimos 15 anos essa divisão se tornou obsoleta e frágil. Revolução digital, indústria 4.0, robotização, automatização dos trabalhos, metaverso... Como tudo isso se encaixa dentro dessa matriz? Como demandas de pequenos grupos e coletivos de realidades distintas se encaixam nessa divisão? [...]

[...] Por que as universidades não estão falando sobre culturais ancestrais? Sobre Design Justice? Sobre Biomateriais? Sobre agricultura urbana? É comum vermos esses temas tratados em congressos, palestras, eventos e seminários como conteúdos eletivos da profissão. Mas eles não fazem parte efetivamente dos currículos. Não vemos arquitetos formados prontos para trabalharem com biofilia, por exemplo. [...] (MATOSO, 2022).

A autora ainda relata, que por mais que os tradicionais ensinamentos da arquitetura e do urbanismo tradicional permaneçam sendo ministrado no futuro, é hora de se repensar esse essa formação, criando novos e inovadores meios de disseminação do conhecimento, principalmente abordando temas atuais como a tecnologia, o uso mais do que consciente de Recursos Naturais como água, vento e Energia solar, o Empreendedorismo, Biomateriais, Metaverso, Realidade Virtual e Aumentada, e mais recente a Inteligência Artificial:

[...] Embora a história e a teoria da arquitetura possam seguir sendo ensinadas da mesma forma no futuro—pelo menos em seu conteúdo—, a prática de projeto, esta sim, deverá assumir uma forma completamente nova.

Alguns temas que poderiam ser abordados nesse novo currículo projetual:

Decolonialidade e Novas Estéticas
Biomateriais, Técnicas Sustentáveis e Meio Ambiente
NFT, Metaverso e Tecnologia
Cidades, Agricultura e Água
Primeira infância, PCDs e Terceira Idade
Saúde, Bem-estar e Conforto
Empreendedorismo, Comunicação e UrbanTechs. [...] (MATOSO, 2022).

Através de mecanismos que primam pela boa e tradicional arquitetura e urbanismo, considerando as inovações tecnológicas e as atuais realidades do mundo contemporâneo, poderemos formar profissionais bem mais preparados a enfrentar as reais necessidades da população do novo século, possibilitando a estes o acesso no agora as ferramentas e instrumentos que os auxiliaram e conduziram ao processo de criar cidades, moradias populares, cidades, parques e principalmente urbanização

efetivas que primam, valorizem e respeite, a saúde coletiva, o direito a vida e a moradia, integrando sustentabilidade e a incorporação de meios igualitários entre todos os cidadãos, como o próprio Severiano Mário Porto ousou falar:

“A natureza cria, o Arquiteto ~~transforma~~ INTEGRA” (SEVERIANO MÁRIO PORTO)

Considerando o período pandêmico e todos os percalços atrelado a este, o curso de Arquitetura e Urbanismo da IES UFAM assim como outros pelo Brasil a fora, se depararam frente a um desafio jamais vivido antes. Com a impossibilidade de ter aulas presenciais, e uma internet deficitária, muitas instituições precisaram se desdobrar em meios de possibilitar o ensino fora da sala de aula com eficácia e qualidade. Contudo, esse processo mostrou os desafios que as escolas de arquitetura e urbanismo do Brasil, precisam melhorar para acompanhar o mercado, as inovações e principalmente o cenário formativo da área. Precisamos pensar que o ensino e o aprendizado podem ir além das aulas síncronas e assíncronas, que a sala de aula é um dos instrumentos de disseminação do ensino, podendo ser mais bem configurado para atender e acompanhar a educação do futuro.

Precisamos considerar dentro da sala de aula a importância de estudar e projetar meios de edificações efêmeras, as quais possam ser projetadas e montadas com rapidez e que seu desmonte também incorpore essas questões, de modo que possam atender situações de crise humanitária, emergencial e sanitária como ocorreu com a pandemia de Covid-19, quando por falta de leitos, e incitações adequadas, criou-se unidade hospitalares de campanha por que a rede pública deficitária não comportou o quantidade exorbitante de doentes.

Outra questão evidente com essa dissertação, apresentou-se por meio da desnudez da desigualdade de moradia digna da população, onde os mais vulneráveis estavam residindo em becos e vielas de diversas ocupações irregulares, sendo estes os mais afetados pela pandemia, pois em uma mesma casa residem muitas das vezes mais de uma família, sendo assim um grande propagador da doença. Essa realidade, evidencia o grande déficit de moradias de diversas localidades, inclusive a cidade de Manaus.

Com essa pesquisa não buscamos explanar um juízo de valor a respeito do que é certo ou errado frente ao ideal proposto, mas sim propor fatos para discursões

reais das ações políticas estruturadas que possibilitem melhores ferramentas para estruturação formativa em Arquitetura e Urbanismo dentro do Campus da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas, de modo que possamos pensar juntos os melhores meios a serem incorporados, formando profissionais que atendam a sociedade e ao meio ambiente amazônico melhor qualificados.

Com relação ao processo de coleta e análise documental, estruturamos a pesquisa em primeiro momento, considerando como ponto chave, o delineamento a partir dos fatos evidenciados na atualidade, considerando especificamente o período de 2020 a 2022, onde nos deparamos com notícias em jornais, revistas, periódicos, obras literárias, documentos oficiais de órgãos governamentais e entidades relacionados aos assuntos pertinentes, assim como entrevistas, vídeos e reportagens. Considerando o período específico, dividimos os arquivos bibliográficos e documentais coletados para a pesquisa, em assuntos de extrema relevância, como a pandemia, o ensino superior nesse período, a discursões a respeito do ensino remoto, EaD e ensino híbrido, e a formação em arquitetura e urbanismo diante deste cenário.

A partir dos traços e percursos já estruturados, prosseguimos o fluxo da pesquisa com os documentos inventariados, onde nessa etapa inicial, constatamos que havíamos coletado e catalogado 115 documentos, os quais na ocasião foram apresentados diante da banca de qualificação. Compreendo que esse momento a pesquisa científica ainda transitava entre a dubiedade de fatos, continuamos o desenvolvimento dela.

Ao avançar da pesquisa, identificamos os cenários intrínseco a esta e seus atrelamentos de percalços, ora de impossibilidade de acesso à informação, ora de solicitação de informações não respondidas, não podendo deixar de mencionar os momentos de “mendicância” para obtenção de dados junto àqueles de detinham tais informações. Passados os períodos inércia na coleta de dados, a pesquisa retoma seu trajeto de configuração dos primeiros resultados, onde chegamos ao inventario de documentos coletados em um acervo documental, onde este por sua vez ganhou configuração de divisão em 3 eixos dos quais classificamos como: **AÇÕES POLÍTICAS, ENSINO e FORMAÇÃO.**

Quadro 5 - Inventário Documental

DOCUMENTOS INVENTARIADOS		
AÇÕES POLÍTICAS	ENSINO	FORMAÇÃO
101	10	74

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos coletados.

Através dos documentos coletados e organizados, seguimos a penúltima etapa da pesquisa, onde tomou algumas grandes horas sentado frente a mesa de estudos para a uma das etapas de maior importância (se não a maior), para o delineamento dos conceitos a serem formulados ou não no último processo da pesquisa.

Análise dos documentos foi concebida de forma que a cada documento eu necessitasse de um tempo próprios de absorção de informações e análise produzida. Neste momento, confesso minha exaustão em lê tantos decretos, artigos e atas, assim como outros documentos para confecção de um discurso plausível, onde acredito ter conseguido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está dissertação é resultado de um longo e amadurecido processo de pesquisa, onde o design metodológico escolhido para confecção desta documentação científica, abordou etapas fundamentais ao escopo aqui desenhado. A luz disso, um dos eixos fundamentais para a confecção das análises obtidas se deu através da problemática desta pesquisa, a qual buscou tentar entender como e quais foram as medidas políticas tomadas pela direção da Faculdade de Tecnologia (FT) e da Coordenação do curso de arquitetura e urbanismo para com o curso no cenário pandêmico? Desta forma, as questões norteadoras escolhidas para esse processo foram: Como foi o processo de formação do/a arquiteto/a e urbanista na UFAM durante a pandemia de Covid-19? Quais as tomadas de decisões realizadas, no âmbito da formação, pela universidade e o colegiado do curso de arquitetura e urbanismo durante a pandemia?

Diante do exposto, a pesquisa ainda incorporou o objetivo geral de compreender como se deu a formação do/a arquiteto/a e urbanista no interior da UFAM, entre 2020 e 2022, em cenário atípico, atrelado aos objetivos específicos: a) caracterizar as medidas político-institucionais tomadas pela UFAM durante a pandemia; b) analisar as tomadas de decisão do colegiado do curso de arquitetura e urbanismo frente ao período pandêmico; e c) compreender o ressurgimento das discussões relacionadas ao ensino de arquitetura e urbanismo em modalidade de ensino *EAD* e a medida emergencial do ensino remoto, com base nos posicionamentos das entidades de classe e ensino.

E com base no atual cenário, a pesquisa buscou apresentar dados bibliográficos e documentais analisados, através de um Inventário Documental e Revisão de Literatura Integrativa (RLI) como o design metodológico, permeando ações estruturadas e reflexivas que nortearam discussões para caminhos ou descaminhos em torno da formação do arquiteto e urbanista pós pandemia, fomentando ainda margens para futuras pesquisas mais aprofundadas e com foco na perspectivas de novos horizontes formativos.

Ao longo do processo da pesquisa nos vemos frente a mais dúvidas do que certezas, compreendendo que o ato de duvidar nos instiga a confeccionar questionamentos críticos a respeito daquelas que intitulamos como possíveis

certezas. Nesse ponto nos deparamos envolvidos em um mundo de discussões teóricas subjetivas e objetivas, implícitas e explícitas emergindo de um universo reflexivo que caracteriza as considerações finais de nossa pesquisa.

Mais do que se deparar com documentos, artigos, revistas, obras literárias textos científicos, me vi perante a angústia, ao senso de humanidade que muitas vezes passa despercebido nas pesquisas científicas. Retroagir ao momento do ápice da pandemia em Manaus, em específico à crise do oxigênio é reviver a sensação de desespero, medo, insegurança e incapacidade, além dos sentimentos de revolta e indignação. Ouvir e ver os relatos de familiares em reportagens é tão doloroso quanto revoltante, pois ao mesmo tempo que estive revisitando esse cenário, me deparei com as lembranças de amigos e parentes que foram vitimizados por essa patologia clínica que assolou a todos, e que aliado a essa questão, ainda há as ações que os governos estadual e federal não fizeram para evitar um dos piores momentos da cidade Manaus.

Ao se referir a formação do profissional de arquitetura e urbanismo, considerando os atrelamentos entre teoria, sociologia, educação, arquitetura e urbanismo e saúde, chegamos ao processo final desta escrita, a qual proverá a identidade final dessa dissertação, pensando o processo desde seu surgimento de ideal a ser pesquisado. Foi um processo normal, considerar ainda previamente um juízo de valor a respeito dos meios a qual pesquisaria. Achar que a pesquisa já estava delineada e os objetivos já claros e explícitos, apenas para serem descobertos e pesquisados, entretanto, esse pensamento leviano e imaturo aconteceu de forma natural e inocente, uma vez que me apresento como um pesquisador em primeiros passos, desbravando o mundo científico agora na pós-graduação, ora de certa forma tardia, ora compreensível. Dessa forma, a reflexibilidade das ações reflexivas permeiam um entrelace de introspecções que condicionam o real sociológico, aplicado às inferências internas, ações correlatas aos agentes no campo do *habitus* e às irremediáveis analogias prospectivas de meios posicionais dos sujeitos sociais, as quais destaco nesta pesquisa como existentes, porém que *a priori* estavam previamente estabelecidos em um campo social com determinadas ações já definidas.

Contudo, com base na fluidez da própria ação-pesquisa, percebi que essas predefinições estabelecidas já não eram verdadeiras e que as ações e meios de obtenção de informações e dados são concebidos pela própria pesquisa e os agentes relacionados por esta, e não pelo pesquisador. O pesquisador não é detentor do

conhecimento e do processo de escrita, meios e ferramentas de pesquisa, tão pouco dos métodos atrelados a este. O pesquisador é apenas um dos agentes pelo qual a pesquisa se delinea adquirindo forma e aparência construída para assim se mostrar como objetividade clara resultante de um determinado processo.

Nesse sentido, a pesquisa foi claramente independente na forma de se construir, obtendo-se de mim e dos demais agentes como ferramentas de confecção de um produto passível ou não de verdade absoluta, e informações explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas ao resultado caracterizado como produto final.

Por esse motivo atrelo a concepção de pensamento de que esta pesquisa não apresenta seu término neste momento e sim apenas o pontapé inicial para uma discussão mais aprofundada em momento oportuno a esta dissertação, e que ela também não deverá refutar ao preceito de resultado de clareza objetiva adquirida.

Com base nesse descritos, entendemos que a formação em Arquitetura e Urbanismo da IES UFAM apresenta prováveis percalços passíveis de melhorias, as quais podem contribuir para um melhor ensino e aprendizagem, fomentando a formação de profissionais mais bem preparados a enfrentar o mercado de trabalho, e que tragam em suas bagagens de aprendizado mais do que somente o conhecimento explicitado ao longo do processo formativo. De modo que estes também possam celebrar os conhecimentos teóricos, técnicos e reflexivos adquiridos, pensando a formação na IES UFAM como um ofício de arauto profissional obtido em um espaço com diferencial estrutural e arquitetônico locado em uma área densamente povoada por espécies arbóreas nativas da região em meio a uma das maiores metrópoles do Brasil. Considerando também que as inferências provocadas por esse processo dentro do espaço físico de ensino, fomenta a real vitalidade do ambiente para a disseminação do conhecimento, permeando as discursões e reflexões de grande valia para a formação deste profissional de suma importância para a concepção de cidades mais estruturadas e bem planejadas, assim como espaços urbanos pensados e projetados com bases nas primazias de disciplinas tradicionais, condicionados às necessidades da atualidade e suas inovações tecnológicas com mais fidedignidade às claras e reais mudanças do mundo contemporâneo.

Retroagindo ao momento da introdução desta dissertação, onde apresento a metodologia, os objetivos e as questões norteadoras, me deparo nesta etapa final, concluindo que consegui atender e responder as propostas inicialmente

apresentadas. Acredito ainda que os questionamentos apresentados foram respondidos e ainda acrescento que, em relação ao objetivo geral, no qual havia proposto compreender como se deu a formação do/a arquiteto/a e urbanista no interior da UFAM, entre 2020 e 2021, em cenário atípico, consegui ir além do proposto, uma vez que apresento também nesta dissertação os dados e a análise referentes ao ano de 2022, por compreender a importância do mesmo, para o entendimento do processo da saúde sanitária no país, após o primeiro ano da primeira aplicação de um imunizante eficaz contra a COVID-19 no Brasil.

Entre as análises obtidas, destaco a própria pesquisa em momento jamais vivido e que do ideal cinematográfico se materializou em um dos piores pesadelos da humanidade (pandemia), esta etapa de desenvolvimento das ações intelectuais científicas, foram suprimidas pelas próprias condições externas a pesquisa, como forma de resguardar os dados e o próprio pesquisador. Elenco ainda a concepção de entendimento a respeito da própria formação do arquiteto em Manaus, a qual foi observada a escassez de pesquisa nesse campo da arquitetura como meio acadêmico formativo e não somente de atuação profissional. Obtivemos ainda a evidência da falta de componentes mais diretamente ligados às ciências humanas na formação deste profissional dentro do âmbito da instituição formadora, uma vez que a ementa de curso carece de disciplinas que conectem a necessidade socialmente subjetiva atrelada às condições objetivas das pessoas em áreas urbanas de ocupação irregular criando ações que provoquem políticas públicas mais eficientes para a sociedade. Condiciono ainda o fato evidenciado junto às análises adquiridas, da necessidade de se repensar e reinventar a formação do profissional de arquitetura e urbanismo, que até o momento ainda é vanguardista na própria instituição (UFAM), de modo a pensar as disciplinas teóricas em formas mais digitalizadas e tecnológicas, possibilitando uma autonomia para o estudante no processo de estudo, porém deixando claro a necessidade de avaliações presenciais como forma de formar o conhecimento e não somente avaliar.

Outra análise evidenciada é a necessidade clara e objetiva de se implementar uma reinvenção das disciplinas da formação em arquitetura e urbanismo, mais condizentes com as necessidades da sociedade atual, possibilitando que estes futuros profissionais, ainda dentro da sala de aula, possam ver como se utilizar e criar

ferramentas tecnológicas e biosustentáveis pensadas para atender as demandas mais eficientes do mercado da construção civil.

Diante do exposto nos vimos vivenciando o uso das tecnologias para o ensino e aprendizado de forma explícita e quase que obrigatória durante a pandemia. Este advento deve-se ao momento, em que nos encontrávamos sem alternativas para enfrentar as circunstâncias, prezando pela continuidade das atividades acadêmicas e tentando manter a segurança com a saúde. Este evento nos possibilitou viver a tecnologia intensamente para atender as necessidades pessoais e profissionais em todas as áreas de formação, o que talvez, em outro momento não seria tão utilizado.

Do ponto de vista desta documentação, a pandemia não nos trouxe melhorias ou benefícios, mas sim muitas reflexões, preocupações e principalmente meios a serem pensados para a saúde, formação profissional, educação e principalmente relações pessoais e sociais. Em específico a educação e a formação, notamos que precisamos repensar sobre a funcionalidade das tecnologias que nos rodeiam e principalmente compreender que está pode ser grande aliada para a praticidade da disseminação do ensino, porém, não somente em situações extremas, mas sim no nosso dia-a-dia. A arquitetura por meio digital é possível, deste que as vertentes estabelecidas da qualidade do ensino e da formação sejam constantes e pensadas a atender a nova geração tecnológica a que vivenciamos e vivenciaremos.

Apresentar acolhimento por meio digital aos docentes e discentes de cursos de arquitetura e urbanismo é fundamental para a aplicabilidade das ferramentas de formação, cativando-os e os encorajando a ter uma dedicação promissora e responsável com suas atribuições no meio acadêmico e social, mudando assim uma visão mercadológica do ensino EaD a qual ainda enfrentamos nos dias de hoje. Desta forma, poderemos ter uma formação do/a arquiteto/a que valoriza o uso das novas alternativas tecnológicas para propagação da formação profissional, assim como os ensinamentos tradicionais e vanguardistas da arquitetura e seus movimentos e estilos, feita por aqueles que nos antecederam e fincaram as fundações da arquitetura do deias atuais. Olhar para o passado é respeitar seus ensinamentos e o utilizá-lo como aparato de ancoramento das ações presentes que nos moldaram a enfrentar novos desafios no futuro.

Aproveito ainda a oportunidade para tentar responder um dos questionamentos que me incomodou muito durante a qualificação. O questionamento feito foi: O que a

pesquisa do Roberth Cavalcante Aragão vai contribuir para a sociedade? Na ocasião, confesso que não me veio uma resposta clara, precisa e que transmitisse meu real objetivo (na verdade eu ainda não tinha essa resposta). Contudo, agora ao final da dissertação, respondo com convicção que a pesquisa cumpriu seu objetivo de explanar ao mundo que o Amazonas abraça e acolhe a todos, mas que todos nós devemos abraçá-la também, pois tudo está interligado, e aonde quer que eu vá, ela estará comigo, seja onde for. E a educação é uma joia rara sem valor, pois seu valor é tão grandioso que chega a ser inestimável de tão valiosa. E, como forma de respeitar a Amazônia e compreender seu valor, a arquitetura no Amazonas como arte de concepção de construções, deve entender sua originalidade que a fez existir nessas terras, e assim através deste entendimento, possibilitar melhores condições educacionais para a formação e o ensino das novas gerações de arquitetos que vivem, trabalham e residem aqui.

*“É dever do arquiteto Amazônico,
sentir a Amazônia e por meio dela
criar integração arquitetônica social”.*

Roberth C. Aragão

REFERÊNCIAS

'A gente se sente impotente', diz médica sobre a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus - 17/01/2021. Produção de Evandro Siqueira Et. **AI..** Realização de Paulo Frazão. Intérpretes: Repórter Alexandre Hisayasu. Manaus: Rede Globo, 2021. (15 min.), son., color. Imagem de Alexandro Pereira. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9186178/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ABRAHIM, Roger. **Poesia na Floresta**: a obra de severiano porto no amazonas. 22. ed. Manaus: Reggo Edições, 2014. 112 p. ISBN 978-85-63651-46-4.

ACAYABA, Marlene Milan; FICHER, Sylvia. Arquitetura brasileira: tendências atuais. **Projeto**, São Paulo, n. 16, p. 23-30, nov. 1979. Acesso em: 29 jan. 2021.

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. 1. ed. São Paulo: Vicente Wissenbach, 2003.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. A Formação do Arquiteto e a Universidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 78, n. 188/189, p. 57-85, jan./dez. 1997.

ALVES, Bruno Henrique; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri. Alguns conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu relacionados com a análise de rede social. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.28, n.3, p. 135-148, set./dez. 2018. p.136.

ATCON, R. P. **Manual para o planejamento integral do campus universitário**. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. FAU, 1970. p. 38.

AMAZONAS, Portal G1 (org.). **Amazonas tem primeira morte por novo coronavírus, diz Susam. 2020.** Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/03/24/amazonas-tem-primeira-morte-por-coronavirus-diz-susam.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

AMAZONAS. Ascom. Ufam. **Faced realiza campanha interna para ajudar estudantes durante quarentena.** 2020. Texto elaborado por Sandra Siqueira. Disponível em: https://www.ufam.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1534:sem-ana-de-engenharia-quimica-acontece-de-18-a-22-de-novembro&catid=36:eventos&Itemid=171. Acesso em: 04 maio 2023.

AMAZONAS. Secretaria da Casa Civil. Governo do Estado do Amazonas. **Governo do Amazonas começa a executar plano de distribuição das vacinas contra Covid-19.** 2020. Disponível em: <https://www.casacivil.am.gov.br/governo-do-amazonas-comeca-a-executar-plano-de-distribuicao-das-vacinas-contracovid-19/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

AMAZONAS. Sue Anne Cursino. Adua-Ufam. **Docentes da Ufam enfrentam ensino remoto imposto pela pandemia.** 2021. Texto elaborado por Sue Anne Cursino.

Disponível em: https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=1438. Acesso em: 05 maio 2023.

ANDRADE, R.M.F. **Artistas coloniais**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ARCH DAILY (São Paulo) (org.). **Reserva técnica**: o que a legislação nos diz sobre esta prática. o que a legislação nos diz sobre esta prática. 2019. Texto elaborado por Julia Daudén. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925711/reserva-tecnica-o-que-a-legislacao-nos-diz-sobre-esta-pratica>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ARCHDAILY (São Paulo) (org.). **Mercado de trabalho de arquitetura retoma crescimento no fim de 2020**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/955743/mercado-de-trabalho-de-arquitetura-retoma-crescimento-no-fim-de-2020>. Acesso em: 08 ago. 2023.

ARQUITETÔNICOS, Estilos. **Arquitetura Moderna**. 2022. Ronaud Alves Pereira. Disponível em: <https://www.estilosarquitetonicos.com.br/arquitetura-modernista/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ARQUITETURA ESTRUTURAL. **Como foi o Início da Arquitetura Moderna Brasileira**. Youtube, 2019. (15 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FHrcxhrOGzg>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ARRUDA, A. L. B. Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. **Espaço do currículo**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 501-510, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Aprender Arquitetura e Urbanismo à Distância não funciona**. 2017. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/20170126_abea_carta_contra_ead_em_au-1.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO E A PANDEMIA DO COVID-19**. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/10O7lvpdkl_Xps55aBlejIGJvRgo0BoHh/view. Acesso em: 17 maio. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BARATTO, Romullo. **Em foco**: severiano porto. Severiano Porto. 2016. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-177767/feliz-aniversario-severiano-porto?ad_campaign=normal-tag. Acesso em: 27 mar. 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROSO, L. R. *et al.* A Democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. **As Relações Internacionais e O Brasil no Mundo: debate e reconstrução**, Rio de Janeiro/Rj, v. 1, p. 1-208, 2022. Trimestral. ISSN 2764-7897. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/edicao/1/jan-mar-2022>. Acesso em: 07 set. 2022.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: rumos da arquitetura brasileira**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2003.

BBC NEWS BRASIL (Brasil). Bbc. **Guerra da Ucrânia: em gráficos, como conflito mudou desde o início há um ano**. 2020. Texto elaborado por Lorna Hankin. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c727110nqrgo>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BBC NEWS BRASIL (Washington). Bbc (org.). **Como os EUA passaram a exportar 'extremismo antigoverno'**. 2023. Texto elaborado por Alessandra Corrêa. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64234163>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BBC NEWS. **Coronavírus: primeira capital do Brasil em lockdown tem ruas lotadas e trânsito intenso**. BBC NEWS BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52497230>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BBC NEWS BRASIL (São Paulo). Bcc News. **Tratamento precoce | 'Kit covid é kit ilusão': os dados que apontam riscos e falta de eficácia do suposto tratamento: os dados que apontam riscos e falta de eficácia do suposto tratamento**. 2021. Texto elaborado por André Biernath. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55775106>. Acesso em: 10 set. 2023.

BLOG MINHA SAÚDE (Brasil). Proteste. **Preços do álcool gel disparam diante da crise do coronavírus**. 2020. Texto elaborado por Redação. Disponível em: <https://minhasaude.proteste.org.br/precos-do-alcool-gel-disparam-diante-da-crise-do-coronavirus/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BNC AMAZONAS (Amazonas). Brasil Norte Comunicações (org.). **Transire doa EPis a bombeiros civis e coveiros de Manaus**. 2020. Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/municipios/transire-epis-bombeiros-coveiros/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BONETTI José C. et al. Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas-Ft/Ufam. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO ARQUITETURA E URBANISMO**. Manaus: Administração da Faculdade de Tecnologia, 2010. 128 p.

BOURDIEU, P. Coisas Ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; **Os usos sociais da ciências: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004b.

BOURDIEU, P. Coisas Ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Ed. 70, 2008.

BORDIEU, P.. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BORDIEU, P.. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRAIDA, Frederico. **Panorama do ensino a distância de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. In: ENSEA ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO E CONABEA – CONGRESSO NACIONAL DA ABEA, 3720., 2019, Rio de Janeiro. **Artigo**. Rio de Janeiro: Ensea/conabea, 2019., 2019. v. 42, p. 400-412.

Brasil. IN: ENSEA ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO E CONABEA – CONGRESSO NACIONAL DA ABEA. 37., 2019, Rio de Janeiro. **Artigo**. Rio de Janeiro: Ensea Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo e Conabea – Congresso Nacional da Abea, 37, 20., 2019, Rio de Janeiro Artigo ... Rio de Janeiro: Ensea/conabea, 2019. v. 42, p. 400-412. Disponível em:

BRASIL CAMINHA PARA DÉCADA COM CRESCIMENTO MAIS FRACO EM 120 ANOS. São Paulo, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/brasil-caminha-para-decada-com-crecimento-mais-fraco-em-120-anos.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL DE FATO 20 ANOS (Brasil). **Bolsonaro e Guedes favorecem os ricos e prejudicam trabalhadores, diz pesquisa**: Brasil. 2021. Texto elaborado por Tiago Pereira. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/13/bolsonaro-e-guedes-favorecem-os-ricos-e-prejudicam-trabalhadores-diz-pesquisa>. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Agência Senado. Senado. **Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Andifes. Andifes. **Relatório de Gestão: 2019-2020**. Brasília: Andifes, 2019. 53 p. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio-de-Gestao-2019.2020_Reitor-Joao-Carlos-Salles.pdf. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **DIRETRIZES GERAIS SOBRE APRENDIZAGEM HÍBRIDA**. [2021]. PROJETO DE RESOLUÇÃO - CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo**. [2021]. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 15 setembro 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Diário Oficial da União. Brasília, n. 100, seção 1, p. 3, 26 de maio 2017.

Marcelo José Braga Nonnenberg. Ipea. **Como a guerra na Ucrânia poderá afetar o comércio exterior? Efeitos sobre o Brasil**. 54. ed. Brasília: Dimac, 2022. 10 p. (Nota 22). Carta de Conjuntura | 54 | 1º trimestre de 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220315_cc_nota_22_guerra_da_ucrania.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Portaria **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 53. ed. Brasília: Imprensa Nacional, mar. 2020. Seção 1. Ministério da Educação - Gabinete do Ministro. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 01 maio 2023.

BRUAND, Yves. 2005. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo – SP: Editora Perspectiva.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL - CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - Cau/br. **CAU manifesta-se contra aumento da carga horária em EaD em cursos presenciais**. 2020. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/cau-econtra-aumento-da-carga-horaria-do-ead/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-5, 2020.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-5, 2020.

CARVALHO, Rosiene. **Governo do Amazonas confirma containers frigoríficos no Delphina para mortos pelo Covid-19**. 2020. Blog da Rosiene Carvalho. Disponível em: <http://www.rosiene.blog.br/governo-do-amazonas-confirma-containers-frigorificos-no-delphina-para-mortos-pelo-covid-19/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CASA VOGUE (Rio de Janeiro). **80% dos arquitetos tiveram aumento na demanda de trabalho em 2021, aponta estudo**. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Negocios/noticia/2022/01/80-dos-arquitetos-tiveram->

aumento-na-demanda-de-trabalho-em-2021-aponta-estudo.html. Acesso em: 08 ago. 2023.

CAU/RJ (Rio de Janeiro). **Duzentos anos do ensino de arquitetura no Brasil: história e reflexões**. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes/>. Acesso em: 14 maio 2023.

CAU/RJ (Rio de Janeiro). Cau/Br. **Arquiteturas da distância: o que a pandemia pode revelar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo**. o que a pandemia pode revelar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo. 2020. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/arquiteturas-da-distancia-o-que-a-pandemia-pode-revelar-sobre-o-ensino-de-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 14 maio 2023.

CAU-RS. Ofício PRES-CAU/RS Nº 18 (2022). Ofício PRES-CAU/RS nº 01, de 03 de março de 2022. Ofício PRES-CAU/RS Nº 18/2022/CAU-RS. **Ofício PRES-CAU/RS Nº 18/2022/CAU-RS**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Presidente do Conselho, 03 mar. 2022. p. 1-9.

CERETO, Marcos Paulo. **Experiência com EAD para disciplina prática de Arquitetura**. Amazonas: Faculdade de Tecnologia, 2020. 12 p. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAM.

CERQUEIRA, B. R. S. EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa/Pr, v. 23, n. 23, p. 1-5, 2020. Continua. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/issue/view/748>. Acesso em: 26 set. 2022.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS (Amazonas). Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Ensino e Formação: CAU/BR esclarece situação do registro profissional para cursos EaD**. CAU/BR esclarece situação do registro profissional para cursos EaD. 2021. Disponível em: <https://www.cauam.gov.br/ensino-e-formacao-cau-br-esclarece-situacao-do-registro-profissional-para-cursos-ead/>. Acesso em: 17 maio 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Carta pela Qualidade do Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. 2018. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/3_Of.-106-2018-CAU-BR-MEC.pdf/Acesso em: 16 maio. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **CARTA-ABERTA À SOCIEDADE E AOS (AS) CANDIDATOS(AS) NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 – UM PROJETO DE CIDADES PÓS-PANDEMIA**. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Carta-aberta31082020.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Deliberação Plenária DPO/BR Nº 0088/2019 – Registro Profissional de egressos de cursos de arquitetura e urbanismo ministrados na modalidade EAD – Ensino à Distância**.

2019. p. 1-3. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/deliberacaoplenaria-dpobr-0088-01.pdf/> Acesso em: 16 maio. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Em carta ao MEC, IAB critica ensino a distância de Arquitetura e Urbanismo**. 2017. Disponível em: <https://caubr.gov.br/iab-critica-ensino-a-distancia-de-arquitetura-e-urbanismo/Acesso> em: 16 maio. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Deliberação Plenária DPO/RS Nº 1033/2019 – Registro Profissional de egressos de cursos de arquitetura e urbanismo ministrados na modalidade EAD – Ensino à Distância**. 2019. p. 1-4. Disponível em: https://caurs.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/DOC_02_DELIBERACOES_CAURS-10311032103310343.pdf/ Acesso em: 16 maio. 2023.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Manaus). Centro Universitário Luterano de Manaus-Ceulm/Ulbra. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO ARQUITETURA E URBANISMO**. Manaus: Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2016. 175 p.

SBT News. **CORONAVÍRUS: 45 dos 50 leitos de UTI do Amazonas já estão ocupados**. Amazonas: Sbt News, 2020. (2 min.), color. O Amazonas possui apenas 50 leitos de UTI e de acelerar o processo de recuperação dos pacientes com Covid-19, os médicos estão testando um novo equipamento. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0wuUn_I_mqw. Acesso em: 23 abr. 2023.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CROSSLEY, Nick (1999), “Fish, field, habitus and madness: the first wave mental health users movement in Great Britan”, in *British Journal of Sociology*, vol. 50, nº 4, 647-670.

DE ALMEIDA PINTO, G.; BUFFA, E. **Arquitetura e educação: câmpus universitários brasileiros**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1p195uv45jc1c4qV8CxFzLlfXStwr_eN/edit. Acesso em: 05/01/2023

DURHAM, E. R. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil**. São Paulo, NUPES, Documento de trabalho, v. 9, p. 98, 1998.

DUTRA, Jurandir; SITOIE, Carlitos Luís. O Ensino a Distância em Tempos de Pandemia e suas Adequações, Interações, Afetividades e Resultados. **Ead em Foco**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1-14, 25 nov. 2020. Fundação CECIERJ. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v10i3.1085>. Acesso em: 28 jan. 2021.

E. CARREIRA (São Paulo). Revista Exame 55 Anos (org.). **O que fazer aos 20 para ter sucesso aos 30 anos**. 2014. Texto elaborado por Talita Abrantes. Disponível em:

<https://exame.com/carreira/o-que-fazer-aos-20-para-ter-sucesso-aos-30-anos/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

EBIOGRAFIA (Brasil). Ebiografia (org.). **Frank Lloyd Wright**: biografia de frank lloyd wright. Biografia de Frank Lloyd Wright. Texto elaborado por Dilva Frazão. Disponível em: https://www.ebiografia.com/frank_lloyd_wright/. Acesso em: 31 mar. 2023.

ECONOMIA (Brasil). Uol Notícias (org.). **Por que ricos ficaram mais ricos e pobreza explodiu na pandemia?** 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/rfi/2020/09/30/por-que-ricos-ficaram-mais-ricos-e-pobreza-explodiu-na-pandemia.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL (São Paulo). Instituto Itaú Cultural. **Escola Paulista**. 2019. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo8817/escola-paulista>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL (São Paulo). Instituto Itaú Cultural. **Vilanova Artigas**. 2019. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa13159/vilanova-artigas>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL (São Paulo). Instituto Itaú Cultural. **Escola Carioca**. 2019. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo8816/escola-carioca>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL (São Paulo). **GREGORI Warchavchik**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa226676/gregori-warchavchik>. Acesso em: 10 de março de 2023.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL (São Paulo). **LE Corbusier**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2189/le-corbusier>. Acesso em: 13 de março de 2023.

ÉPOCA NEGÓCIOS (São Paulo). Globo (org.). **Como a economia andou — e desandou — em 2020**. 2020. Texto elaborado por Lucas Crivelenti e Castro. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/12/como-economia-andou-e-desandou-em-2020.html>. Acesso em: 31 mar. 2023.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. **23ª Reunião Anual da ANPED**, v. 7, 2000.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Carta da FeNEA sobre os cursos de Arquitetura e Urbanismo em modalidade EAD**. 2017. Disponível em:

<https://www.caubr.gov.br/wpcontent/uploads/2018/01/fenea-carta.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Carta Aberta Campanha “Urbanismo Contra o Corona”**. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Fd2fdq0PBRINT2uL2BF6stny1GNbTvjc/view>. Acesso em: 17 maio. 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Carta Aberta “Sobre o Ensino Durante a Pandemia”**. 2020. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Carta_Sobre-o-ensino-durante-a-quarentena.pdf.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

FELIPE BETIM (Manaus). El País. **As ações de Pazuello durante a pandemia de covid-19 que agora o colocam em xeque**. 2021. Texto elaborado por Felipe Betim. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-24/as-aco-es-de-pazuello-durante-a-pandemia-de-covid-19-que-agora-o-colocam-em-xeque.html>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2008. 139 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93413>>.

FIALHO, Beatriz Campos. **Da cidade universitária ao Campus da Pampulha da UFMG: arquitetura e urbanismo como materialização do ideário educacional (1943-1975)**. 2012.

FILGUEIRA, Ary. Decreto suspende aulas e atividades públicas por cinco dias. **Agência Brasília**, Brasília, 11/03/2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/11/decreto-suspende-aulas-e-atividades-publicas-por-cinco-dias/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO (Manaus). Uol Notícias. **Força Nacional do SUS detectou oxigênio na reserva, leitos fechados por falta do insumo e previu colapso em Manaus**. 2021. Texto elaborado por Vinicius Sassine (Correspondente na Amazônia). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/forca-nacional-do-sus-detectou-oxigenio-na-reserva-leitos-fechados-por-falta-do-insumo-e-previu-colapso-em-manau-s.html>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FRAMPTON, Kenneth. Perspectivas para um regionalismo crítico. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 504-520.

G1 (Amazonas). Globo (org.). **Retrospectiva 2019: a economia brasileira em sete gráficos: inflação baixa. Inflação baixa**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/17/retrospectiva-2019-a-economia-brasileira-em-sete-graficos.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2023.

GENEBRA. Opas. Oms. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. 2023. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente#:~:text=%C3%A0%20COVID%2D19-,OMS%20declara%20fim%20da%20Emerg%C3%A0ncia%20de%20Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica,Internacional%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19&text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,\)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19..](https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente#:~:text=%C3%A0%20COVID%2D19-,OMS%20declara%20fim%20da%20Emerg%C3%A0ncia%20de%20Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica,Internacional%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19&text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19..) Acesso em: 08 maio 2023.

GOERGEN, P. Educação superior na perspectiva do sistema e do Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade** [online], v. 31, n. 112, p. 895-917, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300013>>. Epub 04 Nov 2010. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300013>.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 118, v. 33m p. 171-190, jan./mar. 2012.

GORTÁZAR, Naiara G. (Manaus). El País. **Onda de casos de covid-19 em Manaus coloca em xeque a sonhada imunidade de rebanho**. 2020. Coluna Sociedade. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-12/onda-de-casos-de-covid-19-em-manaus-coloca-em-xeque-a-sonhada-imunidade-de-rebanho.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FONSECA, SM. **Gustavo Capanema**. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_gustavo_capanema.htm>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018. 400 p. Editado por Michael Grenfell. https://drive.google.com/file/d/1p195uv45jc1c4qV8CxFzLlfXStwr_eN/edit.

INSTITUTO SEMESP (Brasil). Semesp. **Matrículas presenciais e EAD**. 11ª edição. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/brasil/introducao/>. Acesso em: 14 maio 2023.

JORDÃO; Claro – **Diversa Prática**, v. 2, n. 2, p. 131-156 - 2º sem 2015.

JORGE, Wilson Edson. O urbanismo no Brasil: 1895-1965. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.L.], n. 2, p. 114-116, 31 mar. 2000. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR).

LE CORBUSIER. “**Corolário Brasileiro**” In: Le Corbusier e o Brasil. Rio de Janeiro. 1929, p.89.

LEITE, Héber Tiburtino. **Contemporaneidade e Federalismo de cooperação mediante a formalização de consórcios públicos: análise da atuação internacional**

do Consórcio Nordeste em busca do desenvolvimento regional. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Santos, Santos/SP, 2021.

MACEDO, A.R.et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000200002>>. Epub 01 Nov 2005. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000200002>.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 127-148, 2005.

MANAUS. Secretaria Municipal de Saúde-Semsa. Prefeitura de Manaus. **RELATÓRIO SIMPLIFICADO: Hospital de campanha municipal Gilberto Novaes**. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2020. 6 p. Disponível em: <https://covid19.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Hospital-de-Campanha-v01.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MARAGNO, G. V. **Questões sobre a qualificação e o ensino de arquitetura e urbanismo no brasil**. São Paulo, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - Cau/ms. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - Cau/ms. **ABEA e FeNEA se manifestam sobre EaD em razão do Covid-19**. 2020. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - CAU/MS. Disponível em: <https://www.caums.gov.br/abea-e-fenea-se-manifestam-sobre-ead-em-razao-docovid-19/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

NEDELYKOV, Nina. MOREIRA, Pedro. 2001. **Caminhos da Arquitetura Moderna no Brasil: a presença de Frank Lloyd Wright**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.018/829> Acesso em: 11 jun. 2013.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica, 1965-1995. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 672.

NEVES, Leticia de Oliveira. A OBRA DE SEVERIANO PORTO NA AMAZÔNIA: uma produção regional e uma contribuição para a arquitetura nacional. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL - ARQUITETURA E URBANISMO MODERNO E NACIONAL, 6., 2005, Niterói-Rj. **Seminário**. Niterói-Rj: Editora Docomomo Brasil, 2006. v. 6, p. 1-17. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/Leticia-de-Oliveira-Neves.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PENTEADO, Sílvia; ZEIN, Ruth Verde; YAMASHIRO, Denise. **A longa trajetória, da efervescência cultural do Rio a Manaus**. Projeto, São Paulo, n. 83, p. 46-86, jan. 1986.

PORTO, Severiano Mário. **A longa trajetória, da efervescência cultural do Rio a Manaus.** In **Revista Projeto** 83, São Paulo: Projeto Editores Associados, janeiro de 1986, p. 46.

PORTAL G1 (Brasil). G1. **Universidades federais perdem, em 10 anos, 73% da verba para construir laboratórios, fazer obras e trocar computadores.** 2020. Texto elaborado por Luiza Tenente. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/23/universidades-federais-perdem-em-10-anos-73percent-da-verba-para-construir-laboratorios-fazer-obras-e-trocar-computadores.ghtml>. Acesso em: 01 maio 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Amazonas). Rede Amazônica (org.). **Caixões serão empilhados em valas comuns de Manaus para suprir demanda de enterros; famílias criticam medida: 'Não é digno'.** 2020. Tradução de Rebeca Beatriz. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/27/corpos-serao-empilhados-em-valas-comuns-de-manaus-para-suprir-demanda-de-enterros-familias-criticam-medida-nao-e-digno.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Amazonas). Rede Amazônica (org.). **Com aumento de mortes, Manaus passa a ter enterros noturnos e caixões empilhados em cemitério.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/28/com-aumento-de-mortes-cemiterio-em-manaus-passa-a-ter-enterros-noturnos-e-caixoes-empilhados-fotos.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Amazonas). Rede Amazônica (org.). **Hospital instala contêiner frigorífico para necrotério provisório após óbitos da Covid-19 no AM.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/04/hospital-no-am-instala-container-frigorifico-para-necroterio-provisorio-apos-obitos-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Amazonas). Rede Amazônica (org.). **Número de mortes em Manaus segue em queda e apresenta redução de 60% em três meses.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/07/01/numero-de-mortes-em-manaus-segue-em-queda-e-apresenta-reducao-de-3915percent-em-tres-meses.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Amazonas). Rede Amazônica (org.). **Protótipo de respiradores é desenvolvido por indústria e UEA no Polo Industrial de Manaus.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/02/prototipo-de-respiradores-e-desenvolvido-por-industria-e-uea-no-polo-industrial-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Amazonas). Rede Amazônica. **Após revolta de famílias, Prefeitura de Manaus volta atrás e cancela enterros com caixões empilhados.** 2020. Texto elaborado por Carolina Diniz, G1 AM. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/28/apos-revolta-de-familias>

prefeitura-de-manaus-volta-atras-e-cancela-enterros-com-caixoes-empilhados.ghtml. Acesso em: 24 abr. 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Manaus). Rede Amazônica (org.). **Médicos e profissionais da saúde protestam em frente ao Hospital 28 de Agosto, em Manaus.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/02/03/medicos-e-profissionais-da-saude-protestam-em-frente-ao-hospital-28-de-agosto-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PORTAL G1 AMAZONAS (Manaus). Rede Amazônica. **Hospital de campanha de Manaus recebe primeiros pacientes com Covid-19, diz prefeitura.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/14/hospital-de-campanha-de-manaus-recebe-primeiros-pacientes-com-covid-19-diz-prefeitura.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de, Metodologia **do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. Ed. Novo Hamburgo – RS: Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR Universidade Feevale, 2013.

REVISTA PROJETO. Rio de Janeiro: Revista Projeto, v. 83, 1986. Mensal. Elaborado Por Ruth Verde Zein. Disponível em: <https://www.revistaprojeto.com.br/acervo/severiano-porto/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

RAYELE SILVA DA ROCHA (Palmas). Universidade Federal de Roraima (org.). Arquitetura Moderna em Roraima: obras de Severiano Mário Porto. **Amazônia Moderna: Revista de Arquitetura e Urbanismo da Amazônia,** Palmas, v. 4, n. 1, p. 78-101, 2019. Semestral. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/8500/16468>. Acesso em: 26 mar. 2023.

REDAÇÃO. Revista Galileu. **O impeachment da presidente Dilma Rousseff foi golpe ou crime?** 2016. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff-foi-golpe-ou-crime.html>. Acesso em: 09 fev. 2022.

REIS FILHO, N.G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720.** 1968. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

Revista AMAZONAS ATUAL (Amazonas). Amazonas Atual (org.). **Funcionários da Saúde em Manaus cobram pagamento de salários atrasados.** 2019. Da Redação com colaboração de Patrick Motta. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/funcionarios-da-saude-protestam-por-salarios-atrasados-em-manaus/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RIO DE JANEIRO. A Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. Prefeitura do Rio de Janeiro. **Cadernos da Comunicação Série Estudos: um olhar bem-humorado sobre o rio dos anos 20.** 5. ed. Rio de Janeiro: Secretária

Especial de Comunicação Social, 2003. 87 p. (Estudos). ISSN 1676-5494. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101397/estudos5.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 2, p. 141-160, 2008.

SAMEL (Amazonas). Grupo Samel (org.). **Cápsula Samel**. 2020. Disponível em: <https://capsulavanessa.samel.com.br/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTOS, Vivian Borborema dos; PAMPONET, Roger. **RELATÓRIO FINAL PIB-E-249: arte estrutural: arquitetura de vilanova artigas**. Manaus: Ufam, 2013. 17 p. PIBIC financiado pela FAPEAM. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/3224>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SCHLEE, A; GUTIERREZ, Ester; COSTA, F; MARAGNO, G.; OLIVEIRA, I. QUEIRÓS, Pedro. OLIVEIRA, Vanderlí. SANTOS JÚNIOR, Wilson. **Trajetória e Estado da Arte na Formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Vol. X – Arquitetura**. Brasília: Inep/Confea: 2010.

SEGAWA, H. (2008). Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936 - 1962. **RUA: Revista De Arquitetura E Urbanismo**, Salvador. v. 5, n. 1, p. 38-47, 1999.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900 - 1990**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2002. 224 p. (2). 1ª Reimpressão.

SEGAWA, Hugo; SANTOS, Cecília Rodrigues; ZEIN, Ruth Verde. (Orgs.). **Arquiteturas no Brasil: anos 80**. São Paulo: Projeto, 1988.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 20, p. 60-70, ago. 2002. Continua. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782002000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqhqYyw4mmn5m8pw/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SCHWARTZMAN, S, BOMENY, H.M.B., COSTA, V.M.R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

SILVA, Camila Ferreira da *et al.* Governança educacional em um dos epicentros da pandemia. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, [S.L.], v. 10, n. 22, p. 126-143, 31 jan. 2023. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <http://dx.doi.org/10.55028/pdres.v10i22.15684>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15684>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SILVA, H. R. da. A gênese da sociologia crítica de Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 112, p. 114-120, 2010.

SÍLVIA PENTEADO (São Paulo). Revista Projeto (org.). **Severiano Porto**: a longa trajetória, da efervescência cultural do Rio a Manaus. A longa trajetória, da efervescência cultural do Rio a Manaus. 2006. Texto elaborado por Ruth Verde Zein. Disponível em: <https://www.revistaprojeto.com.br/acervo/severiano-porto/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SOARES, Maria Susana Arrosa *et al.* **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Porto Alegre: Instituto Internacional Para A Educação Superior na América Latina e no Caribe Iesalc – Unesco - Caracas, 2002. 335 p.

SOARES, V. L. A. O papel social das IES: contribuição do ensino superior particular. **Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados**, Belém, n. 6, p. 8, out. 2003.

SOUZA, G. I. **RUDOLPH ATCON, ENTRE O EDUCACIONAL E O URBANÍSTICO NA DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES PARA CAMPUS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Cap. 1. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/142>. Acesso em: 02 ago. 2022.

SOUZA, Miguel. **"Déjà-vu"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/deja-vu.htm>. Acesso em 21 de maio de 2023.

STEVANIM, Luiz Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS: Comunicação e Saúde**, Rio de Janeiro, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212 p. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_adicionais.htm. Acesso em: 29 maio 2022.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 01, de 08 de abril de 2020. Ata da Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 29 abr. 2020. n. 0185817, p. 1-3. Referência: Processo nº 23105.014797/2020-10.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 02, de 04 de maio de 2020. Ata da Reunião ordinária da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: Coord.Arqurb, 04 maio. 2020. n. 0188593, p. 1-3. Referência: Processo nº 23105.015192/2020-38.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 03, de 27 de maio de 2020. Ata da Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião**

Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 29 maio. 2020. n. 0209331, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.018478/2020-75.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 04, de 01 de julho de 2020. Ata da Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 01 jul. 2020. n. 0237436, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.022284/2020-74.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 05, de 01 de julho de 2020. Ata da Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 17 jul. 2020. n. 0283127, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.029144/2020-27.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 06, de 11 de agosto de 2020. Ata da Reunião Extraordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Extraordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 13 ago. 2020. n. 0276701, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.027925/2020-87.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 07, de 19 de agosto de 2020. Ata da Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 19 ago. 2020. n. 0295107, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.031311/2020-08.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 08, de 31 de agosto de 2020. Ata da Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 31 ago. 2020. n. 0295173, p. 1. Referência: Processo nº 23105.031319/2020-66.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 09, de 08 de setembro de 2020. Ata da Reunião ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 08 set. 2020. n. 0304279, p. 1. Referência: Processo nº 23105.032593/2020-52.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 10, de 21 de setembro de 2020. Ata da Reunião Extraordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Extraordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 21 set. 2020. n. 0323233, p. 1. Referência: Processo nº 23105.034848/2020-11.

UFAM. Ata de Reunião (2020). Ata de Reunião nº 11, de 30 de novembro de 2020. Ata da Reunião Extraordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Extraordinária do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.** 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 20 nov. 2020. n. 0379793, p. 1. Referência: Processo nº 23105.041468/2020-33.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 01, de 08 de fevereiro de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: Dau, 08 fev. 2021. n. 0468513, p. 1. Referência: Processo nº 23105.003396/2021-15.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 02, de 10 de fevereiro de 2021. Ata da Reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: NDE, 10 fev. 2021. n. 0445985, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.003700/2021-16.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 03, de 26 de fevereiro de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 26 fev. 2021. n. 0496327, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.009238/2021-61.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 04, de 10 de março de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 10 mar. 2021. n. 0474878, p. 1. Referência: Processo nº 23105.006885/2021-11.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 05, de 25 de março de 2021. Ata da Reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: NDE, 25 mar. 2021. n. 0488395, p. 1. Referência: Processo nº 23105.009230/2021-02.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 06, de 5 de abril de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 05 abr. 2021. n. 0502413, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.010445/2021-68.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 07, de 28 de julho de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia**. 1. ed. Amazonas, AM: CONDEP/FT, 25 ago. 2021. n. 0684499, p. 1-4. Referência: Processo nº 23105.031820/2021-11.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 08, de 25 de agosto de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia**. 1. ed. Amazonas, AM: CONDEP/FT, 10 set. 2021. n. 0684499, p. 1-4. Referência: Processo nº 23105.031820/2021-11.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 09, de 13 de setembro de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 13 set. 2021. n. 0769074, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.032030/2021-45.

UFAM. Ata de Reunião (2021). Ata de Reunião nº 10, de 27 de outubro de 2021. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Tecnologia**. 1. ed. Amazonas, AM: CONDEP/FT, 17 nov. 2021. n. 0761574, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.040209/2021-76.

UFAM. Ata de Reunião (2022). Ata de Reunião nº 01, de 25 de abril de 2022. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU/FT, 25 abr. 2022. n. 0971198, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.016913/2022-99.

UFAM. Ata de Reunião (2022). Ata de Reunião nº 02, de 13 de junho de 2022. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU/FT, 13 jun. 2022. n. 1041200, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.024405/2022-84.

UFAM. Ata de Reunião (2022). Ata de Reunião nº 03, de 27 de junho de 2022. Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 27 jun. 2022. n. 1051080, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.025051/2022-95.

UFAM. Ata de Reunião (2022). Ata de Reunião nº 04, de 13 de julho de 2022. Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 13 jul. 2022. n. 1077033, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.028302/2022-93.

UFAM. Decisão Ad Referendum (2020). Decisão Ad Referendum nº 001, de 26 de março de 2020. **Decisão Ad Referendum – Consuni**. 01. ed. Amazonas, AM: Gabinete do Reitor, 26 mar. 2020. p. 01-03. Documento assinado eletronicamente por SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA, Reitor, em 13/04/2020, às 14:35, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3090/1/SEI_23105.011580_2020_40_decisa%cc%83o%20ad%20referendum%20CONSUNI%2001.2020.pdf. Acesso em: 06 maio 2023.

UFAM. Edital (2020). A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, por meio do Departamento de Assistência Estudantil (DAEST), torna público o Edital nº 25/2020 - Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP no âmbito da UFAM. **Publicação do Edital**

Nº 25/2020: Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP. 1. ed. Amazonas: Ufam, 10 set. 2020. v. 1, p. 1-6. Código verificador 0305743 e o código CRC AC472CE4. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3581/1/SEI_23105.032782_2020_25.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

UFAM. Nota técnica (2020). Nota Técnica nº 001/2020/2020/COVID19/UFAM. Nota Técnica nº 001/2020 – Proposições para o Enfrentamento da Epidemia no Âmbito da Universidade Federal do Amazonas. **Proposições para o Enfrentamento da Epidemia no Âmbito da Universidade Federal do Amazonas**. 1. ed. Amazonas, AM: UFAM, 17 mar. 2020. n. 0156464, p. 1-4.

UFAM. Nota técnica (2021). Nota Técnica nº 001/2021/2021/COVID19/UFAM. Nota Técnica nº 001/2021 - Orientações ao Planejamento e Execução das Fases de Flexibilização para as Atividades Presenciais. **Nota Técnica nº 001/2021 - Orientações ao Planejamento e Execução das Fases de Flexibilização para as Atividades Presenciais**. 1. ed. Amazonas, AM: UFAM, 30 Jul. 2021. n. 0630181, p. 1-11. Referência: Processo nº 23105.025814/2021-17.

UFAM. Ofício Circular Nº 07 (2021). Ofício Circular nº 01, de 08 de março de 2021. Ofício Circular Nº 07/2021/2021/CCAURB/UFAM. **Ofício Circular Nº 07/2021/2021/CCAURB/UFAM**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 08 mar. 2021. n. 0467875, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.006885/2021-11.

UFAM. Ofício Circular Nº 09 (2021). Ofício Circular nº 02, de 24 de março de 2021. Ofício Circular Nº 09/2021/2021/CCAURB/UFAM. **Ofício Circular Nº 09/2021/2021/CCAURB/UFAM**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 24 mar. 2021. n. 0486947, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.009230/2021-02

UFAM. Ofício Circular Nº 13 (2021). Ofício Circular nº 03, de 31 de março de 2021. Ofício Circular Nº 13/2021/2021/CCAURB/UFAM. **Ofício Circular Nº 09/2021/2021/CCAURB/UFAM**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 31 mar. 2021. n. 0497943, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.009238/2021-61

UFAM. Ofício Circular Nº 13 (2022). Ofício Circular nº 01, de 17 de maio de 2022. Ofício Circular Nº 13/2022/GR/UFAM. **Ofício Circular Nº 13/2022/GR/UFAM**. 1. ed. Amazonas, AM: Gabinete do Reitor, 17 maio. 2022. n. 0991469, p. 1-3. Referência: Processo nº 23105.018578/2022-63.

UFAM. Ofício Circular Nº 15 (2021). Ofício Circular nº 05, de 01 de abril de 2021. Ofício Circular Nº 15/2021/2021/CCAURB/UFAM. **Ofício Circular Nº 15/2021/2021/CCAURB/UFAM**. 1. ed. Amazonas, AM: DAU, 01 abr. 2021. n. 0499022, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.010445/2021-68

UFAM. Ofício Circular Nº 18 (2022). Ofício Circular nº 02, de 12 de julho de 2022. Ofício Circular Nº 18/2022/GR/UFAM. **Ofício Circular Nº 18/2022/GR/UFAM**. 1. ed. Amazonas, AM: Gabinete do Reitor, 12 jul. 2022. n. 1073930, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.027969/2022-79.

UFAM. Ofício Circular Nº S/N (2021). Ofício Circular nº 04, de 05 de abril de 2021. Ofício Circular Nº S/N/2021/DEC/FT/UFAM. **Ofício Circular Nº S/N/2021/DEC/FT/UFAM**. 1. ed. Amazonas, AM: DEC, 05 abr. 2021. n. 0500194, p. 1-2. Referência: Processo nº 23105.009238/2021-61

UFAM. Portaria (2020). Portaria nº 703, de 31 de março de 2020. Delegação do trabalho remoto em toda a Universidade Federal do Amazonas e regulamentação e adoção de regime de jornada em trabalho remoto que abranja a totalidade ou percentual das atividades desenvolvidas pelos servidores desta Instituição. **Portaria Nº 703, de 31 de Março de 2020**. 1. ed. Amazonas, AM: Gabinete do Reitor, 31 mar. 2020. n. 703. Documento assinado eletronicamente por SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA, Reitor, em 31/03/2020, às 10:46, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Disponível em:

https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3163/1/SEI_23105.011811_2020_15_Portaria%20GR%20703.2020.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.

UFAM. Portaria nº 36, de 08 de maio de 2020. Orientações para realização de Atividades Extracurriculares Especiais (AEE) por meio das Ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) durante a Pandemia do Coronavírus (COVID-19) da Universidade Federal do Amazonas. **Portaria Nº 36, de 08 de Maio de 2020**. 1. ed. Amazonas, AM: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, 08 maio. 2020. p. 01-06. Documento assinado eletronicamente por David Lopes Neto, Pró-Reitor, em 08/05/2020, às 17:32, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3102/47/NOVA%20PORTARIA%2036%20AEE.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

UFAM. Portaria nº 626, de 13 de março de 2020. Orientações Preliminares – Suspensão das Atividades Administrativas Presenciais. **Portaria Nº 626, de 13 de Março de 2020**. 1. ed. Amazonas, AM: Gabinete do Reitor, 13 mar. 2020. p. 01-02. Documento assinado eletronicamente por Sylvio Mário Puga Ferreira, Reitor, em 13/03/2020, às 19:54, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3061/1/SEI_23105.010531_2020_90.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.

UFAM. Portaria nº 750, de 13 de abril de 2020. Orientações para atuação do trabalho remoto pelos servidores da Universidade Federal do Amazonas enquanto durar o período da pandemia de Covid-19. **Portaria Nº 750, de 13 de Abril de 2020**. 1. ed. Amazonas, AM: Gabinete do Reitor, 13 abril. 2020. p. 01-02. Documento assinado eletronicamente por Sylvio Mário Puga Ferreira, Reitor, em 13/04/2020, às 14:35, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3164/1/SEI_23105.013116_2020_98_Portaria%20GR%20750.2020.pdf. Acesso em: 06 maio 2023.

UFAM. Portaria nº 925, de 25 de maio de 2020. Orientações para instalação da Comissão de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas. **Portaria Nº 925,**

de 25 de Maio de 2020. 1. ed. Amazonas, AM: Gabinete do Reitor, 26 maio. 2020. p. 01-02. Documento assinado eletronicamente por Sylvio Mário Puga Ferreira, Reitor, em 25/05/2020, às 19:53, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3061/1/SEI_23105.010531_2020_90.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.

UFAM. Resolução Nº 003, de 12 de agosto de 2020. Aprova o Regulamento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e o Calendário Acadêmico Especial 2020, no âmbito do ensino de graduação da UFAM. **Resolução Nº 003, de 12 de Agosto de 2020.** 1. ed. Amazonas, AM: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 13 agosto. 2020. p. 01-08. Documento assinado eletronicamente por Sylvio Mário Puga Ferreira, Presidente, em 13/08/2020, às 11:37, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3102/60/RESOLU%c3%87%c3%83O%20003%20ERE%202020.pdf>. Acesso em: 07 maio 2023.

UFRJ, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Fau - *et al.* **HISTÓRIA E PATRIMÔNIO:** o ensino da arquitetura e urbanismo. O ENSINO DA ARQUITETURA E URBANISMO. 2018. William S. M. Bittar. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/historia-e-patrimonio/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS/UNA-SUS. **Coronavírus:** Brasil confirma primeiro caso da doença. ANA-SUS, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 30 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Comissão de Biossegurança da UFAM. **Plano de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19)** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020. 46 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Comitê Interno de Enfrentamento do Surto epidemiológico de Coronavírus da Ufam. **Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19).** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020.

O GLOBO. **UNIVERSIDADE FICA INVIÁVEL.** Rio de Janeiro/Rj, 06 maio 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/universidade-fica-inviavel.html>. Acesso em: 29 abr. 2023.

WASHINGTON. International Monetary Fund. International Monetary Fund (org.). **A economia mundial: desaceleração sincronizada, perspectivas precárias.** Desaceleração sincronizada, perspectivas precárias. 2023. Texto elaborado por Gita Gopinath. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2019/10/14/blog-weo-the-world-economy-synchronized-slowdown-precarious-outlook#:~:text=A%20economia%20mundial%20est%C3%A1%20em,comerciais%20e%20das%20tens%C3%B5es%20geopol%C3%ADticas..> Acesso em: 23 mar. 2023.

WEBER, Raquel. 2005. **A linguagem da estrutura a obra de Vilanova Artigas.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5724/000518789.pdf> Acesso em: 11 jun. 2023.

ZEIN, Ruth Verde. O pensamento, as críticas, os sonhos e as reivindicações dos arquitetos brasileiros. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 42, p. 52-60, jul./ago. 1982a.

ZEIN, Ruth Verde. **A década ausente. É preciso reconhecer a arquitetura brasileira dos anos 1960-70.** 2006. Elaborada por Ruth Verde Zein. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/318>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ZEIN, Ruth Verde. **ARQUITETURA BRASILEIRA, ESCOLA PAULISTA E AS CASAS DE PAULO MENDES DA ROCHA.** 2000. 435 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Paulo e Porto Alegre, 2000. Cap. 5.

APÊNDICES

APÊNDICE I – INVENTÁRIO DOCUMENTAL

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

Nº	TIPO	CATEGORIA	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
1	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO DE 11 DE MAIO DE 2020
2	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.185 DE 14 DE ABRIL DE 2020
3	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.193 DE 15 DE ABRIL DE 2020
4	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.216 DE 20 DE ABRIL DE 2020
5	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.247 DE 30 DE ABRIL DE 2020
6	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.278 DE 13 DE MAIO DE 2020
7	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.330 DE 28 DE MAIO DE 2020
8	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.460 DE 03 DE JULHO DE 2020
9	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.550 DE 24 DE JULHO DE 2020
10	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.234 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020
11	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.236 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020
12	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.277 DE 12 DE JANEIRO DE 2021
13	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.282 DE 14 DE JANEIRO DE 2021
14	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.283 DE 14 DE JANEIRO DE 2021
15	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.284 DE 15 DE JANEIRO DE 2021
16	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.303 DE 23 DE JANEIRO DE 2021
17	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.304 DE 24 DE JANEIRO DE 2021
18	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.376 DE FEVEREIRO DE 2021
19	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.411 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2021
20	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.412 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2021
21	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.447 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021
22	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.449 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021
23	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.450 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021
24	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.482 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

25	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.483 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021
26	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.520 DE 05 DE MARÇO DE 2021
27	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.522 DE 05 DE MARÇO DE 2021
28	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.720 DE 16 DE ABRIL DE 2021
29	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.722 DE 16 DE ABRIL DE 2021
30	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.791 DE 30 DE ABRIL DE 2021
31	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 43.870 DE 14 DE MAIO DE 2021
32	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 44.442 DE 23 DE AGOSTO DE 2021
33	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 44.512 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021
34	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 44.558 DE 20 DE SETEMBRO DE 2021
35	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 45.103 DE 07 DE JANEIRO DE 2022
36	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.061 DE 16 DE MARÇO DE 2020
37	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.063 DE 17 DE MARÇO DE 2020
38	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.085 DE 18 DE MARÇO DE 2020
39	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.087 DE 18 DE MARÇO DE 2020
40	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.098 DE 21 DE MARÇO DE 2020
41	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.099 DE 21 DE MARÇO DE 2020
42	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.100 DE 23 MARÇO DE 2020
43	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.101 DE 23 DE MARÇO DE 2020
44	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.105 DE 24 DE MARÇO DE 2020
45	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.106 DE 24 DE MARÇO DE 2020
46	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.117 DE 25 DE MARÇO DE 2020
47	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.126 DE 26 DE MARÇO DE 2020
48	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.127 DE 26 DE MARÇO DE 2020
49	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.145 DE 31 DE MARÇO DE 2020

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

50	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.146 DE 31 DE MARÇO DE 2020
51	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.166 DE 07 DE ABRIL DE 2020
52	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.176 DE 08 DE ABRIL DE 2020
53	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	DECRETO Nº 42.196 DE 16 DE ABRIL DE 2020
54	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Presidência da República	DECRETO Nº 10.282 DE 20 DE MARÇO DE 2020
55	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Presidência da República	DECRETO Nº 10.288 DE 22 DE MARÇO DE 2020
56	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI COMPLEMENTAR Nº 205 DE 31 DE MARÇO DE 2020
57	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.143 DE 28 DE MARÇO DE 2020
58	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.144 DE 26 DE MARÇO DE 2020
59	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.145 DE 26 DE MARÇO DE 2020
60	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.146 DE 31 DE MARÇO DE 2020
61	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.161 DE 02 DE ABRIL DE 2020
62	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.171 DE 23 DE ABRIL DE 2020
63	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.173 DE 28 DE ABRIL DE 2020
64	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.174 DE 08 DE MAIO DE 2020
65	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Diário Oficial do Estado do Amazonas	LEI Nº 5.376 DE 06 DE JANEIRO DE 2021
66	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Presidência da República	LEI Nº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020
67	Documento Oficial do Estado	AÇÕES POLÍTICAS	Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo SARS-CoV-2(COVID-19)	Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo SARS-CoV-2(COVID-19) - ANO 2020
68	Documento Oficial do Estado	AÇÕES POLÍTICAS	Relatório de Ações da FVS-AM para Enfrentamento da COVID-19	Relatório de Ações FVS-AM
69	Documento Oficial da Prefeitura de Manaus	AÇÕES POLÍTICAS	Plano de Contingência Municipal para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Covid-19)	Plano de Contingência Municipal para (Covid-19) ANO 2020
70	Extrato SES-AM	AÇÕES POLÍTICAS	Contratação de locação de Container Frigorífico (COVID-19) - 2021	Extrato de contratação de locação de estrutura temporária para acomodação de corpos humanos vítimas de óbito pela COVID-19 - ANO 2021

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

71	Termo de Contrato de Alocação	AÇÕES POLÍTICAS	Termo de Contrato de Alocação de Imóvel Nº 029/2020	Termo de Contrato de Alocação de Imóvel Nº 029/2020, celebrado entre o Estado do Amazonas, por intermédio da SEAS-SUAM e a Fundação Nilton Lins por 90 dias com valor mensal de R\$ 866,667,00
72	Relatório Simplificado - Prefeitura de Manaus	AÇÕES POLÍTICAS	RELATÓRIO SIMPLIFICADO HOSPITAL DE CAMPANHA MUNICIPAL GILBERTO NOVAES	UNIDADE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE MANAUS, ABERTA EXCEPCIONALMENTE PARA O ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID19). FUNCIONAMENTO: 13.04.2020 A 22.06.2020
73	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Presidência da República	DECRETO Nº 10.288, DE 22 DE MARÇO DE 2020
74	Decreto	AÇÕES POLÍTICAS	Presidência da República	DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020
75	Lei	AÇÕES POLÍTICAS	Presidência da República	LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020
76	Documento oficial do Governo Federal	AÇÕES POLÍTICAS	Ministério da Saúde	Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus (2019nCoV)
77	Portaria	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	PORTARIA Nº 453, DE 05 DE MARÇO DE 2020
78	Plano de Contingência	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19)
79	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	RESOLUCAO CONSEPE No XX/2020 Aprova as diretrizes para a retomada das atividades acadêmicas do ensino de graduação da UFAM e o Calendário Acadêmico para o ano letivo de 2021
80	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	NOTA TÉCNICA 001/2020 - Proposições para o enfrentamento da Pandemia no âmbito da UFAM
81	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	OFÍCIO 21/2020 – CAPRA/UFAM
82	Plano de Biossegurança - UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	Plano de Biossegurança da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19)
83	Portaria	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	PORTARIA Nº 925, DE 25 DE MAIO DE 2020
84	Portaria	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	PORTARIA Nº 36, DE 08 DE MAIO DE 2020
85	Portaria	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	PORTARIA Nº 626, DE 13 DE MARÇO DE 2020
86	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	DECISÃO ad referendum – CONSUNI 01/2020
87	Portaria	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	PORTARIA Nº 703, DE 31 DE MARÇO DE 2020

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

88	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	SUGESTÕES DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DA FACULDADE DE TECNOLOGIA À MINUTA DE RESOLUÇÃO EM ANEXO AO OFÍCIO 21/2020-CAPRA/UFAM
89	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	RESOLUÇÃO Nº 026, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021
90	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	Orientações quanto às atualizações do Plano de Biossegurança da UFAM
91	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	Ações de Combate à COVID-19 - Fev. 2020 à Jan. 2021
92	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	NOTA TÉCNICA Nº 001.2021/2021/COVID19/UFAM
93	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	OFÍCIO CIRCULAR Nº 18/2022/GR/UFAM
94	Portaria	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	PORTARIA Nº 1204, DE 23 DE JUNHO DE 2022
95	Boletim Informativo	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	Boletim do Grupo de Trabalho Operacional do Plano de Biossegurança da UFAM
96	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	Plano de ação e resultados obtidos pelo Subcomitê Interno de Enfrentamento da Epidemia por Coronavírus do ISB-UFAM
97	Documento oficial UFAM	AÇÕES POLÍTICAS	UFAM	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2020
98	Plano Proposta	AÇÕES POLÍTICAS	ANDIFES	Proposta sobre Biossegurança, Contingências, Meios Pedagógicos e Infraestrutura para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, decorrente da Pandemia
99	Ofício	AÇÕES POLÍTICAS	ANDIFES	Ofício Andifes nº 167/2021
100	Relatório de Gestão	AÇÕES POLÍTICAS	ANDIFES	Relatório de Gestão 2019-2020
101	Ata	AÇÕES POLÍTICAS	ANDIFES	Reunião Extraordinária do Conselho Pleno ANDIFES
102	Portaria	ENSINO	Ministério da Educação	PORTARIA MEC Nº 1.038, DE 7 DE Dezembro DE 2020 - PORTARIA MEC Nº 1.038, DE 7 DE Dezembro DE 2020
103	Portaria	ENSINO	Ministério da Educação	PORTARIA Nº 1.030, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020 - PORTARIA Nº 1.030, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020
104	Portaria	ENSINO	Ministério da Educação	PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020 - PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020
105	Portaria	ENSINO	Ministério da Educação	PORTARIA Nº 345, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - PORTARIA Nº 345, DE 19 DE MARÇO DE 2020
106	Portaria	ENSINO	Ministério da Educação	PORTARIA Nº 395, DE 15 DE ABRIL DE 2020 - PORTARIA Nº 395, DE 15 DE ABRIL DE 2020

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

107	Portaria	ENSINO	Ministério da Educação	PORTARIA Nº 473, DE 12 DE MAIO DE 2020 - PORTARIA Nº 473, DE 12 DE MAIO DE 2020
108	Portaria	ENSINO	Ministério da Educação	PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020
109	Documento oficial UFAM	ENSINO	UFAM	Plano de Retorno das Atividades Presenciais da Faculdade de Tecnologia – CAPRA FT Semestre letivo de 2021/1 (Ano Civil 2022)
110	Documento oficial UFAM	ENSINO	UFAM	OFÍCIO CIRCULAR Nº 13/2022/GR/UFAM
111	Ofício	ENSINO	UFAM	OFÍCIO CIRCULAR Nº 014/2020/PROEG/UFAM
112	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	OFÍCIO CIRCULAR Nº 13/2021/2021/CCAURB/UFAM
113	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	OFÍCIO Nº 008/2020/DAU/UFAM
114	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	OFÍCIO Nº 10/2020/DAU/UFAM
115	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	OFÍCIO Nº s-n/2020/DAU/UFAM
116	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	OFÍCIO Nº 12/2020/DAU/UFAM
117	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	OFÍCIO Nº DP-10/2020/2020/DAU/UFAM
118	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	OFÍCIO Nº 010/2020/2020/DAU/UFAM
119	Matriz	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	Matriz curricular Curso de Arquitetura e Urbanismo 2020
120	Matriz	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	Matriz curricular Curso de Arquitetura e Urbanismo 2010
121	PPC	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	PPC - Projeto Pedagógico Arquitetura e Urbanismo - 2020
122	Documento oficial UFAM	FORMAÇÃO	UFAM - CCAURB	RESOLUÇÃO Nº 020, DE 24 DE MAIO DE 2021
123	PPC	FORMAÇÃO	CEULM - ULBRA	Plano Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo
124	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0185817 - Ata (08.04.2020)
125	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0237436 - Ata (01.07.2020)
126	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0188593 - Ata (04.05.2020)
127	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0283127 - Ata (17.07.2020)
128	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0323233 - Ata (21.09.2020)
129	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0209331 - Ata (27.05.2020)
130	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0379793 - Ata (30.11.2020)
131	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0303448 - Ata (08.09.2020)
132	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0276701 - Ata (11.08.2020)

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

133	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - S/N - Ata (13.07.2020)
134	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0295107 - Ata (19.08.2020)
135	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0295173 - Ata (31.08.2020)
136	Relato de Experiência	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	Experiência com EAD para disciplina prática de Arquitetura. Prof. Coordenador Marcos Cereto
137	Documento oficial UFAM	FORMAÇÃO	UFAM	RESOLUÇÃO Nº 003, DE 12 DE AGOSTO DE 2020 - CONSEPE - ERE
138	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0502413 - Ata (05.04.2021)
139	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0468513 - Ata (08.02.2021)
140	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0769074 - Ata (13.09.2021)
141	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0488395 - Ata (25.03.2021)
142	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0488395 - Ata (26.02.2021)
143	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - FT - CONDEP	SEI/UFAM - 0761574 - Ata (27.10.2021)
144	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0496327 - Ata (26.02.2021)
145	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - FT - CONDEP	SEI/UFAM - 0496327 - Ata (25.08.2021)
146	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - NDE	SEI/UFAM - 0445985 - Ata (10.02.2021)
147	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAE	Despacho de Retificação 0558163
148	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	OFÍCIO CIRCULAR Nº 06/2021/2021/CCAURB/UFAM
149	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	OFÍCIO CIRCULAR Nº 07/2021/2021/CCAURB/UFAM
150	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	OFÍCIO CIRCULAR Nº 009/2021/2021/CCAURB/UFAM
151	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	OFÍCIO CIRCULAR Nº Ofício 10/2021/2021/CCAURB/UFAM
152	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	OFÍCIO CIRCULAR Nº 15/2021/2021/CCAURB/UFAM
153	Ofício	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	OFÍCIO CIRCULAR Nº 54/2021/2021/CCAURB/UFAM
154	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0713085 - Ata (27.07.2021)
155	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1041200 - Ata (13.06.2022)
156	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0971198 - Ata (25.04.2022)
157	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1051080 - Ata (27.06.2022)
158	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1051080 - Ata (07.07.2022)

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

159	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1077033 - Ata (13.07.2022)
160	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0868379 - Ata (31.01.2022)
161	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0934547 - Ata (28.03.2022)
162	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 0971198 - Ata (25.04.2022)
163	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1041200 - Ata (13.06.2022)
164	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1077033 - Ata (13.07.2022)
165	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1222449 - Ata (13.10.2022)
166	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - DAU - CCAURB	SEI/UFAM - 1261108 - Ata (21.11.2022)
167	Deliberação	FORMAÇÃO	CAU/BR	DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0063-09/2017
168	Deliberação	FORMAÇÃO	CAU/BR	DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0103-06/2020
169	Solicitação de Informação	FORMAÇÃO	CAU/AM	e-SIC Solicitação 1/2023
170	Ofício	FORMAÇÃO	CAU/BR	OFÍCIO Nº 106/2018 CAU-BR
171	Ofício	FORMAÇÃO	CAU/RS	Ofício PRES-CAU/RS nº 018/2022
172	Deliberação	FORMAÇÃO	CAU/RS	DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPORS Nº 1031/2019
173	Deliberação	FORMAÇÃO	CAU/BR	DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0088-01/2019
174	Deliberação	FORMAÇÃO	CAU/BR, UF, IES e Discentes de ARQ.URB.	DELIBERAÇÃO Nº 045/2020 – CEF-CAU/BR
175	Carta	FORMAÇÃO	ABEA	APRENDER ARQUITETURA E URBANISMO À DISTÂNCIA NÃO FUNCIONA
176	Carta	FORMAÇÃO	ABEA	ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO E A PANDEMIA DO COVID-19
177	Carta	FORMAÇÃO	FNA	Distâncias em Arquitetura e Urbanismo
178	Carta	FORMAÇÃO	FENEA	CAMPANHA "URBANISMO CONTRA O CORONA"
179	Carta	FORMAÇÃO	FENEA	SOBRE O ENSINO DURANTE A QUARENTENA
180	Carta	FORMAÇÃO	FENEA	Carta da FeNEA sobre os cursos de Arquitetura e Urbanismo em modalidade EAD
181	Carta	FORMAÇÃO	FENEA	Sobre o Ensino a distância
182	Resolução	FORMAÇÃO	ANDIFES	Resolução da Diretoria Executiva da Andifes nº 01/2020
183	Deliberação	FORMAÇÃO	CAU-BR, MS	DELIBERAÇÃO Nº 034/2021 – CEF-CAU/BR

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

INVENTÁRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

184	Artigo	FORMAÇÃO	Artigo	O ensino a Distância em Tempos de Pandemia e suas Adequações, Interações, Afetividade e Resultados - DOI: 10.18264/eadf.v10i3.108
185	Ata	FORMAÇÃO	UFAM - FT - CONDEP	SEI/UFAM - 0684499 - Ata (28.07.2021)

CATEGORIA
Ações políticas

CATEGORIA
Formação

CATEGORIA
Ensino

ANEXOS

Para ter acesso aos anexos desta pesquisa, clique no link abaixo ou faça leitura do QR- Code



Anexos da Pesquisa

https://drive.google.com/file/d/1QaSp1zifSBFuSywtZ_15KDq0fGwc2L7E/view?usp=s
haring